UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JANAÍNA DE MORAES KAECKE

**EM TORNO DAS ABORDAGENS CRÍTICAS AO ESPAÇO URBANO:
os diferentes sentidos da periferia**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**EM TORNO DAS ABORDAGENS CRÍTICAS AO ESPAÇO URBANO:
os diferentes sentidos da periferia**

VERSÃO CORRIGIDA

Dissertação de Mestrado

Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para defesa do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde

São Paulo
2014

Agradecimentos

Agradeço à FAPESP pela bolsa de pesquisa;

Ao Rodrigo Valverde pelo profissionalismo e pela generosidade com que me orientou nessa pesquisa;

Aos professores Fábio Betioli Contel e Marcelo J. Lopes de Souza, pelas contribuições decisivas oferecidas no momento da qualificação, e ao professor Everaldo Batista da Costa, pela leitura atenta e pelos comentários elucidativos no momento da banca de defesa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana e ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, seus professores e funcionários. Em especial, aos professores Ricardo Mendes Antas Jr., pela ótima acolhida como sua estagiária, e Elvio Rodrigues Martins, pela importância de seus cursos na graduação e no mestrado em minha formação; e às técnicas de laboratório Ana Elisa Rodrigues Pereira e Clenes Louzeiro;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial aos funcionários da Biblioteca PPGG;

Aos familiares, pela paciência e pelo apoio: Madalena, Milson, Rosária, Reinaldo, Sueli e Sidney. Deixo aqui também os agradecimentos aos tios Carlos e Rosely e aos primos Bruno e Rafael.

Ao Thomas, companheiro de todos os momentos, que comemorou e sofreu comigo a cada novo passo;

A todos os amigos que colaboraram, cada um à sua maneira, para a manutenção da sanidade mental ao longo desses anos. Em especial (em ordem alfabética) ao Caio e seus assuntos que eu quase nada entendo, mas que admiro e reconheço a importância; aos Carlos, Núbia, Gladius, Fernando e Joyce, pela convivência prazerosa e pela torcida para que essa dissertação tivesse um bom desfecho; ao Gabriel, pelo otimismo e pela confiança que sempre passa em nossas conversas; à Lígia, cujos encontros são sempre proveitosos; à Natallye, sua mãe e seu pai, pela acolhida calorosa que me ofereceram; e ao Thiago e ao Fellipe, pelas sugestões de leitura e pelas cópias de material bibliográfico que muito ajudaram.

KAECKE, Janaína de Moraes. **Em Torno das Abordagens Críticas ao Espaço Urbano: os diferentes sentidos da periferia**. 2014. 242f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Resumo

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a formação do conceito de periferia urbana na Geografia brasileira ao longo da década de 1980. Para isso, são valorizados como filtros, a funcionalidade estrutural atribuída à realidade periférica e a discussão acerca da centralidade da distância enquanto um elemento definidor da periferia urbana. Isso é pensado tendo como referência o movimento de renovação disciplinar interno à Geografia ocorrido na década de 1970 e que, no contexto brasileiro, foi acompanhada pelo fortalecimento dos estudos marxistas e pela preocupação em produzir um conhecimento socialmente engajado. Outro aspecto valorizado em nossa dissertação é o diálogo estabelecido entre a Geografia urbana com outras ciências sociais, em especial a Economia, a Sociologia e o Urbanismo, na formulação de suas pesquisas sobre a periferia urbana. Tais disciplinas iniciaram os estudos sobre tais realidades num momento anterior à Geografia, sendo referências importantes para os estudos realizados pelos geógrafos. É por meio desse caminho que buscamos assinalar a negação da perspectiva ecológica da noção de periferia e a ascensão de explicações fundadas na totalidade social, que são organizadas em duas propostas interpretativas. Em uma delas, valoriza-se a periferia enquanto o local de reprodução da força de trabalho; na outra, a periferia urbana é pensada pelo viés do consumo e da produção do espaço. Para atingir tal objetivo, usamos como fontes de pesquisa teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo, escolhidas pela centralidade que possuem na produção acadêmica nacional. A potencialidade em trabalharmos com teses e dissertações está no fato de serem estudos empíricos, que nos permitem refletir sobre o uso dos modelos para compreender as realidades analisadas.

Palavras-chave

Periferia urbana; pobreza urbana; Geografia urbana brasileira; década de 1980.

Abstract

This research has as its object the formation of the concept of urban periphery in Brazilian Geography along the 80's. For that aim, are valued as filters, the structural functionality assigned to the peripheral reality and the discussion about the centrality of the distance as a defining element of the urban periphery. This is thought as has been a reference with the movement of disciplinary review inside of Geography that happened in the 70's and, in the Brazilian context, was followed by the improvement of Marxist studies and by the concern in the production of a knowledge socially committed. Another valued aspect in our dissertation is the dialogue between urban Geography with another social sciences, in special with Economy, with Sociology and the Urbanism, in the formulation of your researches about urban periphery. These sciences started their studies about this realities in a moment before the Geography, been important references to the studies made by the geographers. In this pathway we search point the denial of the ecologic perspective of periphery and the ascension of explications supported in social totality, that are organised into two interpretative proposals. In one of they, are valorised the periphery as long the place of the reproduction of the workforce; in the other, the urban periphery is seen by the perspective of the consumption and the production of space. To reach this goal, we used as research sources theses and dissertation presented in Geography graduation programs in Federal University of Rio de Janeiro and in the University of São Paulo, chosen by the centrality of this universities in the national academic production. The potentiality of working with theses and dissertations is founded in the fact that these sources was empiric, that allow us to think about the application of models to understand the studied realities.

Keywords

Urban periphery; urban poverty; Brazilian Geography; 80's.

Sumário

Introdução.....	7
Capítulo 1. A GEOGRAFIA EM TRANSFORMAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA RENOVAÇÃO CRÍTICA DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA.....	19
Capítulo 2. A TOTALIDADE SOCIAL COMO BASE PARA O CONCEITO DE ESPAÇO NA GEOGRAFIA CRÍTICA.....	33
Capítulo 3. O DIÁLOGO DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA COM OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	55
Capítulo 4. PERIFERIA DO CENTRO: DA PERSPECTIVA ECOLÓGICA Á SUA NEGAÇÃO. .	68
Capítulo 5. A PERIFERIA E A ESFERA DA PRODUÇÃO: A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	104
5.1 O subdesenvolvimento nacional como motor da periferização das cidades brasileiras.....	110
5.2 A periferia urbana enquanto locus da reprodução da totalidade social nacional.....	129
5.3 A importância da localização intraurbana na definição de periferia.....	148
5.4 Cultura e política: concretizações da totalidade social.....	161
Capítulo 6. A PERIFERIA E A ESFERA DO CONSUMO: A REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	179
6.1 Os diferentes conteúdos sociais abarcados pelo conceito de periferia urbana.....	185
6.2 Os diferentes territórios abarcados pelo conceito de periferia urbana.....	212
REFLEXÕES FINAIS.....	230
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	239

Introdução

A proposta desse trabalho que iniciamos agora teve como ponto de partida questões não respondidas em nosso trabalho de conclusão de graduação. Naquele momento, nos debruçamos sobre o Pagode da 27, uma roda de samba semanal e com um forte vínculo comunitário que ocorre no bairro do Grajaú, periferia da zona sul da capital paulista. Ele estava inserido em um movimento mais amplo chamado por Alessandro Dozena¹ de “movimentos de samba”, que são rodas de samba que ocorrem em lugares públicos ou abertos, como ruas e bares, que carregam um compromisso social com o lugar onde é realizado e um discurso de resgate das raízes do samba, que segundo o autor, ganham força em São Paulo a partir da década de 1990. Apesar da palavra “resgate” estar associada a um certo conservadorismo, a compreensão comumente aceita sobre esses movimentos é que eles estão associados a um processo de renovação do samba, colocado como uma manifestação cultural da periferia. Desse modo, o argumento é que o samba sempre esteve vinculado com as classes populares, que ao se dirigirem em massa para as franjas da metrópole, carregaram junto suas manifestações culturais².

Ao mapearmos os movimentos de samba existentes na Região Metropolitana de São Paulo, encontramos em 2010 mais de 20 registros, cujas localizações variavam de bairros inequivocadamente periféricos, como Grajaú; municípios da metrópole, como Jundiaí; até bairros mais centrais, como o Brás. Contudo, ainda que suas localizações intraurbanas sejam variadas, todos estavam situados em locais marcadamente pobres, sem acesso às mercadorias do lazer e com problemas sociais e urbanos típicos do que chamamos de lugares periféricos. Na segunda parte da pesquisa, analisando propriamente a realidade onde estava inserido o Pagode da 27, os microdados do Censo de 2000³ relativos ao rendimento salarial daqueles moradores expressavam uma heterogeneidade inesperada, de modo que 6% recebiam menos de 1 salário mínimo; 23% recebiam entre 1 e 2 salários

1 DOZENA, A. Os Movimentos de Samba na Cidade de São Paulo: espaços de resistência e de esperança. In: XIII Seminário APEC – Asociación de Investigadores y Estudiantes Brasileños en Cataluña, 2008, Barcelona. Actas del XIII APEC. Barcelona, 2008, v.1, p.19-28.

2 Sobre as transformações nas localizações de realização do samba em São Paulo de acordo com os movimentos das moradias das classes populares, ver: MARCELINO, M.M. Uma Leitura do Samba Rural ao Samba Urbano na Cidade de São Paulo. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

3 Naquele momento, os microdados relativos ao Censo de 2010 ainda não haviam sido divulgados.

mínimos; 22% entre 2 e 3 salários mínimos; 25% entre 3 e 5 salários mínimos; 20% entre 5 e 10 salários mínimos; e 5% recebiam mais de 10 salários mínimos.

Desse modo, tínhamos que a pobreza era territorializada de tal modo que a localização intraurbana não estabelecia em si um critério explicador e que, apesar da distância entre os locais onde ocorriam movimentos de samba e de suas diferenças espaciais, a emergência de um conjunto de práticas semelhantes, sem que houvesse uma organização que os fomentasse, apontava para um compartilhamento de referências simbólicas. Além disso, na análise do caso específico de nosso estudo, a questão da renda apareceu com uma variedade entre os salários recebidos que não correspondia à imagem comumente difundida de uma pobreza homogênea como definidor das periferias urbanas. Tal heterogeneidade estava presente também na paisagem, onde as moradias variavam de terrenos com uma única e ampla casa de alvenaria; terrenos subloteados para diferentes unidades residenciais, também de alvenaria; diversas vielas⁴ e favelas com casas de madeira ou materiais mais precários. Assim, terminamos aquela pesquisa sem ter clareza sobre a qual realidade o conceito de periferia urbana fazia referência, sendo esse é o fio condutor dessa nova pesquisa.

Diante disso, a pergunta que nos colocamos no início dessa pesquisa foi de quais maneiras se deu a formação do conceito de periferia urbana no interior da Geografia urbana brasileira. Nossa hipótese é de que existiria um hiato entre o conceito de periferia urbana privilegiado nos estudos urbanos em geral, e na Geografia em particular, e sua operacionalidade para pensar a realidade periférica tal qual ela se apresenta hoje. Nesse sentido, buscávamos pensar em que medida aquele conceito poderia restringir o campo de investigação de novos sentidos da periferia no início do século XXI.

Dois pontos nos fizeram pensar que a década de 1980 era privilegiada para pensar essa formação do conceito de periferia urbana. O primeiro deles era a dimensão das renovações disciplinares vividas pela Geografia humana na década de 1970, quando alguns de seus pesquisadores buscavam uma maior aproximação com uma vertente crítica do pensamento social. Entendíamos que a renovação temática, o engajamento social e a aproximação com o marxismo representados por esse movimento traria uma compreensão da realidade periférica transversalizada por aquele conjunto de inovações teóricas e

4 Ruas ilegais e bastante estreitas, onde existe uma série de pequenas casas conjugadas dos dois lados. Tais casas não apresentam recuo entre a entrada e a viela.

metodológicas. Além disso, o período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980 definia-se por profundas transformações na estrutura da sociedade brasileira, que passava por uma urbanização intensa e por um crescimento vertiginoso de algumas cidades, cujas consequências passaram pelo espraiamento do tecido urbano e pelo agravamento da pobreza urbana, com a piora da qualidade de vida dos pobres urbanos e o aumento da quantidade de pessoas nessa situação, fazendo com que as questões sobre as periferias urbanas entrassem na pauta dos estudos urbanos em geral, realizado em outros campos da ciência.

Considerando especificamente o contexto disciplinar, no começo da década de 1990 tem início um movimento de abertura aos estudos com abordagem cultural, mais expressivo no Rio de Janeiro, trazendo métodos e temas que até então não tinham eco na Geografia brasileira. Desse modo, escolhemos focar nossa análise nesse período compreendido entre as renovações disciplinares do final da década de 1970 e a introdução da Geografia cultural no cenário brasileiro, cujos eventos de referência foram, respectivamente, o 3º Encontro da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), em Fortaleza (CE), em 1978, e a fundação do NEPEC (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Espaço e Cultura), na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), em 1993.

Como fonte de estudo, escolhemos trabalhar com teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em Geografia que versassem sobre periferia urbana, dentre o período compreendido entre 1978 e 1993. Trata-se de um material que apresenta potencialidades e limitações para a analisar a disciplina nesse contexto. Por um lado, as pesquisas em pós-graduação contam com certas limitações, como as relativas à inexperiência do pesquisador ou o peso que determinadas “tradições” dos programas de pós-graduação ou de certos docentes podem ter dentro dos departamentos universitários. Desse modo, reconhecemos que tais fontes não configuram um local privilegiado para encontrarmos perspectivas inovadoras para se pensar um determinado tema. Além disso, tais pesquisas visam dar conta de um objeto de estudo específico, o que não necessariamente caminha na definição do conceito de periferia urbana, mas em manipulá-lo para compreender uma realidade particular.

No entanto, dentre as potencialidades que encontramos, está justamente o fato de que tais pesquisas dedicam-se na maior parte das vezes a realidades empíricas, sendo uma oportunidade de pensar a realidade através dos modelos em voga, o que também implica

em um teste desses modelos. Dessa forma, as pesquisas empíricas dos trabalhos de pós-graduação nos servem como recursos para pensar sobre os usos dos modelos acerca da realidade periférica que se formava nas cidades brasileiras, o que não seria possível se tivéssemos escolhido unicamente obras de autores consagrados, que têm uma teoria rica, mas não um objeto concreto. Ao invés de um sistema classificatório de autores, pretendemos desenvolver um estudo sobre como as periferias foram pensadas, mobilizadas como elemento discursivo e reconhecidas como parte da transformação social. Os autores muitas vezes alteraram suas abordagens ou simplesmente podem ter trabalhado com outros objetos que não exigissem uma problematização maior da condição periférica. No entanto, os sentidos de periferia que foram evocados podem ser reconhecidos como tendências para o reconhecimento do pensamento geográfico. Existe um volume expressivo de pesquisas em pós-graduação, o que nos faz perceber a repetição de determinadas metodologias de pesquisa, de certos conceitos ou de determinadas referências teóricas, apontando para um modo hegemônico de se estudar a periferia dentro da Geografia urbana brasileira daquele contexto.

De acordo com Mônica Machado (2009, p.174), a produção de pós-graduação em Geografia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e da USP (Universidade de São Paulo) são importantes fontes documentais para pesquisas. Isso ocorreria pelo fato dessas duas universidades terem uma centralidade na produção acadêmica nacional, cuja expressão está, por exemplo, na quantidade de professores de outras instituições de ensino superior cujas pós-graduações foram feitas na UFRJ ou na USP. De fato, tais instituições abrigaram os primeiros programas de pós-graduação em Geografia existentes no Brasil, de modo que a UFRJ iniciou seu mestrado em 1972 e a USP iniciou os cursos de mestrado e de doutorado em 1971. Universidades como a UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e a UNESP (Universidade Estadual Paulista) de Rio Claro também abriram cursos de mestrado durante a década de 1970, contudo, o volume de trabalhos defendido era bem menor que os da UFRJ e da USP, de tal forma que a dimensão dos programas também contribuiu para a difusão de suas ideias pelas universidades do Brasil⁵. Desse modo, esse material expressa as linhas de pesquisa existentes nessas universidades, passadas pelos pesquisadores através de seus orientadores, que irão ter influência na

5 Ao levantarmos as teses e as dissertações defendidas nessas instituições ao longo dentre 1978 e 1993 cujos títulos apontavam para um debate sobre uma das concepções presentes na expressão “periferia urbana”, tivemos os seguintes números: 10 na UFPE, 26 na UFRJ, nove na UNESP e 34 na USP.

produção nacional como um todo.

Para selecionarmos nosso material de trabalho, num primeiro momento, consultamos os *sites* dos programas de pós-graduação realizados na UFRJ e na USP, onde constam todas as pesquisas neles realizadas. A partir desses dados, selecionamos aquelas defendidas entre 1978 e 1993 que potencialmente tratassem de questões relativas à periferia urbana, cujos critérios fundamentais foram o título e os nomes de orientador e orientando. Sobre o título, buscamos a seleção mais ampla possível que abarcasse a polissemia da palavra periferia, englobando pesquisas relativas ao antigo cinturão verde da metrópole, municípios metropolitanos, movimentos sociais urbanos, periferia do centro, pobreza urbana e modos de moradias populares. Com isso, obtivemos nesse momento 60 registros, das quais efetivamente lemos 25, que constam em nossa bibliografia. Os critérios de seleção dos trabalhos a serem lidos priorizaram valorizar pesquisas defendidas durante todo o período considerado, evitando concentrações temporais. Além disso, buscamos selecionar pesquisas com orientadores distintos e que expressassem uma pluralidade temática, a fim de aumentar a diversidade do material encontrado.

Após a leitura, identificamos as diferentes formas de pensar a periferia urbana, que estão apresentadas entre os capítulos quatro e seis desse trabalho. Contudo, dada a inoperacionalidade de trabalhar com um volume de material tão extenso e a repetição de ideias, argumentos e metodologias entre elas, escolhemos algumas dessas pesquisas para ilustrar nossa reflexão, que não busca tratar sobre esses trabalhos em si, mas sobre o modo como a questão da periferia é pensada neles. Para isso, usamos unicamente pesquisas cujos objetos eram casos empíricos, justamente para explorar os modos como os modelos teóricos foram usados para pensar casos concretos. Além disso, priorizamos aqueles realizados por pesquisadores de pós-graduação que acabaram tendo destaque na Geografia brasileira.

As análises empíricas apontam que o conceito de periferia urbana é transversalizado pela ideia de reprodução, que aparece de modo distintos nas pesquisas. Em linhas bastante gerais, de um lado, alguns pesquisadores terão suas reflexões centradas na reprodução social da força de trabalho, partindo-se do princípio de que a periferia é a territorialização de moradia de trabalhadores pobres, ao passo que outros enfatizam a periferia enquanto uma realidade vinculada à reprodução do espaço, a partir do espraiamento do tecido urbano para áreas não-urbanas, que são incorporadas como

periferias. Subjaz a essas perspectivas a questão da totalidade, que aparece de diferentes maneiras. Primeiro, pela compreensão da população moradora da periferia através das contradições de classe, representando o proletariado urbano que, por meio do trabalho, produz a riqueza social, que é drenada para as classes hegemônicas. Dessa forma, a periferia expressa espacialmente as contradições de classe, tendo sua determinação fundamental no próprio capitalismo brasileiro. Uma segunda forma em que a totalidade ocorre nos trabalhos refere-se a pensar a periferia como uma fração da metrópole ou da malha urbana na qual está inserida, de modo que a configuração de seus objetos e recursos espaciais é considerada subordinada a uma totalidade espacial.

Esse recorte é nosso ponto de partida para analisar o conceito de periferia, usado geralmente para designar áreas distantes e precarizadas dos centros urbanos, mas que carrega uma polissemia perceptível nos seus usos. Tais diferentes significados concernentes à expressão dizem respeito justamente às duas características que lhes são geralmente atribuídas: distância e pobreza. Nesse sentido, enquanto alguns pesquisadores pensam a periferia como a territorialização da pobreza no tecido urbano independente de sua localização cartográfica, para outros, a distância ganha destaque na sua definição, colocando em segundo plano os conteúdos sociais dessa porção do território urbano. Outros ainda pensarão a periferia de forma articulada entre pobreza e distância, definido como periféricas somente as áreas distantes e ao mesmo tempo precarizadas. Assim, os usos do conceito de periferia apontam para valorizações distintas da questão da distância como um crivo definidor, como também de seu conteúdo social, expressando realidades sociais distintas entre si e que podem conter heterogeneidades nos usos do espaço.

Desse modo, o que nos interessa é mapear os critérios de definição da periferia nas pesquisas empíricas, tendo como referência suas justificativas teóricas na Geografia urbana e nas demais ciências sociais com as quais foram estabelecidos privilegiados nos estudos urbanos desse período. Ainda que não pretendamos fazer uma análise propriamente sobre essas pesquisas de pós-graduação, mas sim de como o conceito de periferia é tratado nelas, em alguns momentos recorreremos a descrições de seus trabalhos. Isso tem, inicialmente, a função de valorizar a metodologia do pesquisador para analisar seu objeto de estudo. Para além, compreendemos que na própria descrição do material com o qual trabalhamos já existe um trabalho de classificação, posto que ao selecionarmos o que será descrito, apontamos para os elementos que valorizamos em nossa análise.

Antes da introdução do marxismo nos estudos urbanos, a palavra “periferia” dizia respeito unicamente a uma dada localização, definida pela distância do núcleo central e por uma situação limítrofe entre o que está dentro e o que está fora da cidade, cujo significado é confundido, muitas vezes, com o de subúrbio⁶. É nesse sentido que se pode dizer que as zonas das melhores residências e dos *commuters*, dentro do modelo de estrutura urbana⁷ apresentado por Ernest Burgess (1929), são periféricas, ainda que concentrem as moradias dos grupos sociais mais elitizados da cidade. De acordo com esse modelo, os pobres, representados na sociedade estadunidense sobretudo por negros e imigrantes, eram compreendidos por meio do conceito de segregação, que na cidade estavam vinculados à formação de guetos localizados sobretudo na área central. Para os adeptos das teorias ecológicas, a segregação é uma consequência de uma inadaptação social e cultural aos modos de vida da cidade, que geralmente recai aos imigrantes recém-chegados. Segundo esse modelo, com o passar do tempo e das gerações, há um ajustamento entre as condições objetivas de vida impostas pelo urbano e as referências simbólicas e culturais, ou seja, tem-se uma adequação que é acompanhada de uma ascensão social.

Já no escopo marxista, que ganha espaço nos estudos urbanos a partir da década de 1970, a produção de localidades segregadas está fortemente ligada com os processos de acumulação capitalista. Trata-se de um pensamento ancorado na contradição entre capital e trabalho que ocorre na produção e que antagoniza as classes sociais entre aqueles que

6 Álvaro Domingues (1994/5) aponta como periferia e subúrbio são utilizados em trabalhos empíricos e qual é seu suporte material, considerando a localização e seu conteúdo social. A seguir, ele aponta elementos que colocam as significações de tais palavras em crise, o que ocorre através dos estudos sobre as metrópoles. A ideia presente é que a urbanização ocorre sobreposta a uma antiga estrutura urbana, caracterizada pela coesão e pela dicotomia centro-periferia. Essa nova urbanização é como uma explosão urbana, fragmentando o tecido urbano. A urbe deixa de ser coesa e bem delimitada, e este é um elemento da crise das ideias de periferia e subúrbio, como também da concepção urbana em centro/periferia. Socialmente, continuam a existir marginalizações social e geográfica, cuja gravidade pode ter se intensificado. Entretanto,, segundo seu argumento, a materialização desse um fenômeno sociológico não é mais a mesma, de modo que é necessário reconceituar subúrbio e periferia para compreender os movimentos da dinâmica urbana metropolitana.

7 O referido modelo propõe que a cidade é organizada em cinco zonas concêntricas. Na Zona I, tem-se o Distrito Comercial Central, onde predomina a vida política, cultural e econômica da cidade e onde os empregos estão concentrados. Na Zona II, ocorre a Zona de Transição, onde estão concentradas as fábricas, as colônias de primeira fixação de imigrantes, os homens sem lar, as habitações ruins, etc. De acordo com o modelo, conforme as famílias prosperam, elas se mudam para a Zona III, A Zona das Casas dos Trabalhadores Independentes, caracterizada por famílias trabalhadoras que buscam a proximidade do centro e anseiam residir na Zona IV no futuro. Esta, a Zona das Melhores Residências, abriga a classe média dos americanos nativos, com moradias de boa qualidade, e também centros comerciais e de lazer. Por último, tem-se a Zona V, a Zona dos “Commuters”, que é formada por vilas e aldeias que circundam a cidade. São os subúrbios-dormitórios, nos quais residem classes médias e altas, que realizam movimentos pendulares diários para o trabalho, localizado no núcleo urbano.

detêm os meios de produção e aqueles que efetivamente trabalham e produzem valor. De acordo com essa perspectiva, o cerne das questões de marginalidade e de segregação está no acesso dos trabalhadores à riqueza socialmente produzida, que é limitado pelo fato dos grupos hegemônicos se apropriarem da produção. E como o capital tende a se reproduzir de forma ampliada, assim como as relações sociais engendradas nesse processo, o movimento esperado ao longo do tempo é que as contradições de classe sejam agravadas, e não amenizadas. Nossa pesquisa trata de um momento de vigor do marxismo nos estudos urbanos, que haviam sido bastante influenciados pelas perspectivas ecológicas. Dentro do campo da Geografia urbana brasileira, a década de 1980 expressa uma aproximação com o marxismo e o distanciamento com as abordagens anteriores acerca da cidade e da pobreza. Dessa maneira, esse momento expressa uma transição entre dois grandes contextos disciplinares, em que há o declínio de abordagens baseadas na concretude e na funcionalidade das formas espaciais e a ascensão daquelas fundamentadas na totalidade social, onde as paisagens são engendradas a partir dessa estrutura.

Ainda nesse mesmo contexto, diversas cidades do mundo passaram por transformações urbanas até então inéditas, definidas em linhas gerais pela intensificação da urbanização e pelos impactos decorrentes disso, tais quais a ampliação dos serviços ofertados, a expansão da violência urbana e da segregação, a difusão do uso do automóvel, a efervescência de movimentos sociais, etc. Sobre os ritmos do crescimento urbano, Pierre George (1983 [1961], p.18 e segs.) assinala o rápido crescimento das cidades nesse período em diferentes partes do mundo. O autor destaca o caso dos EUA, cujos ritmos de crescimento são classificados como “espantosos” (GEORGE, 1983 [1961], p.19). Assim, Nova Iorque conta em 1973 com uma população 200 vezes maior do que possuía em 1801, e Los Angeles, que tinha 300.000 habitantes em 1910 e 7 milhões em 1970. Pierre George salienta também o caso das cidades dos países subdesenvolvidos, apontando como exemplos, dentre outros, dois casos brasileiros. O Rio de Janeiro tinha 43 mil moradores em 1800, 800 mil em 1900, atingindo o índice de 5 milhões de habitantes em meados da década de 1970. No caso de São Paulo, de 1850 para 1970, passaram de 30 mil habitantes para mais de 6 milhões (GEORGE, 1983 [1961], p.21).

Dada essa nova realidade urbana cada vez mais complexa, os modelos e as explicações com base na Escola de Chicago tornam-se insuficientes. A explicação de que a marginalidade e a segregação seriam resultados de uma inadequação às condições de vida

impostas pela cidade perde sua capacidade explicativa para pensar uma realidade tão intrincada como a que existe em São Paulo em meados da década de 1970. Camargo *et. alli.* coloca que, em 1975, as famílias migrantes representam ao menos 2/3 da população de São Paulo, o que impede que o problema seja tratado como residual, além do fato de suas rendas não serem tão distintas do que as encontradas nas famílias não-migrantes (CAMARGO, 1976, p.13 e segs.). Desse modo, não era possível pensar a questão da migração como um problema residual, dada a extensão do fenômeno, e tampouco os dados socioeconômicos apontavam para uma superação da pobreza urbana com o passar do tempo.

Era imperativo, portanto, uma adequação dos conceitos para tratar dessa nova realidade urbana, caracterizada pelo crescimento populacional intenso e, no caso dos países latinoamericanos, com destaque para o Brasil, pelo agravamento das condições de pobreza. Assim, as cidades brasileiras, em especial as de maior porte, terão uma ampliação de territórios definidos pela moradia dos pobres urbanos, marcado pela falta de infraestrutura urbana e de serviços de consumo coletivo fundamentais para a vida na cidade.

Os bolsões de pobreza nas cidades do Brasil não são uma novidade forjada pelo crescimento urbano vertiginoso ocorrido após a década de 1950. Nas primeiras décadas do século XX, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro já tinham uma estratificação residencial com base na renda, de modo que os pobres urbanos tinham seu local de moradia nos centros urbanos, em favelas, cortiços ou vilas operárias. Maurício de Abreu (2003) assinala que, no Rio de Janeiro, a Reforma Passos⁸ alterou a diferenciação residencial das classes sociais na cidade, que deixa de ser fundamentada no tipo de habitação e passa a ser centrada no local da moradia. Desse modo, num primeiro momento, moradias de diferentes grupos sociais e vários tipos de usos compartilhavam lugares próximos na cidade, situação que foi tendencialmente⁹ alterada com a Reforma, que separa

8 Conjunto de reformas urbanas, iniciadas em 1903, no Rio de Janeiro, com o objetivo de modernizar a cidade. Um dos objetivos foi adequar o Rio de Janeiro aos automóveis, com a abertura de avenidas amplas e que cortavam as principais partes da cidade. No que diz respeito à habitação popular, a Reforma Passos foi responsável pela demolição de cortiços localizados no centro da cidade, cuja consequência imediata foi a formação de favelas nos morros do Rio de Janeiro. Um movimento urbanístico semelhante ocorreu em São Paulo nas décadas de 1920 e 1930, através do Plano de Avenidas elaborado por Prestes Maia, cujo objetivo também era adequar a planta da cidade ao ideal de modernidade, que passava pelo uso do automóvel. Esse conjunto de projetos urbanos modernizantes tem como referência a Reforma Haussmann, realizada em Paris na segunda metade do século XIX, que destruiu as ruas e as construções da cidade medieval, abrindo no lugar parques urbanos, bulevares e avenidas longas e amplas.

9 O uso da palavra “tendencial” está presente em Maurício de Abreu (2003, p.229) e cumpre a função de apontar que essas transformações urbanas impostas pela Reforma Passos não alteraram a realidade

os locais de trabalho e de residência, e hierarquiza os locais de moradia entre os diversos grupos sociais. Desse modo, os pobres urbanos passaram a se concentrar nos bairros da periferia do centro, nas favelas ou nos loteamentos distantes que começavam a surgir. Situação parecida sobre a territorialização da pobreza urbana é descrita por Pierre Monbeig (2004 [1953], p.83-85) sobre a cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. O geógrafo francês aponta a precariedade dos bairros proletários na periferia do centro, como no Bexiga, Barra Funda ou Brás, marcado pelos cortiços insalubres, super-lotados e com alugueis caros. De acordo com o autor, nesse momento, entre 40% e 60% das habitações de São Paulo apresentam condições inferiores às mínimas aceitáveis. Além disso, os pobres urbanos também residem nas vilas operárias localizadas na periferia industrial, sofrendo com o isolamento da cidade e com alugueis ainda mais caros que os dos cortiços, mas contando com residências unifamiliares e mais espaçosas e conservadas.

A novidade urbana após o rápido crescimento demográfico das cidades brasileiras, acompanhado dos projetos modernizantes, é a alteração da distribuição topológica dos grupos e das classes sociais pela cidade. Assim, passam a existir bairros majoritariamente pobres, em oposição aos enclaves elitizados. Desse modo, ao longo das décadas entre 1950 e 1970, tem-se o espraiamento das moradias populares para locais ainda mais afastados do que os então subúrbios das elites urbanas, marcados pela distância e pela precariedade de suas infraestruturas urbanas. Tal fenômeno sócio-territorial foi acompanhado da necessidade de uma transição conceitual, na qual a periferia não expresse unicamente uma localização, mas sobretudo uma dada forma de inserção social de seus lugares e de seus moradores.

Nesse momento, os teóricos do urbano passam a compreender mais claramente que as cidades não podem ser explicadas de modo isolado, e que é preciso articular fenômenos em outras escalas. Desse modo, o crescimento das cidades brasileiras passa a ser entendido como articulado às transformações produtivas no campo e na cidade, quando há uma alteração na relação entre eles. No plano do capitalismo internacional, esse contexto foi marcado pela reconfiguração geográfica da divisão internacional do trabalho, quando os territórios dos países subdesenvolvidos passaram a ser considerados nas topologias industriais das multinacionais, o que também tem impactos nas cidades desses países.

anterior como um todo, permanecendo reminiscências das antigas formas de usos urbanos. Contudo, elas mudaram as orientações gerais do movimento urbano, e é nisso que reside sua importância.

Assim, fenômenos como o espraiamento do tecido urbano e a criação de realidades geográficas marcadas majoritariamente pela pobreza, pela precariedade das infraestruturas e por uma relação perversa com o mundo do trabalho nas cidades brasileiras passam a ter sua explicação fora das fronteiras da cidade, articulando determinações multiescalares e imperativos do modo de produção capitalista. Essa nova compreensão da realidade das cidades será transversal na formação do conceito de periferia urbana desenvolvido a partir das décadas de 1970 e 1980.

A fim de compreender as posições teóricas desenvolvidas na Geografia urbana brasileira ao longo da década de 1980, faz-se necessário analisarmos antes o processo de renovação disciplinar, que teve impactos importantes em termos de métodos e de temáticas, posto que se buscava uma produção do conhecimento que atendesse aos interesses dos grupos socialmente mais vulneráveis na sociedade capitalista.

Assim, no primeiro capítulo, buscaremos compreender as transformações pelas quais a Geografia passou ao longo da década de 1970 e que antecederam seus estudos sobre a cidade com base no marxismo.

No capítulo dois, nos dedicaremos a pensar o conceito de espaço geográfico, que emerge do movimento de renovação disciplinar como o conceito-chave da Geografia e que carrega em si a indissociabilidade entre a materialidade das formas espaciais e da vida social, articulada através da noção de totalidade social, que será importante nos estudos sobre periferia urbana.

O terceiro capítulo será dedicado a apontar análises acerca das periferias urbanas feitas por pesquisadores de diferentes ciências sociais, cuja importância se justifica pelas contribuições de tais áreas do conhecimento nas pesquisas que serão feitas na Geografia Urbana brasileira. Nossa compreensão é que, ao longo dos anos de 1980, os geógrafos preocupados em compreender as realidades periféricas das cidades do Brasil irão articular as inovações trazidas pelas renovações internas à Geografia com os avanços feitos em outros campos dos estudos urbanos, com destaque para a Economia Urbana, o Urbanismo e a Sociologia.

A análise de nossas fontes de pesquisa tem início no capítulo quatro, no qual buscamos ilustrar as transformações que envolvem a noção de “periferia do centro”, que originalmente está vinculada aos estudos ecológicos sobre a cidade e que expressa a realidade social localizada nas bordas do núcleo urbano central. O que identificamos é um

abandono da perspectiva ecológica e a progressiva adoção de modelos marxistas para compreender essa porção do tecido urbano, valorizando-se a análise fundada na totalidade social e nas contradições de classe.

A partir desse momento, a periferia urbana passa a ser compreendida diretamente através do espraiamento do tecido urbano e da expansão e intensificação da precariedade urbana. Assim, no capítulo seis, destacamos a abordagem segundo a qual a periferia urbana é definida, grosso modo, como a territorialização dos locais de reprodução da força de trabalho numericamente mais expressiva no contexto das décadas de 1970 e 1980, que são os pobres urbanos. O sétimo capítulo mantém relações estreitas com o anterior, mas sua definição de periferia urbana está centrada na reprodução do espaço metropolitano, cujo processo é ancorado tanto na expansão da cidade, que incorpora lotes rurais ao urbano, quanto na deterioração de áreas urbanas antigas. Desse modo, a periferia é compreendida através da precariedade das suas formas urbanas, seja pela construção recente e informal que ocorreu nas grandes cidades brasileiras, seja pela degradação de porções centrais e que acabaram sendo transformadas em moradias precarizadas.

Por fim, faremos algumas reflexões finais onde buscamos encontrar pontos de convergência dentre a polissemia que envolve o conceito de periferia urbana na Geografia Urbana brasileira, como também refletir sobre o potencial explicativo daquele conceito de periferia urbana delineado ao longo dos anos de 1970 e 1980 para pensar as realidades periféricas contemporâneas.

Capítulo 1. A Geografia em transformação e seus impactos na renovação crítica da Geografia urbana brasileira

Durante a década de 1970, a Geografia brasileira como um todo passava por um processo de transformações teóricas e epistemológicas profundas, cujos impactos serão sentidos fortemente na Geografia urbana brasileira. Esse processo ficou conhecido como um movimento amplo de renovação da Geografia, com questionamentos transversais, ancorados, de acordo com Ariovaldo de Oliveira¹⁰ (2008, p.8), em dois pilares: de um lado, a reivindicação de democratizar internamente a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), e de outro, a abertura da Geografia à perspectiva marxista nos seus estudos.

Ruy Moreira (2013 [1992], p.23-24), em um texto escrito em 1988 e publicado anos mais tarde, se propõe a analisar esse movimento de mudanças internas à Geografia, e coloca que desde, ao menos, 1974, havia um contexto de críticas às práticas disciplinares e de expectativas de renovação, que convergiram no encontro da AGB de 1978, em Fortaleza (CE).

Quando, em 1978, os geógrafos brasileiros reúnem-se em Fortaleza, no 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), da AGB, a geografia brasileira vivia já um estado de grande ebulição. E isso pelo menos desde 1974. Nos vários cantos do país, movimentos de crítica e de renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo. O 3º ENG ensejou o olhar recíproco, o conhecimento dos protagonistas uns dos outros, a conscientização dos descontentamentos que promovem a necessidade de mudanças e a aglutinação de ideias que precipitam a crise da ciência. (MOREIRA, 2013 [1992], p.24).

Em sua visão particular do processo de transformação da disciplina, do qual participou ativamente, Ruy Moreira aponta para um certo espontaneísmo nesse movimento de renovação disciplinar. Não se trata de uma interpretação unânime dentro da Geografia brasileira, como fica claro no trecho abaixo retirado da entrevista concedida por Milton Santos à Geosul:

Acho que 1978 foi a eclosão de um movimento que vinha se gestando há mais tempo e que havia uma fermentação extremamente bem orquestrada. Não foi obra do acaso, nem foi erupção espontânea. Não houve apenas gratuidade. Havia um grupo

10 Entrevista publicada no Boletim Paulista de Geografia 88, julho de 2008.

de geógrafos brasileiros preocupados com a Geografia brasileira, dispostos a mudar seu rumo, no sentido acadêmico, na construção de uma nova teoria geográfica, uma nova posição que fosse também, ao mesmo tempo, política e acadêmica, dentro da Geografia. (SANTOS, 1989, p.142)

De fato, esse conjunto de citações expressam posições particulares de quem participou ativamente daquele processo de transformação da disciplina, sendo por isso carregado de memórias e de cargas simbólicas. Contudo, não faz parte do escopo de nossa pesquisa dar conta das diferentes interpretações possíveis do momento que convergiu nas transformações disciplinares representada pelo ENG de 1978. O que pretendemos é assinalar a importância desse movimento amplo na renovação da Geografia brasileira, que passa por mudanças teóricas, aproximando-se de certas vertentes marxistas, e políticas, articulando suas pesquisas com os grupos mais vulneráveis da sociedade. Desse modo, apesar da pluralidade de análises sobre aquela conjuntura, avaliamos que não há dúvida da importância daquele movimento nos caminhos futuros da Geografia brasileira. E que, em linhas gerais, o germe desse movimento de renovação disciplinar estava no descontentamento de um conjunto amplo de geógrafos com as práticas em curso. Os alvos de tal oposição eram tanto a Geografia Tradicional, herdeira dos estudos regionais de origem francesa, quanto a Nova Geografia, corrente neopositivista que surge em meados da década de 1940.

No final da década de 1970, havia um movimento de crítica da Geografia fora do Brasil, e consideramos aqui especialmente os questionamentos feitos pelos geógrafos franceses à disciplina, e que teve impactos importantes no cenário nacional¹¹. Em linhas gerais, havia a acusação de que a Geografia produzia um conjunto de conhecimentos que serviam para efetuar o poder de atores hegemônicos, sendo útil à dominação política e territorial exercidas pelo Estado e pelos agentes econômicos. Desse modo, havia a percepção de que os problemas sociais eram questões de menor importância dentro da

11 Nosso destaque à França se deve ao fato de que a consolidação da Geografia brasileira, nas primeiras décadas do século XX, ocorreu através de laços estreitos com aquela realizada pelos franceses, em razão das missões universitárias que trouxeram professores franceses em diferentes áreas do saber, incluindo a Geografia, para o Brasil. Com isso, os cursos de Geografia da então Universidade do Distrito Federal e da Universidade de São Paulo serão bastante influenciados pelos geógrafos franceses (MACHADO, 2009, p.62). Ao longo do século XX, diversos professores franceses atuaram nas universidades brasileiras, e a França era um dos principais destinos dos geógrafos brasileiros que buscavam qualificação profissional. Após o Congresso da U.G.I., em 1956, intensificam-se as visitas dos geógrafos franceses ao Brasil. Além disso, diversos geógrafos brasileiros cursaram pós-graduação na França, como Milton Santos, Pedro Geiger, Orlando Valverde, dentre outros (ALMEIDA, 2013).

Geografia em curso até então. Além disso, era tecida também a crítica de que os geógrafos, desde o final do século XIX, pareciam estar mais preocupados em atingir um grau de prestígio junto às demais ciências sociais, do que em formular uma epistemologia e uma teoria para analisar a realidade.

Nesse sentido, Milton Santos (2004 [1978], p.30), em *Por Uma Geografia Nova*, assinala que o próprio nascimento da Geografia é concomitante com a ascensão da burguesia. Seu argumento é de que era um imperativo hegemônico daquele contexto a expansão do comércio e o estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho a fim de formar um centro produtor de gêneros alimentícios e de produtos primários para a indústria e um mercado consumidor para seus produtos industrializados. Para Milton Santos, a maior parte dos geógrafos esteve ao lado do colonialismo e do capital, de modo que, ao se consolidar cientificamente, a Geografia manteve-se atrelada aos grandes interesses. Isso significou uma produção do conhecimento que servia para esconder o papel do Estado e das classes sociais na organização do espaço e da sociedade.

A ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia. Esse era um momento crucial em que urgia remediar, ao mesmo tempo, o excesso de produção e o excesso de capitais, bem como sopitar as crises sociais e econômicas que sacudiam os países interessados. Era necessário, portanto, criar as condições para a expansão do comércio. [...] Era então imperativo adaptar as estruturas espacial e econômica dos países pobres às novas tarefas que deviam assegurar sem descontinuidade. A geografia foi chamada a representar um papel importante nessa transformação.

Diante da marcha triunfante do imperialismo, os geógrafos dividiram seus pontos de vista. De um lado aqueles que lutavam pelo advento de um mundo mais justo, onde o espaço seria organizado com o fim de oferecer ao homem mais igualdade e mais felicidade: são os casos de Elysée Reclus e Camille Vallaux. [...]

De outro lado, aqueles que preconizaram claramente o colonialismo e o império do capital e aqueles, mais numerosos, que se imaginando humanistas não chegaram a construir uma ciência geográfica conforme a seus generosos anelos.

Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro

aspecto do mesmo programa. (SANTOS, 2004 [1978], p.30-31)

Yves Lacoste (2005 [1976]) também faz uma crítica aos usos políticos aos quais a Geografia se deixou usar, contribuindo para a manutenção de um poder conservador. Em A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, é explorado um antagonismo entre a geografia ensinada nas escolas, centrada na descrição regional, e a de Estado, prenhe de significados políticos. Em seu argumento, o conhecimento em geografia dos militares, ou de Estado, cumpriu um papel ativo na dominação que os países centrais exerceram sobre outros lugares do globo, como no caso da Guerra do Vietnã ou das expansões coloniais. Já o ensino de geografia não tinha como proposta difundir um conjunto de informações sobre o espaço que permitisse aos alunos uma postura crítica sobre as práticas do Estado. Ao contrário, para Yves Lacoste, o modo como a geografia é apresentada aos alunos faz com que ela pareça um conteúdo inútil, mascarando seu caráter político e estratégico. Isso é articulado com um ensino ancorado num conceito de região tributário de Vidal de LaBlache, que para o autor naturaliza o espaço, escamoteando as relações e as contradições sociais nesses lugares. Isso, segundo a perspectiva apresentada, contribui para que a geografia dos professores cumpra o papel de ensinar sobre a pátria, estando vinculado à criação de uma identidade nacional e ocultando as tensões sociais existentes.

Desse modo, em Yves Lacoste (2005 [1976]), a geografia está duplamente ao lado dos interesses hegemônicos. Primeiro, ao oferecer um conjunto de conhecimentos espaciais que são usados pelos Estados com a intenção de dominar territórios e subjugar sua população. E também por esconder seu caráter político nos conteúdos escolares, não porporcionando aos alunos meios de desvendar as práticas militares dos Estados, ensinando-os a aceitar a ideologia nacional, retirando deles a oportunidade de conhecer os conflitos sociais que regem a sociedade na qual estão imersos.

Hoje ainda, em todos os Estados, e sobretudo nos novos Estados recentemente saídos do domínio colonial, o ensino da geografia é, incontestavelmente, ligado à ilustração e à edificação do sentimento nacional. Que isso agrade ou não, os argumentos geográficos pesam muito forte, não somente no discurso político (ou politizado), mas também na expressão popular da idéia de pátria, quer se trate de reflexos de uma ideologia nacionalista invocada pelos coronéis, uma pequena oligarquia, uma "burguesia nacional", uma burocracia de grande potência, ou se refira aos

sentimentos do povo vietnamita. A idéia nacional tem algo mais que conotações geográficas; ela se formula em grande parte como um fato geográfico: o território nacional, o solo sagrado da pátria, a carta do Estado com suas fronteiras e sua capital, é um dos símbolos da nação. A instauração do ensino da geografia na França no fim do século XIX não teve portanto como finalidade (como na maioria dos países) difundir um instrumental conceitual que teria permitido apreender racionalmente e estrategicamente a especialidade diferencial de pensar melhor o espaço, mas sim de naturalizar "fisicamente" os fundamentos da ideologia nacional, ancorá-los sobre a crosta terrestre; paralelamente, o ensino da história teve por função a de relatar as desgraças e os sucessos da pátria. (LACOSTE, 2005 [1976], p.57)

Esse movimento de renovação da Geografia em direção ao marxismo foi acompanhado de uma série de revisões da história da disciplina, nas quais se buscou apontar os problemas políticos e ideológicos da Geografia Tradicional, acusada de ser coerente com os interesses ideológicos conservadores da sociedade. Além disso, sua potencialidade explicativa também era questionada. De acordo com os geógrafos críticos, foi a percepção de que a Geografia Tradicional não permitia a compreensão do mundo e a intervenção na realidade social que deu origem ao primeiro movimento de crítica a essa corrente através da Nova Geografia. O argumento era que a Geografia Tradicional estava ainda muito presa aos referenciais do século XIX, que eram inadequados para compreender o mundo pós II Guerra Mundial, quando ocorreu o aumento das relações comerciais entre as diferentes partes do mundo e das formas de dominação entre os países. Além disso, os países passaram a se preocupar com o planejamento territorial, ou seja, com a intervenção estatal na organização do espaço, e o conjunto de conhecimentos da Geografia Tradicional não possibilitavam esse tipo de ação.

A realidade havia mudado, deixando produtos defasados, aqueles que não acompanharam o ritmo da mudança. O desenvolvimento do modo de produção capitalista havia superado seu estágio concorrencial, entrando na era monopolista. Não se tratava mais de um capitalismo assentado em múltiplas empresas, com burgueses médios concorrendo no mercado. Vivia-se a época dos grandes trustes, do monopólio e do grande capital. Uma revolução tecnológica entrepunha-se aos dois momentos. O liberalismo econômico já estava enterrado; a grande crise de 1929 havia colocado a necessidade da intervenção estatal na economia. Haviam caído por terra as teses da livre iniciativa, da ordem natural e auto-regulada do mercado. Propunha-se agora a ação do Estado

na ordenação e regulação da vida econômica. O planejamento econômico estava estabelecido como uma arma de intervenção do Estado. E, com ele, o planejamento territorial, com a proposta de ação deliberada na organização do espaço. A realidade do planejamento colocava uma nova função para as ciências humanas: a necessidade de gerar um instrumental de intervenção, enfim uma feição mais tecnológica. A Geografia Tradicional não apontava nessa direção, daí sua defasagem e sua crise. (MORAES, 2005, p.104)

Desse modo, a leitura feita é que a Nova Geografia surgia como uma resposta à inaptidão da Geografia Tradicional de interpretar a realidade e de planejar uma intervenção estatal na organização do espaço. No bojo desse movimento, se desenvolve a Geografia Quantitativa, onde seus adeptos buscaram a precisão e a generalidade da linguagem matemática, a fim de prever fenômenos e atuar na realidade tendo como referência seus modelos e sistemas.

Segundo Milton Santos (2004 [1978], p.67), a Geografia Quantitativa buscava apontar relações de causalidade linear para a compreensão da realidade, não atingindo o âmago da realidade social. Por conta disso, seus resultados apareceriam como desvinculados dos processos sociais, e consequentemente, imutáveis. Soma-se ao seu argumento a consideração de que essa corrente colocava a Geografia a serviço dos planejadores territoriais e dos agentes industriais e empresariais para quem o espaço era um dos elementos da sua lucratividade. Desse modo, a Nova Geografia prestava-se à manutenção do *status quo* e à legitimação científica do mundo dos negócios.

Então, o espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem papel essencial. Assim o espaço do homem deveria ser aviltado para dar a impressão de que, no ato de produzir, os homens se confrontam com um espaço parcelado, desumanizado, reificado. O espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação. (SANTOS, 2004 [1978], p.114-115).

Antônio Carlos Moraes (2005, p.109 e segs.) faz uma interpretação semelhante, avaliando que, ainda que a Nova Geografia como um desdobramento dos limites da Geografia Tradicional, ela representa uma continuidade nos vínculos entre a Geografia e o referencial ideológico da burguesia. Desse modo, dentro do movimento de renovação da Geografia via marxismo, a entrada de uma corrente quantitativa na disciplina não alterou

significativamente seus rumos.

No interior do embate entre a Geografia Tradicional e a Nova Geografia, um grupo de pesquisadores da ala mais à esquerda da Geografia clássica irá caminhar em direção a uma disciplina mais atenta aos problemas sociais da realidade. Conhecida como Geografia Ativa, nomes como Pierre George, Bernard Kayser, Yves Lacoste, Jean Dresch e Jean Tricart, buscam se opôr à vertente quantitativa, avançando no caráter de denúncia da abordagem regional.

Sobre esse movimento, François Dosse (1994 [1991], p.349) aponta que, no pós-guerra, geógrafos comunistas buscam avançar em uma abordagem marxista da disciplina. Contudo, ainda que concordassem com o materialismo histórico, esses geógrafos não se desvencilharam da Geografia Tradicional e mantiveram-se presos ao seu empirismo. Assim, a disciplina não questiona epistemologicamente seus fundamentos e não se abre a uma abertura à interdisciplinaridade.

Essa geografia tradicional vai se conciliar com uma abordagem marxista que registra substancial avanço no pós-guerra, graças à influência e à penetração que um certo número de geógrafos adquiriu: Pierre George, Jean Dresch, eleitor para a Sorbonne, e Jean Tricart, para a Universidade de Estrasburgo. Contudo, marcados pela geografia tradicional e prisioneiros do seu empirismo, esses geógrafos não lograrão abalar sua disciplina nem abri-la para um questionamento epistemológico sobre seus fundamentos ou para diálogos teóricos interdisciplinares. Tanto mais que a conjuntura da guerra fria e do stalinismo era pouco propícia ao desenfurnar desses geógrafos comunistas encerrados em sua torre de marfim e em sua dupla certeza: a de um materialismo histórico, por um lado, e, por outro, um saber empírico estribado nas grandes obras do passado, sem contar algumas tradições jdanovianas como aquela a que sucumbiu o geógrafo Jean Tricart, quando opôs a geomorfologia marxista à geomorfologia burguesa de seus predecessores. (DOSSE, 1994 [1991], p.349)

Considerando o contexto brasileiro, a Geografia Crítica, ao buscar se estabelecer enquanto uma vertente disciplinar, reconhecia que a Geografia Ativa deu uma importante contribuição à disciplina ao politizar o discurso geográfico. No entanto, também afirmavam a insuficiência do caráter denunciante que tomava. Desse modo, a crítica de François Dosse (1994 [1991]) à Geografia Ativa estava presente no próprio movimento de engendramento da Geografia Crítica. Em 1981, Antônio Carlos Moraes afirma que o fato

desse grupo de pesquisadores não ter rompido com a análise regional e com os referenciais da Geografia Tradicional acabou impedindo que suas reflexões atingissem o que é considerado o cerne dos problemas sociais em uma abordagem marxista, mantendo-se na descrição das aparências.

Entretanto, esta Geografia de denúncia não rompia, em termos metodológicos, com a análise regional tradicional. Mantinha-se a tônica descritiva e empirista, apenas passava-se a englobar no estudo tópicos por ela não abordados. Introduziam-se novos temas, mantendo os procedimentos gerais da análise regional. Fazia-se uma descrição da vida regional, que não encobria as contradições existentes no espaço analisado. Sendo a realidade injusta, sua mera descrição já adquiria um componente de oposição à ordem instituída. Tal perspectiva aparece com clareza, por exemplo, em obras como a Geografia da Fome de Josué de Castro, ou a Geografia do Subdesenvolvimento de Y. Lacoste. Estes livros não iam além da proposta regional, porém apresentavam realidades tão contraditórias, que sua simples descrição adquiria uma força considerável de denúncia, fazendo da Geografia um instrumento de ação política. Estes estudos tiveram um papel significativo, pois abriram novos horizontes para os geógrafos, ao apontarem uma perspectiva de engajamento social, de atuação crítica. (MORAES, 2005, p.124)

Tem-se, portanto, a compreensão de que, ainda que a Geografia Ativa não questionasse a estrutura interna do mundo capitalista, ela apontava para um comprometimento maior com as questões sociais e com os problemas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento¹² dos países. Com isso, passam a valorizar aspectos antes negligenciados na Geografia, diferenciando-se das demais correntes por jogarem luz nas

12 Uma série de termos são usados para se referir ao conjunto de países de economia capitalista e que não pertencem àqueles de industrialização original. Esse debate ganha força durante o período da Guerra Fria, quando os países alinhados aos EUA passaram a participar da configuração de uma nova divisão internacional do trabalho pelas companhias transnacionais. Isso implicou a integração produtiva dos territórios de diferentes nações, dissociando a ideia de que a presença de indústrias estaria necessariamente vinculada ao desenvolvimento. Também a ideia de desenvolvimento está imersa em uma série de debates que visam, sobretudo, dissociá-lo do crescimento meramente econômico ou produtivo. Dessa maneira, expressões como “países em desenvolvimento”, “sub-desenvolvidos”, “não desenvolvidos”, “países do terceiro mundo”, “periféricos”, etc., expressam vinculações teóricas de seus autores e os debates nos quais estão inseridos. Contudo, ainda que compreendamos a importância política e teórica das discussões semânticas, trata-se de algo que foge ao nosso objetivo desse texto. Dessa maneira, respeitaremos os usos que cada um dos autores faz dessas expressões, ou seja, ao nos referirmos a um determinado autor, usaremos a expressão por ele empregada nesse contexto. Se por um lado, isso nos esquivamos de um debate, por outro, compreendemos que os diferentes autores que usamos como referência compartilham de um determinado conjunto teórico, não havendo disparidades profundas entre eles. Com base nisso, julgamos que essa discussão acerca de termos e das expressões não traria grande contribuição ao trabalho desenvolvido.

contradições presentes nas realidades estudadas, explicitando a miséria, a desigualdade e a injustiça social. Esse movimento abriu novas perspectivas à Geografia, que poderia usar sua capacidade descritiva como um instrumento de denúncia, apontando para um engajamento social que até então ocorria dentre os geógrafos apenas de forma remanescente. Por essa razão, Jorge Silva (1996, p.192) avalia que é nesse contexto que serão gestados os elementos responsáveis pela transformação da disciplina entre o final da década de 1970 e a de 1980.

Isso passa por uma crítica sistemática ao conceito de região, que é atacado tanto por o julgarem inadequado para explicar o mundo moderno, marcado cada vez mais por relações que ultrapassam as escalas locais, quanto pela acusação de ser politicamente conservador, estando necessariamente atrelado à dominação burguesa e aos interesses hegemônicos, realizado através da naturalização do espaço e das relações de classe e de poder envolvidas. É nesse conjunto de circunstâncias que, no começo da década de 1960, Max Sorre, com base no problema da alienação levantado por Marx, propõe pensarmos em paisagens derivadas, já que as paisagens dos países subdesenvolvidos são forjadas, derivam, dos interesses dos países centrais.

Ainda assim, na década de 1970, a Nova Geografia continua sendo feita, e o mesmo ocorria com a Geografia Tradicional, que apesar dos questionamentos da Geografia Ativa, mantinha-se presa a teorias, modelos e conceitos referentes a um espaço-tempo que não existia mais. É em meio a esse contexto que terão início os movimentos de renovação disciplinar, que nas Geografias francesa e brasileira ocorreram por meio da incorporação do marxismo na disciplina, buscando não apenas descrever as realidades espaciais mais precarizadas, mas fundamentalmente compreender suas causas genéticas e quem eram os beneficiados com essa situação. Dito de outra forma, aqueles geógrafos tinham o objetivo de elucidar de que modo o espaço era resultado dos movimentos da totalidade social e ao mesmo tempo contribuía para sua reprodução.

Tratava-se de um contexto marcado pela forte instabilidade social em seus diferentes aspectos. Os países centrais estavam imersos nas guerras de libertação colonial e havia a eclosão de uma série de lutas pela ampliação dos direitos civis. Nos países periféricos, em especial os latinoamericanos, estavam em curso ditaduras militares sangrentas cujo objetivo era, ao menos no discurso, evitar o avanço do comunismo soviético, garantindo o alinhamento desses países aos EUA durante a Guerra Fria. Por toda

a parte, havia a explosão dos problemas urbanos, que não poupavam nenhum dos três mundos existentes no período. Desse modo, a avaliação que fazemos é que, em alguma medida, a síntese das acusações feitas à Geografia é de que havia um descompasso entre as práticas dos geógrafos e suas tentativas de explicar a realidade e as ebulições políticas em curso.

No caso da realidade brasileira, novas questões sociais e políticas emergiam no país. Imerso em um processo de modernização produtiva, cujos impactos eram sentidos tanto no campo, quanto nas cidades. O que se via era um crescimento inédito de suas cidades, a ampliação desenfreada da pobreza urbana e de seus problemas decorrentes, como a expansão de moradias precárias e da violência. Contudo, esses problemas urbanos apareciam com os mais variados contornos ao longo do território brasileiro. Tratava-se de uma realidade tão complexa que Fany Davidovich (1987) classificou a urbanização brasileira em curso na década de 1970 de acordo com a atividade econômica vinculada e com suas características. Desse modo, ao falar de urbanização do Brasil, era necessário distinguir as especificidades do que ocorria nas regiões metropolitanas, nos centros urbanos regionais e nas frentes pioneiras do Norte e do Centro-Oeste. No que diz respeito às grandes cidades brasileiras, eclodem problemas sociais relacionados com a incorporação da mão de obra, a moradia e a valorização intensa do solo urbano, a mobilidade metropolitana e o aumento das distâncias causadas pelo espraiamento da cidade, a falta ou precariedade de serviços essenciais básicos, dentre outras questões.

Desse modo, uma parte expressiva dos geógrafos brasileiros, em consonância com os movimentos na Geografia francesa, pensam de que forma essa realidade pode ser compreendida através de uma análise espacial. É nesse sentido que Ruy Moreira destaca as contribuições de Yves Lacoste e de Henri Lefebvre para uma compreensão marxista do espaço. O primeiro, ao fazer a crítica da neutralidade presente nos discursos geográficos, assinala o problema ideológico-político do espaço. Já o filósofo francês, aponta a compreensão de que o espaço é a uma categoria estruturante da realidade. Segundo a leitura de Moreira, o espaço é definido como uma categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade por meio das relações de produção, abrindo caminho para uma crítica interna ao funcionalismo e ao neopositivismo em voga na Geografia.

Fazendo uma reflexão para nós até então inusitada sobre o espaço, Lefebvre fornece no plano teórico o fundamento para aquilo que

Lacoste fizera no plano institucional e epistemológico do discurso geográfico. Abrem ambos assim para a crítica interna às duas correntes então vigentes na geografia: a funcionalista e a neopositivista. (MOREIRA, 2013 [1992], p.26)

Isso aponta para um momento no qual os geógrafos buscam se afastar da máxima vidalina de que o espaço é o palco da ação humana, caminhando em direção a uma resignificação do espaço, o que será feito através do entendimento de que ele é uma instância social relevante para a reprodução da sociedade como um todo. Assim, desvendar o funcionamento do espaço é um modo de contribuir para a compreensão de um prisma da realidade social. Essa é a síntese da proposta de espaço geográfico apresentada por Milton Santos (2004 [1978]) em *Por Uma Geografia Nova*, livro lançado no encontro da AGB de 1978 em Fortaleza e considerado como a obra que marca o movimento de renovação da Geografia no Brasil.

No já citado artigo de Ruy Moreira (2013 [1992]) sobre os eventos de 1978, o geógrafo busca revisitar os acontecimentos que marcaram o movimento de renovação da Geografia. Em sua perspectiva, aquele contexto foi marcado pela revalorização da história, que havia sido declarada morta pelos pensamentos neopositivista e estruturalista nas demais ciências sociais. Na Geografia, essa crítica da morte da história foi tecida justamente pela crítica estruturalista à corrente neopositivista da Geografia Quantitativa. E como o estruturalismo não havia se desenvolvido na Geografia, ele aparece nesse contexto como uma novidade. Desse modo, Moreira (2013 [1992], p.28) avalia que o referido livro de Milton Santos oferece uma visão estruturalista do espaço como instância social, criticando de forma contundente a Geografia Quantitativa ao mesmo tempo em que sublima o sujeito da história.

Na geografia neopositivista, a morte da história dera-se na forma da redução do espaço a um mero discurso de pontos e linhas. A uma ideia de espaço só como forma, despojado de conteúdo. Fala-se nela de pontos, querendo-se falar de cidades. E fala-se de linhas, querendo-se falar de redes e fluxos de transportes. O que, todavia, é a cidade e o que é a rede de transportes, o que exprimem como formas de realização da história, disso não se cogita. A visão estruturalista do espaço como instância trazida à geografia por Milton Santos oferece o elemento essencial à crítica da abordagem neopositivista, embora nela o sujeito da história, contraditoriamente, seja sublimado. (MOREIRA, 2013 [1992], p.28)

A questão do avanço do estruturalismo na Geografia a partir da década de 1970 também é apontada por François Dosse (2007). Ainda que, nesse momento, a corrente estruturalista estivesse em declínio nas demais ciências sociais, a Geografia não havia ainda tido contato com ela, o que é compreendido por duas chaves. Primeiro, a própria natureza do objeto da Geografia, considerado então como as relações entre a natureza e a cultura, interseção que não era abarcado pelas ambições estruturalistas de fundar as ciências do homem exclusivamente sobre a cultura, modelada pelas regras da linguagem. Desse modo, a adesão ao estruturalismo implicaria na separação entre os dois domínios do saber, o que era interpretado pelos geógrafos como uma ameaça aos seus paradigmas disciplinares (DOSSE, 1994 [1991], p.347).

A segunda chave para a ausência da Geografia no movimento estruturalista é o fato da disciplina estar ainda muito presa à sua história, vivendo “à sombra dos louros conquistados no passado” pela geografia vidalina. François Dosse aponta que o auge dessa Geografia Tradicional ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, quando as monografias regionais são difundidas para fora da França. O êxito dos geógrafos foi aproveitado pelos historiadores, através de Lucien Febvre. No interior da Escola dos Anais, Febvre defende vigorosamente Vidal de LaBlache nas disputas traçadas com Ratzel e com Durkheim. Em 1929, ao fundar a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, junto com Marc Bloch, Febvre convida o geógrafo Albert Demangeon para o comitê de redação, e a orientação da nova escola histórica francesa retoma os aspectos essenciais do paradigma vidaliano. Para a Geografia, isso significou a perda de seu dinamismo próprio, o que beneficia somente os historiadores. Assim, entre o pós-guerra e a década de 1960, as grandes monografias regionais serão feitas principalmente por historiadores (DOSSE, 1994 [1991], p.348-349). Desse modo, a Geografia permanece estruturalmente vinculada à História e têm suas práticas limitadas ao que Dosse chama de “plano em gavetas”, justapondo elementos do relevo, do clima, da população, etc., em busca de uma síntese ideal.

Ainda de acordo com François Dosse, a década de 1970 marca o despertar da Geografia para a epistemologia, o que ocorre através da sua abertura para a matemática. A situação intermediária da disciplina, causada por sua localização entre as ciências da natureza e as sociais, é solucionada através do conceito de espaço trazido pela Nova Geografia, colocando a disciplina dentre as ciências humanas. Isso permite que geógrafos como Yves Lacoste questionem o saber geográfico fundamentado em formalizações

matemáticas, apontando sua insuficiência, na medida em que aquele conjunto de medições não eram resultado de reflexões teóricas¹³. Lacoste usa, declaradamente, Althusser como referência para pensar as diferentes escalas de conceituação e a distinção entre o espaço enquanto um objeto real e enquanto um objeto de conhecimento. Desse modo, François Dosse (1994 [1991], p.352) afirma que o espaço é pensado com base num modelo althusseriano, fazendo com que a Geografia seja a última ciência a ser influenciada pelo althusserianismo.

Assim, ainda na década de 1970, o meio dos geógrafos estava agitado, em um movimento que não foi uníssono em direção à renovação. Em meados da década, quando o estruturalismo já estava bastante questionado nas demais ciências sociais, entram na Geografia as noções de estrutura, sistema e processo (DOSSE, 1994 [1991], p.353). Em 1975, jovens geógrafos franceses colocam-se contra a Geografia Tradicional francesa, expressando a vontade de romper com o isolamento disciplinar e por-se na interface das demais ciências sociais¹⁴. Segundo Dosse (1994 [1991], p.357), essa virada à epistemologia são os “ecos atrasados” das questões estruturalistas levantadas nas demais ciências sociais na década de 1960, que direcionavam os pesquisadores a pensar as fronteiras disciplinares e a crítica das aparências enganadoras, a fim de fazer emergir a ciência e a teoria.

A influência do estruturalismo na Geografia é simultânea à valorização do espaço como conceito-chave na disciplina. O caráter holista presente no estruturalismo será também transversal ao conceito de espaço elaborado pelos geógrafos marxistas, que apresenta uma interdependência dos elementos da totalidade social. Nesse sentido, compreendemos que é importante nesse momento nos debruçarmos sobre o conceito de espaço que passa a ser discutido no interior do movimento de renovação da Geografia brasileira. Por um lado, acreditamos que esse conceito nos dá a direção de como os geógrafos marxistas saíram da crise disciplinar que identificaram em suas revisões do desenvolvimento histórico da Geografia. Por outro, o conceito de espaço desenvolvido

13 François Dosse faz referência ao artigo de Yves Lacoste na enciclopédia sobre a história da filosofia organizado por François Châtelet. Segundo Lacoste, é necessário construir conceitos de acordo com o modelo epistemológico preconizado por Bachelard (*La formation de l'esprit scientifique*, PUF (1938), p.213), de que “cumpre refletir para medir e não medir para refletir”.

14 Trata-se de uma menção ao boletim criado por alunos da seção de história e geografia da ENSET (Ecole Normale Supérieure de l'Enseignement Technique), intitulado *EspacesTemps*. Dada a polêmica do conteúdo da publicação, o boletim acabou impelido a se autonomizar. Em 1976, é lançado seu manifesto, onde se lê: “pensar a geografia; refletir a história; intervir no ensino; interrogar as ciências sociais” (DOSSE, 1994 [1991], p.356).

nesse contexto nos mostra o referencial teórico através dos qual os estudos sobre a periferia urbana serão feitos na Geografia brasileira, que é propriamente nosso objeto de estudo.

Capítulo 2. A totalidade social como base para o conceito de espaço na Geografia Crítica

Como visto até o momento, da segunda metade da década de 1970 e na década seguinte, a Geografia brasileira encontra-se em um contexto de questionamentos e de transformações. Trata-se de uma situação compartilhada com colegas de outros lugares do globo, de modo que havia uma espécie de desencanto com as práticas em curso na Geografia. Além disso, tanto na Geografia brasileira, como na francesa, havia a percepção de que a disciplina apresentava-se incapaz de dar explicações sobre o mundo. Essa situação teve impacto até mesmo na Geografia anglo-saxã, como fica expresso quando David Harvey (1980 [1973], p.11) diz que “quando realmente [nós, geógrafos] dizemos alguma coisa, ela parece trivial e talvez ridícula”.

Desse modo, uma série de desconfortos com a própria disciplina marcavam os geógrafos daquele momento, que passavam desde o prestígio dentre as outras ciências sociais, quanto pelo modo negativo como eles avaliavam a Geografia até o momento, acusada de ter uma baixa capacidade explicativa e vinculações políticas conservadoras. Considerando especificamente o caso da Geografia brasileira, o caminho encontrado para sair dessa crise passou pela busca de uma explicação marxista do espaço, de modo que fosse possível elucidar quais são as articulações entre os movimentos da sociedade – considerando a história, a economia, os movimentos sociais, etc. – e a base geográfica onde isso se desenvolvia. Buscava-se responder como o espaço estava inserido na totalidade social, escapando de uma perspectiva que via o conhecimento geográfico como enciclopédico e sem grandes potencialidades políticas.

Isso passava por uma revisão crítica dos conceitos usados até então na Geografia para analisar a realidade, com o objetivo de apontar de que forma suas limitações explicativas contribuíam para uma ciência politicamente conservadora. A Geografia Tradicional tinha a região como conceito-chave em suas explicações. Como vimos, foi com a Geografia Quantitativa que o conceito de espaço passou a ser valorizado na Geografia. Contudo, tratava-se de um espaço absoluto, contingente da vida social. Desse modo, para aqueles geógrafos críticos, nem a região da Geografia Tradicional, nem o espaço da Geografia Quantitativa caminhavam no sentido de um conceito de espaço que contribuísse para uma interpretação da sociedade e de seu movimento.

Não temos a pretensão de esgotar a discussão acerca do espaço nesse contexto. Antes, nosso único objetivo é apresentar a polêmica e fornecer elementos sobre como o conceito de espaço mobilizado pelos geógrafos renovadores, com destaque para os brasileiros, que serão importantes na segunda parte desse trabalho. O que pretendemos é que, ao chegarmos na segunda parte do trabalho, tenhamos um conjunto de reflexões feitas para dar conta do uso que será feito do conceito de espaço nas pesquisas empíricas. Dito isso, seguimos ao nosso argumento, que será conduzido por dois eixos.

O primeiro deles diz respeito a uma reflexão acerca da escala, naturalizada na Geografia sobretudo através dos estudos regionais¹⁵. No entanto, surgem questionamentos de que a escala não expressa unicamente uma proporção matemática entre a realidade e a representação cartográfica, o que a colocaria circunscrita no campo da cartografia¹⁶. Ao contrário, aquelas reflexões apontam para uma compreensão de que a escala seleciona quais fenômenos da realidade são perceptíveis e, portanto, quais podem ser investigados, sendo desse modo um elemento importante de discussão na Geografia humana.

Yves Lacoste (2005 [1976]) procura se afastar da geografia regional de influência vidalina, questionando dois de seus atributos. Primeiro, a compartimentação da realidade em regiões, como se estas fossem áreas que naturalmente agrupam um conjunto de características ambientais e sociais. Isso não se sustenta devido ao fato de que cada um desses aspectos – clima, geologia, demografia, etc. – tem extensão distinta do outro, de modo que elas não coincidem exatamente. Além disso, a palavra região é usada para fazer referência a realidades dos mais diferentes tamanhos, compreendendo desde um conjunto de cidades, até uma zona climática inteira. A questão para Lacoste é que essas dimensões variadas da realidade expressam níveis de análise da realidade, que permitem visualizar determinados fenômenos, ao passo que escondem outros. Assim, segundo o exemplo dado, a compreensão de um acontecimento climático exige que uma vasta área do planeta seja considerada, ao passo que uma erosão será visível apenas em uma escala maior. Desse modo, a escala não apenas nos fornece um grau de aproximação de um dado fenômeno,

15 Para Yves Lacoste (2005 [1976], p.59 e segs.), a geografia escolar e universitária a qual faz referência em seu livro foram influenciadas ou até mesmo formadas sob a perspectiva vidalina de “geografia regional”.

16 Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983 [1980], p.124), a Geografia emprestou a escala da Cartografia, não desenvolvendo um conceito próprio. Isso tem implicações na disciplina, já que a cartografia exprime uma representação matemática do espaço e a geografia busca compreender a relação entre as sociedades e o espaço. Dessa forma, a escala cartográfica pode ser um instrumento da geografia, mas não o seu conceito de escala, pois nada diz sobre a relação sociedade-espaço.

mas de fato seleciona o que pode ser visto naquele nível de análise (LACOSTE, 2005 [1976], p.77). É por essa razão que para o autor, não existe níveis de análise privilegiado para o conhecimento, visto que cada uma delas permite visualizarmos certos fenômenos, que não conhecemos previamente e portanto não podemos negligenciar.

Racine, Raffestin e Ruffy (1983 [1980]) apontam que, em Geografia, a escala abarca um conjunto de elementos da realidade que são pertinentes ao estudo que se pretende fazer. Nesse sentido, delimitar uma escala de análise significa escolher um rol de fenômenos que auxiliam o pesquisador a refletir sob um determinado prisma. Ainda segundo os autores, trata-se de algo distinto do que é feito em Cartografia, onde a escolha da escala significa a demarcação de uma área de estudo. Além disso, nos estudos geográficos, a escala confere alguns atributos à realidade observada, de modo que, quanto maior a escala, as informações são mais factuais, o vivido é valorizado e tem-se a tendência à heterogeneidade. No caso contrário, quanto menor a escala, as informações são estruturadas e tem-se a tendência à homogeneidade dos fenômenos. Para os autores, a homogeneidade é a distribuição uniforme de um fenômeno, e a heterogeneidade é a concentração desse fenômeno.

Na escala de uma região urbana, por exemplo, a “coroa urbana” parece homogênea. Os mesmos dados, estudados na escala da coroa, somente, mostram um grau de heterogeneidade muito grande. Variações locais podem produzir formas de agrupamento em grande escala enquanto que variações regionais podem traduzir-se pelo que nos aparece como uma distribuição homogênea. (RACINE *et. Ali.*, 1983 [1980], p.125)

Nesse sentido, essa discussão implica, inicialmente, em desnaturalizar a escala preferencial da Geografia Tradicional, apontando que, além de conter os problemas assinalados por Lacoste (2005 [1976]) de abarcar fenômenos de diferentes extensões, é apenas uma das escalas possíveis. O desdobramento dessa reflexão é devolver ao pesquisador a responsabilidade por escolher seu objeto de pesquisa e a escala mais adequada para analisá-lo. Desse modo, as realidades que podem ser objeto de estudos pela Geografia deixam de ser aquelas pertinentes à escala adotada nos estudos regionais. Assim, ao menos virtualmente, a reflexão sobre a escala amplia o rol de possibilidade de temas abordados pela Geografia, incorporando fenômenos e discussões políticas que antes eram negligenciadas na disciplina.

O segundo eixo que conduz nossa reflexão é a crítica feita naquele momento de que o espaço fora considerado até então no pensamento geográfico como um elemento inerte, um mero receptáculo da vida social. Em linhas gerais, a compreensão naquele contexto de renovação disciplinar é de que, na Geografia Tradicional, em especial a francesa, a concepção de espaço tinha em Kant sua referência filosófica central. Nesse sentido, o espaço era considerado como condição de possibilidade dos fenômenos, e portanto, tem uma existência anterior à vida social. De acordo com essa perspectiva, não existiriam relações entre a sociedade e seu espaço social, já que cada uma delas seriam forjadas em esferas que não estabelecem vínculos entre si. Já a concepção de espaço presente na Geografia Quantitativa o define como uma área homogênea, compreendida através da lógica matemática (matriz), privilegiando-se a distância na elaboração de modelos (CORRÊA, 2012, p.20)¹⁷ e não valorizando aspectos de diferenciação dos objetos e do sítio, como a história, as contradições sociais, os interesses políticos, etc.

É possível compreender que, para Milton Santos (2004 [1978]), em um contexto no qual estava imerso nos debates acerca da renovação crítica da Geografia, desde o momento de sua construção disciplinar, a Geografia tinha sua referência de espaço na noção de receptáculo da vida social. Essa afirmação tem como base a constatação de Santos (2004 [1978], p.48 e segs.) de que a Geografia oficial fora fundamentalmente influenciada pela herança idealista e positivista, de modo que o comtismo, o cartesianismo e o kantismo eram combinados com o espaço absoluto de Newton, e também com o darwinismo e o spencerismo. Ainda nesse argumento, Santos coloca que a filiação filosófica não é aberta em Vidal de La Blache, que sofreu influências desde Marx até Kant, mas ao não apresentar francamente sua orientação, pôde ir de uma concepção a outra sem maiores justificativa.

Com Vidal de La Blache e sua escola, o darwinismo e o spencerismo parecem abandonados, mas eles não o dizem abertamente. Aliás, é bem dificilmente, e raramente, que suas preferências e filiações filosóficas são postas a nu: o que lhes deixava à vontade para dançar a valsa interminável que os levava dos braços, hoje, de um Kant aos de Marx amanhã, sem trair o racionalismo cartesiano nem, todavia, o positivismo de Comte e Poincaré. (SANTOS, 2004 [1978], p.49)

Segundo Milton Santos (2004 [1978], p.99), a Nova Geografia e sua vertente

17 Artigo presente em CASTRO, GOMES, CORRÊA (org.) [1995]. Geografia: Conceito e Temas. 15ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, pp.15-48.

Quantitativa representam a “exaltação da tendência positivista que sempre influenciou a Geografia”. Desse modo, a compreensão sobre a Nova Geografia naquele momento de transformações na Geografia é de que o espaço seria apartado de forma radical do tempo e da sociedade, havendo a ambição de superar essa condição. É desse modo que Milton Santos (2004 [1978], p.75) coloca que a Geografia Quantitativa não trabalha com a ideia de processo, ainda que exista uma ideia de sucessão de fenômenos, mas apenas com resultados, não oferecendo explicações de como uma dada situação foi configurada, mas se limitando a descrevê-la. Ainda dentro dessa crítica, Santos coloca que a Geografia Quantitativa desconsidera que as relações sociais são estabelecidas entre os homens, e não entre objetos. Isso faria com que o espaço da Geografia Quantitativa fosse ancorado em uma concepção matemática, que desconsideraria os movimentos da sociedade e seus processos, descrevendo seus resultados como se eles não fossem decorrentes de uma determinada organização social realizada numa realidade específica.

Então, o espaço geográfico é estudado como se ele não fosse o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial. Assim, o espaço do homem deveria ser aviltado para dar a impressão de que, no ato de produzir, os homens se confrontam com um espaço parcelado, desumanizado, reificado. O espaço real é substituído por um espaço ideológico sob o qual puderam assentar-se falsas teorias substantivas e de planificação. A intitulada geografia quantitativa marca o ponto máximo dessa desespacialização do espaço reduzido a uma teia de coordenadas sem relação com o real, um verdadeiro “*computer taxonomic exercise*”¹⁸, ao mesmo tempo que um desistorialização: um conjunto de fórmulas matemáticas de onde a história – ou seja, o homem – era sistematicamente afastado. É a sofisticação do velho lastro positivista da disciplina geográfica, cuja noção de região representou um passo preliminar mas fundamental. (SANTOS, 2004 [1978], p.114-115, *grifo original*)

Para Milton Santos (2004 [1978], p.45), o argumento de que a Geografia deveria ser definida mais pelo seu método de análise da realidade do que por um objeto de estudo específico não era convincente. Desse modo, o autor assinala a necessidade de um método adequado de aproximar a Geografia das demais disciplinas e de conceituar o espaço geográfico, que em sua perspectiva, é o objeto da Geografia. Assim, mais do que propriamente concordar com as críticas apresentadas ao pensamento geográfico em curso

18 BROOKFIELD, H.C. Independent Development. London, Methuen, 1975, p.107.

até o momento da crise, o que nos interessa fundamentalmente nesse momento é apresentá-las, pois elas são o ponto de partida de uma concepção de espaço distinta da anterior e que irá nortear as reflexões sobre a periferia urbana na Geografia brasileira da década de 1980.

Milton Santos parte da concepção de que a totalidade social é formada de uma série de estruturas ou instâncias sociais, que contêm especificidades e que são, em si mesmas, totalidades. Cada estrutura social é caracterizada por reproduzir-se de forma ampliada, por relacionar-se de modo subordinado-subordinante com as demais estruturas, por estar submetido à lei da totalidade e por dispor de certa autonomia, tendo um funcionamento específico. O espaço possui tais atributos e, portanto, é uma instância ou uma estrutura social¹⁹ (SANTOS, 2004 [1978], p.181). Nessa concepção, o movimento da estrutura espacial é articulado com o das demais instâncias na conformação da totalidade social, sendo configurado ao mesmo tempo em que exerce suas influências sobre outras.

A noção de totalidade é inseparável da noção de estrutura, sem o que estaremos trabalhando com uma totalidade cega e confusa. Como a totalidade de que falamos é a totalidade social, as estruturas correspondentes são as estruturas sociais.

A totalidade espacial, que é uma dessas estruturas da sociedade, também deve ser tratada em termos de subestrutura (são subestruturas para a sociedade como um todo; para a totalidade espacial são simplesmente estruturas). Aqui cabe falar dos lugares e dos subespaços, áreas que na linguagem tradicional dos geógrafos chamam-se mais frequentemente *regiões*.

Como o acontecer social, aqui enunciado como acontecer geográfico, depende da sociedade como um todo, cada acontecer particular representa uma determinação da sociedade como um todo e um lugar próprio que o define, acrescentando à sua dimensão social original, uma dimensão que é, de uma só vez, temporal e espacial. Lugares e área, regiões ou subespaços são, pois, unicamente áreas funcionais, cuja escala real depende dos processos. (SANTOS, 2004 [1978], p.219, *grifo original*)

O caminho para chegar a essa compreensão é estabelecido através de uma tensão entre o espaço kantiano, cuja existência é condição para os fenômenos, e portanto é

19 “Nosso primeiro interesse é, pois, o de nos perguntar quais são as características que definem uma estrutura social, e verificar se tais atributos também se identificam no espaço. Se a resposta for afirmativa, então não há porque hesitar em incluir o espaço na lista das estruturas sociais. Ora, o espaço, como as outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução.” (SANTOS, 2004 [1978], p.181)

definido pelo apriorismo, e aquela concepção que coloca que o espaço é um reflexo desses fenômenos, e portanto, pode ser absolutamente maleável às determinações da vida social (SANTOS, 2004 [1978], p.159). A proposição de Milton Santos, que terá grande peso na Geografia nacional, busca afastar-se de ambas as concepções anteriores. O autor caminha no sentido de que o espaço, tal qual qualquer outra instância dotada de autonomia relativa, tem sua funcionalidade determinada pela estrutura da sociedade, interagindo com as demais estruturas sociais, condicionando-as, ao passo que é condicionado. Tal relação entre as diferentes instâncias sociais e o espaço é definida pela especificidade espacial, cuja rigidez das formas faz com não haja uma adaptação completa às novas necessidades da totalidade social. Por essa razão, a tendência da estrutura espacial é reproduzir a estrutura global que lhe deu origem. Nesse sentido, as formas espaciais impedem que o desenvolvimento dos processos sociais se dê de modo independente da história, condicionando seu curso e sendo, por isso, uma mediação entre o passado – as formas herdadas – e o futuro, que será construído a partir dessas configurações recebidas.

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um *momento* de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. (SANTOS, 2004 [1978], p.173, *grifo original*)

Trata-se de um ponto de vista que coloca o tempo como um atributo indissociável do espaço, definido o que Milton Santos (2004 [1978], p.252) chama de “espaço quadridimensional”, que inclui o tempo em um modelo tridimensional e reforça a concepção de espaço como um sistema de relações ou um campo de forças. Dentro do pensamento do autor, isso significa uma passagem do espaço contingente ou absoluto das correntes precedentes na Geografia para o espaço relativo.

Esse lastro atribuído ao espaço faz com que ele seja pensado como indissociado da produção social, de modo que, ao forjar a própria sobrevivência, os grupos humanos invariavelmente produzem espaço. Considerando o período do capitalismo globalizado, isso ocorre com algumas especificidades, de modo que a criação de formas espaciais e sua permanência são articuladas a determinações multiescalares, que incluem desde as determinações gerais do modo de produção globalizado até o modo particular como cada

realidade filtre as ordens estruturantes, configurando uma realidade específica. Para que a Geografia dê conta de compreender essa totalidade, é necessário um conceito espacial que exprimisse essa seleção de determinações na configuração espacial, o que Milton Santos faz através da formação sócioespacial, derivada da formulação de Karl Marx de formação socioeconômica.

Essa ideia é desenvolvida no artigo “Sociedade e Espaço: a Formação Social como Teoria e como Método”, em que Milton Santos (1977) coloca que o modo de produção capitalista ganha concretude em um determinado quadro nacional, num movimento que articula as determinações centrais da estrutura capitalista com a realidade objetiva local, compreendida através de seus objetos ordenados espacialmente e de sua sociedade, considerando o conjunto de seus valores e normas. Dessa maneira, os objetos acumulados ao longo da evolução dessa sociedade agem como filtros das determinações do modo de produção. Suas formas não podem ser suprimidas, mas podem ser refuncionalizadas, o que significa a submissão das formas ao modo de produção e também a configuração de uma formação sócioespacial específica. Segundo o autor, é Estado nacional que intermedia essas diferentes escalas de determinações do modo de produção, cuja concretização ocorrerá de acordo com as especificidades de cada porção do território. Desse modo, para o autor, a totalidade espacial contemporânea tem como referência escalar o quadro nacional (SANTOS, 2004 [1978], p.243).

Isso faz com que um mesmo modo de produção ganhe concretudes distintas nas várias formações sociais existentes, de forma que “o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*” (SANTOS, 1977, p.85, *grifo original*). Em Por Uma Geografia Nova (2004), a escala da formação sócioespacial é dita sem mediações, contudo, no referido artigo de 1977, o esclarecimento de que se trata do Estado nação é feito a partir da reflexão de que Lênin utilizou tal conceito para pensar o capitalismo em uma sociedade específica, a russa. Ilustra-se, assim, que é através da escala nacional que as determinações gerais do modo de produção adquirem uma especificidade concreta, de modo que as diferentes particularidades são compreendidas como frações de uma totalidade que estrutura as esferas econômica, social, política e cultural.

Não é à “sociedade em geral” que o conceito de F.E.S. [Formação Econômica e Social] se refere, mas a uma sociedade dada, como

Lênin (1897) fez a respeito do capitalismo na Rússia. Y. Goblot²⁰ assinala que “Marx pôde fundamentar o método científico em História precisamente porque soube isolar de início os raciocínios 'históricos-filosóficos' sobre a 'sociedade em geral' e se propôr a dar somente uma análise científica de uma sociedade e de um processo”. Para Lênin seu estudo deveria cobrir de maneira “concreta” “todas as formas do antagonismo econômico na Rússia” e “traçar um quadro de conjunto da nossa realidade como um sistema determinado de relações de produção”. (SANTOS, 1977, p.84)

Trata-se de um modo de compreender como as determinações estruturais se tornam particulares ao ganharem concretude numa dada realidade nacional, o que ocorre através de uma dialética entre o universal e o singular. Milton Santos busca, desse modo, valorizar as especificidades através das quais o capitalismo global se realiza em cada formação sócioespacial, questão que está no cerne das reflexões da Escola da Regulação desenvolvidas na Economia estruturalista após a crise de 1973. Até então, a Economia estruturalista era fortemente influenciada pelas ideias de Althusser, cuja preocupação central era pensar a reprodução capitalista de modo esquemático. A referida crise econômica evidencia que tal reprodução social não é isenta de dificuldades. Segundo aqueles pesquisadores, o modelo althusseriano não levava em conta que as contradições da reprodução se acumulavam ao longo do tempo. Isso criaria uma combinação entre tais contradições, o que daria origem a uma crise, ou seja, a um momento em que a reprodução até então em curso não conseguiria mais se desenvolver como antes²¹.

Desse modo, os economistas estruturalistas passarão progressivamente da reprodução social para a regulação, corrente oriunda sobretudo do pensamento estrutural-marxista e que busca um distanciamento crítico em relação a Althusser. A crise exige que

20 GLOBOT, J.J. Pour une approche théorique des “Faits de Civilization”. La Pensée 113, junho de 1967, p.8.

21 Em seu Dicionário de Filosofia (2007), Nicola Abbagnano coloca que a ideia de crise pode ser entendida através da compreensão de história de Saint-Simon, em Introdução aos Trabalhos Científicos do Século XIX, para quem o desenvolvimento ocorre a partir da sucessão de épocas *orgânicas* e épocas de *crise*. A época orgânica repousa num sistema de crenças bem estabelecido e seu desenvolvimento ocorre dentro dos limites estabelecidos por tais crenças. Em determinado momento, esse próprio progresso gera uma mudança na ideia central dessas crenças, determinando o início de uma época crítica. Segundo Abbagnano, essa ideia de Saint-Simon está presente nos positivistas, como Comte, e também nos filósofos políticos, como Marx, que compartilham a avaliação de que a época moderna não atingiu ainda sua organização definitiva em torno de um princípio único, sendo por isso, um momento crítico. Dentro dessa perspectiva, a crise econômica de 1973 foi causada pela acumulação de contradições resultantes do processo de reprodução em curso, o que produziu uma situação limite dentro da estrutura social. Contudo, isso não estava previsto nos modelos althusserianos, baseados na reprodução social simples e dentro dos limites da estrutura social.

as posições iniciais sejam corrigidas para compreendê-la. A Escola da Regulação fará isso através do caráter contraditório das relações sociais de produção que funciona como um entrave para os mecanismos da reprodução simples e, por outro lado, elucida que o horizonte do althusserianismo é baseado num processo sem sujeito. É a partir do entendimento de que a reprodução não pode ser compreendida como um mecanismo ausente de contradições que aparece a ideia de regulacionismo, que para François Dosse (1994 [1991], p.322) é uma ultrapassagem necessária ao althusserianismo para pensar a crise.

A questão levantada era que, naquele cenário de crise, o sistema capitalista, compreendido como um quadro estrutural, não tinha o mesmo funcionamento nos diferentes lugares. Essa variação ocorria pelos distintos processos de regulação, que não se limitavam a uma justaposição entre a lógica do mercado e a do Estado, passando por formas de relações intermediárias, como as institucionais. Ainda que os processos de regulação tenham uma série de mediações e não possam ser definidos unicamente pela combinação entre a estrutura e o Estado, não é possível negligenciar a importância das ações estatais. François Dosse (1994 [1991], p.324) cita o estudo de Michel Aglietta²² sobre como os EUA tentaram abafar os fatores da crise no início da década de 1970. Em uma entrevista, Aglietta diz a Dosse que a formação social é o que há comum dentre as diferentes sociedades. Nas palavras de Aglietta: “As referências procuradas eram aquelas que procuravam compreender o que era comum a todas essas sociedades. A ideia de formação social era, portanto, essencial, assim como o que era transversal entre elas” (DOSSE, 1994 [1991], p.324).

Ainda de acordo com François Dosse (1994 [1991]), a teoria regulacionista está a meio caminho de três heterodoxias. Primeiro, a qualidade de ser herdeira de um marxismo “althusserizado”, que lhe confere uma concepção da realidade social enquanto uma totalidade. Segundo, sua filiação keynesiana, a partir de onde define que trabalho é uma relação social, regulada de acordo com as ações estatais, o poder de organização dos trabalhadores, o modo de inclusão daquela realidade na economia mundial, enfim, um conjunto de fatores que não poderiam restringir o trabalho a uma relação de mercado cujo funcionamento é baseado na lei da oferta e da procura. Em terceiro, como herdeira do

22 AGLIETTA, Michel. *Regulation et crises du capitalisme. L'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Levy, 1976.

institucionalismo²³, que permitiu que os regulacionistas percebessem a diferença entre a lógica da totalidade social e as estratégias usadas pelos grupos sociais. Nessa posição híbrida, os regulacionistas buscavam confrontar-se com um marxismo fundado exclusivamente no desenvolvimento das forças de produção, buscando dar conta de como os sujeitos, organizados socialmente em grupos, e os Estados, poderiam conferir particularidades ao desenvolvimento capitalista.

A abordagem é, assim, particularmente ambiciosa na sua vontade de apreender o jogo de interações entre o econômico e o social, a partir de situações concretas, e ao ressituar estar últimas numa perspectiva dinâmica, com a preocupação de realizar “o estudo da transformação das relações sociais criando formas novas simultaneamente econômicas e não-econômicas, formas organizadas em estruturas e reproduzindo uma estrutura determinante, o modo de reprodução”. (AGLIETTA²⁴, 1976, p.14 *apud* DOSSE, 1994 [1991], p.326).

Tal digressão a respeito da Escola da Regulação tem o objetivo de apontar que a formação social, determinada em escala nacional, é um filtro que passa a ser valorizado na Economia marxista para compreender o desenvolvimento do capitalismo global. Esse processo ocorre num movimento dentro do estruturalismo de revisão crítica e de refinamento do modelo althusseriano, passando a pensar a formação social como um meio que regula as determinações gerais na reprodução da estrutura social. É a partir dessa perspectiva que Milton Santos atribui a centralidade à escala nacional para pensar de que modo o capitalismo global se concretiza nas diferentes realidades. De forma sintética, o autor (SANTOS, 1977) propõe que a Geografia pense o espaço através do conceito de formação sócioespacial, valorizando a compreensão das ações do Estado nacional e os dos diferentes agentes sociais.

Assim, a Geografia, em seu processo interno de renovação disciplinar, caminha para um diálogo com outras ciências sociais influenciadas pelo estruturalismo marxista a fim de dar conta de analisar o movimento da realidade social compreendida como uma totalidade. Tais ciências sociais, por sua vez, estão imersas em suas questões particulares

23 “The regulation school was at the intersection of three heterodoxies: first as an heir to “Althusserized” Marxism; second, by its link to Keynesian economics, by considering real demand, and by arguing for a conception of money as a institution, and a conception of work as a relationship rather than a market; and finally, as an heir institutionalism.” (DOSSE, 1997 [1991], p.292)

24 AGLIETTA, Michel. Regulation et crises du capitalisme. L'experience des Etats-Unis. Paris: Calmann-Levy, 1976, p.14.

acerca do estruturalismo de viés althusseriano, que em meados da década de 1970 está em franco declínio (DOSSE, 1994 [1991], p.209 e segs.). Contudo, no caso específico da Economia, existem tentativas de formulações para superar o althusserianismo sem abandonar por completo antigas pressuposições vinculadas à compreensão de que a realidade social é forjada em meio a uma totalidade, que é o que buscam fazer os regulacionistas. Desse modo, Milton Santos busca incorporar a dimensão espacial existente nesses conceitos mobilizados pela Economia – formação socioeconômica – e, com isso, contribuir para o processo em curso na Geografia.

Esse repensar sobre o espaço é um movimento percebido na Geografia humana de uma forma ampla, posto que o conceito vigente na segunda metade do século XX parecia inadequado para dar conta da realidade do capitalismo globalizado e do agravamento das tensões sociais em uma perspectiva que pudesse fomentar transformações na sociedade. Tanto que, poucos anos antes da publicação desses trabalhos de Milton Santos aos quais nos referimos, David Harvey (1980 [1973]) lança *A Justiça Social e a Cidade*, 1973, onde, dentre outras coisas, se propõe a refletir sobre o espaço, considerando suas diferenças conceituais e suas potencialidades para a pesquisa em Geografia. Esse livro, que teve importância especial no processo de renovação crítica da Geografia urbana brasileira, buscou pensar de que maneira o espaço urbano pode ser definido de modo indissociado das práticas humanas e sociais, e como essa conceituação de espaço não converge para aquela presente na Física moderna.

Sobre essa questão, Harvey (1980 [1973], p.20) coloca que as experiências humanas ocorrem no espaço social, que abarca o espaço geométrico, o perceptivo e também o simbólico, não havendo, contudo, uma coincidência das formas desses diferentes espaços. Desse modo, é necessário ter como ponto de partida uma distinção das três acepções da natureza do espaço: na primeira, tem-se um espaço absoluto, que se configura enquanto uma área e cuja existência é autônoma, independentemente de fenômenos; na segunda, fala-se de um espaço relativo, na qual suas diferentes porções são valorizadas de acordo com a relação estabelecida entre objetos; e, por fim, o espaço relacional, à maneira de Leibniz, na qual os objetos contêm uma dada espacialidade, cuja determinação ocorre somente através da relação com outros objetos (HARVEY, 1980 [1973], p.5). Para Harvey, não existe uma hierarquia dentre essas diferentes acepções, que variam de acordo com a prática humana em curso.

A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos dentro dos quais o controle monopolístico opera. O movimento de pessoas, bens, serviços e informações tem lugar num espaço relativo, porque é preciso dinheiro, tempo, energia etc., para ultrapassar o atrito da distância. Parcelas de terra também proporcionam dividendos porque elas relacionam-se com outras parcelas; as forças potenciais demográficas, de mercado e varejo, são bastante reais dentro de um sistema urbano e, sob a forma de renda do espaço relacional, surgem como importante aspecto da prática social humana. A compreensão do urbanismo e do tema forma-espaço-processo social requer entender como a atividade humana cria a necessidade de conceitos espaciais específicos, e como a prática social e cotidiana resolve, com aparente tranquilidade e perfeição, os mistérios filosóficos profundos relativos à natureza do espaço e às relações entre o processo social e as formas espaciais. (HARVEY, 1980 [1973], p.5)

O objetivo de David Harvey (1980 [1973]) é caminhar em direção a uma filosofia do espaço social como recurso teórico para compreender a cidade, que para o autor é um fenômeno que ultrapassa os limites das especializações disciplinares. Para isso, Harvey sistematiza duas formas de pensar a cidade, a imaginação geográfica²⁵ e sociológica²⁶, e aponta que nenhuma delas pode decifrá-la de modo isolado, mas apenas através da articulação de ambas (HARVEY, 1980 [1973], p.14 e segs.). Isso significa que, para o autor, o comportamento social está relacionado com a forma da cidade, posto que “uma vez criada uma forma espacial particular, ela tende a institucionalizar e, em alguns aspectos, a determinar o futuro desenvolvimento do processo social” (HARVEY, 1980 [1973], p.17). Desse modo, parte-se de uma compreensão de cidade que articula uma dada conformação de objetos espaciais com determinados elementos da sociabilidade que caracterizam um período.

Como a maior parte da vasta bibliografia acerca da filosofia do espaço está vinculada à Física moderna e David Harvey se propõe a explorar outras perspectivas, ele recorre a Ernst Cassirer²⁷ como ponto de partida, que distingue três categorias de espaço. Primeiro, o espaço orgânico, que se refere às experiências espaciais determinadas

25 Formulação de David Harvey (1980 [1973], p.14) que busca reconhecer o papel do ambiente circundante e das instituições ali presentes na constituição do indivíduo. Nessa abordagem, indivíduo e contexto são tensionados através da categoria espaço.

26 Tem como referência o sociólogo estadunidense Wright Mills e diz respeito à capacidade de questionar a existência e a possibilidade de cada indivíduo num determinado período. Essa abordagem contém a tensão entre indivíduos (agência) e sociedade, sendo regida pela categoria tempo (HARVEY, 1980 [1973], p.14).

27 CASSIRER, E. An Essay on Man. Nova Haven, Connecticut, 1944.

biologicamente, como os fluxos migratórios de espécies. A segunda é o espaço perceptivo, que vincula as experiências no espaço captadas através do aparelho sensorial. E a terceira é o espaço simbólico, na qual o espaço é apreendido através de símbolos, cujas representações remetem ao espaço, mas não são espaço, como é o caso da geometria. Tem-se, assim, uma compreensão relacional do espaço, cuja apreensão depende das experiências sensíveis e das referências simbólicas sobre o espaço. Ainda segundo Cassirer, esses três níveis são interdependentes entre si, o que faz com que David Harvey (1980 [1973], p.18 e segs.) aponte a possibilidade de haver diferentes morfologias espaciais, questionando uma certa institucionalidade do espaço da Física, como se esse fosse o único possível.

Isso permite que o geógrafo britânico faça uso da teoria do espaço na arte, de Susanne Langer²⁸, cuja premissa é de que o espaço no qual vivemos não é o mesmo que o da arte, posto que o espaço da nossa vida configura um sistema de relacionamentos efetivos, ao passo que o espaço da arte é uma ilusão criada a partir de formas e cores. Num segundo momento, essa autora propõe que o conceito de espaço da arte seja estendido à arquitetura, no sentido de que seu primeiro efeito é inevitavelmente uma ilusão, algo puramente imaginário que se traduz numa impressão visual, ainda que ela tenha significados especiais para nós por conta do espaço onde moramos e nos movemos. De acordo com a leitura de David Harvey (1980 [1973], p.21), Langer sugere que a arquitetura expressa determinados padrões funcionais que constituem uma cultura. Nas palavras do autor:

a configuração do espaço que se desenvolve na arquitetura e, portanto, na cidade, é simbólica de nossa cultura, da ordem social existente, de nossas aspirações, necessidades e temores. Se, entretanto, desejamos avaliar a forma espacial da cidade devemos de algum modo entender seu significado criativo, assim como suas dimensões meramente físicas. (HARVEY, 1980 [1973], p.21)

Desse modo, tal qual a configuração espacial de uma aldeia pode refletir a mitologia de sua população e as relações sociais existentes²⁹, ou a forma como cada geração avalia seu ambiente circundante reflete determinadas normas sociais³⁰, também a cidade como um todo tem uma qualidade simbólica que afeta o comportamento humano,

28 LANGER, S. *Feeling and Form: a theory of art*. Nova Iorque, 1953.

29 LÉVI-STRAUSS, C. *Structural Anthropology*, Nova Iorque, 1963 *apud* HARVEY, 1980 [1973], p.21

30 LOWENTHAL, D; PRINCE, H. *The English Landscape*. In: *Geographical Review*, nº 54, pp. 304-346 *apud* HARVEY, 1980 [1973], p.22

de tal forma que a compreensão de formas espaciais não pode ser limitada às suas materialidades, mas deve passar pela reflexão de seu significado para a população com a qual foi forjada. Isso porque o espaço não é apenas um palco das relações humanas, mas ele está relacionado com o processo de obtenção de cultura através de um processo de aprendizado, e assim sendo, não é possível pensar a experiência humana de forma apartada dos objetos espaciais, de suas configurações topológicas e de seus significados simbólicos.

Se desejarmos entender o espaço, precisaremos considerar seu significado simbólico e a complexidade de seu impacto sobre o comportamento, já que este está intimamente ligado ao processo cognitivo. Uma das vantagens em desenvolver este ponto de vista sobre o espaço é que ele parece capaz de integrar as imaginações geográfica e sociológica, porque, sem uma compreensão adequada dos processos sociais em toda sua complexidade, não poderemos esperar entender o espaço social em toda sua complexidade (HARVEY, 1980 [1973], p.26)

Existe, dessa maneira, um empenho em construir um conceito de espaço social através das reflexões sobre a espacialidade da vida social, que é uma experiência concreta, ultrapassando os limites do espaço absoluto. Isso porque, para David Harvey, o espaço social correlaciona as imaginações geográfica e sociológica. No que diz respeito ao estudo espacial das cidades, sua preocupação é reforçar a ideia de que vinculá-la ao espaço da Física moderna (absoluto) não colabora para a compreensão dos fenômenos sociais.

Também nesse contexto disciplinar, começa a ter alguma entrada na Geografia urbana brasileira as reflexões de Henri Lefebvre escritas na passagem da década de 1960 para a seguinte e que tratam do espaço e da cidade, cuja influência mais robusta será sentida a partir dos anos de 1990. A proximidade temática é um dos elementos que ligam David Harvey a Lefebvre, além do fato de ambos terem uma forte referência marxista e uma preocupação em pensar o espaço da cidade a partir da configuração topológica de seus objetos e de como essa materialidade está relacionada de modo dialético com o engendramento da vida social e com suas dimensões simbólicas.

O ponto de partida do filósofo francês é a hipótese de que está em curso uma urbanização completa da sociedade, caracterizada pela passagem de um período onde predominam questões relativas à indústria, como o crescimento econômico, para um período onde deve prevalecer uma problemática propriamente urbana³¹ (LEFEBVRE, 1999

31 Em sua análise regressiva-progressiva, Henri Lefebvre (1999 [1970], p.36) distingue três épocas: rural, industrial e urbano. Cada uma delas é representada mental e socialmente em campos específicos, cuja

[1970], p.19). Para Henri Lefebvre (1999 [1970], p.26), trata-se de um processo que se desenvolve em escala global e que não pode ser definido como um resultado de um incremento da realidade industrial e de forças produtivas, mas como um fenômeno qualitativamente distinto do industrial, que conta com uma problemática própria e cuja compreensão não é possível tendo como base as referências do período anterior.

Cuando la mayoría de los teorizantes y también de los pragmáticos, que proceden de forma empírica, consideran aún la urbanización como siendo una consecuencia exterior y de escasa importancia, casi accidental, del proceso esencial, la industrialización, nosotros aseveramos todo lo contrario. Sucede en ese proceso de doble vertiente algo de suma importancia; hablando en términos clásicos: un *boom* cualitativo. El crecimiento cuantitativo de la producción económica ha suscitado un fenómeno cualitativo que se traduce él mismo por una problemática nueva: la problemática urbana. Resulta esencial tomar conciencia y conocimiento de ella, con el fin de no perpetuar un error teórico y práctico; dicho error consiste en que se pretende sacar de la racionalidad de empresa, experiencia de la industrialización, modelos y esquemas aplicables a la realidad urbana en gestación. Se quisiera tratar esa realidad a la luz de la empresa y como una empresa. Ahora bien, la racionalidad de la empresa, de su organización, la división del trabajo que entraña, ha constituido una adquisición esencial del período industrial, pero ya no conviene al período que ahora se inicia por deber éste elaborar por sí mismo una forma nueva de racionalidad: la racionalidad urbana. (LEFEBVRE, 1976 [1972], p.64, *grifo original*)

De acordo com Henri Lefebvre (1976 [1972]; 1999), esse salto qualitativo da realidade urbana deve-se ao fato dela ser em si uma força produtiva, razão que a faz exprimir as relações de produção, mas também agir sobre elas, as modificando, ainda que não possa transformá-la. Desse modo, a concepção de urbano de Lefebvre é definida um estágio que tende a suplantear a sociedade industrial, caracterizada pela racionalidade e pelo planejamento.

Assim como David Harvey (1980 [1973]), Henri Lefebvre também concebe o espaço social como algo indissociado da sociabilidade e do comportamento, de modo que essa passagem do industrial ao urbano implica na mudança de possibilidades na produção do espaço e também nas referências e comportamentos sociais. Desse modo, o autor (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.41) define o campo industrial pela imposição da

passagem de um para o outro não ocorre através de um rompimento, mas de uma simultaneidade nos seus desenvolvimentos, havendo interações e desigualdades entre eles. Para os fins dessa dissertação, nos ateremos aos campos industrial e urbano.

homogeneidade, que é definida pela classe social hegemônica e pelo Estado, e concretizada através da técnica. Tem-se, com isso, uma organização espaço-temporal aparentemente racional, mas que é feita de ordens e coações. Já no campo urbano, há a relativização do que era absoluto no campo industrial: a razão, a história, o Estado, o homem. De acordo com o filósofo francês, no urbano, as diferenças são conhecidas e reconhecidas, consideradas, concebidas e ganham significado. Para Henri Lefebvre (1999 [1970], p.45) o campo urbano constitui-se um espaço-tempo renovado, que é uma topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico) e do industrial (homogêneo).

O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade –, aparece como *diferencial*: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o. (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.45, *grifo original*)

No entanto, essa passagem para o urbano e para a sociedade urbana, segundo Henri Lefebvre, é algo que está em processo ou, na expressão do autor, uma “virtualidad en marcha, esa potencialidad que ya desde ahora se realiza” (LEFEBVRE, 1976 [1972], p.71). Por se tratar de um momento em que a urbanização da sociedade não foi ainda completada, mas está em curso, não temos ainda conceitos adequados para pensar essa realidade que se configura. Desse modo, para operacionalizar a reflexão sobre a cidade que se apresenta ao pesquisador, Henri Lefebvre (1999 [1970], p.77 e segs.) sugere três níveis de análise.

No primeiro deles, o Global, é onde o Estado e as classes hegemônicas exercem suas estratégias políticas, cuja projeção na cidade dá-se parcialmente por meio de edificações (edifícios, monumentos, cidades novas) e parcialmente por domínios não edificadas, como estradas ou áreas de preservação ambiental, sendo o chamado “espaço institucional”. O segundo nível é o Misto, definido por ser propriamente urbano, cuja concretude é definida por aquilo que resta na cidade ao tirar-se o espaço institucional e os imóveis privados, ou seja, ruas, praças, avenidas e edifícios públicos. Por representar um nível intermediário, é nesse terreno onde ocorrerão as disputas entre o global homogeneizante e o local e a heterogeneidade de suas formas de vida.

Ainda que intuitivamente pudéssemos ser levados a pensar que seria esse segundo nível o privilegiado por Henri Lefebvre, isso não ocorre. Para o autor, o terceiro nível, o Privado, é o essencial, por abrigar o habitar, nível que era considerado o menor desde o

início das cidades, mas que torna-se central no urbano. A razão para isso, no argumento do autor, é a relação profunda entre o ser humano e o lugar onde habita, que não é limitada à racionalização da moradia enquanto um lugar que cumpre unicamente a função de reprodução social e que não pode ser decifrada por códigos puramente racionais. Para dar a dimensão da importância que Henri Lefebvre (p.1999, p.81-82) atribui à moradia, o autor coloca que o ser humano tem como dois de seus aspectos complementares a linguagem e o habitar, sendo que este último está imerso em uma situação de miséria sob a égide da racionalidade urbanística.

A partir desses níveis, Henri Lefebvre (1999 [1970], p.87-88) coloca a perspectiva de que, na sociedade urbana em formação, há a unidade entre o Global e o Privado, mas com predomínio do último, sendo esse o cerne da alteração qualitativa da sociabilidade e da produção do espaço no período urbano em relação ao industrial. Segundo o argumento apresentando, no período industrial, a produção do urbano era subordinada às demandas da indústria, de modo que o habitar aparecia como um resultado quase que acidental dos níveis mais abstratos e estruturais da sociedade. Já no período urbano, o que se vislumbra é a subversão dessa lógica, de modo que o habitar passe a ser prioritário na produção do espaço. Desse modo, a produção do espaço deverá ter como um de seus fundamentos a satisfação das demandas sociais que sempre existiram, mas que não tinham força para condicionar a produção do espaço frente aos imperativos industriais.

Sob o ponto de vista da configuração espacial, isso significa o avanço de diferentes arranjos de objetos frente ao espaço homogêneo pelo qual anseia a indústria, retomando a possibilidade de um espaço diferencial, como houvera no período agrário, mas cujas heterogeneidades não são mais determinadas pelos acasos da natureza, mas pela própria diversidade da sociedade urbana. Assim colocado, no que diz respeito à configuração espacial, o urbano se define pelo espaço diferencial³².

Assim, toma igualmente sentido e alcance a teoria do *espaço diferencial*. As diferenças que emergem e se instauram no espaço não provêm do espaço enquanto tal, mas do que nele se instala, reunido, confrontado pela/na realidade urbana. Contrastes, oposições, superposições e justaposições substituem os distanciamentos, as distâncias espaço-temporais. Recordemos

32 A fim de definir as propriedades do espaço diferencial urbano, Henri Lefebvre introduz três conceitos: (1) Isotopias: espaços que possuem funções ou estruturas contíguas; (2) Heterotopias: espaços que contêm forças contrastantes, estabelecendo uma contiguidade com o “outro” lugar; (3) Utopias: aquilo que não tem lugar (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.45 e segs / 1976, p.70).

alguns aspectos da teoria. O espaço (e o espaço-tempo) muda com os períodos, as esferas, o campo e a atividade dominante. Existem, pois, três camadas no espaço: o espaço rural, o espaço industrial, o espaço urbano, superpostas, interpenetradas, absorvidas, ou não, uma na outra. Desde o início do período agrário, o espaço dado (as reflexões do/no espaço urbano podem pensar esse “dado” como tal, como pura natureza, como geográfico; elas não podem mais alcançá-lo sem o re-construir) foi balizado, orientado, hierarquizado. As *topias* iniciais, os lugares nomeados, denominados, entraram na dupla grade mental e social, prática e verbal. Esses lugares (topias) procedem imediatamente da natureza: as particularidades do solo (natureza material, fauna e flora, o aspecto dos trajetos) ensejam nomes. Essa heterogeneidade da natureza é substituída pela homogeneidade do espaço industrial, ou melhor, por sua vontade de homogeneidade conforme à sua racionalidade quantitativa. O espaço, planejado, conserva as “topias” apenas como acidentes, comodidades vagas de uma linguagem folclórica; todos os lugares são homólogos, distintos tão-somente por sua distância. Objetivo, mensurável, o espaço só é representado em função de critérios produtivistas. Existe interesse em aproximar todas as funções sociais da produção, porém, isso nem sempre é possível. No primeiro caso, quando isso é possível, reencontra-se o fenômeno urbano. No segundo, é preciso calcular os custos suplementares: quanto custam o espaço, o deslocamento dos objetos e das informações. Cálculos de otimização regulam, em princípio, o emprego do espaço. Eles conferem uma aura científica ao projeto da racionalidade industrial: a extensão, à escala global, da organização interna da empresa, da “divisão manufatureira do trabalho”. Esses cálculos são indiferentes ao fenômeno urbano, mas o incorporam cada vez que se pode aproximar a produção dos mercados (do trabalho, dos capitais, dos produtos). Ora, esse espaço urbano difere radicalmente do espaço industrial, precisamente pelo fato de ser *diferencial* (e não homogêneo). Mesmo se o cadastro inicial e as denominações rurais persistem, o espaço urbano os remaneja radicalmente. Oposições e contrastes substituem as particularidades solitárias (relativas ao solo). (LEFEBVRE, 1999 [1970], p.117-118, *grifo original*)

Como já assinalado, as contribuições de Henri Lefebvre terão um peso maior na Geografia brasileira a partir da década de 1990, período que não abarcamos nessa pesquisa. Contudo, ainda que modo discreto, sua entrada na disciplina ocorre ao longo dos anos de 1980. Além disso, trata-se de uma perspectiva de pensar a cidade e suas diferentes porções a partir da produção do espaço, ou seja, do estabelecimento de uma dada organização topológica de objetos de acordo com interesses hegemônicos pelo espaço que se deseja

consumir. Dito de outra forma, essa abordagem nos permite pensar como a produção do espaço é orientada para transformá-lo numa força produtiva para aqueles que a ele tiverem acesso. Tal ponto de vista que valoriza os objetos espaciais e suas configurações está presente também em David Harvey e, no que diz respeito ao nível da análise, ela expressa uma aproximação da escala, que passa a valorizar o tecido urbano ou metropolitano.

Considerando as três principais referências mobilizadas nesse capítulo – Milton Santos, David Harvey e Henri Lefebvre –, há a preocupação convergente em pensar o espaço a partir de uma influência marxista, que pode ser mais ou menos ortodoxa, mas que busca uma concepção espacial que dê conta das contradições de classe e dos imperativos do modo de produção. É fato que existem divergências importantes entre os autores, como o reconhecimento das esferas da subjetividade e do simbolismo feito por Harvey e Lefebvre e que não está presente nesse período da obra de Milton Santos compreendido na passagem da década de 1970 para a seguinte. Além disso, ainda que os três autores tenham a totalidade social como referência em suas análises, Milton Santos dá uma ênfase maior que a dada por Harvey e Lefebvre em analisar de que modo as instâncias sociais estão vinculadas com a totalidade social.

Contudo, tanto Milton Santos, quanto David Harvey, expressam tentativas de renovação da Geografia sob um viés crítico, caminhando na conceituação de um espaço cujas potencialidades explicativas eram julgadas naquele momento como superiores às presentes em conceitos anteriormente centrais na disciplina, como paisagem ou região, ou no conceito de espaço da Nova Geografia. É também com essa proposta que alguns geógrafos vão recorrer ao aporte de Henri Lefebvre para pensar o espaço e o urbano.

Tratam-se, dessa maneira, de contribuições teoricamente distintas, mas que participam de um movimento mais amplo que busca tornar hegemônica a concepção de que espaço e sociedade são articulados entre si, não podendo haver a compreensão de um sem o outro. Desse modo, surgem duas preocupações intrincadas entre si acerca do estudo do espaço e da sociedade. De um lado, existe o empenho em dar conta de como uma dada configuração espacial é forjada dentro de uma realidade social formada por diferentes instâncias sociais submetidas a uma estrutura social e que estabelecem relações entre si. De outro, o comprometimento de decifrar como a produção do espaço está articulada com os interesses hegemônicos da sociedade numa determinada configuração espacial, que não aparece como uma dentre outras esferas sociais, mas como uma dimensão social especial.

Nesse sentido, existem duas perspectivas que consideramos distintas de estabelecer tal relação e que serão importantes na segunda parte da dissertação.

Uma delas compreende que a produção do espaço decorre da reprodução da totalidade social, cujo cerne está no circuito de produção de mercadorias. De forma sumária, para que possa existir, a indústria tem demandas de diferentes naturezas, como por matérias-primas, mercado consumidor, força de trabalho, infraestruturas, conjunto de normas favoráveis, etc. Essas necessidades geram impactos nas diversas instâncias da sociedade, e dentre elas, na espacial, que fica sujeita a uma série de movimentos e de configurações, como por exemplo os fluxos migratórios, as concentrações urbanas e os bolsões de pobreza nas cidades. Desse modo, a produção do espaço é um dos resultados decorrentes da *satisfação das demandas industriais em todo o ciclo da produção*, considerando desde aquelas originárias no chão de fábrica, até aquelas vinculadas à distribuição e ao comércio. Essas necessidades mobilizam uma série de agentes, como o Estado, que tem um elevado grau de intencionalidade ao prover infraestruturas, estabelecer políticas fiscais, etc., até os fluxos demográficos orientados espontaneamente para os lugares onde há concentração de empregos. Esses conjuntos de ações têm impactos nas diversas instâncias sociais, como a cultural, a econômica, a política e também a espacial. Nesse caso, o espaço aparece como uma decorrência das necessidades industriais da produção de mercadorias, e tais interesses das indústrias agem sobre as demais instâncias sociais de forma unitária, de modo que há uma valorização maior de sua coesão do que suas especificidades. Isso faz com que a cidade seja pensada de acordo com a funcionalidade de seus subespaços para a reprodução da totalidade social, o que tem um impacto ao se pensar a periferia urbana. Assim, essa perspectiva reforça a hierarquia entre a totalidade social, e seu movimento de reprodução, e a instância espacial.

A segunda perspectiva joga menos luz na hierarquia entre a totalidade social e o espaço, buscando valorizar a ideia que sua produção é um momento da reprodução da totalidade social, cujo aspecto mais importante está *na produção de uma dada configuração espacial a ser consumida seletivamente* pelos agentes hegemônicos da sociedade, com destaque para a indústria. Desse modo, a indústria tem a necessidade de consumir espaço, como por exemplo, ao precisar de uma dada localização, da presença de cursos d'água, de certas infraestruturas, de terrenos amplos e baratos, etc. Ao valorizar a necessidade industrial de consumir espaço, a produção do espaço é compreendida como

decorrente das demandas estratégicas das indústrias, que necessitam usufruir de determinados objetos espaciais para que a sua capacidade produtiva seja máxima. No que diz respeito à produção do espaço nas cidades, isso implica na criação de lugares adequados a essas necessidades. Esse tipo de análise valoriza a compreensão do espaço a partir da configuração de seus objetos constituintes, que serão os eixos através dos quais serão pensados tanto a produção do espaço, quanto a periferia urbana, em suas diferentes acepções possíveis, como será visto no capítulo intitulado “A periferia e a esfera do consumo”.

Não se tratam de perspectivas antagônicas, mas de modos distintos de valorizar a unidade entre a sociedade e a materialidade dos objetos que constui o conceito de espaço que passa a ser hegemônico na Geografia urbana brasileira pós-renovação. Desse modo, a primeira perspectiva enfatiza os movimentos da sociedade, ao passo que a segunda, o que é próprio do espaço e de seus objetos. Além disso, nas duas perspectivas, está presente a centralidade da reprodução social e a proposta de que a pesquisa acadêmica em Geografia seja socialmente engajada. Contudo, ainda que não sejam contraditórias entre si, tais abordagens conferem particularidades às pesquisas realizadas sob seu escopo, que diferem entre si no que diz respeito à escala e à compreensão dos subespaços das cidades, como será visto a seguir na dissertação.

Nesse capítulo, refletimos sobre a centralidade que o conceito de espaço passa a ter na Geografia após a renovação e também apresentamos de que modo o espaço passa a ser compreendido como indissociável da sociedade. Trata-se de uma base para que possamos compreender de que modo a periferia urbana é tratada na Geografia urbana da década de 1980. Tais pesquisas buscavam articular as inovações incorporadas pelo movimento renovador da Geografia com as contribuições de outras ciências que também se debruçavam sobre o fenômeno urbano, com destaque para o urbanismo, a economia e a sociologia. Pretendemos, a seguir, apresentar algumas linhas gerais de que forma o fenômeno da periferia urbana foi compreendido pelos estudos urbanos marxistas e como a Geografia urbana renovada entra nesse debate, focando sobretudo as reflexões sobre a indissociabilidade entre a pobreza e a riqueza (que possui uma dada configuração espacial).

Capítulo 3. O diálogo da Geografia urbana brasileira com outras ciências sociais

Na segunda metade da década de 1970 e ao longo da seguinte, os problemas sociais emergentes eram estudados em diferentes ciências sociais, que buscavam explicações para o crescimento das grandes cidades brasileiras, a concentração de renda, a mecanização agrícola, etc. A realidade das periferias urbanas era alvo de análises em campos variados, que buscavam compreendê-la através dos recortes estabelecidos por suas especificidades disciplinares. Em linhas bastante gerais, sociólogos, cientistas políticos e economistas buscavam compreender como as estruturas específicas da realidade brasileira engendravam a pobreza urbana; urbanistas tentavam dar conta de como a produção da cidade estava vinculada com a degradação ainda maior das condições de vida da classe trabalhadora; e antropólogos focavam suas análises nos modos de vida e de representação social, em alguma medida questionando a negatividade presente nos demais campos sobre a realidade periférica e também os conceitos que valorizam para entender as periferias³³.

Nesse contexto, como já exposto, a Geografia brasileira passava por um processo interno de redefinição de seu objeto de estudo e de transformações teórico-metodológicas que permitissem uma compreensão marxista das configurações espaciais existentes. A Geografia urbana, inserida no processo amplo de reformulação disciplinar, passa a buscar explicações marxistas para a questão da periferia e da pobreza, estabelecendo diálogos preferenciais com a Sociologia, a Economia e o Urbanismo. Isso estabeleceu um diálogo entre “desiguais”, no sentido de que a precedência no estudo do tema, nos fundamentos e na argumentação sobre a periferia urbana e sobre suas idiossincrasias nas cidades brasileiras, conferia a tais ciências sociais reflexões e modelos explicativos que serviram como inspiração à Geografia urbana. Desse modo, as fontes dos geógrafos urbanos que se propunham a pensar a periferia na realidade brasileira passava pela interlocução com o que estava em desenvolvimento nesses outros campos do conhecimento.

³³ Nesse sentido, ainda que não deixe de considerar a precariedade das condições de vida dos moradores das periferias, José Magnani (1984) assinala positivamente nessa condição, considerada também como um *lôcus* da criação e da imaginação cultural. Já Eunice Durham (2012) questiona a capacidade explicativa dos conceitos marxistas de classe social, argumentando que os tipos de trabalho dos moradores das periferias (compreendida como locais pobres, distantes e precários) são muito distintos entre si, de modo que a situação ocupacional não seria o melhor filtro para defini-los. No entanto, eles apresentam condições de existência e de sociabilidade semelhantes, de modo que seria mais apropriado para a compreensão dessa realidade a noção empírica e descritiva de “classes populares”.

Tal conexão entre a Geografia e as outras ciências sociais será investigada por intermédio do reconhecimento da pobreza urbana como um problema cuja resolução não pode se dar no nível individual ou sem questionar esferas mais amplas da realidade social. Trata-se de áreas de estudo que são marcadas pela definição aberta de uma posição política, buscando não apenas compreender as causas estruturais da pobreza, mas também aumentar a conscientização da sociedade sobre seu funcionamento e estabelecer diálogos com os movimentos sociais existentes, como as associações de bairro e as alas progressistas da Igreja Católica³⁴. Firma-se uma compreensão de que a responsabilidade pela pobreza e pela formação das periferias urbanas não pode ser atribuída aos pobres, que são as vítimas de um processo mais amplo.

É o que expressa a citação abaixo, onde o argumento desenvolvido é que o empobrecimento real dos trabalhadores brasileiros, que foi acompanhado da piora na qualidade de vida de suas famílias, foi forjado dentro de um movimento de crescimento econômico do país, situação que só pôde acontecer por conta do regime autoritário em voga.

Assim, frise-se, de um lado, que, no período por muitos denominados de “milagre brasileiro”, os salários mínimos e mediano dos trabalhadores urbanos decresceram em termos reais em contraste com que ocorreu em períodos anteriores. De outro, aponte-se o aumento da mortalidade infantil, da jornada de trabalho e do tempo de locomoção gasto por aqueles que utilizam os transportes coletivos, bem como a alta taxa de desemprego que atinge substancialmente os grupos etários mais idosos.

Para levar a cabo um modelo de crescimento que acirrou a deterioração dos níveis de vida, tornou-se necessário desarticular e reprimir as iniciativas dos múltiplos e numerosos grupos que foram alijados dos benefícios do desenvolvimento. Enquanto tais processos perdurarem, qualquer concepção de Democracia estará comprometida, posto que um crescimento econômico de caráter nitidamente selvagem supõe que a Sociedade Civil seja mantida desativada em termos de não levar adiante a defesa dos interesses vitais das camadas populares. (KOWARICK, 1980 [1979], p.24-26)

Não se trata apenas de um argumento geral que desvincula o incremento da economia de possíveis melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Ao contrário, o

³⁴ A articulação com a Igreja Católica pode ser percebida pelo fato do livro São Paulo 1975 (1976) ter sido encomendado pelo então arcebispo de São Paulo, Cardeal Paulo Evaristo Arns. Na introdução, escrita pelo religioso, coloca-se que a proposta do livro é conscientizar os trabalhadores e os cristãos dos mecanismos da pobreza, da mesma forma como fez Cristo.

que esses pesquisadores colocam é a articulação entre o agravamento da pobreza e o crescimento econômico, no qual a modernização da economia brasileira adquire centralidade, tanto considerando o papel do país na divisão internacional do trabalho, quanto a diferenciação e hierarquização regional interna ao Brasil. É valorizada a compreensão de que, se por um lado, a indústria e o comércio exigem uma concentração geográfica da população e das atividades econômicas; por outro, o tipo de crescimento econômico realizado no Brasil é definido pela concentração progressiva de renda ao longo do tempo, de modo que a tendência verificada é de um agravamento da precarização das condições de vida dos trabalhadores.

Queremos demonstrar que a periferia urbana é definida nesses campos do conhecimento de forma relacional aos demais processos na sociedade brasileira, de modo que não é possível compreendê-la através da importação de modelos teóricos, sendo necessária uma teorização específica sobre o capitalismo nos países subdesenvolvidos. A partir de pesquisas sobre a realidade nacional, desenvolve-se o argumento central o processo de modernização brasileiro, que ocorre no campo e na cidade, gera uma série de consequências, como a hipertrofia de algumas cidades, o desemprego agrícola e o decorrente êxodo rural, o sub-emprego nas cidades, a degradação das condições de vida dos trabalhadores pobres, cujo resultado nas cidades é a expansão de lugares voltados quase que exclusivamente para moradia de pobres urbanos, marcados pela ausência de infraestruturas e de serviços de consumo coletivo.

Trata-se de um raciocínio bastante centrado na produção, onde esse amplo contingente demográfico mobilizado pelo êxodo rural para as cidades será compreendido através do conceito de exército industrial de reserva. Ele abarcaria o conjunto de pessoas que não são absorvidas pelo mercado de trabalho formal, acirrando a competitividade dentre os trabalhadores por seus postos de trabalho. A oferta demasiada de mão de obra imporia um rebaixamento salarial a todos os trabalhadores, alimentando um ciclo de depreciação das condições de vida dos trabalhadores no processo de modernização nacional. Além disso, tais pessoas seriam estoques produtivos ou reservas de força de trabalho a serem usadas nos momentos de expansão da economia³⁵. Desse modo, o que se

35 Marcelo Lopes de Souza (1996) questiona a adequabilidade desse conceito para compreender a realidade brasileira. Em seu argumento, em países como o Brasil, o proletariado representa uma parcela pequena (e, dada a condição nacional, até privilegiada) da classe trabalhadora, havendo uma expansão rápida do subproletariado, formado por desempregos e subempregados. Dada suas condições, tais pessoas estão “irremediavelmente fora da competição por postos de trabalho” (SOUZA, 1996, p.28) e, portanto, não

coloca é que a inserção precária no mercado de trabalho não é explicada pela chave da exclusão do sistema, mas sim pela funcionalidade dessa condição na reprodução desse próprio sistema. Por isso, sob o ponto de vista econômico, ainda que essas pessoas não estejam inseridas plenamente no mercado de trabalho, é necessário sustentá-las, de forma que “uma parte do excedente é utilizada para satisfazer as necessidades de subsistência de pessoas que não contribuem para o produto” (SINGER, 1983, p.58).

Trata-se da compreensão de que a realidade social é uma totalidade da qual não é possível estar excluído, e que será transversal aos estudos urbanos marxistas. Assim, existe um esforço em refutar as explicações fundadas nos debates marginalistas ou dualistas, de que existe uma população excedente em relação ao setor produtivo hegemônico que estaria excluída do movimento geral de produção e de acumulação, não cumprindo uma função na dinâmica econômica social. De acordo com essa perspectiva, a questão seria identificar formas de inclusão e sua solução deveria passar pelo crescimento econômico e pela adequação populacional às demandas do mercado de trabalho. A fim de contestar tal ideia, Milton Santos (2009 [1978], p.36) assinala que não há uma contraposição entre os “marginais” e a “sociedade global”, não sendo possível pensar entre os *de dentro* e os *de fora*, de modo que o correto é refletir sobre formas de inclusão mais ou menos perversas. Nessa compreensão da realidade, pobreza e riqueza alimentam-se reciprocamente, de tal maneira que os problemas sociais não podem ser solucionados dentro da lógica vigente. A partir desse ponto de vista, a periferização é entendida como um epifenômeno decorrente da modernização brasileira e da baixa remuneração do trabalhador, que restringe o acesso a objetos e serviços necessários. Desse modo, a classe trabalhadora pauperizada³⁶ irá residir

rebaixam o salário dos trabalhadores. Em suas palavras: “Enxergar na massa de indigentes uma parte do “industrial de reserva” seria absurdo; ela é, efetivamente, “afuncional”, pois não será jamais absorvida pelo sistema produtivo (nem mesmo pelo setor informal). Não tendo perspectiva de vir a ser absorvida pelo sistema produtivo, devido ao seu grau de degradação e miserabilidade, essa massa de indigentes não contribui para manter baixos os salários dos trabalhadores empregados, função essencial do “exército industrial de reserva” segundo Marx. A maior parte dessa massa está nas ruas para morrer – de frio, de inanição, de doenças ou vítima da violência.” (SOUZA, 1996, p.30). Contudo, o exército industrial de reserva é um filtro importante ao longo das décadas de 1970 e 1980 para compreender a pobreza nas cidades brasileiras, aparecendo de forma recorrente em diferentes pesquisadores. E como o objetivo dessa pesquisa está em compreender as formas pelas quais a periferia foi pensada na Geografia brasileira ao longo da década de 1980, não nos aprofundaremos em apontar os limites do conceito de exército industrial de reserva.

36 Sobre a pobreza existente nas cidades dos países subdesenvolvidos, Milton Santos (2009 [1978]) coloca que a definição de pobreza não pode se dar através de dados quantitativos como uma base de rendimentos, um dado nível de consumo ou uma relação entre o tempo de trabalho e a renda. Trata-se antes de um elemento concreto da vida social e que exige uma definição contextual, caminhando no sentido de que a pobreza expressa uma dada forma de inserção social em uma sociedade específica. Por

em favelas, cortiços e periferias, que ainda que tenham especificidades morfológicas e simbólicas, apresentam, de acordo com essa perspectiva, uma homogeneidade funcional e estrutural.

A fim de contrapor-se às teorias dualistas, segundo as quais haveria um circuito econômico marginal, e estabelecer uma teoria que defina a relação entre a economia da pobreza e a economia moderna, Milton Santos (2008b [1978]; 2008c [1973]; 2009 [1978]) apresenta a teoria dos dois circuitos da economia urbana. De acordo com essa proposta, a economia urbana dos países subdesenvolvidos é dividida em dois circuitos ou subsistemas, o superior e o inferior. O circuito superior é conectado com interesses hegemônicos e carregados de técnica e capital, estando diretamente relacionados com a modernização e sendo representado pelos monopólios. Por sua dimensão física e econômica, necessitam de infraestruturas criadas pelo Estado, e tendem a localizar-se em cidades com um importante peso político, demográfico e econômico. O circuito superior tem sua escala de gestão definida nacional ou internacionalmente e é nele que são engendradas as necessidades de consumo de toda a sociedade, ainda que uma parcela significativa de pessoas não possam acessá-lo. Isso faz com que os pobres urbanos satisfaçam suas demandas no circuito inferior da economia, cujo desenvolvimento ocorre em escala próxima, fazendo com que ele esteja profundamente implantado na cidade. Desse modo, a formação de ambos os circuitos da economia urbana são devidas ao processo de modernização da sociedade como um todo.

Tal modo de compreender a periferia urbana está ancorado nos movimentos da produção nacional, o que será visto de modo mais detalhado alguns capítulos a frente. Nesse mesmo período, ocorria também uma segunda maneira de abordar as questões ligadas à pobreza e à periferização das grandes cidades brasileiras dentro dos estudos urbanos marxistas, apresentando uma preocupação maior na morfologia das cidades e na organização topológica de seus objetos. Para isso, será mobilizado fundamentalmente o conceito de renda da terra, usado para justificar a diferença nos usos e nos grupos sociais vinculados às várias porções do espaço da cidade, e também como tais configurações alteram a distribuição territorial dos grupos ou das classes sociais.

Isso produzirá uma definição de periferia urbana como sendo os locais da cidade

tal razão, não faz sentido a comparação da pobreza entre diferentes tempos e espaços, tal qual ocorre com o questionamento se a população enriqueceu ou empobreceu ao longo de determinado período ou se uma família enriqueceu ao mudar do campo para a cidade.

onde a renda diferencial da terra é menor, o implica em modelos distintos de estrutura urbana. Assim, para Paul Singer³⁷ (1982 [1979]), os objetos que atribuem maior renda diferencial da terra estão concentrados nos centros urbanos e se tornam mais escassos com o aumento da distância para as bordas da cidade. Desse modo, a periferia é definida como os lugares distantes dos centros urbanos. Já para Nabil Bonduki e Raquel Rolnik³⁸ (1982 [1979]), a topologia desses objetos que valorizam os lugares não é linear pelo território da cidade, de modo que a periferia aparece pulverizada no tecido urbano, não sendo possível defini-la pela distância ou pela incorporação recente.

Buscando relacionar o modo como estava se dando a produção da cidade e a questão da habitação popular, Gabriel Bolaffi³⁹ (1982 [1979]) analisa o processo progressivo e auto-alimentado de crescimento periférico, caracterizado pela combinação de quatro fatores: (1) criação de uma demanda adicional puramente especulativa em decorrência da aquisição do solo urbano para fins econômicos alheios às necessidades de utilização; (2) elevação do valor do solo urbano devido à retirada de porções fundiárias do mercado causadas pela demanda especulativa; (3) reforço da demanda especulativa por conta da valorização do solo acima da inflação decorrente dos investimentos econômicos; e (4) expulsão da demanda real para áreas distantes enquanto lotes em áreas urbanizadas são mantidos ociosos. Para o autor, esse modo periférico de crescimento urbano é o principal responsável pela degradação contínua das condições de vida dos trabalhadores.

A produção do espaço periférico, enquanto um local que abriga a residência das classes trabalhadoras, também foi pensada por Ermínia Maricato⁴⁰ (1982 [1979]), em artigo que busca desmistificar os mitos de autoconstrução da residência, cuja compreensão muitas vezes é equivocadamente atribuída à solidariedade e à desalienação entre produtor (casa) e produtor (morador). Nesse sentido, a arquiteta e urbanista aponta que a

37 SINGER, Paul [1978]. O uso do solo urbano na economia capitalista. MARICATO, Ermínia (org.) [1979]. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982 [1979].

38 BONDUKI, Nabil, ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente da Reprodução da Força de Trabalho. MARICATO, Ermínia (org.) [1979]. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982 [1979], pp.117-154.

39 BOLAFFI, Gabriel [1975]. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. Ermínia (org.) [1979]. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982 [1979].

40 MARICATO, Ermínia [1978]. Autoconstrução, a arquitetura possível. MARICATO, Ermínia (org.) [1979]. A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982 [1979].

autoconstrução decorre sobretudo da incapacidade financeira de arcar com os custos de uma moradia formal, de modo que não é coerente pensarmos que tal prática aponta para algo potencialmente transformador da sociedade.

Ainda no livro *A Produção Capitalista da Casa*, Rodrigo Lefèbvre⁴¹ (1982 [1979]) se propõe a pensar a renda da terra e sua relação com a construção de apartamentos residenciais em São Paulo⁴². Segundo o autor, na dinâmica imobiliária, há uma inversão no modelo clássico de renda da terra segundo a qual os produtores melhor localizados apresentam uma renda diferencial superior que a auferida pelos mal localizados. Seu argumento é que os preços dos imóveis para o comprador final são determinados pelo preço geral de produção, formado pelos preços individuais de produção dos imóveis mais bem localizados, já que o custo elevado do terreno aumenta seus custos de produção. Isso permite aos construtores de imóveis pior localizados um custo de produção abaixo do custo geral de produção, e como o preço do imóvel tem como parâmetro o custo do metro quadrado mais bem localizado, o preço de venda dos imóveis de pior localização permite uma taxa de lucro significativamente maior do que a dos bem localizados. Essa relação inversamente proporcional entre a valorização diferencial das porções da cidade e a rentabilidade imobiliária estimula a tendência de construção em terrenos baratos num dado momento. Contudo, o acúmulo de incorporações num local inicialmente barato faz com que ele se valorize, ao passo que os terrenos onde não houve investimentos têm seus preços rebaixados e passem a atrair investimentos imobiliários, alterando o mercado fundiário como um todo.

Desse modo, dentro dessa perspectiva, a compreensão da periferia urbana é transpassada pela organização topológica e pela produção dos objetos urbanos, em um processo que é compreendido sob a ótica de consumo do espaço da cidade pelos diferentes atores sociais. Assim, os agentes hegemônicos apresentam maior poder de consumo dos objetos e das localizações que lhes interessam, ao passo que a territorialização dos grupos

41 LEFÈBVRE, Rodrigo Brotero [1979]. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo. MARICATO, Ermínia (org.) [1979]. *A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982 [1979].

42 Segundo Rodrigo Lefèbvre (1982 [1979], p.106), seu modelo é válido para cidades onde não há renda de monopólio, como é o caso de São Paulo, onde, segundo o autor, a localização é cada vez menos importante na determinação do preço do imóvel, dada a difusão do automóvel, a abertura de vias de trânsito rápido e a difusão de serviços de consumo coletivo privados e públicos pela cidade. Em cidades em que há renda de monopólio, como o Rio de Janeiro, a proximidade da praia, por exemplo, faz com que a localização tenha um peso maior na determinação do preço dos imóveis.

sociais mais vulneráveis ocorre principalmente nos locais não desejados.

Dentro da Geografia, David Harvey (1980 [1973], p.230 e segs.) tem uma perspectiva que dialoga com essa abordagem, relacionando a estrutura social e o urbanismo das cidades capitalistas. O autor coloca que a mais-valia extraída na produção é reinvestida na construção de formas urbanas. Estas, por sua vez, criam novas necessidades sociais, que deverão ser satisfeitas através da produção, onde ocorrerá novamente a extração de mais-valia, em um movimento ininterrupto.

Em seu argumento, esse tipo de produção do espaço ocorre para manter a demanda efetiva por produtos industriais.

A corporação deve, por isso, criar, manter e expandir a demanda efetiva para seus produtos. Há vários estratagemas disponíveis. Talvez o de maior sucesso seja criar uma necessidade enquanto elimina a possibilidade dessa necessidade ser satisfeita por uma substituição de produto. A demanda efetiva por automóveis (assim como produtos de petróleo, construção de auto-estradas, construção suburbanas etc.) tem sido criada e expandida através da reorganização total da forma edificada metropolitana, de tal modo que é de todo, senão impossível, viver uma vida social 'normal' sem um carro (exceto nas áreas onde o congestionamento é tão grande que torna o acesso por automóvel caro e difícil). Uma necessidade foi criada a partir do luxo. E é essencial que essa demanda efetiva por automóveis – a chave das economias capitalistas contemporâneas – seja mantida e expandida. De outra forma, haverá séria interrupção econômica e financeira de todo o conjunto da economia. Nessa base, pode ser predito, por exemplo, que os sistemas públicos de trânsito só podem ser construídos na medida em que eles não interfiram (ou efetivamente expandam) na demanda efetiva por equipamentos de transporte. Se os Estados Unidos fossem subitamente cobertos por sistemas públicos de trânsito, haveria maciço desemprego em Detroit, e uma recessão econômica muito mais séria do que o colapso dos anos 30. A metropolização contemporânea funciona, aparentemente, em parte como um campo para a necessária transmissão de produto excedente e como fonte manipulável de demanda efetiva. O produto excedente foi frequentemente desperdiçado na forma edificada da cidade no passado (sob a forma de arquitetura monumental e similares). Mas, é agora *necessário* que o urbanismo gere a expansão do consumo caso a economia capitalista deva ser mantida. Grande parte da expansão do PNB em sociedades capitalistas está de fato restrita ao processo conjunto de suburbanização. (HARVEY, 1980 [1973], p.232, *grifo original*)

Sua preocupação centrada na configuração dos objetos urbanos faz com que David

Harvey (1980 [1973], p.41 e segs.) relacione a morfologia da cidade com a renda dos indivíduos, de modo que a topologia dos objetos e dos recursos urbanos altera significativamente suas vidas. Assim, em seu ponto de vista, a distribuição de empregos e de moradias e o sistema de circulação urbana exercem um papel ativo na conformação social, que podem caminhar em direção ou ao contrário de uma justiça social⁴³. Seu argumento geral é exemplificado pelo caso específico das cidades em que os pobres urbanos têm sua moradia restrita aos centros urbanos, com os subúrbios sendo local de moradia das classes adinheiradas e de concentração dos melhores empregos. Para o autor, essa configuração urbana apresenta uma dupla perversidade com os pobres. Primeiro, porque o alto preço das moradias nos subúrbios impõe a moradia dos pobres no centro, e como os melhores empregos estão localizados nos subúrbios, eles terão um maior custo e um maior tempo de transporte. Além disso, essa topologia urbana praticamente impede a residência de pobres urbanos em locais que não sejam à área central. Assim, eles são obrigados a habitar uma determinada porção da cidade, cujos preços das residências são regulados pelas leis de mercado, de modo que a alta demanda habitacional nesse centro urbano eleva o preço das moradias (HARVEY, 1980 [1973], p.48 e segs.). Segundo o raciocínio de David Harvey, essa configuração dos objetos e dos recursos urbanos faz com que os pobres urbanos tenham sua renda depreciada.

Contudo, ainda que haja a potencialidade de uma configuração urbana que caminhe para uma justiça social, a disparidade de poder entre os grupos sociais que ocorre nas sociedades capitalistas impõe uma tendência geral de que as transformações espaciais tendem a aumentar a renda dos ricos e a diminuir a dos pobres (HARVEY, 1980 [1973], p.59). Isso acontece porque as decisões locacionais são tomadas individualmente e visam o aumento da própria renda, sem preocupações com possíveis externalizações que isso possa ter. E caso uma pessoa tenha sua renda diminuída pela ação de outra, restam-lhe duas alternativas. Ou ela muda sua própria localização e arca com os custos adicionais para

43 Isso é feito através da discussão sobre acessibilidade e proximidade, que são coisas distintas no sistema urbano, fazendo com que o que é cobrado para ter acesso a cada um deles seja também diferente. A acessibilidade a empregos, serviços, recursos urbanos e amenidades em geral, tem um preço difícil de ser calculada objetivamente, pois ele expressa desde questões objetivas, como o custo do transporte, até elementos menos mensuráveis, como o tempo do deslocamento, e até mesmo questões emocionais e psicológicas. De qualquer forma, a acessibilidade expressa a oportunidade de se relacionar com determinado objeto urbano. Já a proximidade aponta unicamente a contiguidade espacial entre as pessoas e determinado objeto, sem que haja necessariamente uma relação entre eles (HARVEY, 1980 [1973], p.45).

manter sua renda, o que é possível somente para aqueles que podem pagar por isso; ou ela organiza outras pessoas que também terão perdas com aquela externalização. No entanto, Harvey (1980 [1973], p.61) assinala que, em geral, os grupos pequenos, formados por uma parcela elitizada da sociedade, têm maior capacidade de mobilização e avançam mais em suas demandas do que os grupos grandes, formado pela maior parte das pessoas, mas que não apresentam a mesma capacidade de mobilização⁴⁴. Desse modo, novamente os grupos hegemônicos são favorecidos no processo de produção do espaço da cidade.

Por essa razão, ainda que Harvey compreenda que a topologia urbana pode alterar a renda das pessoas, o autor combate a tese de que seriam possíveis soluções no âmbito do planejamento urbano, pois isso estaria ancorado numa tentativa de atingir uma distribuição mais equânime dos recursos no interior de um modelo desigual. Esse insucesso decorre do fato de que a escolha da localização residencial é feita pela articulação de fatores de tempo e dinheiro pelos grupos hegemônicos. Assim, se num primeiro momento, a maioria dos empregos localiza-se no centro, eleva-se o custo das moradias em suas proximidades. Aos pobres, o custo do transporte é um elemento altamente consumidor de sua renda, restando-lhes ou moradias distantes e custos elevados de transporte, ou moradias próximas, mas pequenas e muitas vezes insalubres, devido ao custo elevado do solo no centro. Para os ricos, o custo da moradia no subúrbio não é impeditivo, visto que o que é despendido em transporte é relativamente baixo para sua renda. Isso lhe permite ter acesso barato ao centro e moradias amplas. Num segundo momento, pode-se ter um congestionamento entre o subúrbio e o centro que ultrapasse os limites aceitáveis pelos ricos, fazendo com que eles passem a preferir moradias no centro. Nesse caso, o valor do solo no centro aumentará ainda mais e será impraticável a permanência de moradias pobres, que serão expulsos para locais mais distantes (HARVEY, 1980 [1973], p.115 e segs.). Desse modo, a

44 “A análise desenvolve-se com a suposição de um comportamento auto-interessado por parte dos indivíduos, e prossegue então mostrando que, 'quanto maior o grupo, mais remotamente ele conseguirá prover-se de uma soma ótima de bem coletivo'. Não necessitamos nos deter na prova desta conclusão. O ponto importante é que os grupos pequenos podem ser bastante hábeis em prover-se de bens coletivos, particularmente quando uma pessoa no grupo tem interesse próprio na produção do bem. Mas, quanto mais equilibrados os grupos, mais terão provavelmente dificuldade nisso. Essa conclusão é similar à desenvolvida por diversos analistas de escolha de grupo e de comportamento coletivo. Não é difícil ampliar isso para o processo político de barganha e prever que 'os grupos menores – os grupos privilegiados e intermediários – podem muitas vezes derrotar os grupos maiores – os grupos latentes que hipoteticamente devem, normalmente, prevalecer na democracia. Os grupos privilegiados e intermediários muitas vezes triunfam sobre as forças numericamente superiores dos grupos grandes ou latentes, porque os primeiros são geralmente organizados e ativos, enquanto os últimos são normalmente desorganizados e inativos' (Osmon, M. The Logic of Collective Action. Cambridge, Massachusetts, 1965, p.128).” (HARVEY, 1980 [1973], p.62)

territorialização da pobreza obedece aos desígnios dos grupos hegemônicos por localização e amenidades, não havendo um modelo de estrutura urbana *a priori*.

Ambas as perspectivas apresentadas ecoaram na Geografia urbana brasileira ao longo da década de 1980. Em comum, elas partilham da premissa da totalidade social e da contestação de argumentos que atribuam a pobreza às esferas da moralidade ou a uma situação que tende a ser superada através da acumulação possibilitada pelo trabalho ao longo do tempo. Ao contrário, prevalece a compreensão de que a riqueza social é produzida através da degradação das condições de vida do trabalhador, de modo que o capital é privilegiado em sua contradição com o trabalho.

Essa contradição fundamental da sociedade capitalista, a saber, entre capital e trabalho, foi analisada pelos pesquisadores marxistas até a década de 1970 fundamentalmente em sua manifestação na produção. Desse modo, o empenho era compreender de que modo a mais-valia do trabalhador era drenada para virar o lucro do capitalista ou o capital que seria reinvestido na produção. Pedro Arantes (2009, p.115) coloca que, com a entrada dos estudos urbanos no marxismo, com destaque para a produção francesa, o esforço passa a ser compreender a cidade como a territorialização da mais-valia social, considerada a partir da esfera do consumo. Assim, segundo Arantes, considerando o conjunto de estudos marxistas, a incorporação das pesquisas urbanas em seu rol desloca o eixo da produção para o consumo.

Contudo, compreendemos que dentro dos estudos urbanos marxistas existe uma diferenciação entre aqueles que valorizam o prisma da produção e os que valorizam o do consumo. Nesse primeiro grupo estão os pesquisadores que atribuem o motor dos processos de transformação urbana aos ditames da produção em seu processo de modernização. No segundo, os pesquisadores que entendem que tais transformações urbanas são engendradas pelo modo como os diferentes atores sociais consomem o espaço ou, mais propriamente, os objetos espaciais e suas localizações. Como pretendemos deixar claro ao longo desse texto, tais perspectivas não são antagônicas entre si, havendo até mesmo sobreposições entre elas, mas demonstram formas particulares de analisar a realidade urbana. No que diz respeito ao estudo da periferia, ela será definida no primeiro grupo claramente como uma territorialização dos locais de reprodução da força de trabalho; no segundo grupo, tem-se uma dupla compreensão da realidade periférica, definida como os locais onde ocorre a reprodução da força de trabalho e também como as

fronteiras da malha da cidade onde ocorre a reprodução do espaço urbano. Por essa razão, a ordem dos capítulos foi escolhida pela compreensão de que os estudos marxistas valorizaram inicialmente a esfera da produção, de modo que foram os estudos sobre a cidade que fizeram com que os marxistas passassem a pensar também a esfera do consumo. Assim, colocamos antes o capítulo no qual a periferia é engendrada através do processo de produção e depois aquele no qual ela tem sua origem vinculada com o consumo e a organização do espaço. Como dito, tal ordem tem o intuito de expressar um movimento que ocorre dentro dos estudos marxistas com a incorporação das pesquisas sobre a cidade e não indicam nenhum aspecto transitório entre um momento A e B ou uma hierarquia entre as formas de analisar a periferia urbana.

Nossa discussão na segunda parte de cada um desses capítulos será norteadada por dois eixos que considermos centrais para pensar o conceito de periferia urbana tal como é colocado. O primeiro deles busca dar conta da percepção de que a realidade periférica é transversalizada pela ideia de reprodução, o que ocorre nas duas perspectivas, ainda que com particularidades em cada uma delas como veremos ao longo do texto. Essa discussão está bastante vinculada com a compreensão da escala de análise da periferia, já que ela equivale à escala na qual ocorrem os fenômenos considerados como determinantes no seu engendramento. O segundo eixo norteador dialoga com a questão da distância na definição de periferia. Como colocado na introdução, ainda que a concepção mais difundida de periferia seja a de um lugar simultaneamente pobre e distante dos centros urbanos, essa articulação entre sua localização intraurbana e seu conteúdo social pode expressar uma diversidade de realidades. Desse modo, se valorizamos o conteúdo social, os territórios da pobreza encontram-se pulverizados em diferentes porções da cidade, ocorrendo nas proximidades de centros e sub-centros e também em locais afastados e de ocupação recente. Além disso, se priorizarmos a localização como eixo definidor da periferia, podemos encontrar moradias de alto padrão, residências populares, áreas industriais e até sub-centros importantes, e muitas vezes esses usos são situados próximos uns dos outros. Por conta disso, a centralidade da distância na definição de periferia varia entre os autores, tendo maior importância para alguns, e menor para outros.

Ainda sobre a organização do trabalho, existe um capítulo que antecede aqueles propriamente sobre o estudo da periferia urbana, onde nos propomos a pensar sobre as pesquisas na Geografia urbana brasileira ao longo da década de 1980 acerca da periferia do

centro, conceito vinculado a modelos de estrutura urbana vigentes nos estudos sobre a cidade ao longo do século XX e que sofreu julgamentos severos após a década de 1970. Uma das propostas é apontar um movimento em que a perspectiva ecológica é progressivamente abandonada nos estudos urbanos, enquanto avançam as pesquisas urbanas fundadas na totalidade social e nas contradições de classe do capitalismo. Nos interessa também pensar que, ainda que a palavra “periferia” em “periferia do centro” expresse estritamente uma localização em um plano urbano, o conteúdo social dessas localizações pode ser vinculado àquele presente nas localizações periféricas definidas comumente, que são o uso industrial e a reprodução da força de trabalho. Em termos estruturais, poderia ser estabelecido um diálogo entre os estudos sobre a periferia urbana e os sobre a periferia do centro, o que de fato não ocorre. Desse modo, nas pesquisas empíricas sobre a realidade urbana, ainda que a periferia não seja definida propriamente pela distância, mas pela sua configuração espacial ou pela sua funcionalidade estrutural, não são estabelecidas pontes para pensar realidades de outras localizações que tenham condições espaciais ou funcionais semelhantes. Dito isso, nos dirigimos nesse momento ao referido capítulo, dando início às análises das pesquisas empíricas desenvolvidas na Geografia brasileira sobre a periferia ao longo da década de 1980.

Capítulo 4. Periferia do centro: da perspectiva ecológica à sua negação

A Geografia urbana engloba os chamados estudos urbanos, que é constituído por pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, mas que possuem uma unidade temática e um desenvolvimento histórico compartilhado. Desse modo, movimentos de adesão e de refutamento de teorias e modelos ocorreram dentro dos estudos sobre a cidade, como foi o caso da guinada ao marxismo ocorrido na segunda metade do século XX. No começo desse século, a Escola de Chicago inicia uma série de pesquisas sobre a cidade, com uma valorização da morfologia urbana e da compreensão sobre os grupos sociais que usam cada parte da cidade. Esse conjunto de pesquisadores influenciam as pesquisas urbanas que serão feitas durante a primeira metade do século XX, havendo não apenas a implementação de seus modelos para compreender a realidade, como também tentativas de aprimorá-lo.

Ainda que a Geografia humana brasileira tenha sua trajetória vinculada à tradição francesa, os estudos urbanos nos moldes estadunidenses em alguma medida também a impactaram. Tal influência está presente, por exemplo, em Pierre Monbeig que se vale de conceitos da Escola de Chicago para pensar a cidade de São Paulo⁴⁵ e que, através de sua atuação como professor no curso da USP, entre 1935 e 1946, atuou na formação de um número expressivo de geógrafos.

Esses estudos anglófonos sobre as grandes cidades que buscavam compreender a complexidade de usos existentes e de grupos sociais que ocupam as diferentes porções da cidade, de onde deriva a noção de periferia do centro ou zona periférica ao centro. Ela corresponde à faixa imediatamente adjacente ao distrito comercial de negócios (CBD) e aparece em meio a outras expressões que designam esse mesmo local, tais quais zona cinzenta, de obsolescência, deteriorada ou zona de transição. Esse último termo foi estabelecido por Ernest Burgess (1929) em seu modelo ecológico da estrutura urbana, que lhe define da seguinte forma:

Circundando o Distrito Comercial Central estão as áreas de deterioração residencial causada pela penetração do comércio e da

45 Tal aproximação é percebida em “Paisagens e Problemas da Metrópole” (MONBEIG, 2004 [1953]) e em “O Estudo Geográfico das Cidades”, disponível em <http://www.ufff.br/revistageografia/files/2011/06/Revista-Geografia-2011-Cassab.pdf> (último acesso: 21/12/2013).

indústria a partir da Zona I [Loop]. Esta pode, portanto, ser chamada de Zona de Transição, com um distrito de fábricas como seu cinturão mais interno e um anel externo de vizinhança em regressão, de colônias de primeira fixação de imigrantes, de distritos de casas de pensão, de áreas de homens sem lar, de refúgio do jogo, de comércio clandestino de bebidas, de vícios sexuais e de locais de origem do crime. Nesta área de deterioração física e desorganização social nossos estudos mostram a maior concentração de casos de pobreza, de habitações ruins, de delinquência juvenil, de desintegração familiar, de doenças física e mental. À medida em que as famílias e os indivíduos prosperam, escapam desta área para a Zona III, além dela, deixando para trás, abandonados, um resíduo de derrotados, desorientados e desamparados. (BURGESS, 1929, p.4)

Dessa forma, a palavra “transição” expressa um duplo significado. De um lado, havia a expectativa de que o Loop ou o Distrito Central irradiasse suas atividades pelas imediações, de forma que o cinturão fabril interno da Zona de Transição seria uma situação transitória a ser superada num segundo momento através da expansão do centro. Além disso, representaria também a transição entre uma situação de precariedade e inadaptação da população imigrante recém-chegada à Chicago, que ao se ajustar ao mercado de trabalho e ao modo de vida local, se veria impelida a procurar uma moradia mais apropriada, com um conforto maior nas instalações e num lugar cujo comportamento social fosse mais ajustado aos valores sociais vigentes.

Em 1939, Homer Hoyt elabora um novo modelo de estrutura urbana a fim de adequar a proposição de Burgess às condições urbanas verificadas em campo. Tendo como referência o modelo elaborado por Ernest Burgess, mas contando com uma quantidade superior de dados estatísticos, Hoyt definiu que o crescimento das cidades ocorria através de setores que acompanhavam as vias de transporte, o que se justifica em uma sociedade na qual o automóvel estava cada vez mais difundido, e que os valores do solo não variavam de acordo com as zonas concêntricas, mas sim de setor para setor (HOYT, 2008 [1964], p.143).

Na década de 1950, novas tentativas de atualização do modelo de estrutura urbana de Ernest Burgess foram desenvolvidas. Em artigo no qual faz uma revisão bibliográfica acerca da zona periférica ao centro, Tânia Strohaecker (1988, p.177) destaca os estudos

feitos por Horwood e Boyce⁴⁶ e por Griffin e Preston⁴⁷, e apesar das particularidades de cada um deles, em ambos, a zona periférica ao centro é compreendida pela complementaridade funcional que os diferentes usos que essa área abriga têm entre si, e pela articulação da periferia do centro como um todo com o CBD. Assim como a proposta de Burgess, tratam-se de modelos propriamente locacionais, que buscam definir padrões de usos e de dinâmicas de um subespaço ou de uma subárea da cidade e cuja base está nos processos empíricos verificados em campo, destacando-se a ocupação do solo e as dependências funcionais e econômicas das atividades ali desenvolvidas.

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (1993 [1989], p.38-40), a origem da periferia do centro é uma consequência do processo de centralização visto nas grandes cidades capitalistas existentes na passagem do século XIX ao XX. Elas estavam imersas numa série de relações interregionais e a ferrovia ganhava destaque como meio de transporte. A fim de diminuir os custos, os terminais ferroviários foram colocados o mais próximo possível uns dos outros e também do porto, caso houvesse. As atividades voltadas ao exterior da cidade, como escritórios, depósitos, comércios atacadistas e indústrias, localizavam-se próximo dessas áreas, onde é estabelecido um mercado de trabalho expressivo, que impõe a necessidade de que aquela área seja acessível ao conjunto da cidade e, conseqüentemente, a convergência de transporte intraurbano.

A aglomeração de pessoas e de transportes atrai outros tipos de comércio varejista e de escritórios, ampliando ainda mais o mercado de trabalho associado. Tal concentração eleva os preços dos terrenos, de forma que só permanecem no núcleo central as atividades que conseguem transformar os custos locacionais elevados em lucro maximizado. É por essa razão que, no processo de centralização, o estabelecimento da Área Central ocorre com a configuração de dois setores distintos e complementares: o núcleo central e a zona periférica ao centro. A partir de Horwood e Boyce⁴⁸, Corrêa (1993 [1991]) aponta que o núcleo central é definido pelo uso intensivo do solo; pela ampla verticalização e pela limitada horizontalização. Já a periferia do centro tem características contrárias, sendo definida fundamentalmente pelo uso semi-intensivo do solo; pela ampla escala horizontal e

46 HORWOOD, E. M.; BOYCE, R. R. Studies of the central business district and urban freeway development. In: THE URBAN american city. M. Yeater, org. Seattle, University of Washington Press. 1959. p. 319-27.

47 GRIFFIN, D., PRESTON, R. *A restatement of the "transition zone" concept*. Annals of the Association of American Geographers, 56 (2), 1966. p. 339-50.

48 HORWOOD, E. M.; BOYCE, R. R. *Op. cit.*

por abrigar residências de baixo *status* social.

Nessa linha argumentativa, Helena Cordeiro (1978), em sua tese de doutorado, pensa a cidade de São Paulo a partir de dois movimentos. De um lado, a força centrípeta que seu centro exerce sobre toda a área metropolitana urbanizada através da infraestrutura convergente de transporte, que a faz defini-lo como o centro de gravidade metropolitano (CORDEIRO, 1978, p.2). De outro lado, temos um segundo movimento, que é a expansão do centro da cidade no processo de metropolização de São Paulo, que acaba por reforçar ainda mais sua centralidade. O argumento de Cordeiro é que a diversificação e a integração da indústria paulista veio acompanhada de maior presença de atividades terciárias na capital, com destaque para o setor financeiro e para os escritórios industriais, criando vantagens de aglomeração. A desconcentração industrial em curso no momento de escrita da tese é levada em consideração, mas, segundo o argumento apresentado, não altera o reforço da centralidade de São Paulo, onde estão concentrados os centros de gestão industrial.

O objetivo de Cordeiro é delimitar o centro da cidade de São Paulo, estabelecendo as fronteiras do núcleo central, dos novos núcleos em expansão, da periferia do centro e de seus setores internos. Será feito, dessa forma, um zoneamento da parte central da cidade baseado na distribuição dos objetos espaciais encontrados no momento de escrita da tese, de tal maneira que seus processos formativos não constituem o cerne das preocupações da autora. Para isso, sua principal referência será o modelo de Murphy⁴⁹, baseado no reconhecimento da tipologia funcional das atividades realizadas e que será adaptado à realidade de São Paulo (CORDEIRO, 1978, p.15).

A fim de atingir seu objetivo, a pesquisadora fez uso de dois critérios para delimitar as bordas do centro. O primeiro deles é a identificação de obstáculos à expansão urbana, tais quais linhas de trem, conjuntos hospitalares, parques e rios. Estes objetos, ainda que possam ser ultrapassados pelo tecido urbano, representam freios à expansão das atividades centrais, e por isso, no argumento de Cordeiro, podem ajudar a definir os limites externos da periferia do centro. O segundo critério é esboçar uma faixa de transição, buscando locais cujos usos têm as características que Murphy e outros autores atribuem a essa área da cidade: imóveis decadentes ou multifamiliares; e/ou terrenos aguardando valorização; e/ou atividades expulsas do centro, mas que são necessárias ao seu funcionamento, como

49 MURPHY, R.E. The American City – an urban geography. New York. McGraw-Hill, Company, 1966.

aquelas relacionadas à manutenção e ao comércio de automóveis (CORDEIRO, 1978, p.50). Esses dois critérios definem os limites da zona central como um todo e delineiam a periferia do centro. Para identificar os diferentes setores que compõem o centro e pensar a dinâmica entre eles, Cordeiro elabora uma tabela onde classifica as atividades comerciais de acordo com o seu grau de centralidade em três grupos: muito centrais, centrais e não centrais ou de transição.

Atividades e funções muito centrais são não somente as mais típicas dos centros das grandes cidades, mas antes as que melhor refletem a sua importância ao nível metropolitano. As atividades funcionais centrais são as que refletem a caracterização dos núcleos centrais urbanos, porém não são de caráter estritamente metropolitano. As atividades funcionais de transição, já referidas, aparecem nas franjas do núcleo urbano, refletindo uma situação de mudanças como área que aguarda a expansão do Centro, onde se mantém funções de baixa rentabilidade, que complementam o seu funcionamento ou que estão sendo invadidas pelo Centro em expansão. (CORDEIRO, 1978, p.63)

Através da classificação das atividades comerciais nas quadras analisadas, Cordeiro (1978, p.64-66) zoneia o centro da cidade em três setores fundamentais: zona de transição ou periférica ao centro; centro de grande densidade de ocupações com função muito central; e núcleo ou core do centro, com a densidade máxima de funções centrais e muito centrais. A metodologia para tal empreendimento foi estabelecer para cada quadra um índice que aponta sua centralidade. Sua obtenção dá-se pela articulação de seu valor imobiliário, sua área construída, sua densidade demográfica e sua tipologia funcional, de forma que, quanto mais central for uma quadra, maiores serão seu valor imobiliário e sua área construída, menor será sua densidade demográfica, e mais centrais serão suas atividades, sendo o contrário verdadeiro para as quadras menos centrais. Isso é operacionalizado através de um conjunto de procedimentos matemáticos expressos a seguir:

I) Definir a centralidade (SI) de acordo com a área construída (AC), valor imobiliário (VI) e densidade demográfica (DD), modo que $\rightarrow SI = 3 \times AC + 3 \times VI + 3 \times (6 - DD)$

II) Definir a centralidade (SF) de acordo com a tipologia funcional das atividades presentes na quadra, tal que $\rightarrow SF = \text{número de estabelecimentos de cada atividade funcional com a seguinte ponderação:}$

□ Atividade funcional de transição = 0

- Atividade funcional central = 1
- Atividade funcional muito central = 3

III) Definir a centralidade total da quadra (VQ) $\rightarrow VQ = SF + SI$

A partir do índice de centralidade de cada quadra, era preciso estabelecer uma referência numérica que classificasse esses diferentes índices de acordo com sua centralidade, para que cada quadra fosse incluída em um dos setores fundamentais identificados. Para isso, Cordeiro adaptou os indicadores presentes nas suas fontes aos dados encontrados em sua pesquisa de campo e em suas análises estatísticas.

Analizando os níveis adotados no CBIM (Central Business Index Method), de Murphy e Vancy para o Centro (Murphy, 1966, p.297) e o de Davies (Davies in Murphy, 1966, p.307), consideramos que deveriam ser feitas adaptações dos níveis a nossa realidade, pois a frequência de quadras com valor acima de 80% da quadra-pico era muito rara. Confrontando os resultados da quantificação das quadras com as observações da pesquisa de campo observamos que ocorria um hiato entre o valor de 66% e os que lhe eram imediatamente inferiores. Dispondo-os espacialmente, correspondiam, respectivamente, à área de maior compactação e sua periferia, o que nos levou a adotar o índice de 66% para o coração do centro. [...]

SETORES

Transição (T)		Centro (C)		Core do Centro	
(%SI)	(%SF)	(%SI)	(%SF)	(%SI)	(%SF)
Até 30%	Até 30%	31 a 65	31 a 65	Acima de 66%	Acima de 66%

%SI percentual da soma dos valores dos índices variáveis

%SF percentual dos valores ponderados das atividades funcionais
(CORDEIRO, 1978, p.67)

Através dessa metodologia, define-se o centro e, ao seu redor, a periferia do centro. Como seu critério central de definição é sua localização em torno do núcleo central, se a considerarmos a periferia do centro de forma una, teremos uma realidade cuja heterogeneidade é significativa tanto sob o ponto de vista do uso do solo e da infraestruturas presentes no terreno, quanto pelo grupo social vinculado através das residências e do tipo de comércio desenvolvido.

Dessa forma, pertencem à periferia tanto os bairros Jardins, que concentram os locais de moradia da elite paulistana e serviços destinados à alta classe, quanto a Bela Vista e o Glicério, repletos de cortiços onde residem pobres urbanos e onde estão situados

serviços menos valorizados, como oficinas e comércios comuns. Por essa razão, a zona periférica ao centro é subdividida em setores de acordo com o movimento identificado. De um lado, temos os locais onde as atividades centrais avançam sobre a periferia do centro, valorizando sua área e indicando uma transformação social. De outro, há um processo de degradação, com o avanço de atividades não centrais e que engendram um movimento de deterioração. Ainda existe um terceiro movimento, onde o movimento de avanço do centro estagnou, deixando uma série de formas que são reutilizadas para fins distintos daqueles para os quais foram construídas.

Do ponto-pico [hardcore] para a periferia [do centro] decresce a concentração de todos os elementos caracterizantes da centrografia urbana, que se diluem em todo o contorno do Centro. O conjunto tem o aspecto de uma imensa nebulosa da qual o Centro forma um ou mais nódulos e a área de transição, uma franja bastante irregular. Nela altera-se a importância das variáveis da centrografia – decrescimento de valores imobiliários, aumento da população residente, grande mudança nos índices de área construída e sobretudo a ocorrência de certos tipos de usos de solo. Assim, a soma dos índices das variáveis – valor imobiliário, área construída, densidade demográfica – nessas áreas de transição corresponde até a 30% do valor-pico. Essa alteração corresponde em certas áreas à alta concentração de população residente pelo fenômeno do encortijamento, em outras à renovação funcional resultante da derrubada de velhas casas ou edifícios residenciais por atividades centrais e assim por diante.

Essa moldura do Centro é fundamentalmente um setor de extrema complexidade. No seu interior o Centro declina ou fica estagnado em algumas áreas, enquanto que em outras ele avança. Para a distinção interna dessas complexas áreas adjacentes consideramos ainda dois parâmetros básicos: a natureza da sua composição funcional e a dinâmica do processo de expansão. Observando-os, três tipos fundamentais de sub-setores podem ser evidenciados no setor de transição: 1) o sub-setor de assimilação que é essencialmente de crescimento, em geral recente, recebendo as novas atividades dos setores terciários e quaternários, que buscam um padrão de prestígio ao nível metropolitano: lojas de artigos selecionados ou de luxo, sedes de empresas, clínicas de profissionais liberais, serviços do setor quaternário, agências bancárias com novos padrões de atendimento, lojas de auto-peças que vendem sofisticação, etc. (Murphy, 1966, pp.205/6). 2) o sub-setor de degradação, onde estabelecimentos de baixo nível se aproximam oferecendo serviços em que a ostentação e o prestígio não aparecem. Há uma retração do ritmos de desenvolvimento urbano acompanhada por sinais evidentes de decadência física e

social. Lojas de artigos baratos, lojas de bijouterias, hotéis de baixa categoria, casas de pensão, cortiços, lojas de penhores, postos de gasolina, lojas de automóveis, acessórios, oficinas e outros serviços disputam, mesmo em pequenos espaços, a grande massa de consumidores. 3) há também o sub-setor estagnado em que o processo de expansão sofreu uma retenção: foco de cortiços e habitações coletivas, oficinas mecânicas e outras, botecos decadentes, etc. (Murphy, 1966, pp.306). (CORDEIRO, 1978, p.93-94)

Dessa maneira, Cordeiro define uma metodologia para delimitar a qual setor pertence cada fração do centro, como também pode classificar os sub-setores da periferia do centro de acordo com sua relação com o *core* da cidade. As transformações urbanas na zona periférica ao centro são compreendidas pelo êxito ou não do avanço de atividades centrais sobre sua área e é com base nesse critério que Cordeiro afirma que a área compreendida entre o Conjunto Nacional e o Center Três, na avenida Paulista, antes definida como uma área de assimilação da periferia do centro, teve sua classificação alterada devido o vigor que as atividades muito centrais passaram a desempenhar. Essa área, antes periférica ao Centro Novo⁵⁰, é considerada num segundo momento como um novo Centro, que também tem sua própria periferia atribuída. Assim, áreas que pertenciam à zona periférica ao Centro Tradicional⁵¹ ou ao Centro Novo passam a estar vinculadas ao Centro da avenida Paulista.

Esse caminho de compreender uma determinada realidade através de modelos de morfologia urbana também é percorrido por Tânia Stroecker (1989) em sua dissertação de mestrado, cujo objetivo é analisar o bairro de São Cristóvão e responder se ele pode ser considerado como parte integrante da periferia do centro do Rio de Janeiro. Sua estratégia consiste em verificar o quanto as diferentes teorias da estrutura urbana, elaboradas sobretudo para as cidades da Europa e dos EUA ao longo da primeira metade do século XX, são adequadas para pensar o bairro de São Cristóvão da década de 1980. O modelo de morfologia urbana aponta que, nas cidades dos países centrais, a zona periférica ao centro é uma derivação do processo de descentralização causado pelas deseconomias da área central, como os altos custos da terra e os congestionamentos. Assim, atividades que demandam maior quantidade de terreno e/ou cuja lucratividade não compensa os custos do

50 Formado pela Praça da República e pelas avenidas Ipiranga, São Luís e São João.

51 Formado pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita, que constituem o chamado Triângulo Histórico onde teve início a cidade de São Paulo.

centro, migram para seu entorno, que passa a concentrar as indústrias e o comércio atacadista. Atividades mais limpas, como o comércio varejista e os serviços, passam a se localizar junto às moradias das classes mais abastadas, e o núcleo central permanece usado pelas atividades financeiras e o comércio especializado (STROAECKER, 1989, p. 32).

Contudo, tal explicação corresponde à realidade urbana de outros espaços e tempos e, no argumento de Stroecker (1989, p.33), não pode ser aplicado livremente para explicar as cidades latinoamericanas. Por não ter experimentado um desenvolvimento suburbano como o verificado nas cidades dos países centrais, já que o capital imobiliário relativamente reduzido impedia uma expansão maior para fora do núcleo central, ocorreu apenas um eixo de expansão para as classes médias e altas, que passou também a concentrar os serviços especializados e o comércio sofisticado. É por essa razão que, ainda que alguns pesquisadores tenham tentado estabelecer modelos para as cidades latinoamericanas, todos tiveram como referência comum o modelo dos setores espaciais desenvolvido por Homer Hoyt⁵².

De acordo com esse esquema, o eixo desenvolve-se sempre a partir do centro, onde a infraestrutura e a acessibilidade são mais sólidas. A descentralização limitada faz com que haja poucos subcentros, consolidando a importância do CBD para a cidade como um todo e dificultando a percepção da zona em transição nos países latino-americanos.

No entanto, é necessário destacar-se que os processos espaciais de invasão-sucessão e descentralização aparecem de forma menos “visível” nas cidades latino-americanas. O desenvolvimento econômico dependente e a industrialização tardia nos países latino-americanos levaram a certa cristalização da estrutura interna das cidades.

Assim, o traçado de xadrez adotado pelos países de colonização espanhola, privilegiando a área central com a “Plaza Mayor” circundada pelos mais importantes prédios e a relativa segregação sócio-econômica conforme se distancie da praça central, formaliza a estrutura da organização social tradicional.

Apesar dessa estrutura permanecer ocorrendo nas pequenas e médias cidades latino-americanas, certa transformação ocorreu nas grandes cidades rompendo, de certo modo, com a estrutura espacial tradicional. Diversos estudiosos tentaram estabelecer modelos para a cidade latino-americana contemporânea como Yujnovsky (1971), Griffin e Preston (1980), Bahr e Mertins (1983), entre outros.

Todos, no entanto, enfatizam o modelo clássico de Hoyt, conhecido

52 HOYT, Homer. The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhoods. Readings in Urban Geography, H. Mayer; C. Kohn (org.). Chicago, The University of Chicago Press, 1959, p.499-509.

como modelo dos setores, para a elaboração mais aprimorada de seus esquemas.

As cidades latino-americanas estão muito longe das norte-americanas no que diz respeito ao desenvolvimento dos subúrbios. O capital imobiliário escasso impede que haja uma corrida maior para fora da área central e, em geral, somente um eixo de expansão é produzido para o uso residencial da classe média-alta que atrai, por sua vez, o comércio varejista sofisticado e alguns serviços especializados.

Estes eixos desenvolvem-se sempre a partir do distrito central de negócios porque esta é a área melhor servida em infra-estrutura e acessibilidade às atividades econômicas e culturais. O processo de descentralização é limitado, havendo, portanto, poucos sub-centros, o que consolida, de certa forma, a importância do distrito central de negócios para toda a cidade tornando a zona em transição bem menos visível do que nas cidades norte-americanas. (STROHAECKER, 1989, p.33-34)

A metodologia de Strohaecker consiste em fazer uma reconstrução histórica dos diferentes usos do território de São Cristóvão desde o início do século XVIII até o momento de escrita da dissertação, considerando a localização das tipologias de uso nas diferentes porções do bairro – comércio, indústria e residência –, como também o grupo social vinculado a cada um desses usos. As transformações no uso e na ocupação do solo são compreendidas de forma vinculada com processos políticos e econômicos em outras escalas, mas sem haver discussões sobre a totalidade e as classes sociais. Antes, o que existe é uma relação entre o contexto político e econômico mais amplo, considerando eventos nacionais e internacionais, com as transformações específicas das formas e dos usos que ocorrem em São Cristóvão. Nesse sentido, trata-se de uma análise focada no par forma e função, dando destaque para os processos de construção, destruição, preservação e deterioração dos objetos espaciais e aos usos que eles têm ao longo do tempo, que podem ser mantidos ou podem ser refuncionalizados.

As transformações nos usos do solo são relacionadas com eventos importantes que, de alguma forma, o atingiram. Strohaecker remete, assim, à expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, feita por Marques de Pombal em 1759, e cujo resultado no atual bairro de São Cristóvão foi a formação de chácaras. Dentre estas, a Quinta da Boa Vista foi oferecida como local de moradia ao Príncipe Regente quando a Corte portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. Décadas mais tarde, em 1840, o novo papel de centro político e de capital econômica do país impulsionou um intenso

desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro, cuja abertura de caminhos e o aumento de oferta de meios de transporte, fez com que a elite da cidade passasse a residir em bairros adjacentes. Na segunda metade dessa década, ocorreu o crescimento da manufatura, e São Cristóvão passou a ser usado tanto para moradia, quanto para usos menos nobres, como curtumes, matadouros e fábricas de sabão (STROHAECKER, 1989, p.70). Além disso, São Cristóvão passou a abrigar um cemitério e o hospital dos Lázaros, contexto que fez com que os moradores abastados mudassem para bairros da zona sul, alterando o conteúdo social de São Cristóvão (STROHAECKER, 1989, p.78).

Esse período é marcado pelo crescimento demográfico no Rio de Janeiro, fazendo com que diferentes grupos de classe média e também grupos de classe baixa passassem a residir em São Cristóvão, atraídos pelas vantagens locacionais e pelos empregos industriais (STROHAECKER, 1989, p.89). No final do século XIX, obras de modernização no Rio de Janeiro deixaram o bairro de São Cristóvão mais acessível, e indústrias de pequeno e médio porte, antes localizadas no centro da cidade, mudaram para bairros como Gamboa, Santo Cristo, Saúde e São Cristóvão, ou seja, para a periferia do centro. Desse momento até a década de 1930, há uma construção intensa de vilas e habitações coletivas no bairro, voltadas para os trabalhadores das indústrias (STROHAECKER, 1989, p.105). Com a disseminação do automóvel no começo do século XX, São Cristóvão passou a abrigar os usos sujos do setor, como as oficinas, os depósitos, as garagens e o comércio de auto-peças (STROHAECKER, 1989, p.111-112). Nos anos de 1930, o Rio de Janeiro passou por transformações viárias resultantes da industrialização, com a valorização das rodovias. No pós-guerra, a indústria de grande porte foi transferida para locais mais distantes do centro da cidade, e as de pequeno e médio porte ficaram em São Cristóvão, o que não impediu que na década de 1960, São Cristóvão fosse ainda a área industrial mais importante do Rio de Janeiro (STROHAECKER, 1989, p.116-117).

Nesse debate centrado na forma e na função dos objetos espaciais, Tânia Strohaecker (1989) manipula os conceitos de cristalização e resistência tendo como referência a formulação feita na dissertação de Nina Rabha (1984), que trataremos com mais vagar a seguir, e que significam, respectivamente, (1) a conservação de determinada forma, com a alteração de sua função original, e (2) a manutenção simultânea de forma e função dos objetos espaciais. Contudo, tratam-se de perspectivas distintas, já que para Strohaecker (1989, p.143-144) resistência e cristalização estão relacionados

fundamentalmente com interesses hegemônicos, ao passo que para Rabha, ambos os conceitos, com destaque para o de resistência, estão vinculados com a preservação de determinado ritmo de vida que não é hegemônico, mas sim pertencente aos moradores pobres dos bairros que analisa.

O argumento de Strohaecker é que a resistência está associada à permanência das vantagens locacionais inicialmente oferecidas para determinadas atividades e de valores sociais de grupos dominantes vinculados aos lugares. Como em termos objetivos e simbólicos, aquela localização continua sendo vantajosa, ocorre a manutenção de seus usos, processo que a pesquisadora chama de força de inércia espacial. Assim, a indústria permanece em São Cristóvão pela proximidade do núcleo central, pela presença de atividades complementares no entorno e pelos custos elevados de mudar sua localização. De forma similar, grupos de classe média e média-alta continuam residindo no bairro, em especial nas proximidades da Quinta da Boa Vista e nas cotas mais elevadas, principalmente pelo valor simbólico de prestígio que esses pontos preservam, apesar das transformações espaciais ocorridas no seu entorno.

A manutenção simultânea do conteúdo e da forma espacial em uma mesma estrutura física (resistência) se verifica, muitas vezes, em razão da atividade estar localizada em uma área da cidade que corresponde a decisões e escolhas historicamente determinadas, e que ainda cumprem os objetivos esperados daquela localização no passado, isto é, continuam oferecendo vantagens econômicas ou sociais para a realização destas funções dentro de certos níveis de retorno e satisfação. (STROHAECKER, 1989, p.143)

A inércia espacial também responde pela cristalização das formas espaciais, processo que, no argumento da pesquisadora, é determinado pela articulação de três fatores. O primeiro deles é a necessidade contínua de produção imobiliária para grupos de alta renda, enquanto um imperativo do processo de acumulação capitalista, e que ocorre por meio da criação de novos bairros elitizados em diferentes porções da cidade. Com isso, imóveis usados para moradia elitizada em São Cristóvão são refuncionalizados. O segundo fator é a especulação imobiliária de proprietários de imóveis na zona periférica ao centro, que na expectativa da expansão das atividades centrais sobre suas terras, que valorizaria suas terras, e não a construção sobre elas, deixam de investir na conservação de seus imóveis e passam a locar seus cômodos para famílias pobres a fim de garantir uma renda imediata. E o último fator está relacionado com as transformações no bairro, como a

presença de indústrias e de grandes avenidas, que acaba tornando o bairro de São Cristóvão indesejado para os grupos mais elitizados. Nesse processo, os antigos casarões podem tanto ser usados para moradia de diferentes famílias pobres, como abrigar atividades produtivas ou comerciais que demandam uma localização central (STROHAECKER, 1989, p.144-145).

A outra forma da inércia se manifestar é através da mudança de conteúdo mas manutenção da forma espacial (cristalização). Isto acontece, em primeiro lugar, porque a aparência das formas é sempre mais duradoura pelo fato de constituir-se, antes de mais nada, em um capital fixo. O processo de invasão de velhas formas espaciais por novos conteúdos se verifica a partir do núcleo central em direção à periferia do centro e está associado tanto ao uso residencial quanto às atividades econômicas. (STROHAECKER, 1989, p.144)

Após sua análise das transformações históricas no uso e na ocupação do solo em São Cristóvão e nos processos espaciais em curso no momento da escrita da dissertação, Tânia Strohaecker (1989) conclui que o bairro pertence à periferia do centro do Rio de Janeiro. No entanto, como já havia apontado no início da dissertação, teoria e realidade não têm um encaixe perfeito entre si, o que, na perspectiva da autora, não é uma falha teórica, mas uma singularidade de como esses processos se expressam na realidade.

O entendimento do bairro de São Cristóvão como parte da zona periférica do centro da cidade do Rio de Janeiro deve passar, necessariamente, por uma análise das regularidades e diferenças entre empírico e teórico. Enquanto as regularidades devem ser consideradas como assimilações diretas de processos gerais, as diferenças, por outro lado, devem ser entendidas como manifestações singulares de tais processos em um determinado segmento do espaço, e não em termos de um “desvio” de modelos ou padrões ideais. (STROHAECKER, 1989, p.168)

Através das regularidades e diferenças entre os conceitos de periferia do centro e o que está presente em São Cristóvão, Strohaecker discute com os autores que formularam o modelo, apontando em que medida as características que eles atribuíram àquela realidade estão presentes no bairro em questão. Com isso, a autora tensiona a teoria e a realidade, orientando sua reflexão no sentido de que, apesar da distância espaçotemporal da elaboração desses modelos, eles permanecem válidos para pensar a realidade urbana.

Strohaecker concorda com Burgess⁵³ de que o bairro atraiu segmentos médios e baixos, preservando por um longo período a imagem de bairro elegante. No entanto, ela discorda que São Cristóvão tenha atraído todos os usos sujos e as atividades decadentes. A autora também discorda de Preston⁵⁴, que descarta o uso residencial como uma padrão característico da zona periférica ao centro, o que não é verdade para as cidades brasileiras. Com Horwood e Boyce⁵⁵, Strohaecker concorda com as características de padrão espacial e de localização preferencial na zona periférica ao centro, e com a forma que os autores caracterizam as relações estabelecidas entre a periferia do centro, o núcleo central e a periferia urbana. Há também concordância com o trabalho de Griffin e Preston⁵⁶, que interpretam o desenvolvimento histórico e mostram como a zona periférica ao centro é um legado do passado, mas que cumpre funções para as forças atuantes no presente. Sobre o conteúdo social de São Cristóvão, Strohaecker discorda de Rex⁵⁷, segundo o qual os moradores da periferia do centro não têm vínculos afetivos com o lugar, o que não é verdade no caso do bairro carioca (STROHAECKER, 1989, p.169 e segs.).

As pesquisas de Cordeiro (1978) e de Strohaecker (1989) estão inseridas nos estudos baseados nos modelos de estrutura urbana, que classificam as diferentes porções da cidade a partir de sua localização, avaliando a proximidade ou a distância do núcleo central ou de determinada via de transporte, e partir das tipologias de uso do solo e das relações existentes entre as diferentes atividades. Podemos pensar suas pesquisas enquanto propostas de atualização dos modelos de morfologia urbana, adaptando-os à realidade das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, considerando a especificidade da inserção do Brasil na economia mundial, a forma como isso se reflete nas respectivas cidades e os impactos que isso tem sobre seus centros.

Dessa forma, tal qual os diferentes modelos de morfologia urbana, o substrato para a reflexão de Cordeiro é o princípio de que o poder econômico orienta as relações que determinam o uso do solo e os processos espaciais, que podem avançar, recuar ou cristalizar de acordo com fatores como a disponibilidade de lotes, a lucratividade da

53 BURGUESS, E. El Crecimiento de la Ciudad: introducción a un proyecto de investigación. In: Estudios de Ecología Humana.

54 PRESTON, R. The Zone in Transition: a study of urban use patterns.

55 HORWOOD, E. M.: BOYCE, R. R. *op. cit.*

56 GRIFFIN, D., PRESTON, R. *op. cit.*

57 REX, J.A. The Sociology of a Zone in Transition. In: R.E. Pahl (org.). Readings in Urban Sociology. Oxford, Pergamon Press Ltd., 1969, p.211-231.

atividade e a acessibilidade à terra, considerando tanto seu preço, quanto a existência ou não de pendências jurídicas. Trata-se de um caminho similar ao percorrido por Strohaecker (1989) que, ainda que pontue elementos sobre a reprodução do capital ao longo do seu trabalho, mantém seu foco em compreender como fenômenos diferentes e multiescalares conformaram São Cristóvão como uma periferia do centro e cristalizaram essa situação, descrevendo as transformações nos usos e nas funções dos objetos ao longo do tempo. Na linha argumentativa de ambas, a territorialização das atividades reflete interesses diversos, mas sobretudo monetários, como a proximidade do CBD para determinadas atividades comerciais, a necessidade de habitação a baixo custo dos trabalhadores pobres, a presença anterior de moradias que contam com prestígio social, o custo elevado da terra, etc.

Se Tânia Strohaecker (1989) faz algumas referências à reprodução do capital, ainda que esse não seja o norte de suas preocupações, o mesmo não ocorre no caso específico da pesquisa de Helena Cordeiro (1978), na qual a totalidade social não é uma referência na sua análise. Assim, os processos espaciais sobre os quais versam sua reflexão não são compreendidos como espelhamentos ou manifestações estruturais na cidade. Antes, os objetos espaciais são projeções de uma lógica mais pragmática, articulada na contraposição entre custo e lucro, o que justifica o diálogo estabelecido com o Marketing Geography para a construção da tese, como a própria pesquisadora indica ao apresentar suas referências teóricas (CORDEIRO, 1978, p.16), e como fica construído em seu argumento de que a localização das atividades nas diferentes zonas do centro depende da relação favorável entre o custo total da localização e a sua lucratividade. Contudo, para a compreensão da dinâmica urbana no período de escrita da tese, autores marxistas que, em suas diferenças, consituem parte importante dos estudos urbanos em voga, como Paul Singer, Milton Santos, Henri Lefebvre e Manuel Castells, são mobilizados pontualmente ao longo do texto no que diz respeito aos processos empíricos analisados, o que não significa que Cordeiro adote o método dialético.

Como exemplo, no trecho abaixo, são citados, Singer, Villaça e Lefebvre, mas a reflexão feita não é orientada pelas ideias centrais desses autores, como a industrialização brasileira e o imperativo de formar o exército industrial de reserva, importante no argumento de Paul Singer (1983), e que de alguma forma contraria a perspectiva de Henri Lefebvre (2001 [1969], p.16), para quem a industrialização e a urbanização apresentam-se como movimentos contraditórios entre si. Isso acontece porque a concepção de cidade e de

dinâmicas urbanas de onde partem as referências usadas por Cordeiro de estudo sobre o centro e as adotadas pelos pesquisadores marxistas são bastante distintas, já que o primeiro grupo, mais próximo da morfologia urbana, pensa a dinâmica urbana enquanto processos de usos tipificados que seguem uma lógica pragmática que articula os custos de localização e os lucros ou as vantagens que ela oferece, não tendo uma produção teórica voltada para compreender o capitalismo como uma totalidade. Nesse sentido, suas práticas estão mais voltadas para pensar a cidade a partir de si mesma, tendo como ponto de partida a própria planta da cidade e os usos e as funções de suas diferentes porções.

O processo de metropolização pode ser percebido pela mudança de uso do solo urbano, mudança essa condicionada pelo seu preço. Os serviços sediados em certos pontos específicos, convertem-se em polos de valorização do solo, sendo que o mais importante desses é o Centro da cidade. O valor de um terreno é determinado, em princípio, pela distância de sua localização ao centro da cidade e/ou ao centro de bairro mais próximo (Singer, 1963, pp.74). Com base na existência da infra estrutura e grande facilidade de acesso desenvolvem-se na área central a tendência à ocupação intensiva vertical do solo urbano e dentro da lei da oferta e da procura, as forças de aglomeração jogam, produzindo uma demanda crescente. As atividades ancilares pagam pelos locais mais acessíveis em relação aos estabelecimentos com os quais têm ligações. Ao mesmo tempo a “faixa envolvente”, cortada por eixos comerciais apresenta características favoráveis ao adensamento habitacional, ocorrendo o investimento imobiliário (Villaça, 1973, pp.8). Fortalece-se assim o comércio de parcelamento do sítio urbano. Como diz Lefebvre, “a cidade é um lugar de consumo, e um consumo do lugar” (Lefebvre, 1968, pp.13). No Centro Tradicional e no Novo, o consumo do lugar foi levado às últimas consequências. São aí, raríssimos os terrenos à venda. Pequenas pracinhas internas de quateirões, – Vila Normanda na av. São Luís, entre outras foram descobertas pelos especuladores e ocupadas. Ao lado dos viadutos sobre prédios fechando o horizonte. (CORDEIRO, 1978, p.139-140).

Se os estudos morfológicos consideram a cidade a partir de suas formas, de seus processos espaciais visíveis e palpáveis, os estudos marxistas considerarão a empiria das realidades urbanas como momentos ou frações de um processo que não pode ser apreendido pela materialidade das formas, de modo que a realidade é pensada através da contradição ou da tensão entre a aparência, cuja escala espacial e temporal é reduzida, e a essência, que aponta para as determinações gerais da estrutura e que não se restringem a realidades específicas. A empiria da dinâmica urbana é, dessa maneira, compreendida

como uma imagem através da qual devem ser apreendidos os processos e as contradições formadores daquela realidade urbana, que pode ser uma consequência ou uma falseação das razões reais daquele movimento, cujas causas não podem ser tangenciadas diretamente por conta da amplitude escalar de suas determinações e da abstração dos processos estruturais envolvidos. Assim, na perspectiva marxista, a cidade e sua dinâmica aparecem como mediações da totalidade. No caso da pesquisa de Cordeiro (1978), ela tem como cerne os processos empíricos e a definição dos sub-espacos da cidade a partir de seus usos, contudo, é possível pensarmos que o uso de tais referências marxistas em suas reflexões finais simbolizam a transição teórica e metodológica que estavam sendo iniciadas na Geografia brasileira.

Da mesma forma que conceitos ou explicações gerais dadas por marxistas podem ser incorporados a estudos ancorados na morfologia urbana, o contrário também acontece. Assim, a entrada do marxismo nos estudos urbanos, incluindo a Geografia nesse rol, fez com que conceitos vinculados aos modelos morfológicos fossem adaptados ao arcabouço conceitual marxista, que passou a incorporá-los. Isso acontece, por exemplo, com o conceito de segregação, definido originalmente por Robert Park e Roderick Mackenzie no interior da Escola de Chicago, designando uma população homogênea no interior de uma área, fenômeno resultante de diferentes forças de seleção, dentre as quais, a segregação econômica, a mais primária e geral, é articulada com diferentes formas de segregação cultural, como a etnia, a religião e a nacionalidade (MACKENZIE, 1970 [1926], p.50).

Após sua adoção por pesquisadores marxistas, a segregação residencial aparece como a territorialização das moradias de acordo com o poder de compra dos diferentes grupos econômicos, cuja gênese está no papel ocupado na produção, o que decorre da estrutura das classes sociais. Além disso, o comércio imobiliário tem como substrato social o poder dos proprietários de auferirem renda de seus imóveis, pela locação ou pela venda, relações ancoradas na propriedade privada da terra. Nessa perspectiva, a segregação residencial expressa a organização topológica das residências por classe social de acordo com a valorização do solo urbano (CORRÊA, 1993 [1989], p.61-63).

Em relação ao onde morar é preciso lembrar que existe um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e qualidade. Esta diferença reflete em primeiro lugar um diferencial no preço da terra – que é função da renda esperada –, que varia em função da acessibilidade e das amenidades. Os

terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos com menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda.

O como e o onde se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes. Esta tendência se afirma de modo mais marcante nos extremos da sociedade, isto é, nos grupos mais elevados e mais baixos da sociedade. (CORRÊA, 1993 [1989], p.63)

É preciso lembrar, no entanto, que apesar da possível incorporação de formulações das teorias ecológicas ao marxismo, estas não podem ocorrer de forma integral, dadas as diferenças profundas entre as duas abordagens. De um lado, o marxismo tem preocupações estruturantes em sua teoria que são alheias às pesquisas de caráter morfológico. A compreensão da realidade é feita com base na busca de seus processos genéticos, que estariam na esfera da produção de mercadorias e da reprodução do capital. Considerados sob essa ótica, os objetos espaciais são compreendidos através de seus processos formativos, que são engendrados através das contradições próprias da sociedade capitalista, que antagoniza capital e trabalho. E como as formas não são transparentes às determinações da realidade social que as forjou, o primeiro passo do trabalho do pesquisador é justamente o seu desvelamento. Além disso, é transversal aos estudos marxistas a referência aos processos de reprodução do capitalismo, que é uma totalidade formada pela articulação de suas diferentes instâncias, como o espaço, a economia ou a sociedade.

De forma quase antagônica, os modelos de estrutura urbana definem a dinâmica e o zoneamento da cidade através dos usos do solo e da organização topológica dos objetos urbanos, ou seja, nas formas e funções em si. Assim, quando as análises marxistas fazem referência a funcionalidade de lugares ou grupos sociais, o que está em questão é a sua importância para a reprodução da totalidade social, cujas escalas ultrapassam a do lugar e até mesmo a da formação social. Em contrapartida, a referência à funcionalidade nos modelos da morfologia urbana está na articulação das diferentes partes da cidade, considerando sua empiria, na formação de um todo organizado e coeso, cuja escala fundamental é a da cidade.

Soma-se a isso a acusação de que os conceitos da ecologia urbana escamoteiam um caráter ideológico e hegemônico sob sua neutralidade científica, como denuncia de forma minuciosa Nina Rabha (1984, p.44-45) em sua dissertação de mestrado. Segundo Nina Rabha, uma análise dos bairros de Saúde, Gamboa e Santo Cristo sob a ótica do modelo de Burgess levaria certamente à consideração de que tais lugares pertenceriam ao Setor de Assimilação Passiva e/ou de Inatividade e que, por isso, deveriam passar por projetos de renovação urbana. Nesse sentido, as ações fundadas na pretensa neutralidade de análises científicas acabariam servindo aos interesses de especuladores e renovadores urbanos, ao passo que os moradores desses lugares seriam negligenciados.

Por discordarem da falsa neutralidade e dos interesses hegemônicos atendidos pelas reflexões fundadas nos estudos ecológicos é que parte dos pesquisadores que se debruçam sobre realidades que estariam localizadas na chamada periferia do centro, ou apontam suas controvérsias com o modelo e não o usam, como fez Nina Rabha, ou o ignoram por completo, como fez Francisco Scarlato (1988) em seu doutorado.

Em seu estudo sobre os bairros da Gamboa, Santo Cristo e Saúde, no Rio de Janeiro, Nina Rabha (1984, p.34) organiza sua crítica ao conceito de zona periférica ao centro sob o argumento de que ele atribui uma negatividade intrínseca a esse local da cidade, que por ser previamente definida como problemática, necessita de uma solução e é invariavelmente orientada para a renovação urbana, ou seja, a destruição desse lugar e a expulsão de seus moradores. Em sua visão, esse modelo cria oposições entre o moderno e o tradicional e repetidamente acaba por condenar os lugares que não estão integrados ao modo de vida hegemônico como algo deteriorado, inadequado e que deve ser eliminado.

Segundo a pesquisadora, o caráter ideológico do modelo de Burgess está manifesto no fato de que o critério que estabelece as diferentes zonas não está no uso, mas no conteúdo social que a preenche. Assim, se considerarmos as tipologias de uso, comercial, industrial e residencial, não haveria diferenças significativas entre a Zona de Transição e a Zona III, o que só ocorre ao se considerar o conteúdo social de cada uma dessas zonas, já que a segunda zona é local de moradia de pessoas pobres e etnicamente diferentes do que é hegemônico nos EUA, ao contrário da zona III, que abriga moradia de grupos com poder econômico maior. Para Rabha, a aceitação dos modelos ecológicos, e em especial o de Burgess, para pensar os centros de diferentes cidades ao redor do mundo tem como problema primordial a universalização de uma teoria feita para um determinado tempo e

espaço que não corresponde à realidade estudada. Soma-se o fato de que são desconsideradas as orientações ideológicas dos modelos, generalizando não somente as percepções sobre as mais diferentes cidades, como também as soluções apresentadas.

Localizada a teoria no tempo e no espaço, torna-se entretanto impossível justificar a notoriedade que alcançou o modelo simplificado de Burgess, agora indiscriminadamente utilizado para a análise de outros contextos em outros tempos. O próprio rótulo original de zona de transição, significativo para os objetivos da teoria ecológica, misturou-se pelo uso a outras adjetivações julgadas semelhantes (área de deterioração, cinzenta ou de obsolescência) e, sob a máscara de um enfoque racionalista, passou a identificar qualquer cinturão antigo que envolva qualquer área central de qualquer cidade do mundo. Nem ao menos o processo que dava substância ao modelo foi incorporado. Como uma verdade inquestionável, o modelo foi aceito e transformou-se, por si só, em instrumento teórico de análise.

As consequências desse modo de agir se fizeram sentir tanto a nível da teoria como da prática do planejamento urbano. Quanto à teoria, levaram a uma série de estudos que tentaram ajustar de qualquer modo as cidades estudadas às premissas do modelo ecológico, desviando esforços que poderiam estar direcionados para a formulação de teorias mais esclarecedoras da organização interna da cidade. A nível da prática, produziram um conteúdo negativo para todas as áreas assim denominadas, impondo, tanto a elas como a seus habitantes, um rótulo perjurativo e preparador de cirurgias urbanas.

Com efeito, a utilização indiscriminada do modelo de Burgess levou a que áreas com características semelhantes às “zonas de transição” fossem rotuladas como tal em qualquer lugar do mundo, inclusive no Brasil, embora seus processos de formação e explicação não correspondessem aos pressupostos ideológicos. E na ânsia de encontrar um respaldo teórico para legitimar sua pesquisa, vários pesquisadores chegaram a se enganar a si próprios, escamoteando a realidade, mas justificando seus trabalhos... Nos casos em questão, o instrumento viabilizador deste subterfúgio intelectual foi a inegável “utilidade” do modelo ecológico para a descrição das formas, em seu nível observável e visível. (RABHA, 1984, p.35-36, grifo original)

Após deixar clara sua negação com a teoria dos modelos urbanos, Rabha (1984, p.50) faz algumas considerações sobre a abordagem neoclássica e sobre a marxista. Sua avaliação é de que o marxismo tem grande potencial para pensar a determinação central da existência da zona deteriorada, que é a mesma que justifica as demais espacialidades da pobreza, mas que, ao considerar essas diferentes territorializações da pobreza como meras

revelações do modo de produção, essa abordagem acaba por desprezar o lugar, fazendo com que a análise ocorra em níveis supra-espaciais. O que Rabha identifica é a dificuldade em adotar uma teoria que parte do princípio de que forma e conteúdo são contraditórios entre si, já que ela parte de uma perspectiva de estudo na qual a forma em si deve ser valorizada, até mesmo para compreender seu aspecto deteriorado. Assim, sua escolha é por fazer uso das considerações marxistas acerca das condições de vida das zonas pobres das cidade, mas construir um caminho fincado no processo de produção histórica do deteriorado, considerando tanto a sua materialidade, quanto seus aspectos ideológicos, ou seja, o rótulo e os interesses envolvidos nessa denominação.

Para isso, sua análise terá como base um referencial ancorado em três pilares: a busca pela totalidade, a consideração da temporalidade e a valorização das escalas. De acordo com sua proposição, a totalidade pode ser compreendida por três grandes entradas: a sociedade, o espaço e os processos históricos, e cada uma delas tem movimentos e determinações próprias, mas mantém relações entre si. Sobre a temporalidade, Rabha adota o conceito de Milton Santos de rugosidade e considera o tempo como o agente promotor da acumulação de contradições na sociedade e no espaço. Dessa maneira, sua análise será focada na permanência de formas e usos de objetos espaciais ao longo do tempo, e que contrastam com as modernizações ao redor. Por essa razão, Rabha (1984, p.60 e segs.) advoga que o estudo de uma área deteriorada deve considerar o conjunto de relações históricas que a forjaram.

A partir de Yves Lacoste (2005 [1976]), o uso de diferentes escalas é adotado como o caminho para ter uma visão mais global do seu objeto, já que cada escala permite a apreensão de certos fenômenos e estruturas, ao mesmo tempo em que deforma outros. Nisso reside uma crítica adicional ao conceito de periferia do centro, pois o modelo teria como base unicamente a escala da cidade, menosprezando a escala local. Disso derivaria uma análise que sobrevaloriza o que acreditam ser hegemônico na cidade, negando a importância das forças internas ao lugar e forçando a conclusão pela sua destruição. Para Rabha (1984, p.66), esse tipo de análise monoescalar privilegia o espaço e torna o ser humano um elemento menor, levando o pesquisador a ignorar a relação das pessoas com seu lugar de moradia, e reduzindo uma área deteriorada, mas com vida, a algo que precisa ser eliminado.

Acreditamos que a compreensão do deteriorado só pode ser

alcançada pela análise desses dois níveis [macro e micro] e de sua articulação. Tal análise e articulação, entretanto, raramente são realizadas. Ao contrário, a área deteriorada é sempre vista como um lugar de materialização do que é velho, dos pobres, da pobreza, dos “usos sujos”, e conceituada como uniforme quanto a estes valores. Consequentemente, é definida previamente e sem qualquer relação com o homem. Transforma-se numa “região”, num dado, existente enquanto forma e assim apropriada enquanto conteúdo. O deteriorado se constrói então como um rótulo consagrado. (RABHA, 1984, p.69)

De forma semelhante à Rabha, Francisco Scarlato (1988) também faz uma análise fundada na totalidade, na consideração histórica da produção dos objetos espaciais e na articulação de determinações de diferentes escalas, a fim de compreender o bairro do Bexiga, em São Paulo. No entanto, ao contrário da arquiteta do Rio de Janeiro, o geógrafo e historiador paulistano não estabelece nenhum diálogo com os modelos de morfologia urbana. Desde o início da tese, está clara a referência na submissão do lugar às determinações estruturais do capitalismo. Nesse sentido, o Bexiga é compreendido como um microcosmo da urbanização capitalista, e de acordo com o argumento do autor, a essência dessa urbanização está na acumulação de capital, de maneira que a cultura e a ideologia são contingentes da realidade. O Bexiga aparece, então, como uma particularidade na totalidade da urbanização capitalista.

O Bexiga vive o transe de um sistema incapaz de suportar suas contradições básicas, onde os interesses do grande capital ditam as regras do sistema e onde as leis do capital definem a natureza da urbanização fazendo da cidade seu centro nervoso. Os problemas do Bexiga representam o microcosmo de um processo de urbanização que é universal ao capitalismo. Problemas semelhantes são vividos em outros bairros e cidades do sistema. A anarquia capitalista é a “camisa de força do planejamento”, fazendo com que o capitalismo viva em constante transe, inviabilizando qualquer prática democrática de urbanismo. O “individualismo” como essência daquela anarquia, estará sempre favorecendo as classes dominantes na apropriação do espaço.

Dentro desta primeira visão generalizadora da urbanização e do urbanismo como forma de intervenção e planejamento urbano, cabe-nos as perguntas: – Se a produção e reprodução do espaço seguem as leis gerais da acumulação de capital, onde residirão as diferenças específicas de uma cidade em relação a outra? Devemos admitir que aquelas leis gerais que regem a evolução e transformação do sistema, portanto, sua essência, criem um mundo material onde as formas se diferenciem em função de uma

criatividade nascida das representações ideológicas produzidas no processo histórico? Valeria dizer que a produção econômica e material representam instâncias que se desdobram em outras que chamaríamos de culturais e ideológicas. As primeiras representariam a essência e as segundas o contingente da realidade. (SCARLATO, 1988, p.18-19).

Tanto Rabha, quanto Scarlato, têm a preocupação em compreender aspectos da realidade que estão para além dos usos do solo e das relações funcionais entre diferentes atividades, abarcando discussões sobre as relações afetivas com o lugar, a identidade territorial de seus moradores, a construção de discursos localistas a partir de conteúdos ideológicos e o desvelamento de como a esfera da subjetividade está vinculada com a materialidade das formas espaciais. Contudo, apesar de compartilharem a preocupação com a temática, no que tange a cultura e a ideologia, existem diferenças importantes entre as duas perspectivas⁵⁸.

Nina Rabha (1984) atribui um caráter de autenticidade à vida social e aos estoques simbólicos dos moradores de Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Em seu ponto de vista, as relações de vizinhança e a identidade territorial permanecem verdadeiras nesses bairros, a despeito dos efeitos que desagregam as relações pessoais impostos pela urbanização no restante do Rio de Janeiro. Nesse sentido, como detalharemos mais adiante, é que a resistência da qual fala Rabha não diz respeito apenas a uma manutenção funcional de determinadas formas espaciais, mas centralmente à permanência de certos tipos de relações sociais ao longo do tempo e que não estão adequados ao que é hegemônico em outros lugares da cidade.

Já para Francisco Scarlato (1988), a referência cultural italiana dos moradores do Bexiga é um falseamento da realidade e corresponde a uma estratégia de marketing de determinados setores comerciais do bairro, em especial as cantinas, a fim de valorizarem seus produtos. No argumento do autor, isso ocorre em um momento em que o bairro se especializa na função de área de lazer dentro da metrópole. Isso aponta para a sua preocupação de confrontar o que ele chama de Bexiga real com o imaginário, definidos respectivamente como a realidade das relações sociais existentes no bairro e a mítica

⁵⁸ É possível que as relações anteriores de cada um dos pesquisadores com seu objeto de estudo esteja relacionado com essas diferenças de perspectiva. Rabha assinala que seu contato com os bairros que analisa ocorreu através da dissertação de mestrado. Scarlato, ao contrário, coloca que nasceu e foi criado no Bexiga, testemunhando uma parte significativa das transformações espaciais e simbólicas descritas.

italiana que o ronda (SCARLATO, 1988, p.11). Segundo o autor, a identidade do lugar é construída pela síntese de todas as interações sociais, que não abarca mais o italiano, que permanece apenas no discurso. A realidade do bairro é contraposta com o imaginário acerca dele, contradição pensada enquanto uma representação da que é estabelecida entre a liberdade e a alienação.

Assim, aqueles restaurantes e cantinas que “sobreviveram” passaram a ser contemplados com o privilégio da “proteção”, como os “legítimos herdeiros do tradicionalismo do Bexiga”. Pelo discurso do “próprio autor do projeto” e pelo que podemos perceber, parece-nos que os elementos contemplados estão longe de serem considerados como herdeiros daquelas tradições. Mesmo porque, nem sempre a comunidade, como um todo assim vê aquelas cantinas: “Com as Cantinas acabou o sossego da gente. Tem muito ladrão, muita coisa. Moradores saem do bairro porque não aguentam mais o movimento, o barulho, não tem sossego. Quem vem morar aqui, vem porque não acha casa... A rua 13 de Maio tinha mais italianos, tinha o bonde, as casas eram baixas. Só tinha um prédio. Não tinha o movimento que tem de carros, que ficam em cima da calçada. As pessoas têm que passar na rua. A rua era uma só” (Sofia Donangelo Di Servi. Organizadora da Festa de São José do Bexiga, 13/10/83, DPH-PMSP).

Assim, parece que a tradição passou a ser um bom negócio para uns e maldição para outros. Tornou-se aquela atraente “mercadoria”. Se antigamente a clientela procurava estas cantinas pela especialidade da comida italiana, hoje são procuradas mais pela atração do lugar. Naquela época não se fazia necessário defender as tradições das cantinas e tão pouco a italianidade das mesmas e do bairro. Não havia a necessidade de se “travestir” o bairro com as bandeirolas e cores da Itália para definir sua italianidade. Esta existia nas casas e nas ruas. Presença viva da mesma. Hoje, simplesmente representações. (SCARLATO, 1988, p.161-162)

De forma sintética, a questão ideológica acerca dos bairros estudados por Nina Rabha é uma construção externa ao lugar e atende aos interesses hegemônicos ao afirmarem que Saúde, Gamboa e Santo Cristo devem passar por um processo de renovação urbana. Já para Francisco Scarlato, essa ideologia hegemônica é engendrada no interior do próprio Bexiga pelos empresários do setor de restaurantes, criando uma mítica italiana em um bairro onde italianos e seus descendentes são minoria, o que inflaciona os valores cobrados pelas opções de lazer no bairro e que seus moradores possam usufruí-las. Isso expressa uma diferença na forma de pensar o lugar e sua articulação com a totalidade,

preposição da qual partem os dois autores.

Para Rabha, a cristalização e a resistência nesses bairros ocorrem porque, pela maneira em que foram feitas as obras viárias no Rio de Janeiro, houve uma espécie de blindagem da modernização urbana nessa área da cidade, que pôde conservar formas, usos e ritmos de vida próprios. Assim, seu argumento se constrói sobre uma polarização entre a cidade e o lugar, que aparece como negação um do outro. Já Scarlato alega que, a partir do final da década de 1960, o Bexiga é plenamente inserido na dinâmica metropolitana por meio das obras de mobilidade urbana feitas em São Paulo, seja como local de circulação automotiva entre suas diferentes porções, seja através de sua especialização em área de lazer.

Apesar das diferenças apresentadas, os dois autores recorrem aos mesmos métodos para justificar seus argumentos e percorrem um caminho semelhante ao feito por Strohaecker (1989), apresentado parágrafos acima. Rabha (1984) e Scarlato (1988) estruturam seus trabalhos através de uma reconstrução histórica da formação espacial de seus respectivos lugares de estudo, tendo como ponto de partida a proposição de Milton Santos de o espaço é a soma de objetos com temporalidades distintas e a concepção de que ele é articulado com as demais instâncias sociais na conformação da realidade social.

Dessa forma, Nina Rabha (1984) remonta ao século XVII, quando os bairros em questão não estavam integrados à cidade do Rio de Janeiro, cuja causa é atribuída aos morros próximos ao mar, que deixam uma faixa costeira diminuta para a ocupação, e pela presença de lagoas e mangues na parte continental dos bairros, situação agravada pela falta de gargantas que permitissem a passagem. No século seguinte, esses bairros começaram a ser inseridos na dinâmica da cidade, abrigando usos não desejados, mas necessários. Dessa forma, a fim de melhorar a imagem da área central do Rio de Janeiro, os lázaros e os galpões de escravos foram transferidos para São Cristóvão e para o Valongo, entre Gamboa e Saúde, respectivamente (RABHA, 1984, p.80-82). A pesquisadora ressalta, no entanto, que nesse período, toda a cidade do Rio de Janeiro era suja e mal tratada, e não apenas os bairros dos quais se ocupa (RABHA, 1984, p.88).

O século XIX teve como marco importante para o Rio de Janeiro a chegada da Família Real e sua corte, que aumentou a população da cidade de 100.000 habitantes em 1820, para 135.000 em 1840 (RABHA, 1984, p.90). Também nesse século, em sua primeira década, a atividade portuária foi fortalecida e uma série de armazéns foram

estabelecidos nas redondezas do porto. Nesse contexto, diversificaram-se os usos dos bairros em estudo, que cresceram em importância funcional para a cidade como um todo. Na década de 1840, fundições, serralherias e ferrarias foram abertas na Saúde, Livramento, Gamboa e Prainha, incorporando o uso industrial à área; em 1858, foi inaugurada a Estrada de Ferro Central do Brasil e, em 1871, a Cia. Docas de Dom Pedro II (RABHA, 1984, p.95-96). As residências das classes mais abastadas continuavam presentes na paisagem desses bairros, enquanto marcas de um momento em que predominavam as chácaras e em que figuras representativas ali residiam. Mas a partir da década de 1870, a despeito da insalubridade e do estigma da área, passaram a ocorrer empreendimentos proletários, que ansiavam pela localização próxima às oportunidades de trabalho (RABHA, 1984, p.97).

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade do Rio de Janeiro foi submetida a uma série de transformações em busca do belo, do higiênico e do moderno, caminhando para uma urbanização que afirmasse os valores da República e que buscasse romper com a cidade colonial. Assim, as ruas estreitas da cidade foram transformadas em largas avenidas, e a modalidade de transporte primordial deixou de ser a ferrovia e passou a ser o automóvel. O substrato ideológico dessa reconstrução urbana era o nacionalismo, que para Rabha (1984, p.100-102) estava patente na obra do Porto do Rio de Janeiro, considerada na época de sua realização com um simbolismo ligado à vitória do país. Para os moradores da Gamboa e Saúde, ainda que a relação com o Porto fosse antiga, ela mudou ao alterar a escala de comando da transformação do espaço, que se tornou mais distante. É nesse processo que ocorreu a diferenciação locais de moradia de acordo com o poder econômico e que os bairros em estudo passaram a ser considerados como locais de pobreza (RABHA, 1984, p.108).

O que é possível concluir dos diferentes momentos da história da cidade que analisamos até aqui é que, até o século XX, não era nítida a diferenciação dos espaços e de seus conteúdos, porque a escala da cidade era a mesma do lugar. Com destinações específicas, mas vivendo o mesmo espaço, os usos, o desenho e a própria mistura de classes produziam a real participação da Gamboa, Saúde e Santo Cristo no restante da cidade que embora não contivesse os “usos sujos”, apresentava características semelhantes.

As formas espaciais assumidas no decorrer do século, realizadas em toda a cidade e no perímetro de nossa área de análises materializavam de uma nova escala de modernidades que parece ser agora a que comanda a cidade como um todo. Frente ao fato,

devido a impossibilidade de inserir-se no processo, a Saúde, Gamboa e Santo Cristo permaneceram imobilizados, distantes, ilhados. A generalização de modernidades pela cidade determinou um peso negativo para o que se localizava como remanescente, como micro. O geral que agora representa a cidade, produziu a perda de sentido de um particular localizado. Reafirmou-se um expurgo do lugar que passou a ser entendido como deteriorado. (RABHA, 1984, p.116)

Para Rabha (1984, p.136), esse distaciamento da Saúde, Gamboa e Santo Cristo do conjunto da cidade é reforçado pelas ações do planejamento urbano, que isolam os bairros dos vetores de modernização urbana ao cercá-los com vias de trânsito rápido. No seu argumento, essa blindagem faz com que as formas e os usos presentes na área de estudo sejam mantidas, conferindo um ritmo de vida distinto do presente no conjunto do Rio de Janeiro e também a deterioração dos objetos espaciais. Para isso, a pesquisadora confronta a forma-aparência das localidades analisadas com sua forma-conteúdo, definidos por ela como paisagem e espaço, respectivamente. O espaço, dessa forma, é dinâmico e integra as formas espaciais com a vida presente, ao contrário da paisagem, estática e ausente de pessoas. A partir dessa oposição, Rabha define os dois conceitos que serão usados para pensar seu objeto de estudo: cristalização e resistência.

A cristalização é definida pela permanência da forma-aparência, da paisagem, apesar de sua defasagem com o que é predominante na cidade. A explicação de Rabha (1984, p.44-47) para que a cristalização ocorra consiste na articulação de uma série de fatores que inibem os proprietários e os investidores de capital a aplicarem recursos na conservação dos imóveis ou na construção de infraestruturas. Esses elementos estão centrados fundamentalmente no alto preço do solo causado pela sua localização central, na presença de estruturas obsoletas, na proximidade com o interior da baía poluída que acarreta em perda de amenidades, e na insegurança patrimonial representada pelas desapropriações feitas para a construção de obras viárias. Os usos sujos desses bairros continuam presentes, mas para Rabha, não são eles que atribuem o caráter deteriorado ao lugar, mas a indefinição de um futuro. A favor de seu argumento, a pesquisadora aponta o fato de que, onde existe segurança na permanência de determinado uso, existe o investimento na conservação dos imóveis.

Na verdade, este processo vale para toda a área. Sua distância da cidade, artificialmente produzida por ações sobre o espaço,

incorpora-se aos “usos sujos” que sempre estiveram no lugar, ou seja, os pátios de armazenagem e de manobras, os depósitos do comércio atacadista, as indústrias, as habitações de baixa renda. Estes usos representam no presente todo o passado de expurgo da cidade que foi característico da área. Entretanto não são esses usos, mas a indefinição de um futuro e as incertezas do presente que marcam os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Com efeito, a deterioração, hoje ocorre apenas em pontos determinados, sujeitos a intervenções externas à área. A veracidade desta afirmação é confirmada pelo uso residencial das encostas, função adequada à localização e de difícil substituição. Sua permanência está garantida, e a prova disto são as transformações e reformas por que passam as habitações não só dos morros do Pinto e Livramento, mas de todos os outros locais onde a certeza da propriedade viabilize o investimento na habitação. (RABHA, 1984, p.147)

A resistência consiste na permanência das funções originais exercidas pelas formas, ainda que elas estejam deterioradas ou mal conservadas. O argumento de Rabha (1984, p.148) é que, apesar das transformações urbanas, as formas e as localizações dos objetos no lugar permaneceram praticamente inalterados com o passar do tempo. Da mesma maneira, os usos para os quais aquelas formas foram inicialmente construídas continuam os mesmos. Assim, há uma continuação das funções de abrigo de objetos relacionados ao funcionamento do porto, como os armazéns e os terminais de transporte, e da residência de pobres urbanos. Ainda que tais atividades tenham sofrido alterações ao longo do tempo, como os trapiches que se tornaram armazéns e a presença do metrô, no caso das atividades relacionadas ao porto, e as transformações nas moradias dos pobres urbanos, que deixaram de ser majoritariamente inquilinos e se tornaram proprietários, a questão central está na manutenção de um dado uso.

O que se pode concluir é que mantêm-se no lugar as formas conteúdos que nele sempre existiram, ainda que sob formas aparência diferentes. Afinal, é o lugar dos trapiches do passado e dos novos armazéns do porto; dos terminais de transporte de carga e passageiros movidos pelo braço escravo e do moderno metrô ou da própria ferrovia; da habitação dos pobres de ontem e dos de hoje, mesmo que proprietários; dos depósitos de ontem e dos atuais. (RABHA, 1984, p.157)

Para além da manutenção de uma função específica, o lugar preserva também um ritmo próprio de sociabilidade que estabelece uma alteridade, uma contraposição, com o

conjunto do Rio de Janeiro, reforçando o isolamento entre a parte e o todo que foram construídos ao longo do tempo. Tal distanciamento entre o lugar e a cidade é responsável não somente pela cristalização, como também pela resistência, que não expressa apenas a conservação de determinado uso, mas também de um modo de vida próprio, cuja relação com o passado é ainda bastante intensa, em especial com o trabalho no porto, mesmo que isso ocorra principalmente através das lembranças. Rabha reforça, assim, um vínculo emocional das pessoas com seu lugar de moradia, remontando ao que está posto em meados de sua dissertação de que, para os moradores da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, o valor desse lugar está nas relações com as pessoas da vizinhança e na memória do que foi vivido. Essa valorização contrasta com a perspectiva dos que são de fora do lugar, que atribuem sua importância ao conteúdo arquitetônico que carrega, à forma aparência propriamente dita (RABHA, 1984, p.137).

Na verdade a forte sensação que se tem é que, por qualquer um dos seus acessos, adentrar no bairro significa ter o tempo como fator relativo. Volta-se ao passado, mas um passado diferente, onde todos sabem do presente mas não conseguem vivê-lo. Não por saudosismo, mas por modo de vida. É uma vida que repousa em seu próprio passado, consolidado em cada esquina, em cada rosto, em cada um. Tão forte enquanto clima, que transforma-se num presente, especial, particular, diferente.

Alí, viver não é melhor que sonhar. Porque os sonhos e a vida estão no lugar, e por ele e nele se constróem. Assim, o Oliveira, que mora numa das subidas do Morro da Providência, desejando maior segurança para educar seus filhos, almeja encontrar uma casa no Morro do Pinto ou conseguir um dos apartamentos da Vila Portuária. Mudar de região, nunca!

Como Oliveira, existem muitos outros. A casa de aluguel ou própria, reformada com materiais modernos, com o santo de devoção na fachada (estes vem sendo retirado quando a edificação é reformada – fato comum no Morro do Pinto) representa e materializa o alcance de um padrão de vida melhor. Mas esta se faz no lugar, não fora dele. A cidade é que está fora. Ela é apenas para ser usada, com suas mazelas e benefícios, mas não se constróe como uma perspectiva de vida. (RABHA, 1984, p.155)

Em alguma medida, é possível aproximar a perspectiva de Nina Rabha (1984) com as reflexões de Jane Jacobs (2000 [1961]) em seu livro *Morte e Vida de Grandes Cidades*. Ainda que seus objetos de estudo sejam distintos e que estejam imersas em contexto intelectuais igualmente diferentes, já que a pesquisadora anglossaxã se debruça sobre as

cidades dos EUA na década de 1960, sem estabelecer um diálogo aberto com o marxismo como faz Nina Rabha. Contudo, ambas tecem críticas ao planejamento urbano ortodoxo, marcado pelo idealismo, e que ignoram a cidade existente e se orientam por um projeto de urbanismo, e ao fazerem isso, acabam também sendo indiferentes às pessoas e seus lugares. A contribuição de Jacobs de pensar a cidade em termos de sociabilidade, de segurança, de bem estar e de conforto parece ter sido retomada por Rabha, ainda que a referência não seja direta. Segundo o ponto de vista de Rabha, a vida social presente nos bairros que estuda ainda não foi dilacerado pelo planejamento urbano, ao contrário, seus elementos foram poupados justamente pelas construções urbanas que os isolaram dos movimentos de transformações sociais e urbanas.

Essa perspectiva de ritmos e de processos de urbanização distintos entre o bairro e a cidade não é compartilhada por Francisco Scarlato (1988), para quem o modo de vida encontrado no Bexiga está plenamente inserido no que está presente na metrópole como um todo. A sua especificidade é sua especialização como área de lazer, o que é compreendido dentro de um modelo no qual a metrópole é uma totalidade que submete os lugares a funcionalidades dentro da sua estrutura. Nessa subordinação do Bexiga à metrópole, a tradição de seus primeiros moradores é transformada em uma mercadoria a ser vendida àqueles que são de fora do bairro e que buscam ali uma opção de lazer. Ainda assim, apesar das diferenças entre Rabha e Scarlato, ambos destacam a questão da sociabilidade em suas pesquisas. Mesmo Scarlato, em sua denúncia da falsidade da tradição italiana no Bexiga, valoriza a percepção e o vivido dos que moram e frequentam o bairro, com ênfase no primeiro grupo, e dá vazão à frustração dessas pessoas com a modernização urbana e com a integração do bairro à metrópole, que ocorre tanto pelas vias de fluxo rápido, quanto pela sua especialização no lazer.

Assim, em sua proposta de pensar o real e o imaginário no Bexiga, é preciso dar conta de suas representações afetivas, o que é feito explorando a dimensão subjetiva das rupturas territoriais que a modernização da cidade e sua adaptação ao automóvel – vias largas e com alta velocidade, criação de novos bairros para a elite e decadência de outros bairros – impuseram aos moradores do Bexiga (SCARLATO, 1988, p.82 e segs.). O destaque feito é a construção de diversos elevados no bairro, que estão inseridos no projeto de “Anel de Estacionamento do Centro 1”, iniciado em 1968, e cujo objetivo é abrir vias de fluxo rápido entre as diferentes zonas da cidade, facilitando a circulação pelo

automóvel, e criar vagas de estacionamento públicas em partes centrais da cidade. Assim, é construída a ligação leste-oeste (Radial Leste), que cruza o bairro do Bexiga através de vias elevadas, e é ampliada a avenida Rui Barbosa, que ao ser alargada, se torna uma via de fluxo intenso. Isso impôs desapropriações aos moradores do Bexiga, cortou suas ruas com vias de trânsito rápido e com quantidade de veículos crescente, cuja consequência foi a mudança de caminhos internos ao bairro e a alteração nas possibilidades de uso da rua e, com isso, a sociabilidade de antes não tinha mais condições objetivas de permanecer. Em algumas ruas do bairro, a Radial Leste e a avenida Rui Barbosa formam um paredão, de fato impedindo a passagem entre dois lugares que anteriormente eram contíguos (SCARLATO, 1988, p.85-88).

Nesse mesmo contexto de transformações urbanas, ocorre uma alteração no perfil do morador, que deixa de ser formado principalmente por pessoas da Itália e seus descendentes. A perda da maioria italiana é uma consequência tanto pela morte natural dos primeiros moradores, que em sua maioria são idosos nesse momento, quanto pela busca de bairros menos agitados por parte de seus descendentes. Ao mesmo tempo, muitos dos migrantes nordestinos que se dirigiam para São Paulo acabaram buscando residência no Bexiga, atraídos pelo baixo preço dos aluguéis e pela localização. Isso faz com que, à época da pesquisa, alguns dos antigos moradores que permaneceram no bairro adotassem um discurso preconceituoso de que a decadência do Bexiga é devida à chegada desse novo grupo social. É em meio a essa frustração do antigo morador, que perdeu as referências do lugar em que mora, que será nutrida a ideologia do Bexiga imaginário, que para Scarlato de fato nunca existiu, mas que acaba por encontrar um terreno fértil para se desenvolver.

Para podermos falar de um Bexiga que ficou no imaginário das pessoas, teremos que forçosamente trabalhar com a instância das transformações que ocorreram no nível da vida material do lugar, mas também, com todas aquelas imagens simbólicas que as pessoas remanescentes, em um sentimento de saudosismo, tentam perpetuar, permitindo o florescimento daquelas ideologias que muitas vezes interessam ao estado e à pequena burguesia local. (SCARLATO, 1988, p.84)

Essas quatro pesquisas de pós-graduação – Cordeiro, Strohaecker, Rabha e Scarlato – indicam não somente a heterogeneidade de formas a partir das quais a periferia do centro pode ser pensada, como também o distanciamento ocorrido na década de 1980 entre os modelos ecológicos de estudos urbanos, que haviam sido bastante fortes na Geografia de

poucas décadas antes, e as inovações teóricas trazidas pelo marxismo. No final da década de 1970, Helena Cordeiro faz uma descrição funcional das diferentes porções do centro de São Paulo, fundamentando-se em critérios quantificáveis e relacionando as formas (área construída e densidade demográfica) e funções (grau de centralidade das atividades) dos objetos espaciais com a estrutura da morfologia urbana, que organiza a planta da cidade em zonas com funcionalidades específicas na dinâmica urbana como um todo. A preocupação está centrada em compreender a cidade na sua contemporaneidade à escrita da tese, considerando os objetos espaciais tais quais eles se apresentam naquele momento, focando mais na maneira em que eles estão inseridos no zoneamento da cidade, do que no seu processo formativo.

É uma perspectiva distinta da adotada pelos três outros pesquisadores, cuja metodologia passa pela compreensão do processo histórico de produção do espaço analisado, considerando as múltiplas determinações envolvidas para que aquela configuração urbana fosse determinada. Ainda que a dissertação de Strohaecker seja posterior à de Rabha, na primeira há uma aceitação maior dos modelos de morfologia urbana, com a discussão orientada para a adequação ou não daqueles modelos para a compreensão de São Cristóvão. Como colocado anteriormente, para a pesquisadora, o distanciamento entre modelo e realidade não é propriamente uma falha, mas sim uma característica singular de como um dado fenômeno se manifesta numa realidade específica, sendo necessário adaptar o modelo às condições reais. Por conta dessa adoção mais ampla dos modelos urbanos, avaliamos que a pesquisa de Strohaecker estabelece diálogos mais próximos com a de Cordeiro, do que da de Rabha.

Apesar de terem metodologias semelhantes de recorrer à construção histórica de uma dada realidade geográfica, entendemos que a reflexão de Strohaecker caminha no sentido de desvendar os processos históricos de produção da periferia do centro, como que complementando uma lacuna dos estudos de morfologia urbana que pensam as diferentes zonas da cidade enquanto uma realidade dada. Já a produção do espaço em Rabha visa desvendar de que forma a concepção social de que os bairros de Saúde, Gamboa e Santo Cristo foi construída ao longo do tempo, e com isso, questionar a naturalidade que os modelos de estrutura urbana têm, em especial dentre os planejadores urbanos. Assim, ambas partem dos mesmos procedimentos acadêmicos para finalidades divergentes acerca dos modelos urbanos, já que Strohaecker busca reforçá-los, e Rabha, combatê-los.

Scarlato, que sequer dialoga com os modelos da morfologia urbana e tem suas referências abertamente ancoradas no marxismo, recorre à produção do espaço como forma de expressar as transformações espaciais ao longo do tempo, com destaque para sua ocupação por imigrantes italianos no início do século XX e para as consequências na organização do espaço da sua submissão à especialização metropolitana na segunda metade desse século. Sua ambição está além da topologia dos objetos espaciais, abarcando os vínculos simbólicos genuínos dos moradores com o bairro na primeira metade e em meados do século, expressa na relação popular de intimidade entre a casa e a rua (SCARLATO, 1988, p.50). A partir do final da década de 1960, o bairro do Bexiga tem sua configuração e seu modo de vida profundamente alterados pelas intervenções do planejamento urbano, fazendo com que as referências espaciais de seus moradores perdessem o lastro com a nova realidade emergente, tornando-se um terreno fértil para a difusão de uma mítica italiana alimentada pelo marketing e com ares xenófobos contra os moradores recém chegados.

Considerando as dissertações de Cordeiro e de Strohaecker, a periferia do centro é definida fundamentalmente pela sua localização e, de acordo com suas pesquisas e com os modelos que as nortearam, essa zona da cidade abriga moradia de grupos sociais não hegemônicos, especialmente em favelas e cortiços, ainda que não haja exclusividade da função residencial. Nos trabalhos de Rabha e Scarlato há uma ênfase ainda maior na análise desses grupos não hegemônicos formados por pobres urbanos, considerando não apenas a existência de suas moradias, como também a dimensão simbólica envolvida em suas relações com o lugar de moradia. Por abrigar a residência desse grupo social, a periferia do centro acaba tendo seu significado vinculado com os pobres urbanos, em sua maioria trabalhadores e seus familiares que buscam as vantagens da localização central, ainda que isso signifique a privação de conforto habitacional e de privacidade. Considerando que tanto a periferia do centro, quanto a periferia urbana ou metropolitana, compreendida como a área mais distante ocupada por loteamentos recentes, compartilham da precariedade infraestrutural das moradias, ainda que possuam particularidades em cada um dos casos, e, sobretudo, abriguem o local de reprodução social da classe trabalhadora, era possível ter havido uma aproximação ou um diálogo entre os dois conceitos dentro de uma abordagem marxista, o que não ocorreu.

Outra característica que poderia ter sido usada como ponte conceitual entre as duas

periferias é a heterogeneidade significativa no conteúdo social de seus moradores, abrigando setores com moradias populares, mas também residências de grupos médios e altos, como apontam as pesquisas empíricas realizadas na década de 1980. Strohaecker (1989), por exemplo, destaca as casas e os edifícios de grupos mais elitizados em determinadas porções de São Cristóvão, o que também ocorre com Scarlato (1988) e sua descrição do Bexiga, onde as partes mais elevadas abrigam residências de classes média e alta. Essa heterogeneidade nos usos e no conteúdo social está presente também quando pensamos a periferia urbana como a área de expansão do tecido metropolitano, de modo que ela abarca tanto as indústrias que demandam grandes terrenos baratos e localização próxima de vias de transporte, como por residências, que são ocupadas por moradores pobres, em terrenos ilegais e marcados pela precariedade geral, e também por moradias de alto padrão, que buscam um isolamento da confusão urbana e configuram as chamadas periferias de amenidades. Sobre a definição de periferia como as fronteiras da malha metropolitana, veremos com mais detalhes no capítulo intitulado “A periferia e a esfera do consumo”. Desse modo, em ambas as periferias que expressam uma localização, existe uma heterogeneidade funcional, através da qual poderiam ser estabelecidos diálogos, que não acontecem.

Tais pesquisas sobre a periferia do centro, em especial as de Strohaecker, Rabha e Scarlato estão bastante centradas na análise dos objetos espaciais, considerando sua localização, seu processo de produção e sua forma de inserção na dinâmica urbana, de acordo com as diferentes discussões teóricas empregadas por cada um dos pesquisadores. Trata-se de um modo de análise que também está presente em uma das maneiras de pensar a periferia urbana ou metropolitana, como veremos mais a frente nesse trabalho. Contudo, como já esboçamos ao longo do texto, a realidade periférica é analisada através dos argumentos ligados a reprodução social, que podem aparecer sob a forma de reprodução do espaço, da força de trabalho e/ou do capital. Já nos debates sobre a periferia do centro, não há essa centralidade das questões relativas à reprodução, o que é um ponto de divergência entre os modos de se estudar essas duas realidades.

De fato, ao falarmos de periferia do centro e de periferia urbana, estamos nos referindo a realidades bastante distintas entre si. Ainda que ambas abriguem expressivos índices de moradias populares e atividades industriais de diferentes portes, a formação de suas realidades urbanas foram engendradas em momentos distintos. Além disso, pensando

nos moradores de cada um desses lugares, talvez mais importante do que a gênese dos seus locais de residência, seja o tipo de inserção urbana entre esses diferentes lugares. Ao passo que a população residente na periferia do centro conta com um sistema de transporte denso, tendo consequentemente maior mobilidade urbana e, possivelmente, oportunidades de trabalho mais próximas e em maior número, aqueles que residem nas periferias urbanas contam com um sistema de transporte deficitário frente à grande demanda de pessoas a serem transportadas, e se vêem impelidos a longas viagens entre emprego e moradia, despendendo tempo e dinheiro nesse movimento.

Não apenas as formas de inserção urbana são distintas, como também as condições de vida e de moradia. Desse modo, se os moradores da periferia do centro conseguem escapar dos grandes deslocamentos pela cidade e ter um acesso facilitado à infraestrutura urbana, por outro, a maioria deles está imersa a uma relação de aluguel na qual são a ponta mais fraca. De acordo com os dados da Sempla⁵⁹, de 1986, as famílias encortçadas gastavam 42% do seu salário com o pagamento de aluguel em cômodos sem estrutura, tendo que dividir banheiro e tanque com outras famílias. Nessa relação, prevalecem os mandos do proprietário, que, por conta da informalidade da relação, pode aumentar o valor do aluguel sem que haja regulação sobre isso. Assim, em reportagem do Estado de São Paulo de 17 de janeiro de 1988, são exemplificados dois casos de aumento abusivo no aluguel do cômodo, que passou de Cz\$1000,00 para Cz3000,00 em um caso, e de Cz\$1000,00 para Cz4000,00 em outro⁶⁰. Já os moradores do loteamento periférico podem contar com maior privacidade de suas residências e maior espaço interno, sem contar aqueles que são proprietários de sua moradia.

Tais diferenças objetivas entre a periferia urbana e a periferia do centro possivelmente engendra estoques simbólicos também distintos entre seus moradores. Nina Rabha explora essa questão através da alteridade estabelecida entre as referências espaciais e o modo de sociabilidade entre os moradores da Gamboa, Saúde e Santo Cristo e aquelas que são tecidas dentre o conjunto de moradores do restante do Rio de Janeiro. Em sua perspectiva, não há a tentativa de estabelecer diálogos entre os diferentes territórios da pobreza no Rio de Janeiro, a partir de onde poderiam ser encontradas convergências e

59 De acordo com dados presentes em KOHARA, Luiz Tokuzi. Relação Entre as Condições da Moradia e o Desempenho Escolar: estudos com crianças residentes em cortiços. Tese de Doutorado. São Paulo, FAU-USP, 2009, p.60.

60 GÉIA, Ana Maria Nogueira. Cada Dia Mais Difícil Pagar Aluguel. O Estado de São Paulo, São Paulo, Caderno de Economia, p. 48, 17/01/1988.

divergências. Antes, Rabha contrasta as referências subjetivas existentes no seu objeto de estudo e aquelas presentes no Rio de Janeiro como um todo, confrontando o lugar e a totalidade.

Nesse sentido, seja considerando possíveis pontos de aproximação entre a periferia urbana e a periferia do centro, como a funcionalidade estrutural que elas podem ter dentro de uma abordagem marxista, seja ponderando os pontos de distanciamento ou de tensão entre as duas periferias, tais quais as especificidades da precariedade infraestrutural em cada uma, as relações estabelecidas com o conjunto da cidade ou o estoque simbólico de seus moradores, não há o estabelecimento de um diálogo entre a periferia urbana e a periferia do centro. Desse modo, os estudos sobre a periferia do centro nos auxiliam a pensar sobre uma das territorializações possíveis da pobreza urbana, mas não oferecem pistas sobre as demais. Contudo, pudemos identificar um movimento de negação dos modelos ecológicos para pensar as porções pobres localizadas nas proximidades dos núcleos urbanos, cuja compreensão vai se dar por perspectivas fundadas na totalidade social e no materialismo dialético.

Assim, encaminhamos nosso debate nesse momento propriamente para os estudos sobre a periferia urbana, cuja definição em linhas gerais se dá pelo espraiamento recente do tecido urbano, o que ocorre simultaneamente com os intensos fluxos demográficos para as grandes cidades brasileiras e com a expansão dos locais de moradia definidos pela precariedade nos objetos e nos serviços existentes.

Capítulo 5. A periferia e a esfera da produção: a reprodução da força de trabalho

O capítulo que iniciamos nesse momento estabelece vínculos bastante estreitos com o seguinte, no sentido que ambos tratam da periferia comumente entendida como expansão recente do tecido urbano. Além disso, nas duas abordagens, a periferia é pensada à luz da reprodução da totalidade social, valorizando a compreensão de que seus territórios – independente do conteúdo social e do tipo de uso que ocorra – cumprem uma função na manutenção e na ampliação do modo de produção capitalista, cujo funcionamento ultrapassa as fronteiras nacionais. Desse modo, antes de entrarmos propriamente no debate sobre a periferia engendrada a partir das demandas da produção, que é a especificidade desse capítulo, discutiremos o que há de comum na perspectiva marxista de pensar a periferia urbana.

Como já colocado, trata-se de uma noção comumente associada a dois atributos, pobreza e distância. Sem ambiguidade, essa perspectiva rompe com um ponto de vista presente em estudos ecológicos em que a condição de pobreza de um indivíduo ou de uma família é considerada enquanto uma situação transitória de adaptação a um novo contexto, causada geralmente pela migração a uma nova cidade, onde será inserida como um grupo minoritário. De acordo com esse último ponto de vista, a pobreza tende a ser superada com o passar dos anos ou das gerações e, em alguma medida, existe uma responsabilização do próprio indivíduo pela sua situação, no sentido em que as condições mais dramáticas de pobreza são associadas à desintegração da vida familiar e à decorrente dissolução da vida social⁶¹.

Dentro desse corpo teórico ecológico, há um antagonismo entre a integração e a não integração de determinados grupos no conjunto da sociedade, o que desemboca no

61 Nesse sentido, os estudos de Ernest Frazier (1970, p.469-471) sobre os negros em Nova Iorque apontam para uma ascensão social ao longo da vida de uma pessoa, de maneira que, de forma esquemática, o homem solteiro reside no centro degradado e, ao consolidar uma vida familiar e profissional, muda-se para a periferia, onde irá casar e ter filhos. Ao estudar os negros em Chicago, Frazier (1964) destaca que as famílias negras passam por processos de seleção e de segregação espelhados no modelo zonal de Burgess (1929), chegando a uma conclusão similar à pesquisa sobre Nova Iorque: no Loop há maior quantidade de solteiros, de casos de desintegração familiar e de delinquência juvenil, situação que se inverte conforme analisa-se os anéis exteriores da cidade. Nels Anderson (1923) ao estudar os homens sem lar em Chicago, usa como critério de definição de seu grupo de estudo a ausência de vínculos familiares e residenciais fortes, que lhes atribui uma ampla mobilidade para migrar em busca de empregos sazonais. Dessa maneira, a pobreza é compreendida como fortemente vinculada à adaptação e à integração social, o que passa pela organização familiar.

conceito de homem marginal. De acordo com Lícia Valladares (2010), esse conceito tem sua origem nos estudos de Georg Simmel⁶² sobre os imigrantes judeus e é resignificado posteriormente por Robert Park⁶³. Em Simmel, o homem marginal é compreendido como um estrangeiro cuja relação com a sociedade na qual está imerso se dá pela exterioridade. Isso faz com que esse homem esteja à margem tanto da sua própria cultura, pela distância geográfica, quanto da cultura do lugar que o recebe, por não compartilhar dos estoques simbólicos hegemônicos ao lugar em que está. Dessa maneira, o homem marginal é um produto de conflitos interculturais, que para Simmel não implica necessariamente em uma aceção negativa em sua compreensão, já que a marginalidade poderia resultar em um cosmopolitismo. É justamente esse segundo aspecto que será revisto por Park, que acentua a negatividade do conceito de homem marginal ao compreender que ele não é plenamente aceito nem pela sua cultura de origem, nem pela qual está inserido, tendo que lidar com os problemas de sua identidade social e com os efeitos desagregadores que isso acarreta. Dessa forma, Lícia Valladares define o homem marginal na perspectiva de Robert Park da seguinte maneira:

O homem marginal será tipicamente um imigrante da segunda geração, que sofre os efeitos da desorganização do grupo familiar, como a delinquência juvenil, a criminalidade, o divórcio. Livre de seus antigos valores e tradições, ele tem sua antiga identidade afetada, mas entra-se ainda sem orientação diante dos novos valores da sociedade que o acolhe... Nessa sua nova concepção, o *homem marginal* continua sendo um migrante, porém ele pode ser representado por um europeu ou um negro do Sul dos Estados Unidos que veio à cidade em busca de trabalho, ou ainda um camponês americano que sofreu os efeitos do êxodo rural. O *homem marginal* é alguém que, ao separar-se de sua cultura de origem, constrói, no processo de aculturação, uma nova identidade. (VALLADARES, 2010, p.40, *grifo original*)

Tem-se, nessa perspectiva, uma compreensão dos problemas urbanos em geral, e da pobreza em particular⁶⁴, vinculada a uma esfera circunscrita aos costumes, em que se está

62 SIMMEL, Georg [1908]. Digressions sur l'étranger. In: GRAFMEYER, Yves et JOSEPH, Isaac (orgs.). L'Ecole de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine. Paris: Champ Urbain, 1979, p.53-59.

63 PARK, Robert. Human Migration and the Marginal Man. American Journal of Sociology, v.23, n.6, May, p.881-893, 1928.

64 Na citação feita, vemos que o conceito de homem marginal define uma situação cultural em um sentido amplo, englobando desde questões sociais, como a criminalidade e a delinquência juvenil, até questões ligadas ao âmbito familiar, como o divórcio e a desintegração familiar. Dessa forma, trata-se de um conceito que passa pela questão da pobreza urbana, ainda que não se defina exclusivamente por ela. Tendo em vista os objetivos dessa pesquisa, orientamos nossa reflexão sobre esse aspecto específico do

ou no seio ou à margem dos hábitos hegemônicos. A introdução do marxismo nos estudos urbanos abala esse viés analítico, que passa a valorizar a compreensão da vida social como uma totalidade, na qual não é aceita a interpretação marginalista de que determinados grupos sociais não participam da realidade social. Isso implica em uma mudança na compreensão da pobreza, que deixa de ser pensada como uma anomalia e passa a ser entendida através de sua funcionalidade para a reprodução da totalidade social. Além disso, muda-se também a compreensão sobre os pobres urbanos, pois ainda que os estudos ecológicos pudessem ser acusados de serem norteados pelo pensamento hegemônico, havia neles uma preocupação com a concretude da vida social e da pobreza em particular, dito de outra forma, havia uma valorização dos vários modos da marginalidade social.

Nas análises marxistas há uma tendência de dissolver o sujeito em sua classe social e de não valorizar as diferentes concretudes da pobreza urbana como um filtro analítico central. A partir dessa perspectiva, grupos sociais específicos, como negros, migrantes, homens sem lar, etc., que eram filtros valorizados nos estudos urbanos com viés ecológico, serão unificados através da classe social, em uma análise que pode reconhecer sua desigualdade interna, mas que refuta a ideia de que existam situações particulares a cada grupo.

O argumento central é que essas diferenças constituem especificidades que contribuem para uma exploração máxima da classe trabalhadora. Dessa forma, ainda que se admita, por exemplo, que as mulheres geralmente recebem salários inferiores aos dos homens, isso é entendido como uma artimanha para uma exploração mais intensa da força de trabalho como um todo (CAMARGO, 1976, p.79 e segs.). A partir dessa ótica, é abandonada a compreensão de que a pobreza tende a ser superada ao longo da vida de uma pessoa ou com o passar das gerações, e dentre os estudos marxistas, não se aceita a explicação de que seria uma situação econômica transitória entre a pobreza rural e a entrada no mercado de trabalho urbano-industrial. Ao contrário, a perspectiva é de que a reprodução ampliada da sociedade capitalista aponta para um acirramento das contradições de classe e, conseqüentemente, um agravamento das condições da pobreza.

Rompendo de forma definitiva com argumentos presentes na perspectiva ecológica que justificavam uma condição social desfavorável por meio de um comportamento individual inadequado, a Geografia urbana crítica desenvolvida na década de 1980 no

homem marginal, ciente da sua amplitude conceitual.

Brasil compreende a pobreza e seus territórios sob a ótica da contradição de classes e da reprodução da totalidade social, atribuindo o motor da periferização das cidades brasileira à expansão da atividade industrial no país. Nesse sentido, a perspectiva da totalidade e a valorização da indústria como indutor do processo de metropolização e de periferização constituem sua unidade teórica.

Contudo, compreendemos que, desse ponto de partida, temos dois métodos distintos de pensar a periferia urbana nesse contexto e que estão expressas nesse capítulo e no próximo. As análises empíricas que consideraremos no capítulo seguinte enfatizam a crescente busca industrial por terrenos grandes e baratos, o que tensiona as bordas da cidade e estimula o estiramento do tecido urbano. Por privilegiar a produção do espaço periférico, compreendida enquanto um fragmento da reprodução da totalidade social, há uma valorização da escala metropolitana na análise. Além disso, essa produção do espaço será pensada sob a ótica do consumo de objetos espaciais, seja pelas demandas espaciais das indústrias, seja pela necessidade de moradia e de objetos elementares da força de trabalho. Isso implica em uma compreensão que reforça a duplicidade da periferia, que de um lado expressa a territorialização das classes trabalhadoras no tecido urbano, ou seja, um determinado conteúdo social, e por outro, designa as bordas da metrópole e seus diferentes usos, ou seja, uma dada localização geográfica. Essa discussão será transversalizada pela valorização diferenciada das diferentes porções do espaço metropolitano, definindo a periferia como os lugares menos valorizados. Isso será pensado através da organização dos objetos urbanos, que ao serem concentrados em determinadas localizações, forjam locais onde eles são ausentes ou raros, e por conta disso, periféricos.

Já as pesquisas empíricas desse capítulo valorizam a chave interpretativa do crescimento da demanda por mão de obra em larga escala decorrente da expansão industrial brasileira, na qual a periferia aparece vinculada de forma mais estrita à reprodução da força de trabalho. Elas têm seu argumento ancorado na mobilização da classe trabalhadora do campo para as cidades como uma decorrência das transformações no mercado de trabalho nacional, com destaque para o processo de industrialização brasileira concentrado nas grandes cidades, o que favorece a escala nacional na compreensão do engendramento da periferia. Essa realidade urbana, portanto, seria o local destinado a residência da classe trabalhadora. Esse crescimento demográfico das cidades é acompanhado de uma extensão do tecido urbano, cuja causa está na especulação

imobiliária, e não numa consequência necessária para abrigar esse contingente recém-chegado. Dessa maneira, há uma associação entre a periferia que abriga essa população pobre e o elemento da distância em relação ao centro. Contudo, a definição de periferia tem como eixo central o abrigo de moradias da classe trabalhadora, sendo a distância um elemento circunstancial. Dessa maneira, em alguns momentos a periferia é compreendida de forma menos rígida no que diz respeito à distância, abarcando as outras territorializações da classe trabalhadora.

Os pesquisadores considerados nesse capítulo enfatizam os elementos estruturais da produção de mercadorias e da reprodução social, considerada como uma totalidade. Dessa maneira, a análise da periferia que define esse capítulo é transpassada pela compreensão de que se trata de um resultado espacial decorrente das transformações produtivas ocorridas no Brasil ao longo do século XX, com destaque para a indústria, que puseram em circulação um grande contingente demográfico, o que tem impacto importante nas grandes cidades do país. A importância industrial nessa acepção está nas demandas da produção fabril propriamente dita, em que a necessidade de mão-de-obra é mais valorizada no argumento desenvolvido do que os imperativos da indústria por localizações intraurbanas e infraestruturas. Em linhas gerais, a atividade industrial em expansão aumenta a demanda por trabalhadores, estimulando uma mobilização da força de trabalho em escala nacional. Pelo modo como esse processo é estabelecido e como o Estado brasileiro desenvolve suas políticas públicas, a demanda habitacional dessas pessoas terá que ser resolvida no âmbito individual ou familiar, o que faz com que elas fiquem vulneráveis aos processos especulativos sobre o preço da terra.

Por essas razões, trata-se de um debate que entrelaça o subdesenvolvimento nacional; as transformações agrárias e o decorrente êxodo rural em curso após a década de 1950; o concomitante processo de industrialização brasileira e a demanda que isso acarretou por mão de obra abundante e barata para as atividades industriais. Ainda que não se neguem as demandas espaciais levantadas pela industrialização, o argumento central vai no sentido de valorizar as demandas sociais, sobretudo a necessidade de grande concentração demográfica para consolidar o mercado consumidor e o mercado de trabalho disponíveis para as necessidades da indústria. A periferia é entendida como um resultado social e geográfico da necessidade industrial de ter mão de obra em larga escala, ocupada diretamente na produção ou em estoque, cuja função é a habitação das classes

trabalhadoras.

5.1 O subdesenvolvimento nacional como motor da periferização das cidades brasileiras

Para Paul Singer, a mobilização espacial da força de trabalho pelo território nacional ocorre desde a década de 1930 e seu principal motor é o processo de urbanização. O autor considera que, nesse momento, o estabelecimento de uma política efetiva de industrialização nacional e a criação de uma legislação trabalhista especial e exclusiva para as áreas urbanas foram centrais para uma parcela significativa do contingente ocupado em uma economia de subsistência migrasse para as cidades, estabelencendo-se, assim, um “verdadeiro reservatório de mão de obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva” (SINGER, 1983, p.122). O argumento subjacente a essa perspectiva é que a industrialização brasileira alterou o mercado de trabalho nacional como um todo, abarcando tanto o campo, quanto a cidade. Nas áreas rurais, as consequências do crescimento da indústria aparecem através da mecanização agrícola, que aumenta a produtividade do trabalho e diminui a demanda por mão de obra, impelindo esse contingente de desempregados a migrar e buscar novas formas de ocupação⁶⁵. Esse trabalhador é atraído pelos empregos industriais e o terciário em crescimento das cidades, onde vislumbra a oportunidade de conseguir uma remuneração maior do que a recebida nos locais de origem. Dessa forma, o rápido crescimento demográfico da metrópole decorre do desemprego estrutural do país, considerado como um todo, que mobiliza o contingente não ocupado para as metrópoles, onde há maior oferta de emprego, ainda que seus índices de desemprego sejam consideráveis (SINGER, 1983, p.147 e segs.).

Essa não absorção dos migrantes recém chegados às cidades pelas indústrias e pelos serviços tem sua causa, de acordo com Paul Singer (1983), no subdesenvolvimento do Brasil, situação que faz com que a relação entre a quantidade de empregos e de mão de obra disponíveis apresente maior (e mais perversa) disparidade do que a encontrada nos

65 O autor aponta que existem dois fatores de expulsão do campo. Os fatores de mudança são decorrentes da introdução do avanço capitalista sobre a produção no campo, que aumentam a produtividade e, consequentemente, diminuem o número de empregos. Os fatores de estagnação decorrem de uma paralisia produtiva, que limitam o crescimento da produtividade, ao passo que a população tende a crescer. Isso gera um acirramento da pressão demográfica sobre a produção agrícola e a consequente expulsão populacional. Ainda que ambos os fatores de expulsão gerem um êxodo rural, seus impactos sobre os locais de origem são distintos, já que os fatores de mudança conferem uma melhora na qualidade de vida da população que permanece no campo, e os fatores de estagnação, geram uma degradação constante dessa qualidade de vida. Além disso, os fatores de mudança contribuem para a economia e a indústria nacional, na medida em que consomem produtos industriais diversos, e dessa maneira atuam efetivamente no processo de urbanização do país (SINGER, 1983, p.37 e segs.)

países desenvolvidos. Isso porque, naqueles, a cidade se transforma em um centro produtivo ainda na Idade Média, decorrendo em um processo de concentração demográfica e de aumento da divisão do trabalho. De forma sintética, ao aglomerar um grande contingente de população, a cidade gera um mercado urbano e aponta para o desenvolvimento das técnicas e a especialização dos ofícios, como metalurgia, cerâmica e vidraçaria. Assim, tem-se a formação de uma classe de comerciantes e de banqueiros nas cidades antes mesmo da Revolução Comercial do século XIV. Dessa maneira, séculos mais tarde, quando ocorre a Revolução Industrial, já há uma cidade produtiva e uma burguesia consolidada na Europa. Isso garante um ritmo mais paulatino aos processos de inovação produtiva nesses países de industrialização original, que lhes dá condições de amadurecer seus processos produtivos e de adaptar seus trabalhadores de forma gradual às novas tecnologias produtivas e às demandas que o capital tem por trabalho (SINGER, 1983, p.17 e segs.).

Já nos países do terceiro mundo, e Paul Singer (1983) refere-se especialmente a América Latina, a cidade terá uma função produtiva somente com o desenvolvimento da indústria, o que ocorre no século XX. Na reconstrução histórica feita pelo autor, ele coloca que, durante o período colonial e até as primeiras décadas do século XX, as cidades eram pontos de drenagem da riqueza produzida no campo em direção à metrópole ou à Inglaterra, dependendo do período considerado. Ao longo do século XIX, os países latinoamericanos especializam sua produção agrícola para as demandas dos europeus, que passavam pela Revolução Industrial, o que aumentou a capacidade de importação de produtos industrializados e substituiu os artefatos locais pelos industrializados estrangeiros. As independências nacionais não significam uma ruptura nas relações internacionais anteriormente estabelecidas, ao contrário, elas permanecem e se aprofundam, consolidando uma divisão entre os países industrializados e os exportadores de produtos primários. Nesse contexto, a cidade latinoamericana passa a atrair aqueles que têm renda para gastar, como também os que migram do campo e formam um proletariado precariamente ocupado.

Segundo o autor, essa estrutura econômica herdada do período colonial é desorganizada somente com a crise geral do capital desencadeada a partir de 1914, quando tem-se uma diminuição na entrada de produtos industrializados estrangeiros. Isso fez com que a manufatura fosse reestabelecida no campo, ainda que precariamente, e houve um início de atividade industrial na cidade para substituir os produtos antes industrializados.

Tem-se, nesse momento, uma burguesia industrial nascente, cujos vínculos com a velha oligarquia colonial variam entre as diferentes realidades nacionais latinoamericanas. Desse modo, ainda que os países latinoamericanos já apresentassem um modo de vida urbano, a inserção da cidade latinoamericana em um circuito produtivo e as decorrentes transformações nas relações de exploração entre cidade e campo só irão acontecer, no argumento de Singer, com o avanço da industrialização, que gerou um aumento na demanda por produtos alimentícios e por matérias-primas do campo, permitindo o surgimento de uma agricultura capitalista.

Sendo a indústria uma atividade eminentemente urbana, o seu aparecimento e expansão torna a cidade latino-americana, pela primeira vez desde a conquista, produtiva. No seu intercâmbio com o campo, a cidade pôde finalmente, oferecer uma contrapartida econômica em troca do excedente alimentar. Só a partir de então se estabelece uma verdadeira divisão de trabalho entre cidade e campo. Mas esta divisão estava fundamentalmente viciada pelas relações de exploração pré-existentes. Os mecanismos pelos quais a cidade extraia o excedente alimentar do campo, sob a forma de tributos, remuneração por serviços de intermediação (lucros comerciais e juros) e renda da terra, mecanismos herdados do período colonial e aperfeiçoados após a independência, não foram abolidos de uma vez pela industrialização. Desta maneira, a contrapartida de produtos industriais oferecidos pela cidade em troca do excedente alimentar obtido no campo tendia a ser muito pequena basicamente devido ao reduzido poder aquisitivo da população rural. Só num estágio muito mais avançado de industrialização, quando a cidade cresce a taxas muito elevadas, expandindo aceleradamente sua demanda por alimentos e matérias-primas agrícolas ou extrativas, é que as velhas formas de exploração do campo são parcialmente abandonadas, surgindo nas áreas de melhor acesso ao mercado urbano uma agricultura capitalista, cujos produtos alcançam preços que cobrem seus custos e proporcionam ao capital taxas adequadas de lucros. (SINGER, 1983, p.110-111).

Contudo, essa industrialização dos países capitalistas de industrialização tardia não ocorreu da mesma forma que nos países de industrialização original, e nisso reside um ponto importante para a compreensão do subdesenvolvimento nacional. Pelas razões históricas apresentadas, países como o Brasil tiveram um desenvolvimento brusco da indústria, de modo que ramos inteiros da produção foram instalados de uma única vez. E, considerando a escala nacional, nos espaços não urbanos, a manutenção de uma estrutura

ainda colonial fazia com que o número de pessoas ocupadas na agricultura de subsistência fosse elevado. A consequência disso foi um êxodo rural intenso das áreas de agricultura de subsistência para as cidades e metrópoles, em busca desses empregos industriais.

Entretanto, como a indústria transpõe um processo produtivo já bastante mecanizado para os países periféricos, não foi possível absorver todo o contingente mobilizado pelo processo de urbanização. Isso produz uma situação favorável à acumulação capitalista, no sentido que, como há maior oferta de força de trabalho, os salários são rebaixados e o representante do capital tem maior poder de pressão sobre os trabalhadores. Lúcio Kowarick (1980 [1979]) também assinala a formação de um reservatório de mão de obra, encaminhando sua crítica ao contexto social em questão à ausência de liberdade política do período, que impede uma organização dos trabalhadores para melhorar a própria condição de vida, e à precariedade dos serviços de consumo coletivo, que contribuem para a dilapidação da força de trabalho.

Neste particular, parece correto afirmar que a existência de um vasto exército de reserva, longe de ser uma “massa marginal”, entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio, entre os quais o Brasil é um caso exemplar, pois permite dilapidar, através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão-de-obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis. É claro que a mera existência de um reservatório de mão-de-obra é condição necessária, mas não suficiente, para que o capitalismo cresça, depredando, principalmente, os segmentos não-qualificados da força de trabalho, os quais, diga-se de passagem, constituem a grande maioria daqueles que levam adiante a maquinaria produtiva da sociedade brasileira. Além da abundância da reserva de mão-de-obra, o processo de dilapidação está diretamente relacionado à capacidade de organização da classe trabalhadora em defender tanto seus níveis salariais e condições de trabalho em geral, como o acesso aos serviços de caráter coletivo, que têm reflexos diretos nos níveis de reprodução ampliada da força de trabalho, dos quais a habitação constitui um componente essencial.

Assim, o chamado “problema” habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de

pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1980 [1979], p.58-59, *grifo original*)

É nesse sentido que se diz que o aumento da pobreza nas grandes metrópoles é um fenômeno paralelo ao crescimento econômico nacional, cujo resultado é o aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas entre as regiões do país e no interior das metrópoles, em que a opulência se contrapõe à pauperização. É importante salientar que não se trata de dizer que a pobreza urbana é uma consequência do crescimento econômico em si, pois isso implicaria em não dar consideração à miséria dos locais menos modernos do Brasil. Trata-se antes de compreender que a pauperização presente nas grandes metrópoles brasileiras decorre da forma de organização da produção e da distribuição da riqueza, o que constitui uma sociedade de classes. Assim, a perspectiva que se apresenta é que a expansão da pobreza urbana é uma expressão de condições mais gerais da economia e da sociedade brasileiras, cujo contraste entre acumulação e pobreza apresenta-se de forma exacerbada nas grandes metrópoles (CAMARGO, 1976, p.16).

Nesse contexto, Paul Singer (1983, p.45 e segs.) interpreta que, de forma distinta do que poderia ser esperado num primeiro momento, a forma como a urbanização ocorre nos países latinoamericanos durante a segunda metade do século XX tem um efeito depressivo sobre a demanda dos produtos da economia urbana. São três as principais explicações oferecidas para compreender esse efeito.

Em primeiro lugar, os migrantes geram uma retirada de valores monetários da economia urbana. Isso acontece porque muitos deles remetem parte de seus ganhos para parentes nas áreas de subsistência, que irão usá-los para o consumo de produtos locais, não estimulando a economia urbana, ou mais propriamente os objetos industrializados. O segundo ponto levantado pelo autor é que, ao não conseguirem um emprego no mercado de trabalho formal, os migrantes atuam em atividades que não estão integradas na economia

urbana capitalista, e que apresentam um custo produtivo bem inferior ao da empresa capitalista. Elas podem oferecer, assim, preços mais competitivos e, consequentemente, contribuem para diminuir a demanda por produtos industriais. O terceiro elemento é que muitos desses migrantes, em especial as mulheres, serão absorvidos pelos serviços domésticos, o que inibe o consumo de equipamentos eletrônicos para as atividades da casa, como máquinas de lavar e eletrodomésticos em geral.

Isso é importante no sentido de que, para Singer, a relação específica entre cidade e campo herdada do período colonial faz com que a industrialização desses países não signifique uma superação do subdesenvolvimento, mas sua consolidação, que ocorre pela maneira como a indústria será inserida na relação prévia entre cidade e campo, que determinará seu desenvolvimento seguinte.

Fernando Henrique Cardoso, no prefácio do livro de Lúcio Kowarick (1980 [1979]), também orienta seu pensamento para uma dissociação entre a urbanização do Brasil e uma virtual superação do subdesenvolvimento. O autor assinala que a cidade é a cristalização da divisão social do trabalho entre cidade e campo e, no caso da cidade capitalista, a concentração de grandes empresas, a dificuldade no acesso à terra e as infraestruturas aglomeradas e disponíveis para as classes hegemônicas, são instrumentos de agravar as contradições de classe, ou seja, de tornar a vida do pobre urbano ainda mais precária. Nesse sentido, as metrópoles brasileiras traduzem a forma específica de exploração presente em sua sociedade nacional.

Mas a cidade é também, e sobretudo, a morfologia petrificada de uma forma de divisão social do trabalho, que separa o campo da cidade e que joga quem foi expropriado de seus meios de vida na convivência com os expropriadores. É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica. (CARDOSO, 1980 [1979], p.9)

Tendo em vista a relação entre cidade e campo estabelecida e o modo como ocorreu o avanço do capitalismo no Brasil, a avaliação é que o subdesenvolvimento nacional está na origem dos problemas de não absorção da mão de obra mobilizada pelos processos de urbanização e de industrialização, e portanto, na expansão e na intensificação do problema da pobreza urbana, que irão resultar na formação das periferias urbanas. Isso terá impacto na raiz econômica do fenômeno periférico, na medida em que sua consequência social é a

concentração de um grande número de pessoas cuja capacidade de consumo é nula ou muito baixa. Como, no capitalismo, o acesso a bens e serviços ocorre via consumo, dentro de uma lógica estabelecida pela oferta e procura, a consequência é que os objetos urbanos serão oferecidos de acordo com a demanda solvável disponível. Ou seja, a oferta de objetos urbanos em geral será limitada pela quantidade de pessoas aptas a pagar por aquilo, fazendo com que sua quantidade seja menor do que a demanda total, cuja consequência é a elevação dos preços e o agravamento vicioso dessa situação. É esse o mecanismo que faz com que haja um desequilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços, cuja consequência social é um grande número de pessoas sem residências dignas, com problemas de locomoção urbana, sem acesso a serviços sociais elementares, etc.

A distribuição espacial da população na cidade acompanha assim a condição social dos habitantes, reforçando as desigualdades existentes. Há muitos anos, uma favelada do Canindé escrevia que “a favela é o quarto de despejo da cidade”⁶⁶. Hoje em dia, a expressão “periferia”, que serve para designar os bairros afastados do centro, tornou-se sinônima, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social. (CAMARGO, 1976, p.23)

Sob o ponto de vista do capital, as empresas passam a concentrar cada vez mais atividades, tornando-se maiores; e espacialmente, essas atividades passam a ocorrer em determinadas áreas, igualmente concentradas. Isso acontece porque a concentração espacial e do capital das indústrias traz vantagens exponenciais, estimulando um processo que se autoalimenta. É isso que explica que, na primeira metade do século XX, o grande mercado formado pela cafeicultura origina um grande parque industrial concentrado em São Paulo e suas imediações. Da mesma forma, a substituição das importações feita na década de 1950 deu-se igualmente concentrada.

Entretanto, a aglomeração demográfica e produtiva traz também desvantagens conhecidas, prejudicando o desenvolvimento da produção e também a qualidade de vida dos moradores da cidade. E isso leva a uma combinação entre a lógica econômica, cujo funcionamento nos países latinoamericanos agrava o subdesenvolvimento nacional, como exposto acima, com o aspecto político, que é a articulação entre a escala nacional e a local, através da qual há uma efetiva degradação das condições de vida dos trabalhadores.

Em linhas gerais, o argumento apresentado é que a degradação das condições de

⁶⁶ Trata-se do livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, escrito por Carolina Maria de Jesus, em 1960, e que retrata o cotidiano na Favela do Canindé, em São Paulo (SP).

vida da população das grandes cidades não deriva unicamente do rápido crescimento das metrópoles, mas fundamentalmente de um tipo de desenvolvimento capitalista industrial que ocorreu no Brasil e que garantiu aos representantes do capital uma relação ainda mais favorável na exploração do capital sobre o trabalho. A condescendência do Estado brasileiro para com essas corporações e um contexto de repressão política garantiram às empresas, especialmente as multinacionais, condições máximas de acumulação, onde a super exploração do trabalho é mais rentável do que o avanço tecnológico, cuja consequência foi a pauperização da classe trabalhadora num grau mais grave do que o que havia sido analisado nos países de industrialização original.

A afirmação segundo a qual o setor dinâmico da economia que utiliza tecnologia avançada não precisaria basear sua acumulação numa evolução regressiva dos salários, pois pode licerçar seu crescimento no aumento da produtividade, é válida para as sociedades onde as organizações operárias apresentam um alto grau de defesa dos seus interesses. No caso brasileiro, a retomada do crescimento econômico teve como corolário a repressão sobre as aglutinações da sociedade civil, com consequências nefastas nos salários da maioria dos trabalhadores. Nesta conjuntura, em que o modelo de desenvolvimento encetado abriu um vasto espaço para as inversões estrangeiras, o processo de pauperização verificado foi um fator adicional de relevância na extração de excedentes, aumentando ainda mais as margens de lucro das empresas com alta densidade de capital, em particular as multinacionais. Além disto, o modelo econômico posto em marcha canalizou-se para um mercado bastante restrito, o que se combinou com a política de intensa concentração de renda em torno dos estreitos círculos que iriam consumir as sofisticadas mercadorias produzidas pelo novo leque de indústrias implantadas no País.

É inegável que as empresas multinacionais criaram um espaço político que permitiu maximizar de forma extremamente rápida a maturação e a drenagem para o exterior dos recursos investidos: legislação tarifária preferencial para importação de equipamentos, isenções fiscais, financiamentos a juros decrescentes, facilidades para a exportação de excedentes e uma gama de medidas que gerou situações altamente privilegiadas do ponto de vista da acumulação do capital. Mesmo aceitando-se a hipótese que, por razões estritamente ligadas ao processo produtivo, a *pauperização absoluta* não se constituía num elemento necessário para ativar a expansão ampliada do grande capital – o que já é uma questão discutível – não resta dúvida que um modelo econômico marcado por tantas “concessões liberticidas”, só poderia contrapor-se a um clima de “debate social”. Desta forma, parece ser possível afirmar que, mesmo deixando-se de lado as vicissitudes do processo de

acumulação, a viabilização política do assim chamado “milagre brasileiro” – arquitetado, fundamentalmente para beneficiar o oligopólio internacional – implicava um controle mais rígido de partidos, sindicatos, órgãos de imprensa e demais grupos da Sociedade Civil que se opunham ao excludente modelo de crescimento posto em marcha, o que, a seu turno, só poderia levar à conteção das reivindicações operárias, acirrando a deterioração salarial de vastas parcelas da classe trabalhadora.

Ademais, a velocidade com que se operou a ampliação e entrada de plantas industriais de grande porte tornou necessário que o Estado criasse uma vasta infra-estrutura de serviços, gerando os pré-requisitos necessários a um processo de acumulação cujo patamar havia se ampliado rápida e enormemente. Este ponto, além da depressão salarial, é fundamental para caracterizar a questão da reprodução da força de trabalho. Na verdade, o Estado investiu enormes somas para dar condições de realização para a empresa oligopolística, colocando-se de maneira cabal a serviço da reprodução ampliada do capital. O Estado, em plena época populista, já se orientava neste sentido, sem contudo desprezar inteiramente certos investimentos básicos para a reprodução da força de trabalho, que a própria ambiguidade do pactos político do período tornava necessários. Contudo, com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambiguidade: converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor, o que levou à crescente exclusão das massas trabalhadoras, agora também no que se refere aos serviços de consumo coletivo. (KOWARICK, 1980 [1979], p.66-68, *grifo original*)

É com base nas especificidades políticas do Estado brasileiro, cujas ações favorecem às grandes empresas, que Paul Singer (1983, p.125) salienta que os recursos gerados pela economia metropolitana seriam suficientes para dar conta dos problemas decorrentes da aglomeração urbana, afirmando que a precariedade de vida da população não se deve à falta de recursos, mas à ausência de medidas. Assim, ainda que o agravamento dos problemas sociais tenha sido concomitante ao vertiginoso crescimento das cidades, o argumento apresentado é que não devemos recair em uma solução que aponte para uma regressão urbana, como se a qualidade de vida da população pudesse ser mensurada pelo tamanho da aglomeração e melhorada através do controle do crescimento urbano. Ao contrário, como já assinalamos, a compreensão é que a demanda dos serviços urbanos é limitada pela quantidade de pessoas que podem arcar com ela e, nesse sentido, está relacionada com a renda da população, e não com sua quantidade. Assim, para

reequilibrar a demanda e a oferta de serviços, é preciso aumentar ainda mais a capacidade produtiva, de forma a inserir mais pessoas no mercado produtivo. Isso estabeleceria um círculo virtuoso no equilíbrio entre oferta e demanda de objetos urbanos, em que o aumento na capacidade de consumo de moradias e de serviços sociais tenderia a aumentar a quantidade disponível no mercado, cujas consequências seriam a redução de seus custos e a melhora na qualidade de vida da população.

Compartilhando da mesma perspectiva de que o crescimento econômico em si não é o responsável pela precariedade de vida dos trabalhadores urbanos, Camargo *et. alli.* (1976, p.63 e segs.) buscam responder de que maneira o crescimento econômico que ocorreu no Brasil está relacionado com o padrão de vida dos trabalhadores. A resposta está na maneira como é feita a distribuição do capital bruto entre os três investimentos necessários. Assim, o capitalista deve reinvestir parte desse capital na produção, comprando maquinarias e matérias-primas, contratando mais trabalhadores, expandindo unidades produtivas, etc. Também é necessário que parte dessa riqueza acumulada seja usada para o pagamento salarial da mão de obra que a produziu, que é o que determina o poder de compra dos trabalhadores. Além disso, existe a remuneração patronal, ou seja, o lucro propriamente dito.

Dessa maneira, dependendo da proporção distribuída a cada um dos três investimentos necessários, compreende-se que o crescimento da economia pode concentrar ou distribuir renda. Dados apresentados por Camargo *et. alli.* apontam que, a partir de 1968, o que se verifica é um crescimento acelerado da economia brasileira, mas uma concentração dos salários e rendimentos nas mãos dos trabalhadores qualificados. Assim, o 1% dos que tinham mais renda em 1960, mobilizavam 11,7% da renda no Brasil e 17,8% em 1970. Já os 50% com renda mais baixa, mobilizavam 17,7% em 1960 e 13,1% dez anos depois. Isso significou a erosão do poder de compra do salário do trabalhador menos qualificado, que foi obrigado a aumentar sua jornada e/ou a inserir membros da família no mercado de trabalho. A queda na qualidade de vida dos trabalhadores menos qualificados pode ser percebida pelo fato de que, entre 1958 e 1970, seus gastos com alimentação caíram de 45% para 39%. Considerando que nesse mesmo período, houve uma diminuição real no rendimento dessas famílias, conclui-se que a condição alimentar da população brasileira piorou no período considerado.

Dito de forma sintética, existe dentro dessa perspectiva a compreensão de que a

periferia é definida por abrigar mão de obra não-qualificada, cujos baixos rendimentos não lhes permite ter acesso a bens e serviços urbanos de qualidade. Isso acontece porque o modo como ocorreu a industrialização brasileira permitiu uma exploração máxima do trabalho, com jornadas longas, atividades extenuantes e remuneração baixa, que obriga esse grande contingente populacional a morar onde for possível, o que engloba as periferias urbanas e também os demais territórios da pobreza, ou seja, os cortiços e as favelas. Isso nos permite dizer que trata-se de uma compreensão que atribui a precariedade de vida dos trabalhadores à esfera da produção, ou seja, a questão fundamental está no trabalho e em sua remuneração.

Assim, a morfologia urbana da periferia, quer dizer, seus objetos especiais e sua localização intraurbana, é entendida enquanto uma aparência da realidade social, que expressa espacialmente a contradição entre a pujança econômica e a pobreza social. Não se trata apenas de compreender a organização topológica da cidade como uma consequência dos processos mais amplos de produção de mercadorias, mas sobretudo de pensá-la como uma imagem desse processo, que nesse sentido, acoberta sua essência e precisa ser desvelada para que se possa ter acesso ao seu núcleo duro.

A Região da Grande São Paulo é o centro dinâmico do País. A produção industrial, o sistema financeiro, a renda per capita, enfim, qualquer indicador de pujança econômica apresenta-se com larga fatura quando comparado às outras áreas da sociedade brasileira. Contudo, permanece no nível destas constatações que traduzem, em última análise, o grau de desempenho econômico – não necessariamente “qualidade de vida” da população – significa revelar apenas um lado da questão e deixar de relacionar dois processos que frequentemente aparecem interligados: crescimento econômico e pauperização de vastas parcelas das classes trabalhadoras.

As condições de vida dependem de uma série de fatores, da qual a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial. Não obstante tal fato, é possível fazer uma leitura destas condições através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infraestrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação de capital.

Um exame da Grande São Paulo pode iniciar-se com uma visão da Metrópole em seus aspectos físicos-espaciais, para depois detectarem-se os processos que estão por detrás deste conjunto de aparências. A aparência desordenada do crescimento metropolitano pode ser vista através de seu traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados que já sugerem formas disparatadas

de ocupação do solo. Essa impressão de desordem ainda se agrava quando conhecida a realidade que não consta do mapa oficial da cidade: há 26 mil ruas e 5 mil loteamentos clandestinos.

A distribuição espacial da população no quadro deste crescimento caótico reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas. O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população de São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que, conjuntamente com os tradicionais cortiços e favelas, alojam a população trabalhadora. É nestas áreas que se concentra a pobreza da cidade e de seus habitantes. (KOWARICK, 1980 [1979], p.29-30, *grifo nosso*)

Como visto na citação, o espraiamento periférico nas grandes cidades se deu de modo espacialmente descontínuo, de tal maneira que ele não é compreendido como uma consequência da expansão demográfica, ainda que ambos os fenômenos tenham sido simultâneos. O estiramento do tecido urbano e a expulsão da população pobre para esses novos territórios da cidade tem como causa a especulação imobiliária na metrópole como um todo e a distribuição da riqueza social, que impede que as famílias pobres residam em lugares com infraestruturas e amenidades, que são artificialmente encarecidos, e as obriga a habitar moradias precárias, que podem ser as favelas, os cortiços ou os loteamentos periféricos. De acordo com o argumento apresentado, esse tipo de solução habitacional agrava as contradições de classe, na medida em que os detentores do capital podem depreciar ainda mais os salários ao eliminarem a moradia como um dos gastos essenciais que ele deve cobrir, e também ao ser acompanhado do aumento de problemas de saúde, de desnutrição e de mortalidade dentre a classe trabalhadora e seus familiares (CAMARGO, 1976, p.45 e segs.). Esse grau de perversidade que marca a relação entre capital e trabalho em países como o Brasil foi possível de ser atingido justamente por conta do subdesenvolvimento, como já exposto, que decorreu em uma grande quantidade de mão de obra concentrada nas cidades, permitindo o achatamento salarial da classe trabalhadora.

Aqui, também há uma crítica à maneira como as metrópoles brasileiras estão sendo estruturadas no período, reforçando a compreensão de que a acumulação de capital e a especulação imobiliária andam juntas. A especulação imobiliária não é fundamentada unicamente no padrão de crescimento periférico, mas também nos investimentos públicos nas áreas centrais da cidade, o que acaba por valorizá-las e expulsá-las para terrenos mais

baratos e afastados. Nessa situação, o transporte torna-se uma demanda central, mas acaba sendo inserido na lógica especulativa e se transforma em instrumento dos interesses dos grupos privilegiados. Isso expressa uma compreensão relacional da metrópole e seus subespaços, que acabam sendo moldados de acordo com os interesses dos investidores imobiliários, que por buscarem uma rentabilidade máxima nos seus negócios, são antagônicos aos interesses dos trabalhadores. Nesse sentido, as obras de valorização das áreas centrais expulsam seus moradores pobres e quebram um ritmo de vida consolidado, como analisado sobretudo por Rabha (1984) e Scarlato (1988), fazendo com que essas pessoas sejam obrigadas a buscar novas moradias, muitas vezes em áreas mais distantes.

Dito de forma esquemática, essas obras nas áreas centrais encarecem seus imóveis em taxas superiores aos ajustes salariais dos trabalhadores, fazendo com que seus moradores, formados majoritariamente por famílias proletárias, sejam expulsas para as periferias distantes. A consequência disso é que a localização da classe trabalhadora passa a seguir os fluxos dos interesses imobiliários.

Como é óbvio, a especulação imobiliária não se exprime tão somente pela retenção de terrenos que se situam entre um centro e de suas zonas periféricas. Ela se apresenta também com imenso vigor dentro das próprias áreas centrais, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infra-estruturas básicas. O surgimento de uma rodovia ou vias expressas, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos. Neste sentido talvez o exemplo mais flagrante seja o que ocorre com as áreas contíguas ao trajeto presente e futuro do Metrô. O fato de recortar certos bairros da cidade remodela o uso e o tipo de imóveis existentes, encarecendo vertiginosamente o preços dos lotes disponíveis. Forja-se assim – e o poder público através de desapropriações e planos de “reurbanização” interfere diretamente nesse processo – uma nova configuração espacial ou de serviços das camadas abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes. Desta forma, um transporte de massa, que deveria servir ao deslocamento da população operária, devido à alquimia especulativa do setor imobiliário-construtor e à “neutralidade” tecnicista do planejamento público, converte-se em instrumento dos interesses dos estratos privilegiados. (KOWARICK, 1980 [1979], p.37)

Ainda que não haja um debate centrado na localização intraurbana da periferia, que ora abarca todos os territórios da pobreza, ora restringe-se aos lugares distantes e de

ocupação recente na metrópole, não há ambiguidade no fato de que o conceito de periferia nessa acepção é definido como o local de moradia das classes trabalhadoras. Dessa maneira, independente de sua localização, nessa concepção, a periferia expressa um conteúdo social cuja origem está nas relações de trabalho estabelecidas no urbano-industrial de um país subdesenvolvido.

A ideia de que os problemas relativos à pobreza urbana nas cidades dos países subdesenvolvidos devem ser compreendidos sob o filtro das transformações produtivas em curso na escala nacional foi desenvolvida também dentro da Geografia brasileira do período. Trata-se de um argumento que permeia as reflexões de Milton Santos feitas entre as décadas de 1970 e 1980 sobre a pobreza urbana crescente nas cidades brasileiras. Segundo o autor, a crise urbana que se tornava mais aguda no final da década de 1970 é um epifenômeno de uma crise global, que está relacionada com a maneira como os países centrais e suas corporações hegemônicas organizam a economia, a sociedade e o espaço nos países periféricos (SANTOS, 2009 [1978], p.31). Nesse sentido, as explicações da pobreza urbana fundamentadas na intensidade do êxodo rural ou do crescimento demográfico vegetativo, como se o aumento populacional fosse superior à capacidade industrial de gerar empregos, não dão respostas ao fundamento da pobreza urbana. Nas palavras do autor:

É necessário contentar-se em repetir que tudo isso é apenas o resultado de um excedente da população urbana, ou seja, de uma situação em que a explosão demográfica e o êxodo rural são responsáveis pelo subemprego? Ou ainda afirmar que as indústrias modernas são incapazes de fornecer os empregos demandados, criando assim uma situação que se agrava, à proporção que a urbanização se acelera? [...]

Essas explicações são satisfatórias? Aceitar seria admitir que acabar com o êxodo rural e, melhor ainda, a limitação dos nascimentos são uma solução, e pretender que com uma população urbana estacionária ou com fraco aumento a indústria pudesse atender à demanda de emprego; de igual modo, isso equivaleria a apresentar o crescimento industrial como capaz, em condições de estabilidade demográfica, de melhorar o nível de renda. Assim, as favelas, que são apenas um aspecto chocante entre tantos outros da cidade subdesenvolvida, seriam suprimidas.

De fato, se há uma crise, trata-se de uma *crise global*, sendo a *crise urbana* apenas um epifenômeno. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização da economia,

da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa “crise urbana” encontram-se no sistema mundial. É, portanto, nesse nível que se podem encontrar explicações válidas. É necessário voltar-se para as raízes do mal, para fazer uma análise correta e estar em condições de fornecer soluções adequadamente. (SANTOS, 2009 [1978], p.31-32, *grifo original*)

Contudo, ainda que o sistema mundial abrigue as raízes dos problemas urbanos, eles são concretizados através da escala nacional, que no caso do Brasil, desencadeou um processo de modernização produtiva específico, cuja consequência foi o agravamento da situação de pobreza social. Em linhas gerais, seu funcionamento é ancorado no uso de tecnologia intensiva, o que implica num número restrito de empregos voltados para trabalhadores altamente capacitados. Tais trabalhadores, por serem raros, possuem um alto poder de barganha no mercado de trabalho, o que acaba agravando a disparidade salarial no conjunto da classe trabalhadora. Isso deteriora o mercado de trabalho como um todo e afeta o acesso dos mais pobres ao consumo de mercadorias e serviços (SANTOS, 2009 [1978], p.80-83).

Assim, ainda que o processo de modernização tecnológica nos vários tipos de produção fosse uma característica do período em questão, sua concretização depende das diferentes realidades nacionais, ocorrendo de forma distinta entre os países. No caso do Brasil, os setores envolvidos nesse processo são geridos em escala nacional ou internacional e formam, em conjunto, o que Milton Santos (2008b [1978]; 2008c [1973]; 2009 [1978]) conceituou de circuito superior da economia urbana. Ele será formado por atividades carregadas de técnica e de capital que, por sua dimensão física e econômica, necessitam de infraestruturas criadas pelo Estado e tendem a estar localizadas em cidades com importante peso econômico, político e demográfico. Como os países subdesenvolvidos apresentam uma grande disparidade salarial entre os trabalhadores qualificados e os não-qualificados, o circuito superior terá sua produção voltada para as demandas de um pequeno grupo elitizado.

Os pobres urbanos também terão suas necessidades definidas pelo circuito superior da economia, no entanto, eles não têm condições de satisfazê-las nesse circuito. Desse modo, suas demandas serão atendidas pelas atividades realizadas em pequena escala, com baixo emprego de capital e tecnologia, e uso extensivo do trabalho, que caracterizam o

circuito inferior da economia. Ambos os circuitos são engendrados no processo de modernização nacional, que promove a difusão das técnicas no território e na população. Tais técnicas terão como impacto no campo o desemprego e o êxodo rural. Já nas cidades, as técnicas estabelecem um circuito altamente desenvolvido e socialmente restrito, mas que ainda assim comanda as necessidades de toda a sociedade, condenando a grande maioria das pessoas a uma condição de vida marcada pela precariedade. Dessa forma, a necessidade é social e definida pela produção do circuito superior da economia, de onde tem-se um dos elementos de dependência entre os dois circuitos.

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxos que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços.

Um destes dois circuitos é o resultado direto da modernização e diz respeito a atividades criadas para servir ao progresso tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam, do recente progresso técnico e das vantagens a ele ligadas.

Sem dúvida, deve-se fazer uma distinção entre países que têm uma civilização urbana antiga e aqueles que apenas recentemente conheceram este fenômeno, ou mesmo muito recentemente. No primeiro grupo, o fenômeno da modernização cria novas estruturas que se impõem sobre as estruturas preexistentes nas cidades, provocando sua modificação como resultado do contato com novas realidades. Nos outros, a organização cria, de um só golpe, duas formas integradas de organização econômica urbana. Em ambos os casos, o fenômeno dos dois circuitos está presente. (SANTOS, 2008c [1973], p.95-96)

Tem-se, dessa forma, uma perspectiva que compreende que os problemas urbanos das cidades brasileiras devem ser entendidos como uma consequência do processo de modernização produtiva em curso no capitalismo global da segunda metade do século XX, que ganha concretude através de suas idiossincrasias na escala nacional. Assim, o modo de desenvolvimento da burguesia brasileira, a forma como a população é integrada no

mercado de trabalho, e as relações tecidas entre as corporações nacionais e internacionais e o Estado brasileiro conferem uma especificidade ao processo global.

Dessa maneira, nas pesquisas empíricas a seguir, independente de estabelecerem ou não um contato direto com a teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida por Milton Santos, há o compartilhamento da compreensão de que as situações específicas da pobreza urbana devem ser compreendidas através do processo de industrialização brasileira, o que passa pelo filtro do subdesenvolvimento nacional e da forma específica de inserção do país no capitalismo mundial.

Nesse sentido, há uma grande convergência entre as diferentes pesquisas empíricas desenvolvidas sob essa perspectiva, que diferenciam-se entre si especialmente pelos elementos dos objetos concretos estudados em cada uma delas, onde buscaremos identificar como as questões que nortearam nossa reflexão até esse momento – subdesenvolvimento nacional, industrialização decorrente e periferização – são articulados nas diferentes pesquisas empíricas e orientaremos nossa reflexão em três pontos.

O primeiro desses pontos busca assinalar de que maneira o subdesenvolvimento brasileiro está relacionado com a adoção de uma escala nacional como referência da totalidade a qual as periferias urbanas estão relacionadas nas pesquisas empíricas. Isso expressa a compreensão de que há um jogo de escalas em que a realidade nacional, marcada pelo subdesenvolvimento, filtra as determinações do capitalismo nas realidades locais, sendo a periferia uma dessas esferas locais. Assim, a periferia é definida pela funcionalidade de reprodução da força de trabalho, enquanto um momento da reprodução do capital, que ocorre em escala nacional através da industrialização no campo e na cidade.

É interessante notarmos que a escala na qual a periferia é forjada diz respeito à escala dos fenômenos que estão sendo reproduzidos através da realidade periférica. Assim, a periferia, ao abrigar a mão de obra precarizada e de baixa qualificação, é determinada nas demandas do processo nacional de modernização produtiva e atua na reprodução dessa realidade total. Ou seja, a escala nacional de definição da periferia urbana é estabelecida duplamente: primeiro pela sua gênese decorre de um processo vinculado ao país como um todo, e segundo, porque, ao existir, a realidade periférica contribui para degradar os salários dos trabalhadores, favorecendo o tipo de acumulação de capital que lhe deu origem⁶⁷.

67 A adoção de uma escala de análise implica em considerar as diferentes dimensões territoriais dos países

O segundo ponto a ser considerado é como a localização intraurbana da periferia foi pensada nas diferentes pesquisas empíricas enquanto um elemento de definição da periferia, buscando elucidar de que modo os pesquisadores consideram a questão da distância. Há aqui uma divergência maior entre os autores. Enquanto alguns, como Lencioni, não dão grande importância a essa questão na definição conceitual da periferia, priorizando sua funcionalidade estrutural, outros assumem a distância como um elemento que define a periferia, mas cuja justificativa varia de pesquisa para pesquisa. Assim, a compreensão de que a periferia é um lugar afastado do centro urbano pode ser estabelecida através de modelos de estrutura urbana, que definem zonas de acordo com a localização dos lugares na metrópole, como também pode ser entendido que a distância da periferia é algo contingente, cujas razões para que isso ocorresse não pertencem ao escopo do trabalho, que é dar conta de um dado fenômeno cultural ou político. E tais especificidades nos objetos de estudo nos levam ao terceiro ponto sobre o qual discutiremos.

Dentre todas as pesquisas empíricas analisadas, é justamente através da perspectiva desenvolvida nesse capítulo que fenômenos relativos às esferas da cultura e da política aparecem. De fato, nem todas as pesquisas que pensam a periferia a partir dessa ótica analisam questões culturais ou mobilizações políticas. Assim, Acácio (1983) e Mello (1981), que são pesquisas que não serão analisadas em suas particularidades, como também Lencioni (1985), por exemplo, têm suas pesquisas circunscritas na mobilização da mão de obra decorrente da modernização produtiva brasileira, que é o cerne do argumento desenvolvido pelo grupo. Contudo, abrem-se espaços para debates como o de Bernardes (1983), sobre mobilização política em Nova Iguaçu, e os de Silva (1987) e Machado (1992), respectivamente sobre as Folias de Reis em Nova Iguaçu e a expansão das igrejas evangélicas neopentecostais em Niterói. Dessa forma, esse ponto de vista permite uma abertura para novos temas de pesquisa acerca da periferia na Geografia urbana desenvolvida na década de 1980, abarcando questões sobre a sociabilidade, os modos de

de forma articulada com a ordem de grandeza do fenômeno com que se quer trabalhar. Assim, para compreender um determinado fenômeno em nível nacional, é preciso ter em mente a dimensão territorial desse país. Cada escala permite a apreensão de determinados fenômenos e omite outros, de modo que um mesmo estado-nação pode ser representado em diferentes escalas, e cada uma delas irá permitir ver determinados fenômenos e não ver outros. Nesse sentido, o estado-nação não é uma escala em si (LACOSTE, 2005 [1976], p.87-94). Contudo, ao usarmos a palavra escala nesse texto, não estamos nos referindo propriamente às representações cartográficas e suas potencialidades de análise. Antes, pretendemos elucidar a qual nível de análise o estudo da periferia nas pesquisas empíricas faz referência, que está no *sistema produtivo brasileiro*, que durante o período que analisamos, passa por um processo de modernização.

vida e as ações. Trata-se de colocar a pergunta sobre quem são os moradores das periferias e, a partir daquela realidade social e espacial configurada, refletir sobre que tipo de relações sociais são suscitadas.

5.2 A periferia urbana enquanto lócus da reprodução da totalidade social nacional

Como colocado anteriormente, discutiremos nesse subcapítulo de que forma a periferia urbana foi pensada nas diferentes pesquisas empíricas como um resultado no espaço e na sociedade que decorre do processo de transformações produtivas modernizantes ocorridas no Brasil, com destaque para a mecanização do campo e para a industrialização nas cidades. Nessas análises, ainda que a metrópole apareça como uma escala importante, ela é compreendida também como um resultado espacial das demandas industriais por mão de obra abundante, sendo essa modernização produtiva em escala nacional o motor das transformações na escala metropolitana e a consequente expansão periférica. Dessa maneira, a periferia contribui para a reprodução da totalidade social à medida em que abriga a moradia da classe trabalhadora, necessária para a produção industrial, e em que suas residências são construídas sobretudo por meio da autoconstrução e em terrenos com problemas legais, o que diminui o seu custo e, consequentemente, permite um rebaixamento salarial, aumentando as margens de lucro do capitalista. Dessa forma, trata-se de uma concepção de periferia que abarca uma totalidade espacial, mas que a ultrapassa, tendo como definidora a escala da sociedade nacional.

É nesse sentido que o mestrado de Sandra Lencioni (1985), cujo objeto de estudo é o município de Jardinópolis, no interior do estado de São Paulo, compreende o avanço do capital na agricultura e seus impactos urbanos. Trata-se de um estudo sobre uma das consequências da transformação produtiva pela qual passava o Brasil, cuja manifestação no interior paulista foi a mecanização agrícola, o que acarretou em uma alteração no mercado de trabalho local, proletarizando sua mão de obra, que por sua vez desdobrou-se em êxodo rural e na consequente formação de uma periferia urbana em Jardinópolis.

Em geral, os estudos sobre a periferia sob essa perspectiva compreendem as transformações produtivas e seus impactos espaciais, respectivamente, por industrialização e metropolização. Contudo, Lencioni pensa os efeitos desse mesmo macrofenômeno em uma outra realidade espacial, refletindo sobre a periferização das cidades pequenas. Ambas as noções espaciais com as quais a pesquisadora trabalha, periferia e cidade pequena, são passíveis de ambiguidade ou de polissemia e, a fim de resolver essa questão, Lencioni assinala logo no início do texto que sua compreensão de “cidade pequena” e de “periferia”

não coincidem, respectivamente, com uma dada quantidade demográfica aglomerada e com uma localização anelar intraurbana, mas sim com seus aspectos qualitativos sob o ponto de vista produtivo.

Do mesmo modo de que na questão urbana a noção de periferia deixa de ser uma denominação areolar para tomar foro de uma manifestação espacial de pauperização do trabalhador, a pequena cidade deixa, para nós, de ser dimensionada apenas quantitativamente para significar qualidade de uma cidade cuja materialização das condições gerais de produção são aquelas requeridas pelo processo de intensificação do capital no campo e que apresentam restrito capital nas atividades urbanas. (LENCIONI, 1985, p.6)

Como se trata de pensar as especificidades com que as determinações gerais da modernização nacional ganham concretude na realidade de Jardinópolis, Lencioni apresenta uma análise histórica das transformações nos usos do território do município, buscando articular as atividades econômicas locais com as transformações produtivas e os acontecimento macroeconômicos em escala nacional e internacional. A pesquisadora aponta, dessa maneira, a inserção de Jardinópolis na economia cafeeira e de que forma suas condições naturais favoreceram esse processo; a chegada dos colonos para o cultivo desses cafezais e as relações que estabeleceram com os proprietários de terra, recebendo, em troca do trabalho, um lote para a plantação de culturas de subsistências; a implantação de infraestruturas pelo Estado, como a construção de ferrovias, que passavam pelo município, para o escoamento do café.

Demonstra-se, assim, que o território de Jardinópolis está sujeito às determinações externas, que são os imperativos da divisão internacional do trabalho, são materializados de acordo com as especificidades de cada lugar. Essa concretização de imperativos gerais ocorre de acordo com os interesses existentes de cada localidade, como por exemplo a necessidade dos produtores agrícolas em praticar a atividade mais rentável a cada momento, trocando de produção de acordo com as demandas externas, ou as ações governamentais para tentar adequar a configuração espacial às formas de produção exigidas pelos setores hegemônicos. Desse modo, o argumento geral é que a realidade local não tem o poder de frear ou resistir às determinações gerais do modo de produção, mas através dos interesses particulares e das ações estatais, pode-se filtrar como a estrutura será concretizada.

Há, dessa maneira, uma interdependência entre determinações de múltiplas escalas na configuração da realidade local, o que faz com que o ritmo do município seja determinado por elementos alhures, considerando não apenas a sua produção agrícola, como também a sua vida urbana (LENCIONI, 1985, p.56). Assim, as alterações nas comercializações da produção agrícola de Jardinópolis dependiam de fatores econômicos nacionais e internacionais, como os incentivos governamentais, a presença de infraestrutura de transporte ou as demandas internacionais pela produção agrícola, e causava impacto na dinâmica da cidade como um todo, que poderia ser aquecida ou resfriada dependendo da conjuntura. Trata-se de uma perspectiva de que os processos territoriais e sociais são subordinados às necessidades de reprodução do capital, de modo que as transformações espaciais verificadas em Jardinópolis, com destaque para a capitalização do campo, o crescimento urbano e sua periferização, aparecem como resultados espaciais das esferas do capital e de seus processos de modernização e de acumulação.

Por essa razão, Jardinópolis é compreendida como uma fração do processo de modernização brasileira, cuja especificidade em termos de localização, desenvolvimento histórico-produtivo e características naturais faz com que sua participação nesse todo mais amplo se dê através da agricultura mecanizada. A modernização produtiva que ganha concretude no município altera o mercado de trabalho local e impõe transformações espaciais, que no caso são concentradas no êxodo rural e no consequente crescimento demográfico urbano, constituído sobretudo por trabalhadores agrários proletarizados, cuja moradia na cidade será estabelecida através da formação de uma periferia urbana.

A ideia fundamental é que a urbanização inicial de Jardinópolis está relacionada com o desenvolvimento anterior da cafeicultura, e que o crescimento urbano ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 não pode ser explicado pela escala da cidade, mas pela capitalização da economia nacional, ou seja, pela industrialização de sua agricultura, que transforma o trabalhador rural em homem da cidade, mas em uma condição específica.

No transcurso da perda da hegemonia da cafeicultura e no bojo do processo de industrialização gestava-se um diferenciação urbana em todo território paulista baseada numa nova divisão do trabalho. Quando a industrialização se fez cada vez mais presente nas atividades agrárias é que cidades, como Jardinópolis, cuja concentração de atividades urbanas pouco se desenvolvia, conheceram um novo ritmo de expansão. Se de um lado a cultura

cafeieira significou o surgimento da cidade, de outro, a capitalização do campo é que lhe deu novo alento que transformou o trabalhador rural em homem também na cidade, desterrado do campo e lançado na periferia urbana, um quase cidadão. (LENCIONI, 1985, p.85-86).

Essa compreensão de que os processos de periferização verificados nas cidades estão vinculados às transformações produtivas em escala nacional, em alguma medida, apontam limites para o antagonismo entre campo e cidade. Isso porque ambos seriam compreendidos como situações específicas de um processo totalizante, e nesse sentido, suas diferenças teriam um aspecto mais vinculado à complementariedade do que ao dualismo. Não se trata propriamente de pensar a transformação do campo em cidade através de um espraiamento urbano, o que implicaria em valorizar os objetos espaciais em si, conforme veremos no capítulo a seguir, mas de afirmar que, sob o ponto de vista produtivo, a diferença entre campo e cidade diz respeito às especificidades produtivas, considerando como e o que é produzido, de modo que essa distinção não pode se dar pela paisagem ou por demais aspectos vinculados à aparência.

É nesse sentido que Sandra Lencioni aponta que, no que diz respeito à Jardinópolis, a diferença entre campo e cidade está nos impactos que o avanço do capital tem em cada um dos contextos. Assim, o avanço do capital no campo atribui um novo dinamismo ao município, ao passo que a reprodução do capital na cidade não implica em uma capitalização do comércio e dos serviços em geral.

O trabalho assalariado homogeneizou campo e cidade, enquanto as condições de capitalização na diversificação das atividades urbanas e agrárias as diferenciava. A reprodução do capital no campo, sob novas formas, transfigurou o município de Jardinópolis fazendo com que a cidade saísse daquela letargia dos anos quarenta. No entanto a reprodução do capital nas atividades urbanas distanciou-se dos mecanismos de concentração permanecendo diminuta a dimensão do capital nas atividades comerciais e de serviços. (LENCIONI, 1985, p.107)

Esse assunto também aparece no mestrado de Antônio da Silva (1987), que analisa as Folias de Reis na Baixada Fluminense. Segundo o pesquisador, as periferias urbanas permitem um questionamento da divisão entre a “sociedade moderna”, associada ao urbano, e a “sociedade tradicional”, associada ao rural, em uma análise marcada pelo dualismo. Contudo, de forma distinta de Sandra Lencioni (1985), esse autor não terá como

baliza do seu argumento propriamente as esferas produtivas, mas sim os fluxos demográficos decorrentes da modernização nacional e que, nesse contexto, geraram a periferização urbana.

Através da falsa dicotomia entre cidade e campo, Silva estabelece dois pontos de contato entre as periferias e o rural. O primeiro, menos importante em seu argumento, é o fato do espaço periférico ser construído pela expansão do tecido urbano sobre a antiga área rural circundante. E o segundo é o pressuposto de que os moradores das periferias urbanas são constituídos sobretudo por migrantes rurais. Nesse sentido, e tendo Milton Santos⁶⁸ como referência, o autor coloca que a dicotomia entre o rural e o urbano é um epifenômeno, e que há, nas periferias urbanas, uma justaposição de formas urbanas e rurais, que estabelecem relações complexas e variadas entre si. Assim, para Antônio da Silva (1987), ainda que os dois tipos de espaço possam ser identificados através da paisagem como realidades distintas, as relações estabelecidas entre cidade e campo impede uma separação estanque entre os dois, bem como uma compreensão hermética de cada uma de suas realidade.

As áreas de periferia aos grandes centros urbanos são justamente o “locus” da negação dessa falsa questão, por ser ali o lugar de superposição e interpenetração das formas mais variadas e complexas do “rural-urbano”.

Essa compreensão é esposada por Milton Santos⁶⁹ quando afirma “que se pode compreender a oposição entre espaço urbano e espaço rural na linguagem geográfica, mas esta nada mais é do que destinada a definir um epifenômeno, a paisagem”, pois segundo ainda o referido Geógrafo, “não se podem isolar unidades espaciais como se estas constituíssem entidades que oferecem por si mesmas todos os elementos de sua própria interpretação”, sob pena, conclui, “de se partir de uma análise incompleta para se chegar a uma síntese imperfeita”. (SILVA, 1987, p.8)

O que Milton Santos realiza no trecho citado por Silva é a dissociação entre o *espaço paisagem* e o *espaço geográfico*. O primeiro é definido pela percepção imediata e diz respeito a determinada forma aparente em escala local. O segundo faz referência aos processos genéticos do espaço, que para Milton Santos é o único elemento capaz de explicá-lo de fato, e sua diferenciação ocorre através da estrutura das atividades desenvolvidas e de seus níveis de decisão. Assim, ainda que as paisagens agrária e urbana

68 SANTOS, M. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: Hucitec, 1980.

69 SANTOS, M. *op. cit.*, p.65.

sejam distintas, tais quais as atividades realizadas em cada uma delas, elas se integram se a escala for alterada. Milton Santos aponta que a escala de estudo deve ser a escala das decisões das atividades em questão. Isso porque, ainda que as atividades analisadas possam ter manifestações locais, as forças de organização e de reorganização do espaço estão nos fluxos de decisão, que ultrapassam o lugar. É por tal razão que uma realidade específica não pode ser compreendida a partir dela mesma, precisando de uma escala que abarque seus processos genéticos (SANTOS, 2013 [1978], p.75-76).

A dissociação geográfica das atividades determina uma subdivisão em espaço agrário e espaço urbano. Essa subdivisão é apenas aparente, desde que a apreendamos bem. Manifesta-se ela concretamente na paisagem em que se integra, mas sempre há uma outra integração, cujo nível pode não ser forçosamente o nível elementar. O âmbito dessa integração pode ultrapassar – e muitas vezes ultrapassa – o quadro do espaço-paisagem, para se colocar ao nível de outra região ou de uma cidade mais importante, próxima ou distante.

Por conseguinte, cada atividade tem um reflexo espacial e uma escala espacial diferentes, dependendo tanto do nível de desenvolvimento econômico como do próprio nível da atividade. É a essa escala que deve corresponder a escala de estudo. Entretanto, se alguns dos fluxos relativos à atividade em questão podem ser colocados em níveis inferiores, o mesmo não ocorre com os fluxos de decisão. Ora, é a estes que se vinculam, direta ou indiretamente, as forças de organização e de reorganização do espaço.

Isso equivale a dizer que não se pode isolar unidades espaciais como se estas constituíssem entidades que oferecem por si mesmas todos os elementos de sua própria interpretação, sob pena de se partir de uma análise incompleta para se chegar a uma síntese imperfeita. (SANTOS, 2013 [1978], p.76)

Dessa forma, o que Silva (1987) aponta é que, ainda que o campo e a cidade tenham paisagens distintas, eles são forjados em um mesmo processo, cuja escala é mais ampla do que essas realidades particulares. Tendo em vista seus objetivos especificamente centrados na Folia de Reis realizada em Nova Iguaçu, o autor faz uso dessa reflexão de Milton Santos de que essas paisagens seriam apenas “epifenômenos” e aponta para uma integração entre suas realidades como recurso para problematizar a cisão entre a cultura popular urbana e rural. Nesse sentido, o autor assinala que as Folias de Reis são uma manifestação cultural de origem rural, mas cujas práticas estão ocorrendo nas periferias urbanas das grandes cidades, o que é uma decorrência das transformações no mercado de

trabalho nacional, causada pelo seu processo de modernização. Além disso, Antônio da Silva compreende que as culturas populares integram um movimento da totalidade social, ou seja, expressam um determinado modo de agir e de pensar das camadas populares, que só podem ser compreendidas através das relações de classe e da condição de dominado, como veremos de forma mais aprofundada no terceiro ponto desse capítulo.

A partir dessa concepção de que cada fração do espaço está articulada com imperativos econômicos e políticos de escala mais amplas, Antônio da Silva (1987), tal qual outras pesquisas, também recorre a uma análise do desenvolvimento histórico de Nova Iguaçu. Ele aponta, assim, que até a II Guerra Mundial, o município de Nova Iguaçu era um importante exportador de laranjas. Tal conflito comprometeu os meios de transporte da produção para o exterior, o que decorre num segundo problema, já que o Porto do Rio de Janeiro não tinha capacidade para estocar o fruto que aguardava o despacho, impondo severas perdas ao setor, que entra em declínio após a década de 1940. Contudo, a citricultura havia estimulado a abertura de uma rede de estradas vicinais, e quando houve a expansão da metrópole do Rio de Janeiro, na década seguinte, Nova Iguaçu contava com as condições necessárias para a abertura dos loteamentos (SILVA, 1987, p.32 e segs.).

No entanto, segundo Silva (1987, p.34), o mero estudo da evolução territorial e das fases econômicas de Nova Iguaçu não conseguem elucidar a condição periférica do município durante a década de 1980. Para conseguir tal compreensão, é necessário atingir o fenômeno mais amplo que atuou como motor da periferização nas diferentes cidades brasileiras, com destaque para aquelas localizadas no centro-sul do país, compreendidas como uma expressão do processo de industrialização do Brasil que está vinculada com os locais nos quais a classe trabalhadora urbana se concentra e se reproduz.

Como já delineado, Silva argumenta que os loteamentos residenciais precários de Nova Iguaçu devem ser compreendidos dentro de um contexto nacional de expansão industrial e da consequente atração demográfica que isso exerce, e das simultâneas transformações produtivas no campo, que causaram desemprego rural e êxodo rural. Dessa forma, os loteamentos periféricos seriam uma das expressões espaciais da política nacional para as indústrias e para a agricultura.

O processo histórico recente de expansão do espaço urbano em Nova Iguaçu não pode estar dissociado dos movimentos idênticos, observados nas mais diferentes cidades brasileiras, a partir do processo de industrialização capitalista, sobretudo após os anos

sessenta.

Fenômeno em maior evidência notadamente no centro-sul do país, onde a expansão do capitalismo industrial se faz com maior vigor, processo esse aguçado após as consequentes modificações de organização da produção no campo, refletidas no assalariamento do trabalhador rural.

Os loteamentos periféricos onde se concentra a grande massa trabalhadora exigida pelas novas formas de reprodução social do trabalho passam a representar uma das maiores expressões do referido processo.

O desenvolvimento industrial, iniciado no pós-guerra através da modernização do setor de bens de consumo, foi praticamente consolidado nos meados da década de sessenta, quando é estabelecida uma bem urdida articulação entre o Estado e as grandes empresas nacionais e multinacionais, com hegemonia destas, expressas em financiamentos, facilidades de instalações e isenções fiscais.

Nesse sentido, cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo com “forum” de metrópoles nacionais, foram as que mais receberam o impacto de um crescimento desordenado, pois passam a receber as grandes levas de imigrantes oriundas do “hinterland” agrário brasileiro.

Como reflexo direto desse processo, o Sudeste desponta como a área de maior recepção de imigrantes e o Rio de Janeiro (ainda como o detentor da categoria de centro de decisões políticas e capital cultural do país) passa a sofrer as consequências dos fortes impactos desses fluxos populacionais.

Se bem que o circuito imobiliário resultante não possa ser totalmente dissociado da expansão capitalista então em movimento, o processo de crescimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, onde está inserido o município de Nova Iguaçu, se fez muito mais em função do sistema de relações estabelecidas entre a cidade do Rio de Janeiro e o conjunto do país. (SILVA, 1987, p.34-36)

Segundo o argumento apresentado, a força dos processos em escala nacional na transformação do espaço de Nova Iguaçu é tamanha que sobra pouco dos objetos geográficos dos ciclos econômicos anteriores. Assim, é como se houvesse algo na indústria que submete os diferentes espaços às suas demandas, varrendo os objetos espaciais anteriores e impondo uma produção do espaço voltada para interesses exógenos. Isso é contraposto ao modo como os usos do solo anteriores são compreendidos, em que haveria uma maior organicidade entre os diferentes estágios produtivos, que teria sido rompido pela indústria. O imperativo posto pela industrialização de formar uma massa operária

engendra uma expansão inexorável da metrópole, que acaba por “engolir” Nova Iguaçu, o que implica na transformação de uma cidade com núcleo urbano estruturado em um subúrbio periférico do Rio de Janeiro. Dessa forma, a maneira como a estrutura produtiva do Brasil ganha concretude no Rio de Janeiro acaba por submeter outros territórios às suas demandas, tornando os objetos espaciais mais plásticos a esses imperativos estruturais.

Além disso, somente ao ser engolida pelo Rio de Janeiro é que Nova Iguaçu é transformada em um “subúrbio periférico”. Conforme veremos no ponto a seguir, isso nos aponta que a concepção de periferia nas reflexões de Silva (1987) não está na sua localização no tecido intraurbano ou em determinada distância de um centro urbano, mas sim na função que esse espaço específico tem na manutenção e na reprodução de determinado modo de produção. Assim, a periferia é um atributo da totalidade social e da divisão territorial do trabalho em escala nacional, e, no caso de Nova Iguaçu, expressa a maneira como a metrópole do Rio de Janeiro está inserida na territorialização da indústria nacional e como essa realidade irá mobilizar os demais territórios ao redor.

O processo de transformação do espaço em Nova Iguaçu foi tão imediato, que pouco restou do passado mais recente da história econômica da região que possa explicar, contrapor-se ou oferecer alguma forma de resistência à nova forma de reprodução social do trabalho – a qual necessita de um novo tipo de espaço de reprodução da força de trabalho. [...]

O município de Nova Iguaçu, uma cidade com núcleo urbano estruturado, que antecedeu ao processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro, transformou-se rapidamente num subúrbio periférico, e conseqüentemente, contemplado com todas as questões de uma “célula urbana absorvida pelo Grande Rio de Janeiro”, no inexorável processo de expansão da metrópole, que necessitava de novos espaços para a sua expansão e sobretudo para alojar a massa operária que para lá se deslocava, em busca de melhores condições de vida e salário. (SILVA, 1987, p.36-37).

Antônio da Silva (1987) compartilha com Júlia Bernardes (1983) não apenas o município sobre o qual se debruça, como também a percepção de que os processos de periferização decorrentes da industrialização nacional solapam as configurações espaciais anteriormente presentes em Nova Iguaçu e são insuficientes para compreender o movimento em questão. A fim de analisar os movimentos associativos de caráter reivindicatórios no município, Bernardes, assim como Silva, recorre à reconstrução das

atividades produtivas precedentes que contribuíram para a produção do espaço de Nova Iguaçu, tendo como ponto de partida a percepção de que “as formas espaciais atuais resultam da superposição e da tensão entre formas pré-existentes ou cristalizações” (BERNARDES, 1983, p.28), assinalando de que modo determinações com escalas distintas atuaram na formação do espaço do município.

Desse modo, Bernardes coloca que, no século XVIII, a lavoura canavieira foi estimulada pela combinação entre características naturais, como o solo, o relevo e a hidrografia, e sua localização próxima ao Rio de Janeiro, onde havia um porto para o escoamento da produção. Nesse mesmo contexto, o atual território de Nova Iguaçu é também usado como passagem entre o interior, onde eram desenvolvidas a mineração e a cafeicultura. Na passagem do século XIX ao XX, tem início a citricultura no município, que tal qual a cana-de-açúcar, foi propiciada pela articulação entre uma série de fatores locais, como clima e relevo favoráveis, estoque fundiário, localização próxima ao Rio de Janeiro, presença de mão de obra, e as ações governamentais nas esferas estadual e federal, como a construção de infraestrutura de transportes e o estabelecimento de acordos comerciais externos, o que garantiu que os produtores tivessem condições de produção e de circulação e também instituiu um mercado consumidor para essa produção. Como já mencionamos ao tratar da pesquisa de Silva (1987), a produção de laranjas foi a principal atividade econômica de Nova Iguaçu até a eclosão da II Guerra Mundial, que gerou uma diminuição na exportação da fruta e o aumento do estoque, sem que o porto do Rio de Janeiro tivesse condições de armazená-lo. Após a década de 1950, o município é submetido às demandas da modernização produtiva nacional, cujo resultado foi sua transformação em periferia urbana, movimento que não pôde ser contida pelos objetos e pelas relações anteriormente existentes nos diferentes lugares.

As fases econômicas acima descritas [até a citricultura e sua decadência] fornecem mais elementos informativos do que explicativos para a compreensão do que é hoje Nova Iguaçu. Mesmo a citricultura não deixou formas de cristalização para resistir, para se opor concretamente ao novo processo que a seguir se desenvolverá. Esse processo, que não se explica ao nível desse município mas por um movimento muito maior, será a nova forma de reprodução social do trabalho, necessitando de um novo tipo de espaço de reprodução da força de trabalho, o que vai acontecer em qualquer cidade brasileira de porte razoável, tendo no loteamento periférico uma de suas expressões. A distinção mais significativa

que pode ser feita entre as atividades econômicas anteriores ao “ciclo da laranja” e este, é que o último legou ao município uma malha fundiária de chácaras posteriormente aproveitada e um embrião de urbanização que facilitará o desenvolvimento de loteamentos. (BERNADES, 1983, p.35)

Nesse sentido, a produção do espaço de Nova Iguaçu nas décadas que antecederam a realização da pesquisa de Júlia Bernardes, em sua perspectiva, pode ser compreendida somente se o município em questão for considerado enquanto uma fração da metrópole carioca, cuja formação decorre da industrialização brasileira. Assim, a compreensão de Nova Iguaçu como uma periferia urbana deve-se à sua funcionalidade para esse processo mais amplo, que é o de abrigar o local de reprodução da classe operária. Dessa forma, ao apresentar seu objeto de estudo como periférico, Júlia Bernardes (1983, p.18) o define da seguinte maneira: “Melhor precisando, focalizaremos mais especificamente Nova Iguaçu enquanto uma fração do espaço destinada à reprodução de camadas da massa trabalhadora urbana, no contexto de urbanização capitalista nas últimas décadas em nosso país”.

Assim, o argumento de Bernardes está em compreender como esse espaço específico de Nova Iguaçu foi subordinado a interesses que estão para além de suas fronteiras, que são filtrados pela configuração econômica e produtiva nacional. Nesse sentido, a localização de Nova Iguaçu e a presença anterior de uma malha viária que o conecta com a capital carioca fazem com que o município seja submetido às demandas do processo de industrialização do Brasil a partir da década de 1950. Isso irá acontecer através da função de reprodução da força de trabalho urbana, que ao se realizar, converte Nova Iguaçu em uma periferia do Rio de Janeiro (BERNARDES, 1983, p.29-34).

Dessa maneira, a produção do espaço de Nova Iguaçu enquanto uma periferia urbana será determinado por demandas com escalas distintas, mas com uma estruturação interna que faz com que elas atuem na criação de uma configuração espacial adequada para a reprodução do capital industrial. Dessa forma, uma dada configuração no comércio internacional após a II Guerra cria condições para que a industrialização do Brasil se intensifique, o que de fato ocorre com o fornecimento das infraestruturas necessárias por parte do Estado brasileiro. Nessa conjuntura, o Rio de Janeiro tinha importante peso político, econômico e demográfico no Brasil, atraindo uma forte concentração industrial a partir da qual será estruturada a RMRJ e, através da metrópole, o espaço de Nova Iguaçu. Ainda para entender a produção do espaço do município, há o fato de que parte dos

excedentes do capital industrial nacional serão investidos no mercado imobiliário, causando um processo de valorização de áreas urbanas em um contexto de forte demandas habitacional, decorrente do êxodo rural intenso. Assim, o argumento sobre a configuração da realidade periférica é transpassado por determinações com escalas distintas, mas estruturadas entre si.

Daí a importância de se conhecer os contornos históricos do processo de elaboração do espaço metropolitano do Rio de Janeiro e quais as características desse processo que moldam um espaço menor como Nova Iguaçu, como o atingem e de que forma as cristalizações aí percebidas explicam processos mais amplos que nos coloquem no centro da problemática do desenvolvimento da sociedade.

O processo de estruturação espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) encontra sua lógica no sistema de relações estabelecidas entre o Rio de Janeiro e o conjunto do país no movimento de industrialização capitalista, favorecido por sua base de centralização político-administrativa até 1960.

Após a 2ª guerra o setor industrial converte-se no Brasil em centro nevrálgico do sistema, implantando e diversificando alguns ramos, ratificando a estrutura industrial já existente, enfatizando os setores de bens intermediários e de bens duráveis de consumo, sendo esse processo de expansão industrial controlado pelo capital estrangeiro que, gozando de amplos incentivos, vai se estabelecer nos ramos mais dinâmicos do setor.

Tal expansão estará apoiada também no Estado, que passa a investir maciçamente em infraestrutura e melhoramentos, definindo ainda determinado esquema de acumulação assentado na maior exploração do trabalho.

Esse processo se inicia em 1945 com a modernização do setor de bens de consumo, acelera-se entre 1949 e 1952 e sofre maior intensificação a partir de 1956 com a instalação dos setores de ponta; em 1961 a industrialização podia ser considerada já um fato consumado, estabelecendo-se um processo de articulação estrutural entre os investimentos estatais, as grandes empresas nacionais e as internacionais.

No seu processo de reprodução o capital encontra alternativas fora do setor industrial, viabilizando-se por meio do circuito imobiliário invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano que, segundo Lessa⁷⁰, funciona no Brasil a todo vapor desde o fim da 1ª Guerra, embora somente apresente diferenciação dos ativos financeiros nos anos 60, constituindo provavelmente a forma de maior peso para a reprodução geral do sistema, no caso do capitalismo brasileiro. O mesmo autor afirma que o circuito de valorização imobiliária seria

70 Segundo informação que consta em entrevista de Carlos Lessa à Revista “Espaços”, publicada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Seção Rio de Janeiro, Ano I nº 3, Dez. 1981, pág. 7.

um dos circuitos preferenciais de valorização dos excedentes gerados no capitalismo nacional, reunindo massas de lucros formadas no capital agrário, comercial e mesmo bancário, que financiariam as operações ou se congelariam sob a forma de ativos patrimoniais.

Assim, capital industrial e imobiliário, são por excelência as formas que presidem o processo de desenvolvimento econômico e de estruturação espacial dos dois maiores centros urbanos do país: São Paulo e Rio de Janeiro. (BERNARDES, 1983, p. 36-37)

A produção de espaços periféricos tem sua origem, segundo o argumento apresentado, na capitalização do Brasil, que produz excedentes agrícolas e industriais, posteriormente investidos na incorporação imobiliária como uma forma de reprodução ampliada do capital. Em linhas gerais, o investimento imobiliário em determinadas porções da cidade gera uma diferenciação entre os lugares intraurbanos, cuja consequência é um processo relacional de valorização e de desvalorização de suas várias frações. Como as mudanças produtivas em curso no país causaram uma circulação de trabalhadores do campo para a cidade, e a maneira como o mercado de trabalho nacional foi estruturado estabeleceu uma diferença salarial extremada entre a mão de obra qualificada e a não-qualificada, os trabalhadores menos qualificados foram submetidos também aos interesses do capital imobiliário. Assim, a valorização das terras urbanas decorrente do investimento imobiliário com fins especulativos e a necessidade habitacional de uma população proletarizada, e cuja quantidade aumentava ano a ano, têm como consequências o espraiamento da metrópole, que valoriza áreas rurais ao incorporá-las na metrópole, e a expulsão dos pobres urbanos para esses novos lugares urbanos.

Como acumulação e especulação imobiliária estão sempre de mãos dadas, ocorre que esse numeroso contingente de mão-de-obra que busca emprego no Rio de Janeiro, aí não pode morar, já que o preço da terra urbana com benfeitorias públicas, próxima aos locais de trabalho, não condiz com os seus salários crescentemente deteriorados; localiza-se, pois, a classe trabalhadora, seguindo os fluxos dos interesses do capital imobiliário que lhe reserva áreas de favelas ou na periferia mais distante, espaços acessíveis porque mal servidos de infra-estrutura urbana e de serviços sociais básicos, onde se desenvolve o processo de auto-construção, uma das formas de auto-reprodução dos trabalhadores.

O capital imobiliário, que realiza seu circuito começando como capital, passando pelo chão e voltando como capital maior, tem atuado com imenso vigor na metrópole do Rio de Janeiro, valorizando e desvalorizando espaços, transformando áreas rurais

em suburbanas, e suburbanas em urbanas, provocando expulsão do núcleo central das populações de baixa renda e ocupação das zonas periféricas. E para isto é fundamental seu relacionamento com o Estado, pois o parcelamento de uma gleba supõe sua aprovação e implica num planejamento naquela direção, o que passa necessariamente por um privilégio político. (BERNARDES, 1983, p.44)

Não existe, nesse sentido, diferenças entre o capital imobiliário e o industrial, mas um único tipo capital que pode ser investido de diferentes formas e cuja valorização ocorre por meio dos filtros, em escala nacional, das determinações gerais do modo de produção. Esses filtros podem dizer respeito às decisões econômicas para um país, ao seu contexto político e social, como também aos seus processos produtivos em curso. Assim, através de um conjunto de normas, cada país pode determinar como ocorrerá a acumulação de capital em seu território, o que vai ter implicações no tipo de sociedade forjada e na organização do espaço.

É a partir dessa concepção de espaço, que desemboca numa dada concepção de periferia urbana, que Mônica Machado (1992) analisa as estratégias territoriais de expansão usadas pelas igrejas pentecostais, usando como estudo de caso o Largo da Batalha, em Niterói. De acordo com a pesquisadora, o espaço expressa as contradições e os conflitos do modo de produção capitalista, apresentando-se de modo estratificado e diferenciado, tal qual a apreensão da riqueza social. Assim, a periferia enquanto espaços residenciais segregados dos grupos populares representa espacialmente a materialização das distâncias sociais.

As particularidades da acumulação de capital no Brasil determinaram uma sociedade periférica, amplamente estratificada, marcada pela exacerbação das desigualdades sociais e da expropriação do trabalho pelo capital. Esta, por sua vez, produz e reproduz intensa e extensamente o empobrecimento e a exclusão social, cada vez maior, de amplos segmentos sociais. Como o espaço não é apenas um reflexo da sociedade, mas uma de suas dimensões materiais fundamentais, ele irá traduzir os resultados, as contradições e os conflitos imanentes e inerentes ao Modo Capitalista de Produção. Portanto, se a sociedade é segregacionista, o espaço também se apresentará da mesma forma.

Nesses termos, verifica-se a existência de uma estratificação urbana correspondente a um sistema estratificado de apropriação da riqueza social, ou sistema de distribuição dos produtos entre indivíduos e grupos, e que a expressão espacial das distâncias

sociais é materializada na segregação urbana. Segregação que é identificada nos locais de moradia. (MACHADO, 1992, p.103-104)

A importância dos debates acerca da pobreza urbana e de sua territorialização na pesquisa de Mônica Machado está, primeiro, no fato da bibliografia especializada associar diretamente a expansão do pentecostalismo com o avanço da urbanização, sendo essa religião um fenômeno eminentemente urbano, e segundo, por ela ocorrer de modo heterogêneo dentre as regiões metropolitanas, estando concentradas nos locais de moradia dos pobres urbanos.

De acordo com suas referências, trata-se de um processo que expressa um modo de adaptação a uma realidade nova, havendo uma associação entre o pentecostalismo e os processos de urbanização e de migração, quando as pessoas perdem seus referências e buscam reestabelecer algum tipo de contato primário através da religião. Dessa maneira, o avanço do pentecostalismo nas cidades brasileiras estaria relacionado com uma adaptação subjetiva às novas condições de vida e as relações objetivas em que tais pessoas estão imersas (MACHADO, 1992, p.7-10). Essa constatação de que o pentecostalismo avança de maneira privilegiada nos locais de moradia dos pobres urbanos leva a pesquisadora a ter como ponto de partida a consideração que as estratégias territoriais dessas igrejas estão nos locais de residência das pessoas mais pobres da cidade (MACHADO, 1992, p.72).

Desse modo, não se trata de buscar compreender como determinada periferia foi constituída, mas quais são os impactos da moradia em locais periféricos para essas pessoas, formadas, de acordo com Machado, sobretudo por migrantes recém-chegados à cidade. Há, nesse sentido, um ponto de diálogo com a pesquisa desenvolvida por Antônio da Silva (1987), e que busca atingir expressões territoriais da cultura dos moradores das periferias a partir de sua condição, destacando o elemento migratório em sua biografia e visando atingir suas formas de adaptação simbólica a esse novo contexto.

Ainda que não seja o foco de seu estudo compreender o engendramento das periferias urbanas, Machado adota uma formulação a esse respeito, que serve como estratégia para vincular uma determinada realidade espacial com os interesses sociais das igrejas pentecostais, buscando com isso apontar uma territorialidade da expansão dessas igrejas. Dessa forma, ela associa o avanço pentecostal aos territórios periféricos, que por sua vez, estão vinculados ao processo de reprodução da força de trabalho popular, ou seja, formada por numerosos contingentes de trabalhadores com pouca qualificação e baixa

remuneração. É por essa razão que a pesquisadora busca um objeto de estudo que tenha tais características, escolhendo para isso o Largo da Batalha, definido como uma periferia urbana, como exporemos de forma mais pormenorizada no ponto a seguir, ao tratarmos especificamente sobre a importância da distância nessa conceituação de periferia.

O Largo da Batalha desempenha a função espacial de reprodução da força de trabalho e de reservatório de mão-de-obra barata. Aqui reside um numeroso contingente de “pobres urbanos” que trabalha, em geral, na própria área, realizando tarefas subalternas, sem continuidade temporal e espacial no mercado informal. A não inserção desta população no mercado formal de trabalho inviabiliza a sua participação em movimentos sindicais ou qualquer outra representação classista. O que, de uma certa forma, vem fortalecer o movimento de bairro, representado pela Associação de Moradores e Amigos do Largo da Batalha (AMALB). (MACHADO, 1992, p.119-120)

A fim de mostrar ao leitor o espaço analisado em sua pesquisa, também Machado faz uma reconstrução dos usos e das ocupações do solo, ainda que, em comparação com os demais pesquisadores, ela o faça de modo mais breve e retrocedendo somente até a década de 1940. Segundo sua reconstituição, o Largo da Batalha está localizado na região de Pendotiba e, até a década de 1940, seu uso era predominantemente rural, com cultivos sobretudo de subsistência. A partir dessa década, passam a ocorrer loteamentos para moradias de classe média e alta, surgindo sítios e casas de alto padrão. O Largo da Batalha começa a ser usado como centro comercial, o que afasta o interesse em loteá-lo para moradias de alto padrão. Ainda na década de 1970, apesar do intenso fluxo migratório em direção ao Rio de Janeiro e à Niterói, Pendotiba continua abrigando casas de alto e médio padrão, mas agora elas dividem espaço com as favelas, que crescem numericamente. É na década de 1980 que o Largo da Batalha será ocupado por população migrante oriunda do próprio estado do Rio de Janeiro e de baixa renda, sendo adensado intensamente, tendo restado disponíveis unicamente as áreas íngremes (MACHADO, 1992, p.123 e segs.).

Além do desenvolvimento espacial do lugar de estudo, Mônica Machado⁷¹ (1992, p.54 e segs.) também oferece um panorama da introdução e do desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil, articulando as diferentes fases desse processo com a situação política e econômica do país. A primeira das três fases teve origem em São Paulo (SP) e em

71 Essa sistematização em três fases teve como referência: ROLIM, Francisco C. *Religião e Classes Populares*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

Belém (PA), no ano de 1911. Ambos eram centros urbanos importantes, que recebiam grande quantidade de migrantes em busca de trabalho, formando um operariado incipiente e com condições de vida precárias. Nesse contexto, aparecem pessoas com ideias de contestação da ordem vigente, sejam anarquistas ou sindicalistas, e em radical oposição, o pentecostalismo tentava se firmar. A segunda fase é definida pela expansão do pentecostalismo e tem início com a implantação do Estado Novo, em 1935. A política repressiva contra o movimento operário e comunista gerava um contexto de valorização da ordem e do respeito, favorável à expansão pentecostal. Por fim, a terceira fase tem início na década de 1950, concomitante com a urbanização do Brasil e, posteriormente, com o golpe militar. Nessas circunstâncias, há uma forte expansão do pentecostalismo, “pois o caráter ético predominante desde movimento religioso [que defende a ordem e o respeito à hierarquia] permitia a conjuração com os interesses políticos e econômicos vigentes” (MACHADO, 1992, p.59).

A fim de articular o espaço do Largo da Batalha, onde concentram-se residências da pobres urbanos, com a expansão do pentecostalismo no Brasil, Machado afirma que as igrejas pentecostais irão se desenvolver preferencialmente nas áreas periféricas, onde as condições de propagação da doutrina são mais favoráveis, devido à concentração da pobreza urbana em larga escala.

Com respeito a este segundo aspecto [desigual distribuição das igrejas pentecostais no âmbito intraurbano], um ponto importante, já mencionado, vem contextualizar esta distribuição desigual: a posição social dos indivíduos mais atingidos por essa neoreligiosidade, “os trabalhadores pobres urbanos”. Estes segmentos sociais, como os mais pauperizados e explorados da estrutura urbana brasileira, vão se fixar, em função da ampla estratificação social e espacial inerente e imanente ao modo de produção capitalista, nas áreas urbanas mais degradadas. E será em tais áreas, locus da moradia dessas camadas sociais, que o pentecostalismo irá se difundir de forma mais expressiva. (MACHADO, 1992, p.73-74)

O argumento subjacente à pesquisa de Mônica Machado (1992) é que as periferias urbanas vinculam-se com a reprodução da totalidade social à medida em que abrigam a mão de obra mais explorada dentre a classe trabalhadora brasileira, cuja gênese está no processo de modernização produtiva do Brasil e na forma específica em que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é inserida nesse movimento nacional. Contudo, ainda que

Machado (1992, p.97) compreenda que a realidade das periferias seja formada através dos processos em escala nacional, seu objeto de estudo diz respeito às práticas territoriais das organizações pentecostais, o que a impele a privilegiar a escala local em suas reflexões sobre as práticas concretas de expansão das igrejas pentecostais no Largo da Batalha, o que é feito através da noção de territorialidade⁷², definida como o ato de delimitar e de defender determinada área geográfica com a finalidade de produzir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos ou relações, ou seja, de exercer o poder.

É interessante observarmos que essa pesquisa de Mônica Machado, defendida em 1992, foi concluída em um momento posterior à urbanização desenfreada das décadas anteriores. É possível que a relativa consolidação do processo de periferização tenha permitido à pesquisadora atentar-se para fenômenos vinculados à periferia urbana e que não passassem necessariamente pela compreensão de como esse espaço específico foi produzido, o que lhe impeliria a considerar de forma mais pormenorizada os fluxos migratórios decorrentes das transformações produtivas ou justificar a importância da pobreza urbana para a reprodução da totalidade social. Trata-se de uma situação parecida com a de Antônio da Silva (1987), em que a compreensão de um acontecimento vinculado às periferias urbanas não precisa se dar, necessariamente, pelo detalhamento dos diferentes fatores que causaram sua origem.

Ainda que Silva dê uma atenção maior do que Machado para a produção do espaço da área que estuda, o cerne de seu argumento não está unicamente no engendramento da periferia, mas sobretudo em suas decorrências, que leva em consideração sua precariedade infraestrutural, mas dá maior destaque ao seu grupo social vinculado, definido por ser trabalhador, pobre e migrante. É como se houvesse um deslocamento do foco das causas da periferia para compreender uma espécie de consequência desses processos naquilo que diz respeito ao sujeito, às suas referências existenciais e simbólicas, que não encontram lugar no novo modo de vida, que passa do rural ao urbano, como veremos com maior vagar no terceiro ponto desse capítulo.

Retomando o assunto desse ponto do capítulo, encaminhamos para a conclusão apontando que, apesar das diferenças entre os objetos de estudo das pesquisas empíricas, não há grandes divergências em pensar a periferia urbana como uma decorrência espacial

72 Noção definida de acordo com SACK, Robert David. *Human Territoriality – Its theory and history*. Cambridge University Press, 1986, p.1-27.

do processo de modernização do país, cuja funcionalidade está na reprodução da classe trabalhadora. Desse modo, essa perspectiva confirma a ideia de que a periferia é um lugar marcadamente pobre e caracterizado pela precariedade das infraestruturas e dos serviços de consumo coletivo. Tal situação é explicada pela articulação entre o político e o econômico. Politicamente, o desenvolvimento do Estado brasileiro ocorreu de forma entrelaçada com as demandas hegemônicas, como por exemplo ao bancar obras e demais vantagens para as indústrias e para os grandes produtores rurais ou ao fazer obras de valorização imobiliária de acordo com interesses especulativos. Economicamente, os baixos salários dos moradores das periferias faz com que eles não tenham recursos para residir nos lugares que contam com infraestruturas e serviços de consumo coletivo de boa qualidade, obrigando-os a procurar os lugares mais precários.

Sem ambiguidades ao considerar o caráter pobre da periferia urbana, nos debruçaremos no próximo subcapítulo na segunda ideia que ronda a realidade periférica. Pretendemos, a seguir, discutir de que modo a distância é valorizada enquanto um elemento definidor da periferia urbana nas diferentes pesquisas empíricas.

5.3 A importância da localização intraurbana na definição de periferia

De forma sintética, o que colocamos até o momento é que essa concepção de periferia é definida, sobretudo, pela contradição entre capital e trabalho, que, no modelo de acumulação brasileiro, faz com que a riqueza social seja concentrada nas mãos de grupos hegemônicos. No que diz respeito à habitação, às amplas massas de trabalhadores, sem qualificação e com baixa remuneração, resta a moradia precária e em locais sem estrutura urbana. Isso nos leva a argumentar que é subjacente a esse ponto de vista que sua funcionalidade de reprodução da classe trabalhadora tem um papel hierarquicamente superior na definição da periferia do que sua localização intraurbana. Nesse sentido, sob o ponto de vista estrutural, não há ambiguidade em definir a periferia como vinculada aos locais de reprodução da força de trabalho.

Contudo, essa perspectiva não apresenta clareza no que diz respeito à sua localização, de modo que a palavra periferia pode expressar todos os diferentes territórios da pobreza, como também pode dizer respeito somente àqueles bolsões de moradia da mão de obra precarizada localizados em áreas distantes dos centros urbanos. Mas mesmo nesse segundo caso, a distância parece ser mais uma conjuntura de como o mercado imobiliário está organizado nas cidades brasileiras, fazendo com que as classes trabalhadoras pauperizadas sejam empurradas para os lugares afastados, do que propriamente um elemento importante na definição de periferia.

Ainda assim, existe um modelo, ora explícito, ora tácito, que aponta a existência de um centro rico e uma periferia pobre nas cidades brasileiras, de modo que as distribuições das residências no espaço expressaria as contradições de classe vistas na produção. O argumento que embasa esse modelo é o capital acumulado através da produção agrícola e industrial é reinvestido também na incorporação urbana, gerando impactos nas cidades brasileiras, que passam pela valorização de determinados lugares. Como no Brasil, o modo de acumulação tende a concentrar a riqueza, o que implica em baixos salários para a classe trabalhadora, essas famílias não podem pagar pela moradia nos lugares valorizados, sendo expulsos para locais onde não há investimentos, que no caso, são as periferias distantes.

No entanto, sob o ponto de vista da reprodução social, as periferias, as favelas e os cortiços aparecem entrelaçados nos argumentos apresentados como os locais de moradia

para a força de trabalho. Compreendemos que, nesse sentido, há uma tensão entre a compreensão de periferia como um lugar distante, como uma estruturação urbana compreendida através do processo de especulação imobiliária e a criação de lotes vazios à espera de valorização futura, e a de periferia enquanto local de reprodução da força de trabalho, definida pela sua funcionalidade na reprodução da totalidade social. Contudo, apesar dessa tensão acerca da localização, não há dissenso no que diz respeito à compreensão de que a periferia se define pela homogeneidade no que diz respeito à classe social vinculada e à precariedade infraestrutural.

Dito isso, partimos para a análise dos trabalhos empíricos, começando por Sandra Lencioni (1985), para quem a questão da localização intraurbana da periferia não é um ponto valorizado em seu argumento. Antes, sua preocupação está em elucidar quais os processos de modernização nacional que fizeram com que as cidades pequenas também tivessem sua periferia urbana. Para isso, a pesquisadora caminha no sentido de que as transformações urbanas em Jardinópolis materializam as condições necessárias da reprodução do capital no campo, que proletarizam seu trabalhador e o expulsam para as cidades sem que ele tenha condições econômicas de garantir uma boa condição de vida.

A urbanização de Jardinópolis gerada pela intensificação do capital nas atividades agrárias, a parte de uma produção industrial ainda incipiente na cidade, produziu uma nova configuração do espaço, ao mesmo tempo resultado e fundamento desta expansão do capital. [...]

Neste sentido é que dizemos que foi no processo de intensificação do capital na agricultura que se determinou a nova fisionomia da cidade. Esta se redefiniu como um espaço de reprodução da força de trabalho do campo. O processo de proletarização do trabalhador rural produziu um novo espaço na cidade expresso na formação de uma periferia urbana, como manifestação espacial particular do processo de reprodução dessa força de trabalho. Desta forma a cidade compreendida como materialização de determinadas condições gerais de produção manifesta-se, a cada momento, como resultado histórico determinado. (LENCIONI, 1985, p.145)

No que diz respeito propriamente à localização, as reflexões de Lencioni (1985, p.145 e segs.) vão no sentido de que a periferia está situada nas áreas da cidade que não são desejadas pelos grupos sociais com mais recursos, o que não necessariamente está vinculado à distância ou aos limites do tecido urbano. Além disso, a periferia urbana é a expressão espacial do processo de entrada intensiva de capital no campo, sendo por isso,

circunscrita a um fenômeno específico, e não coincidente com todas as formas de segregação socioeconômica urbana.

Dessa forma, a pesquisadora salienta que, antes da formação da periferia de Jardinópolis, houve uma primeira segregação socioeconômica na cidade, que ocorreu no início do século XX em função da rede de distribuição hídrica, com a população mais pobre residindo no bairro Caixa D'Água, que fica na parte alta do terreno, onde a falta de água era recorrente (LENCIONI, 1985, p.151 e segs.). De acordo com a pesquisadora, a periferia urbana de Jardinópolis seria a segunda segregação ocorrida na cidade, cuja localização foi determinada pela prefeitura municipal ao doar terrenos para famílias pobres no bairro Vila Reis, um local parcamente ocupado e com terras baratas. Sob o ponto de vista do planejamento urbano, esses loteamentos orientavam a expansão urbana em direção à rodovia Anhanguera, que dá acesso ao município de Ribeirão Preto, um importante centro regional, localizado a cerca de 20 quilômetros de Jardinópolis. Esse direcionamento da expansão urbana estaria vinculado com os interesses das indústrias localizadas em Jardinópolis, que buscavam uma articulação regional (LENCIONI, 1985, p.148).

Esse contexto de expansão do capital na produção agrícola foi acompanhado de um crescimento do tecido urbano e de uma simultânea redefinição da configuração urbana. Assim, o bairro da Caixa D'Água, que antes era malquisto pelos grupos elitizados, passou a ser desejado, pois sua altitude mais elevada deixava o clima mais ameno (LENCIONI, 1985, p.154). A expansão da cidade e a reconfiguração de seus antigos lugares são, no entanto, exemplos da aparência dos fenômenos que estão no âmago do processo. Para a pesquisadora, o cerne do processo produtivo sob a égide do capital é determinado pela contradição capital-trabalho, que ocorre tanto nas metrópoles, quanto nas cidades pequenas. Sob o ponto de vista espacial, essa contradição fundamental tem sua expressão nas periferias urbanas, independente do tipo de cidade que se analisa. Nesse sentido, no que diz respeito à qualidade do urbano, a produção capitalista gera aproximações genéticas entre metrópoles e cidades pequenas. Ou seja, o mesmo processo de produção capitalista gera movimentos de concentração de pessoas e de capitais nas metrópoles, e de dispersão nas cidades pequenas, onde esses investimentos serão feitos nas atividades rurais.

O aprofundamento das relações capital e trabalho fez da agricultura uma indústria e da cidade o locus de reprodução de sua força de trabalho. A urbanização movida pelo desenvolvimento do capitalismo no campo açambarcou os investimentos fixados na

cidade e os redefiniu produzindo uma nova configuração urbana. Em Jardinópolis, a materialidade expressa na forma urbana da cidade velha se alterou concomitantemente à expansão da cidade. Uma nova cidade, não apenas restrita à cidade nova mas incorporando a redefinição da cidade antiga, surgiu como fruto de um processo de expansão do capital. [...]

Em poucas palavras, as cidades cuja industrialização se desenvolveu a passos largos no campo e não nas atividades urbanas, tendo como decorrência a expansão do espaço construído acabaram por formar periferias urbanas que as aproximam das metrópoles e das cidades industriais. Ou seja, a – nova qualidade do urbano nessas cidades traz na sua essência uma identidade entre a grande e a pequena cidade no sentido de que o âmago do processo de produção propriamente dito se determina pela contradição capital e trabalho. Essa identidade resulta do movimento de reprodução do capital; a concentração do capital e trabalho nas atividades urbanas e de ponta da economia acabou por gerar grandes aglomerações, como São Paulo, ao mesmo tempo que se fez acompanhar da dispersão do capital, alocado em atividades rurais vinculadas a inúmeras aglomerações. (LENCIONI, 1985, p.167)

Como a periferia tem sua gênese compreendida através das contradições de classe, que no Brasil pauperizam ainda mais os trabalhadores, sua funcionalidade relacionada com a habitação da mão de obra barata e com baixa qualificação, e sua materialidade como uma consequência dos baixos salários recebidos no processo de produção, em Sandra Lencioni (1985) a localização intraurbana parece estar mais relacionada com as circunstâncias do que propriamente com algo de essencial no conceito.

Partindo dessa conceituação, não seria sequer necessário discutir a questão da distância dentro dessa perspectiva, que é o que faz Antônio da Silva (1987). Há no autor a clareza de que a periferia deve ser definida sob o ponto de vista estrutural, ou seja, trata-se de uma consequência de como determinado subespaço está inserido na divisão territorial do trabalho nacional. Nesse sentido, trata-se de uma definição que articula sua funcionalidade numa dada estrutura, de modo que a periferia é caracterizada como os locais socialmente não desejados para onde a força de trabalho é empurrada. E como o conceito não diz respeito à uma localização, é possível uma aproximação funcional entre diferentes territórios da pobreza, como temos no trecho abaixo:

Numa tentativa de aproximação por analogia entre a realidade e o

imaginário, utilizando-me de uma imagem criada por Godelier⁷³ – onde o pensamento constrói um gigantesco jogo de espelhos em que a imagem recíproca do homem e do mundo se reflete ao infinito – permito-me a observação da grande e silenciosa massa de trabalhadores, inicialmente no empurra-empurra da entrada no mercado de trabalho das cidades e, posteriormente, “empurrados” como indesejáveis para as cidades-dormitórios para se recuperarem da mais-valia dispendida... Uma reprodução em menor escala do processo maior: trabalhadores seguindo o fluxo do capital, empurrados para as favelas ou para as periferias distantes, espaços sem as mínimas condições de habitabilidade – tratados oficialmente como áreas urbanas – e “locus” de toda a sorte de carências sociais básicas. (SILVA, 1987, p.42-43).

No entanto, ainda que o crivo principal na definição de periferia seja sua funcionalidade na estrutura, como assinalam as pesquisas de Lencioni e de Silva, a questão da distância aparece nas realidades das cidades brasileiras, onde a expansão urbana ocorria através de loteamentos precários e destinados à classe trabalhadora, por meio de um processo que deixava estoques fundiários melhor localizados à espera de valorização. Ademais, a distância não é algo que está limitado ao geométrico, sendo também simbólica e existencial. Desse modo, a produção de periferias implica na produção de localizações apartadas dos lugares centrais, o que pode ocorrer também através da percepção da cidade, dos tempos de deslocamentos (que muitas vezes são causados mais pelas linhas de ônibus existentes do que propriamente pelos quilômetros em questão), dos modos de vida diferenciados, etc. Assim, o princípio da distância, compreendido em suas múltiplas acepções, transversaliza a realidade periférica, de modo que é coerente que, em algumas pesquisas, o fator distância tenha um peso maior na definição de periferia urbana, que é o que acontece em Júlia Bernardes (1983) e em Mônica Machado (1992).

Ainda que Bernardes (1983) compreenda que a periferia tem sua gênese na contradição de classes e na reprodução social da força de trabalho, como discutimos no ponto anterior, a pesquisadora adota um modelo explicativo que antagoniza as localizações do centro e da periferia com os conteúdos sociais comumente atribuídos a cada um desses locais. Em sua definição, o centro é um subespaço de produção antiga, vinculado aos setores sociais hegemônicos e em valorização, ao passo que a periferia é uma área recentemente incorporada ao tecido urbano, vinculada aos pobres urbanos, e cujo

73 GODELIER, Maurice. Os Fundamentos do Pensamento Selvagem. In: CARVALHO, Edgar de Assis. Antropologia. Rio de Janeiro: Ática, 1981, p.76.

aparecimento decorre da valorização do centro.

No processo de construção do espaço metropolitano vai se elaborando a periferia, aglomerados distantes do núcleo e carentes de infra-estrutura, onde será instalada a massa trabalhadora que faz girar a máquina econômica.

Expressivos contingentes da população economicamente ativa (PEA) encontram-se nos municípios periféricos, e Nova Iguaçu revela-se, no período 50/70, razoável concentrador da massa trabalhadora da metrópole nos setores secundário e terciário, participando no secundário em 1950 e 1960 com percentuais que oscilam entre 3 e 4%, respectivamente. Este município vem sofrendo forte mudança na estrutura da PEA, predominando em 1950 sua inserção no primário, em 1960 no secundário e em 1970 no terciário.

No contexto do dinamismo do crescimento metropolitano a periferia desponta não apenas como espaço concentrador da PEA mas, ainda, como detentor das camadas mais pobres da massa trabalhadora, conformando, assim, um espaço altamente estratificado. Se a renda do município do Rio de Janeiro já é bastante concentrada, situand-se 68,48% da PEA até a 4ª faixa de renda (500 cruzeiros em 1970), em Nova Iguaçu esse quadro se agrava, já que 67,92% se insere até a 3ª faixa de renda (300 cruzeiros), segundo revelam os dados do censo⁷⁴.

Esse é o processo de construção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro, o novo modo de urbanização, onde vastas porções do território são organizadas segundo uma industrialização inteiramente dirigida pela lógica do lucro, o que se traduz num desenho espacial de grandes contrastes, representados a grosso modo pela existência de um núcleo, concentrador da produção, circulação e consumo mais elevado, contudo, internamente heterogêneo, e de uma imensa periferia bastante homogênea em termos de pobreza e condições de habitação; tudo isto é resultado do processos sociais que deixam suas marcas no espaço e do seu uso dentro de uma determinada estratégia.

No que se refere aos interesses do sistema, núcleo e periferia não se opõem, ao contrário, complementam-se, constituem faces de uma mesma moeda, unidade de contrários. (BERNARDES, 1983, p.48-50)

Dessa forma, a distância tem um peso importante na caracterização de Nova Iguaçu como uma periferia da RMRJ, ainda que a própria Júlia Bernardes assinala que se trata de um modelo definido “a grosso modo”, o que poderia indicar a incorporação dos demais territórios da pobreza enquanto lugares periféricos em uma análise realizada em outras

⁷⁴ Em nota, Júlia Bernardes assinala que, em 1970, o salário mínimo regional correspondia a Cr\$ 187,20 (BERNARDES, 1983, p.63).

escalas. Como já apresentado, o destaque que o fator distância tem nessa compreensão de periferia é estabelecido através dos processos de especulação imobiliária que inexoravelmente acompanham a acumulação industrial, de modo que há uma reinversão dos capitais industriais na produção urbana, orientada sob a lógica estrita do lucro (BERNARDES, 1983, p.44). Isso faz com que o preço dos lugares “beneficiados” com esses investimentos imobiliários sejam inflacionados e com que os trabalhadores mal remunerados não tenham acesso a eles. Como a responsabilidade para arcar com a moradia é exclusiva dos trabalhadores e de suas famílias, eles são obrigados a residir onde não há o reinvestimento de capital, o que na prática significa os lugares com pouca ou nenhuma infraestrutura urbana que estão localizados nas áreas afastadas dos centros metropolitanos. Assim, para Júlia Bernardes (1983), a distância é um fator importante na definição de periferia, mas cuja importância não está em si, mas sim na territorialização dos investimentos imobiliários na cidade e a consequente distribuição das classes sociais de acordo com seu poder de compra.

Não é essa a perspectiva adotada inicialmente por Mônica Machado (1992, p.105), que ao apresentar as orientações metodológicas sobre a definição de periferia que terá como referência, usa os critérios estabelecidos no documento “Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum”, elaborado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social⁷⁵. De acordo com a pesquisadora, a RMRJ será pensada a partir da “articulação de quatro secções que formam quatro faixas, de limites imprecisos, mais ou menos circulares e concêntricas, tendo como ponto de referência o centro de negócio e gestão da cidade: Núcleo, Periferia Imediata, Periferia Intermediária e Periferia Distante” (MACHADO, 1992, p.105). Trata-se de uma referência que busca regionalizar a metrópole carioca articulando o conteúdo social dos moradores, o grau de investimento de capital no solo e sua localização cartográfica, a fim de definir zonas que contenham similaridades nessas características em termos amplos, estatísticos.

De acordo com essa regionalização, o Núcleo é o primeiro círculo e concentra as funções metropolitanas centrais nas esferas administrativa, financeira, econômica e cultural. Ele apresenta as melhores infraestruturas urbanas e equipamentos de consumo coletivo, abrigando moradores de maior poder aquisitivo. Abarca as seguintes Regiões

⁷⁵ BRASIL, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum, Brasília, IPEA/IBAM, 1976.

Administrativas (RAs): Centro, Portuária, Rio Comprido, São Cristóvão, Santa Tereza, Botafogo, Copacabana, Lagoa, Tijuca, Vila Isabel, centro e zona sul de Niterói. A Periferia Imediata abriga população de classe média e apresenta importantes centros de prestação de serviços de alcance regional. No entanto, a centralidade e a qualidade da infraestrutura urbanística e dos equipamentos de consumo coletivo são inferiores aos do Núcleo. Fazem parte da Periferia Imediata as seguintes RAs: Ramos, Penha, Méier, Engenho Novo, Irajá, Madureira, Jacarepaguá, Barra da Tijuca, Ilha do Governador, Parquetá e zona norte de Niterói. O terceiro círculo é a Periferia Intermediária, que abriga centros qualitativamente inferiores aos do segundo círculo, e as infraestruturas e equipamentos de consumo coletivo ou inexistem ou são muito precários. Seu crescimento populacional foi intenso na década de 1960 e sua população é marcadamente pobre. Engloba as seguintes RAs: Bangu, Anchieta, Campo Grande, Santa Cruz, os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti, São Gonçalo, grande parte de Duque de Caxias e parte de Magé. O círculo exterior é a Periferia Distante, que possui características similares à Periferia Intermediária no que tange à infraestrutura, ao preço da terra, aos centros de prestação de serviços e aos equipamentos urbanos de consumo coletivo. Sua diferença está na quantidade inferior de residentes. Abarca os municípios de Mangaratiba, Itaguaí, Paracambi, Petrópolis, Magé, Itaboraí e Maricá (MACHADO, 1992, p.106-107).

Dada a imprecisão dos limites das diferentes zonas, Mônica Machado (MACHADO, 1992, p.107) realiza as seguintes alterações no zoneamento da RMRJ: inclusão de todo o município de Magé na Periferia distante; inclusão total dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São Gonçalo na Periferia Intermediária; e inclusão de todo o município de Niterói na Periferia Imediata, cujo resultado está representado cartograficamente na figura a seguir:

Figura 1: Mapa da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Redefinição das abrangências do zoneamento da RMRJ. (MACHADO, 1992, p.114)

Como já vimos, o objetivo de Mônica Machado em definir a periferia está em encontrar uma expressão territorial da pobreza e, consequentemente, as áreas privilegiadas para a expansão pentecostal. Para isso, a pesquisadora recorre aos dados do censo de 1980, segundo os quais a proporção da PEA com renda inferior a três salários mínimos aumenta conforme distanciamos-nos do Núcleo. Assim, cerca de 90% da PEA da Periferia Distante recebe menos de três salários mínimos, índice que diminui para 87,39%, 76,82% e 63,79% ao analisar a Periferia Intermediária, Periferia Imediata e Núcleo respectivamente. Os dados também apontam para o fato de que a proporção de pentecostais aumenta do Núcleo para a Periferia Distante, sendo os índices respectivamente de 7%, 17%, 47% e 54%. Ao cruzar os dados, há um significativo aumento na proporção de pentecostais dentre aqueles que recebem até três salários mínimos, de forma que no Núcleo, 13% dos que recebem até três salários mínimos são pentecostais; passando para 26% na Periferia Imediata; 70% na Periferia Intermediária e 78% na Periferia Distante (MACHADO, 1992, p.108-109).

Os dados sistematizados acima demonstram, portanto, que não só é maior a incidência de crentes pentecostais à medida que há um afastamento do Núcleo, mas também e principalmente, que dentre os “pobres urbanos”, somente dentre estes, as taxas de crentes pentecostais é diferenciada. A taxa de pentecostais dos “pobres” que residem na Periferia Distante é maior, por exemplo, que dos “pobres” que residem na Periferia Imediata.

Dessa forma, pode-se inferir que a difusão pentecostal guarda uma estreita relação com o local de moradia dos pobres urbanos. Tais locais, quanto mais carentes economicamente forem, melhor se constituirão como áreas estratégicas de materialização da mensagem pentecostal. (MACHADO, 1992, p.110)

Esses dados expressam, portanto, que conforme aumenta-se a distância em relação ao centro, existe uma maior proporção de população pobre. Além disso, eles apontam que, dentre a população pobre, há uma porcentagem maior de evangélicos pentecostais, cujo valor estatístico máximo está justamente na periferia distante. Dessa forma, Mônica Machado classifica as diferentes porções da metrópole em zonas e justifica a maior presença de pobres urbanos pentecostais nas Periferias Intermediária e Distante.

De acordo com o argumento que relaciona a localização, a pobreza urbana e a expansão pentecostal, as Periferias Intermediária e Distante seriam os locais privilegiados para a ação territorial das igrejas. Contudo, ao eleger seu local de estudo, Machado (1992,

p.110) escolhe o Largo da Batalha, que de acordo com o sistema classificatório usado, está localizado na Periferia Imediata, definida em seu modelo por abrigar população de classe média. Dessa forma, a pesquisadora justifica a adoção de um objeto de estudo fora das zonas mais distantes do modelo adotado pelo fato do Largo da Batalha concentrar condições sociais e econômicas semelhantes às encontradas nas Periferias Intermediária e Distante, estando, por isso, adequado aos objetivos da pesquisa. Dito de outra forma, o objeto de estudo elegido é apropriado na medida em que concentra moradias de população marcadamente pobre e precariedade infraestrutural.

Vale alertar novamente que, embora o bairro se localize em Niterói, por conseguinte na Periferia Imediata, ele possui características semelhantes às aquelas que se localizam, por exemplo, na Periferia Intermediária. Nesse sentido a relação estabelecida na primeira parte desse capítulo, entre pobres urbanos e pentecostais, foi também um importante aspecto que norteou a seleção do referido recorte espacial. (MACHADO, 1992, p.123)

Dessa forma, ainda que Mônica Machado tenha feito uso de um modelo de definição de periferia através da distância em relação a um centro, definido em escala metropolitana, o fundamental que permite que o Largo da Batalha seja usado como local de estudo não está na sua localização, mas no seu conteúdo social. Isso quer dizer que, dentro do argumento da pesquisadora, esse bairro está inserido nas estratégias territoriais de expansão das igrejas pentecostais não propriamente pela distância ou pela zona na qual está inserido, mas por concentrar a moradia de pobres urbanos. Além disso, suas atividades laborais são definidas pela instabilidade formal e pelas baixas remunerações. Nas palavras de Mônica Machado (1992, p.119-120), “aqui [Largo da Batalha] reside um numeroso contingente de 'pobres urbanos' que trabalha, em geral, na própria área, realizando tarefas subalternas, sem continuidade temporal e espacial no mercado informal. Caracteriza-se ela por apresentar rendimentos muito baixos”.

No que diz respeito às infraestruturas urbanas, o espaço do Largo da Batalha é caracterizado pela precariedade nas infraestruturas e nos serviços básicos, não tendo água encanada, lançando o esgoto à céu aberto em córregos e apresentando inúmeras ligações irregulares na rede de energia elétrica. Soma-se a isso a insegurança jurídica no que diz respeito às propriedades fundiárias, gerando conflitos entre pequenos proprietários, comerciantes, poder público e posseiros (MACHADO, 1992, p.120). Além disso, sua

população é formada predominantemente por migrantes recém-chegados à metrópole, oriundos do próprio estado do Rio de Janeiro (MACHADO, 1992, p.128).

É o conjunto dessas características sócioeconômicas e espaciais que faz com que o Largo da Batalha seja um local adequado para a expansão pentecostal, como aponta a própria pesquisadora:

A combinação das características locais acima apontadas, tais como, ocupação recente, migrantes, população de baixa renda e problemas fundiários, indica que o Largo da Batalha constitui um campo fértil para a penetração e a difusão do pentecostalismo. Dessa forma, dentro do que foi até aqui apresentado e discutido, é possível inferir que as estratégias de expansão pentecostal guardam uma estreita relação com as condições materiais de uma determinada área. Isto vem indicar que tais estratégias são espacialmente seletivas, diferindo quantitativa e qualitativamente de local para local. (MACHADO, 1992, p.128-130)

Encaminhando para o fechamento desse ponto específico sobre a importância da distância geométrica na definição de periferia urbana, reforçamos o que havíamos colocado inicialmente. Assim, ainda que o afastamento físico seja valorizado de modos distintos entre as diferentes pesquisas empíricas, há uma convergência no fato da periferia ser definida como um lugar que concentra moradia de trabalhadores proletarizados. Nesse sentido, existe aqui uma duplicidade no conceito de periferia, que é vinculado tanto à territorialização geral das classes trabalhadoras espoliadas, quanto aos terrenos distantes onde esses grupos se encontram majoritariamente. No entanto, como não há ambiguidade em definir a periferia como local de moradia das classes pauperizadas, há uma aproximação conceitual possível entre a periferia e os demais territórios da pobreza. Independente da sua localização intra urbana, o fundamental é que, por abrigar o local onde ocorre a reprodução da força de trabalho, a periferia urbana contribui para o movimento total de reprodução ampliada da sociedade brasileira sob os moldes capitalistas. Dito de outra forma, mesmo quando a periferia é definida como a borda do tecido urbano, trata-se de uma definição que articula localização e pobreza, e a distância é pensada enquanto uma artimanha para a especulação e acumulação imobiliária, e como os locais sem infraestruturas que são destinados aos pobres urbanos. Por essa razão, esses estudos valorizam mais a compreensão da população e de seu modo de vida, o que nos leva ao terceiro ponto a ser discutido.

Ao compreender a periferia como um desdobramento espacial da contradição entre capital e trabalho, abre-se a possibilidade das pesquisas desenvolverem temas relativos à política e à cultura. Assim, a preocupação não é unicamente a produção do espaço, que tem uma perspectiva pretérita, mas também compreender quais são as possíveis consequências no âmbito das referências simbólicas e das práticas associativas de caráter reivindicativos. Nesse sentido, há um empenho em analisar como a condição periférica dos moradores atua no engendramento de novas formas políticas e culturais. Para isso, exploraremos as três pesquisas empíricas que dialogam com essa temática – Bernardes (1983), Silva (1987) e Machado (1992) – buscando analisar de que forma os argumentos apresentados relacionam a materialidade da periferia com os diferentes fenômenos estudados.

5.4 Cultura e política: concretizações da totalidade social

Como posto, dentro dessa perspectiva, a periferia não é definida por uma dada configuração de objetos urbanos que lhe atribui esta ou aquela função na reprodução social. Antes, é essa própria funcionalidade que define a periferia sob esse ponto de vista que estamos detidos, vinculada à reprodução das classes trabalhadoras no interior das transformações produtivas ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX. Nesse sentido, a distância do espaço periférico em relação a um centro aparece como um elemento circunstancial na sua definição, não sendo possível definir a periferia, mantendo a coerência com sua funcionalidade estrutural, como um determinado intervalo quilométrico.

Contudo, se a topologia dos objetos da cidade não é o foco específico dessa reflexão, não há dúvidas de que seja uma discussão eminentemente sobre o urbano, pois essa própria transformação produtiva do país é, no limite, um processo de urbanização da sociedade brasileira. Assim, ainda que a modernização nacional seja, por vezes, circunscrita à industrialização – e portanto às cidades –, ela abarca circuitos produtivos em diferentes espaços nacionais, e portanto, avança também sobre o campo. Isso porque esse processo implica em uma racionalização da produção e do comércio, que muitas vezes são vinculados ao mercado exterior e às negociações nas bolsas de valores; impondo alterações nas relações de trabalho e também fluxos demográficos, que podemos compreender como uma tentativa das famílias de buscarem formas de sobrevivência nas novas condições produtivas em que se encontram. É esse processo de urbanização do campo que nos é mostrado na pesquisa de Sandra Lencioni (1985), apontando os impactos na cidade de Jardinópolis decorrente da incorporação de máquinas do espaço agrícola do município e dos impactos demográficos que isso causou.

Assim, a urbanização da sociedade brasileira acarreta na incorporação de uma grande massa de pessoas a uma lógica urbana, definida pela primazia do tempo cronológico na organização do cotidiano, pela divisão social do trabalho e a consequente especialização laboral, pela satisfação das necessidades individuais através do comércio e pelo estabelecimento de uma série de normas para regular as relações sociais. Ou seja, o urbano requer uma nova forma de vida marcada pela interdependência, no que diz respeito à satisfação das necessidades materiais, e pela impessoalidade no que tange as relações

sociais⁷⁶. No caso do Brasil, essa urbanização intensa esteve relacionada com a mobilização da força de trabalho para atender à modernização produtiva e ganhou concretude através de um processo de crescimento das cidades intenso e definido pela precariedade. É nesse contexto que os baixos salários recebidos pelos trabalhadores não-qualificados são articulados com a especulação imobiliária e a ineficácia do Estado em oferecer serviços de consumo coletivo, degradando progressivamente suas condições de vida e configurando o que Lúcio Kowarick (1980 [1979]) definiu como “espoliação urbana”.

Dessa forma, esses estudos empíricos sobre a periferia contemplam uma análise dos modos como acontece essa incorporação urbana. O norte dessa questão é responder como ocorre a adequação da população periférica – definida como um trabalhador migrante e não-qualificado – ao urbano, e pode ser orientada tanto por uma discussão que tensiona os estoques simbólicos originários e as novas condições de vida, como também por uma reflexão sobre as formas possíveis de ação política a fim de minorar a precariedade das infraestruturas e dos serviços públicos prestados.

Em linhas gerais, o argumento tecido é que há um grande afluxo de pessoas migrantes e com origens distintas, que irão conviver num mesmo local, definido pela precariedade dos objetos urbanos, e que estarão imersas em relações sociais bastante distintas das que tinham em seus lugares de origem. Assim, a transição do rural ao urbano é um tema transversal às questões sobre periferia. Mas ele pode aparecer numa discussão que prioriza a cidade ou os objetos urbanos, e portanto contempla a transformação de uma dada morfologia rural em urbana, tratando da reprodução do espaço; como também ele pode ocorrer em um debate que privilegia fenômenos estruturais, abrangendo reflexões sobre as formas de sociabilidade encontradas nesse processo de transição. É nesse segundo caso que nos encontramos nesse capítulo, onde a luta política por conquistas sociais é contemplada pela pesquisa de Júlia Bernardes (1983), e as representações culturais que buscam estabelecer algum vínculo com o lugar de origem ou responder a questões existenciais são abrangidas, respectivamente, por Antônio da Silva (1987) e Mônica Machado (1992).

76 Essas ideias estão presentes em Max Weber, para quem a cidade é definida pela existência de um poder territorial e de um comércio aberto, onde a maior parte das pessoas satisfazem suas necessidades pela troca e não pela produção própria, o que impõe uma divisão do trabalho. Do ponto de vista da vida social, a cidade exige o estatuto do cidadão e de cidadania, o homem da cidade. Para isso, os vínculos clânicos e cásticos precisam ser derrubados. Por outro lado, a vida social passa a ser regida pelo surgimento da burocracia. (WEBER, 1979).

Em seu mestrado, Júlia Bernardes (1983) tem o objetivo de estudar os movimentos reivindicatórios em Nova Iguaçu e sua população associada, e usa como referência o Movimento Amigos de Bairro (MAB). Para compreender o surgimento e as práticas da associação, a pesquisadora faz uma descrição das infraestruturas territoriais do município, explicitando sua precariedade em diversos aspectos do consumo coletivo, como a oferta de água e o saneamento básico, saúde, educação, transporte público, iluminação nas ruas e segurança pública. Contudo, seu argumento é que a precariedade dos serviços de consumo coletivo são importantes, mas não suficientes para justificar a existência de movimentos reivindicatórios em Nova Iguaçu. Para isso, seria necessário conhecer sua “base social”, ou seja, ter dados mais específicos sobre a população do município, considerando de forma privilegiada o incremento demográfico, a urbanização e a renda dessas pessoas. Dito de outra forma, a compreensão da efervescência dos movimentos reivindicatórios em Nova Iguaçu não se dá pelo fato dos serviços básicos serem inexistentes ou de péssima qualidade, mas por quem compõe o conjunto de pessoas que dependem desses serviços. Isso nos leva a pensar que, de acordo com esse argumento, numa mesma situação territorial, um grupo social composto por pessoas mais bem posicionadas no mercado de trabalho não decorreria em movimentos sociais, mas talvez em soluções individuais.

Assim, para Bernardes, as agremiações políticas de caráter reivindicativos surgem da articulação entre uma “base territorial”, definida pela precariedade infraestrutural que impede a satisfação das necessidades urbanas dos moradores, e uma determinada “base social”, caracterizada pelas posições desfavoráveis no mercado de trabalho e pela impossibilidade de resolver seus problemas de forma alheia ao Estado (BERNARDES, 1983, p.122).

Entretanto, ainda que o agravamento das condições de consumo coletivo nessa base territorial possa ser considerado responsável pela deflagração do “pôr-se em movimento” da população local, este agravamento por si só é insuficiente para explicar, seja o movimento mais espontâneo da população (visto na base territorial em breves pinceladas), seja um movimento reivindicatório mais estruturado e de porte significativo como o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), o que focalizaremos mais adiante. Logo, se a base territorial, tão somente, não basta para nos fornecer elementos para a apreensão do significado da mobilização popular, necessário se faz melhor identificar algumas características da sua base social, no sentido de melhor compreender o movimento da mesma. (BERNARDES, 1983, p.122)

No argumento desenvolvido por Bernardes, a causa central da precariedade nas condições de vida dos moradores das periferias está na contradição entre capital e trabalho que ocorre na esfera na produção, e não propriamente na oferta escassa e de qualidade duvidosa de bens de consumo coletivo. Isso porque a pesquisadora considera que a precariedade dos serviços públicos pertence à esfera da reprodução social, e que o cerne da situação dos trabalhadores está na esfera da produção. Dizendo de outra forma, para Júlia Bernardes, ainda que os movimentos reivindicatórios demandem melhorias nos locais de reprodução social, as precárias condições de vida da população de Nova Iguaçu se devem ao modo como elas estão inseridas no mercado de trabalho e à remuneração recebida, e não especificamente às infraestruturas territoriais de onde moram.

A partir desses dados [sobre as faixas de renda da população de Nova Iguaçu, separadas por distrito] o que se pode depreender é que, na medida em que a população de Nova Iguaçu é constituída principalmente por trabalhadores assalariados de baixa renda, a maior parte de seus problemas, incluindo os referentes ao consumo coletivo, conforme visto anteriormente quando da abordagem da sua base territorial, resulta, em última instância, das suas condições de trabalho e salários aviltantes, constituindo os aspectos mais importantes na determinação do quadro da sua qualidade de vida, aspectos melhor entendidos no contexto mais amplo da classe trabalhadora no Brasil. (BERNARDES, 1983, p.127)

Entretanto, ainda que a origem dos movimentos estejam na estrutura de classes da sociedade capitalista, os dados de Bernardes (1983, p.134 e segs.) apontam que o proletariado urbano não é homogêneo internamente. Uma primeira diferença está no tipo de trabalho realizado, considerando a formalização e a especialização que cada trabalhador possui, fazendo com que as condições de vida daqueles que possuem um emprego fixo e melhor qualificação seja superior dos que não contam com tais circunstâncias. Além disso, existem diferenças também no que tange a habitação em si, de modo que o tempo e o local de residência no município, como também o tipo de moradia e a relação formal estabelecida, alteram as condições de vida de seus moradores. Em linhas gerais, aqueles que se fixaram há mais tempo, residem em bairros melhor estruturados. Outrossim, os proprietários de suas residências têm uma situação mais favorável do que os inquilinos, tal qual os moradores de casas vivem melhor que os moradores de favelas.

Essas heterogeneidades internas ao proletariado urbano que reside em Nova Iguaçu acabam por reproduzir uma segregação interna ao município e aos próprios bairros e

também por impedir uma organização reivindicatória de caráter classista. Segundo o argumento de Júlia Bernardes (1983, p.140), essas diferenças internas aos moradores engendra um movimento em que aqueles que possuem uma melhor condição de vida tendem a priorizar seus interesses privados ao invés dos coletivos, recorrendo às soluções coletivas unicamente em casos pontuais.

Portanto, se a base social de Nova Iguaçu é constituída basicamente por amplas camadas do proletariado urbano, este apresenta características internas bastante heterogêneas, o que determina a reprodução da segregação sócio-espacial em escala reduzida no interior dos bairros, alimentada por níveis de experiência e de consciência distintas.

Tais diferenciações estabelecem limites na participação e unificação dos moradores em práticas comuns, o que se reflete na priorização dos interesses individuais sobre os coletivos em função do maior poder aquisitivo, diferenças que podem ser ultrapassadas em situações de emergências ou quando a solução coletiva se apresenta como mais fácil e mais rápida, ou ainda, no melhor dos casos, quando se percebe a causa e a origem comum desses problemas. É, pois, nas práticas comuns desenvolvidas no dia a dia ou nos conflitos estabelecidos com o poder público que essas diferenças vão se manifestando.

Assim, no nível da reprodução a situação de classe, apesar das diferenças internas, e os interesses comuns em jogo são condição para que as lutas adquiram um sentido de classe; todavia, não são suficientes em si, pois dependem do conteúdo e formas organizativas que lhe são imprimidas. (BERNARDES, 1983, p.140-141)

Essa dificuldade de organização classista dos moradores faz com que suas reivindicações estejam na esfera de avançar na oferta de bens de consumo coletivo. Como a responsabilidade pela construção desses bens e pela oferta de serviços públicos é do poder público, a ação do movimento tal qual ele se apresenta acaba gerando um confronto entre o Estado e os moradores. Isso faz com que haja um desvio daquilo que causa a precariedade das condições de vida dos moradores e, portanto, deveria ser o alvo das práticas reivindicatórias, que está no capital e seu confronto com o trabalho. Segundo Bernardes (1983, p.201), o fato desses movimentos serem orientados pelo avanço no consumo, faz com que eles não tenham o poder de atingir o cerne do sistema, que é a base produtiva. Eles ainda poderiam ser eficientes se questionassem a base de legitimação do sistema, que está no Estado e em sua capacidade de garantir o bem-estar social. Contudo,

isso exigiria continuidade e um questionamento radical da competência do Estado, o que não ocorre. Ao contrário, em termos práticos, o trabalho coletivo dos moradores acaba tendo a permanência necessária para uma conquista imediata.

Dessa maneira, Júlia Bernardes (1983) trata de movimentos sociais reivindicatórios, que podem ser espontâneos e efêmeros ou estruturados em associações de maior porte, e que decorrem das necessidades urbanas imediatas de seus moradores. Para a pesquisadora, essas práticas políticas estão orientadas para a conquista de melhorias urbanas, mas não atingem a parte fundamental da sociedade capitalista, que está na contradição entre capital e trabalho e que faz com que um vasto contingente social tenha uma condição de vida aviltante. Além disso, como esses movimentos exigem melhorias nos locais de moradia, eles atuam na esfera da reprodução, não interrompendo o movimento capitalista, cujo cerne está na produção, o que diminui sua efetividade.

Dentro do modelo adotado, a modernização produtiva pela qual passava o Brasil, com o avanço da indústria nas metrópoles, implica em investimentos sobre o polo do capital, que na contradição fundamental do capitalismo, avança sobre o trabalho, dilapidando progressivamente as condições de vida da classe trabalhadora. Esses movimentos apresentados por Júlia Bernardes reivindicam as infraestruturas e os serviços coletivos mínimos nos locais de moradia dos trabalhadores para que a modernização produtiva pela qual o polo do capital passou não seja acompanhada de uma degradação das condições de vida daqueles que trabalham, agravando a tensão entre capital e trabalho. Trata-se de pensar as condições objetivas da urbanização da sociedade brasileira, forjada de tal forma que a contradição entre capital e trabalho se apresenta de forma mais perversa do que nos países de industrialização original.

Por estar voltada para a busca de condições objetivas de vida urbana, trata-se de uma perspectiva distinta das propostas de Antônio da Silva (1987) e Mônica Machado (1992), que buscam refletir sobre elementos de subjetividade e formas de sociabilidade existentes com a urbanização da sociedade brasileira. Por essa razão, eles terão como foco pensar processos de adaptação a um novo contexto de vida. O argumento geral apresentado é que esses moradores das periferias urbanas são majoritariamente migrantes, carregando estoques simbólicos de seus lugares de origem, geralmente rurais, havendo, dessa forma, um descompasso entre suas referências culturais e o cotidiano no qual estão imersos. Dessa forma, são criadas práticas sociais, de diferentes vieses políticos, que funcionam como uma

mediação subjetiva entre a antiga realidade e a atual.

Devemos lembrar que, em alguma medida, essa questão de inaptidão à vida urbana já estava presente nos estudos urbanos de cunho ecológico, como no caso do homem marginal colocado no início do capítulo. Contudo, naqueles estudos, a perspectiva era de que a pobreza e outros problemas urbanos, como aqueles associados à desorganização da vida familiar, decorreriam dessa falta de ajuste entre o estoque simbólico e a realidade que se vive. De acordo com esse modelo ecológico, com o passar do tempo, as pessoas tenderiam a se adequar às novas condições de vida e, conseqüentemente, haveria uma diminuição das dificuldades sociais e urbanas. Aqui, o ponto de vista é diferente daquele, na medida em que a carência de recursos é compreendida como uma determinação da estrutura social e do modo como ocorre a distribuição da riqueza socialmente produzida, que no Brasil acontece através da concentração de renda. Esse distanciamento entre as referências culturais e o lugar onde se está imerso tem conseqüências no que diz respeito ao cotidiano, através de práticas culturais que visam amenizar o vazio existencial causado pelo modo de vida na metrópole capitalista.

No caso da pesquisa de Antônio da Silva (1987), a hipótese que serviu como ponto de partida era de que a Folia de Reis praticada em Nova Iguaçu deveria ser compreendida enquanto um instrumento de resistência dos grupos socialmente subalternos às dissoluções das suas referências culturais anteriores impostas pela metrópole. Isso teria um papel subjetivo importante, cumprindo uma função na sobrevivência de seus praticantes, e conferiria às periferias características de sociabilidade próprias como um recurso para subsistir num lugar onde não se compartilha com os valores hegemônicos. Nesse sentido, a compreensão das Folias de Reis nas periferias urbanas deve ser permeada pela consideração de quem são seus moradores, articulando a prática cultural com a totalidade social. Tratar-se, portanto, de uma manifestação cultural que expressa a situação da classe social a ela vinculada, não podendo haver uma compreensão apartada dessa realidade. Sua compreensão é de que, no capitalismo, a cultura popular é produzida e reproduzida dentro das relações de classe e exprimem uma apropriação desigual do capital cultural social. A condição de dominado nesse sistema é refletida nas Folias de Reis, explicitando um determinado modo de “saber fazer” e de “saber pensar” próprio da sua classe social.

Esses grupos, por mais fechados às inovações como possam parecer, têm a força de coesão em defesa do mais recôndito da sua

cultura, do seu modo de viver e de ver o mundo. E deste modo não estão alienados do seu real, ao contrário, resistem. São forças de resistência num ambiente cosmopolita, com todas as motivações caminhando no sentido contrário, que lutam inclusive para sobreviver fisicamente enquanto grupo num ambiente que aceita mais o que lhe é estranho, e menos acolhe o que, culturalmente, lhe é mais próximo.

As “Folias de Reis” devem ser incluídas entre as múltiplas criações populares, onde seu modo de “saber fazer” e “saber pensar” reflete a posição das camadas subalternas, num sistema de relações de classe e sua condição de dominado. Portanto, como uma cultura de classe que entende a realidade através de um determinado modo de saber, que é o das classes “subalternas”, no interior de uma sociedade desigual. (SILVA, 1987, p.63)

Compreendida como uma manifestação popular, as Folias de Reis têm origem nas relações sociais de produção no campo, e nas palavras de Silva (1987, p.111), trata-se de “uma festa de fé que, transposta para a cidade, transformou-se de uma festa entre parceiros no campo numa festa camponesa entre urbanos”. Assim, as Folias de Reis nas periferias metropolitanas são uma prática cultural que contém em si o processo de transição do rural ao urbano, cuja amplitude ultrapassa a transformação dos espaços, e que nesse sentido, é híbrida. No campo, a Folia de Reis é compreendida como uma prática de devoção religiosa; nas cidades, o aspecto da diversão avança sobre os da doutrina. A partir da pergunta se a Folia é uma diversão ou um ato de fé, os depoimentos colhidos por Antônio da Silva (1987, p.105) apontam que não existe uma posição clara e unívoca sobre essa questão, de modo que as respostas variam dentre aqueles que consideram a Folia unicamente como uma “penitência”, de acordo com os termos de um dos entrevistados, e nesse sentido algo que pertence à religião, até aqueles que saem nas Folias de Reis fundamentalmente pela diversão envolvida, passando por aqueles que mesclam os dois aspectos, definindo a Folia de Reis como uma “diversão religiosa” (SILVA, 1987, p.105).

Assim, ainda que as Folias de Reis sejam imersas em um discurso que clama pelo tradicionalismo, a multiplicidade de significações vista através dos discursos de seus integrantes expressa um distanciamento em curso entre suas práticas e suas origens. Sem cair em uma análise que preza pelo purismo cultural e, ao contrário, ciente de que a cultura está em constante movimento, Silva (1987, p.43) salienta que existe uma transformação das Folias de Reis ao serem deslocadas para as periferias urbanas, de modo que o novo lugar de sua realização não é um fator inerte no desenvolvimento que ocorre.

Como houve um processo amplo de fluxos migratórios para Nova Iguaçu, causados pela mobilização da mão de obra no processo de modernização nacional, teve-se como consequência uma riqueza na cultura e no saber popular, causada pelo transporte de diferentes modos de vida e formas de sobrevivência do campo para a cidade. Com isso, o argumento é orientado para pensar a periferia urbana como um caldo de culturas distintas, garantindo-lhe uma riqueza própria. Assim, o modo de vida específico das periferias metropolitanas transfigura as manifestações populares, criando novas referências culturais. O que permanece das práticas originais são as formas do cerimonial e algumas profecias, que são resignificadas no novo contexto. O ritmo da vida urbana implica em mudanças na estrutura temporal das Folias, adequando-as aos dias de trabalho e de folga.

O que permanece das origens do campo é o núcleo ritualístico, que, gradativamente, assume outras facetas pois, associadas que estão às relações sociais de produção de seus praticantes não poderiam resultar imutáveis.

Mesmo quando um determinado “mestre” cria profecias que retratam uma determinada realidade do campo, ele está se transformando numa figura de atualização, não somente por estar exercendo um papel criativo, como também um papel de renovação de suas práticas, tornando-as vivas no novo ambiente.

Os processos de criação e de recriação presentes nas “Folias de Reis”, como em todas as outras formas de manifestação popular, são indícios claros de um processo vivo de sua reprodução e expansão, sobretudo nas áreas de periferias urbanas, onde coexistem ricas formas de manifestações populares.

É nesse ambiente que as “Folias” consolidam o seu espaço social, perdido quando da migração para a cidade. Lentamente novas formas de relações são construídas. Agora não mais entre moradores de uma mesma comunidade agrária, entre parceiros e, sim, entre habitantes de um mesmo bairro operário, trabalhadores de uma mesma obra, ou fábrica ou, simplesmente, residentes em bairros próximos da periferia não tão distantes entre si.

É nesse novo “habitat” que as “Folias” reconstroem o seu tempo de jornada, não mais de forma ininterrupta de 24 de dezembro a 6 de janeiro, que é “dia de reis...” e, sim, a partir do dia 24 de dezembro, em todos os fins-de-semana e feriados, estendendo-se até o dia 20 de janeiro, em homenagem a São Sebastião, pois, afinal de contas, é o padroeiro da cidade que, “apesar dos pesares”, é o seu hospedeiro... (SILVA, 1987, p.69-70)

Mas essa capacidade criativa proporcionada pelo caldo de cultura da periferia não é plenamente subversiva e, para Silva (1987, p.157), essa adaptação da Folia de Reis à lógica

do urbano implica na submissão de suas formas aos modos de relação existentes na produção capitalista urbana, fazendo com que o pesquisador conclua seu trabalho negando a hipótese inicial de que elas seriam instrumento de resistência cultural. Seu argumento no final do trabalho é que essas manifestações, ao serem transportadas para as cidades, tornam-se urbanas, transformando-se em um expediente de sociabilidade através do qual fomentam-se encontros entre familiares, amigos e vizinhos (SILVA, 1987, p.157).

A questão da resistência não aparece como temática em Mônica Machado (1992), o que podemos compreender como uma consequência do caráter conservador de seu objeto de estudo. De acordo com a pesquisadora, o pentecostalismo brasileiro tem origem nos EUA, em uma disputa entre religiosos brancos e negros no início do século XX. O cerne do conflito era que os protestantes brancos restringiam suas práticas ao sagrado, ao passo que os negros acreditavam que um poder superior estava ao lado dos humilhados e oprimidos, articulando suas orientações religiosas com a vida política e social (MACHADO, 1992, p.50 e segs). É a orientação dos brancos que chega ao Brasil e que irá iniciar o movimento pentecostal nacional, marcadamente definido pela primazia da ordem. Assim, o pentecostalismo brasileiro será ancorado em três pilares: louvar a Deus sobre todas as coisas; submeter-se à autoridade pois todo poder é proveniente de Deus, e diz respeito à submissão ao pastor, ao governo, ao patrão e ao marido; e respeitar as proibições, que são uma série de códigos de conduta cotidianos. É por essa razão que, nas três fases de difusão do pentecostalismo no Brasil, o movimento sempre esteve junto às forças políticas conservadoras, como ocorreu com o golpe militar de 1964.

Os anos que se seguiram ao golpe militar foram anos que, em função da conjuntura política, propiciaram uma forte expansão do movimento pentecostal. A repressão dos anos 60 e 70 auxiliou, de forma obnubilada, mas incontestavelmente, a difusão ao pentecostalismo, pois o caráter ético predominante deste movimento religioso permitia a conjugação com os interesses políticos e econômicos vigentes.

Nesse sentido, Aubrée aponta que os regimes autoritários que se apossaram do poder na América Latina, "... especialmente entre os anos de 1964 e 1976, buscaram o desenvolvimento de suas respectivas políticas econômicas ultraliberais na eliminação de qualquer contestação de caráter social no seio das classes produtoras"⁷⁷. E, dentre desse contexto, a crença religiosa pentecostal, enquanto portadora da ética puritana, tinha condições

77 AUBRÉE, Marion. A penetração do protestantismo evangelizador na América Latina. Comunicações ISER. Nº 23, dez. 1986, p.42.

de contribuir para a reordenação da sociedade dentro dos moldes do novo regime político e econômico.

Dessa maneira, a “apatia”, no que diz respeito à participação pentecostal nas lutas sociais, não preocupava e não ameaçava as propostas dos governos oriundos do golpe militar. Muito pelo contrário, era uma forma de conter as possíveis manifestações reivindicativas que pudessem surgir nas “massas populares”. Nesses termos, as Igrejas Pentecostais, diferentemente de outras instituições religiosas, como por exemplo a Igreja Católica, estrategicamente vai ocupando os vazios não só religiosos como de poder entre a massa popular, com isto garantindo com eficiência seu espaço religioso e político de atuação. (MACHADO, 1992, p.59-60)

Esse conservadorismo político do pentecostalismo é compreendido dentro dos estudos sociológicos acerca da religião, segundo os quais, entrar numa religião é aceitar uma série de preceitos morais que condicionam o comportamento individual e que são vigiados pelos colegas de fé. Para isso, Machado (1992, p.31) recorre a Durkheim⁷⁸, para quem a religião é um sistema de crenças e práticas relativas às coisas sagradas unidas em uma comunidade moral, a Igreja, sendo, dessa maneira, um fenômeno eminentemente coletivo; e a Max Weber⁷⁹, que busca compreender de que forma a prática religiosa está relacionada com uma ética e uma conduta. Mônica Machado vê uma complementaridade entre essas duas perspectivas, que a leva a definir a religião como uma prática coletiva que implica em uma articulação entre os valores religiosos e a formação de uma moral. Esse caráter comunitário da religião favorece sua difusão em ampla escala nos meios urbanos, onde há concentração de pessoas, e além disso, cumpre uma função existencial dentre os recém-chegados na metrópole.

O fato do pentecostalismo ter essas características de conformação da subjetividade às determinações do urbano e de estar vinculado com a reprodução das relações sociais de classe faz com que essa prática religiosa avance prioritamente dentre aqueles que ocupam uma posição subordinada na estrutura social dentro de um ambiente urbano. Dessa forma, autores como Muniz de Souza⁸⁰, Camargo⁸¹ e Cesar⁸² pensam o pentecostalismo como um

78 DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. In: Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p.49.

79 Segundo FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa. Companhia Editora Forense, 1977.

80 MUNIZ DE SOUSA, Beatriz. A experiência da Salvação: pentecostais em São Paulo. Ed. Duas Cidades, 1969.

81 CAMARGO, Candido P. F. de. Católicos Protestantes e Espíritas. Ed. Vozes, 1973.

82 CESAR, Waldo A. Urbanização e Religiosidade Popular. In: Revista Vozes, nº7, 1974.

ajustamento à sociedade urbana. Rolim⁸³ pensa o pentecostalismo como uma componente da formação social do tipo capitalista, ou seja, em uma dada relação de classe (MACHADO, 1992, p.7 e segs).

O pentecostalismo protestante tem sido considerado, de acordo com vários estudiosos, como uma “opção” religiosa própria dos indivíduos que ocupam posição subordinada na estrutura social – “classes populares”, “trabalhadores pobres”. Apesar dos autores tratarem esta crença religiosa de diferentes óticas, em geral eles demonstram a preocupação de situar os grupos sociais que são atingidos por essa religiosidade. [...]

Uma outra questão levantada também por esses autores é com relação à natureza urbana do movimento pentecostal. Os autores concordam que, embora não seja um fenômeno exclusivamente urbano, é no meio urbano que ele se expande com mais expressividade. Pode-se notar a seguir que os estudos apontam o processo de urbanização e consequentemente o espaço urbano, como elemento fundamental para a compreensão da difusão pentecostal. [...]

Nesse sentido, pode-se conjecturar que é no bojo das “classes populares urbanas mais desprivilegiadas”, dos “trabalhadores pobres urbanos”, que o pentecostalismo se expande com mais intensidade. Da mesma maneira, é factível afirmar que tais camadas sociais constituem o campo preferido de trabalho dos pentecostais. O espaço urbano configura, assim, como lugar privilegiado da expansão do pentecostalismo brasileiro. (MACHADO, 1992, p.70-72)

No argumento desenvolvido por Machado para compreender a lógica territorial da expansão pentecostal, os pobres urbanos reúnem uma série de atributos subjetivos que facilitam a conversão religiosa, fazendo com que os lugares onde suas moradias estão concentradas sejam alvos preferenciais das ações de disseminação pentecostal. O primeiro desses atributos diz respeito à migração em si, de modo que ao sair da zona rural ou de uma cidade de menor porte em direção a uma periferia metropolitana, a pessoa não tem referências simbólicas para se adequar às novas condições de vida e de trabalho. Além disso, muitas vezes essas pessoas deixam para trás seus parentes, não contando também com o amparo familiar nos momentos de crise. Essa fragilidade é agravada pelo dinamismo do mercado de trabalho no qual eles são inseridos, marcado pelas amplas jornadas, pela instabilidade e pela baixa remuneração. Tal precariedade no trabalho resulta

83 ROLIM, Francisco Cartaxo. Pentecostalismo: Gênese, Estrutura e Funções. Tese de Doutorado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP, 1976. ROLIM, Francisco Cartaxo. Pentecostais no Brasil: Uma Interpretação Sócio-Religiosa. Ed. Vozes. Petrópolis, 1985.

em uma situação de insegurança permanente, que é material, mas também emocional. Assim, a combinação da pobreza com o desamparo emocional dos recém-chegados é importante para a expansão das igrejas pentecostais pois essas condições fragilizam as pessoas, que passam a buscar na fé e nas práticas religiosas coletivas o apoio emocional para enfrentar seu cotidiano.

Pode ser igualmente averiguado que uma pessoa, ao procurar uma igreja pentecostal, via de regra, busca uma segurança emocional capaz de lhe dar condições para continuar enfrentando todos os problemas materiais. Como o bairro analisado é, antes de mais nada, locus da reprodução dos trabalhadores pobres urbanos, ali reside uma população carente em todos os sentidos, econômico, cultural e político, que ao não dispor de nenhum tipo de atendimento, nem por parte do Estado nem por parte da iniciativa privada, se torna alvo facilmente atingível por instituições que atuem de maneira contundente à escala local, como é o caso da igreja pentecostal. (MACHADO, 1992, p.153)

Assim, o processo de modernização brasileiro causa transformações espaciais e sociais, alterando profundamente o modo de vida das pessoas mais vulneráveis na produção capitalista. Isso implica em uma fragilidade existencial, que é um terreno fértil para a expansão pentecostal. Por essa razão, as ações das igrejas pentecostais estarão centradas nos lugares onde contam com condições privilegiadas de expansão, que são aqueles nos quais residem os pobres urbanos.

Desse modo, as pesquisas de Bernardes, Silva e Machado compartilham a visão de que a periferia, por atrair população migrante e com uma inserção desfavorável no mercado de trabalho, expressa a convergência de diferentes práticas políticas e culturais. Essas ações estudadas por cada um dos pesquisadores têm suas origens nos impactos que a modernização produtiva do Brasil causa nas pessoas. No primeiro momento, vimos Bernardes (1983) tratando as associações de caráter reivindicativo, cujos objetivos estão em garantir condições elementares de reprodução social através de infraestruturas urbanas e de serviços de consumo coletivo. Em seguida, seguimos a proposta de Silva (1987), para quem a Folia de Reis, ao ser realizada nas periferias, transforma-se em uma prática urbana de origem rural, cumprindo uma função de sociabilidade. Vimos também a expansão das igrejas pentecostais pelas periferias, que para Machado (1992), é facilitada pela fragilidade emocional e material de seus moradores, que buscam na fé as forças para superar seus obstáculos.

Essa ideia de que a pobreza urbana é constituída por pessoas com origens geográficas distintas entre si e que contrastam com a lógica hegemônica será debatida, no início da década de 1990, por Milton Santos, a partir da noção de homens lentos. A ideia central é que o tempo lento está em oposição à aceleração contemporânea, definida não somente como o aumento da velocidade no deslocamento de corpos, mercadorias e ideias, mas como o resultado da “banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante” (SANTOS, 2008d [1994], p.28)⁸⁴. Assim, o tempo hegemônico é o do consumo desenfreado e da efemeridade dos objetos, cujo excesso de intencionalidade e de técnica fazem com que eles sejam constantemente desatualizados, decorrendo em uma ansiedade do moderno.

No artigo “Metrópole: A Força dos Fracos É seu Tempo Lento”⁸⁵, Milton Santos assinala que o espaço é o resultado da combinação entre o sistema de objetos e o sistema de ações. Nas grandes cidades, a organização topológica e a extensão dos objetos (sistema de objetos) expressam a intencionalidade hegemônica num dado momento histórico, assim como as ações são também instrumentalizadas de acordo com o hegemônico. Dessa maneira, os objetos das cidades estão vinculados a um tempo hegemônico, que é o tempo da aceleração contemporânea, da simultaneidade, da ubiquidade.

Contudo, esses objetos impregnados de técnica e de intencionalidade não estão distribuídos pela cidade de forma igual, aparecendo concentrados em uma espécie de bolsões no tecido urbano, que o autor chama de “áreas luminosas”. Elas estão em contraposição com as “áreas opacas”, que segundo o geógrafo, são onde vivem os pobres urbanos. As áreas luminosas são os espaços da modernidade, dos objetos carregados de técnica e de intencionalidade, da aceleração; ao passo que as áreas opacas são espaços não racionalizados, da lentidão. Dessa forma, o que o autor coloca é que o tempo das áreas luminosas está cada vez mais distante do tempo concreto dos homens comuns.

Mas mesmo dentre esses “homens comuns”, não há homogeneidade. Como a cidade é para onde pessoas com diferentes origens convergem, ela é também o lugar em que a alteridade é possível. E para o autor, esse contato com o diferente tem um sentido

84 O livro Técnica, Espaço, Tempo (SANTOS, 2008d [1994]) é composto de uma série de artigos do autor. Nesse caso, trata-se de “A Aceleração Contemporânea: Tempo-Mundo e Espaço-Mundo”, publicado originalmente em O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização, São Paulo, Hucitec/Anpur, 1993.

85 Artigo publicado originalmente em Ciência & Ambiente, 4 (7): 7-12, jul-dez, 1993. Em nosso trabalho, usamos a versão contida em SANTOS, 2008d [1994], pp.71-82.

pedagógico. “Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado” (SANTOS, 2008d [1994], p.79).

Ainda que a bibliografia usualmente atribua positivities aos espaços hegemônicos e negatividades aos ligados aos mais frágeis, Milton Santos (2008d [1994], p.80) inverte sua avaliação. “Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário”. Em seu ponto de vista, são os homens lentos que detêm o poder, no sentido que eles não se deixam enganar pelas imagens pré-fabricadas de um mundo exógeno. Já os homens vinculados ao tempo vertiginoso, à aceleração contemporânea, comungam com essas imagens formatadas, o que impede uma visão da realidade que os cerca a partir de uma perspectiva distinta daquela produzida para eles.

Para explicar o cunho pedagógico da cidade, Milton Santos recorre ao prático-inerte de Jean-Paul Sartre, definido como o resultado de totalizações do passado que cria configurações resistentes na vida social e também no espaço. Para o geógrafo, cada lugar acolhe seu prático-inerte, que é formado por uma base geográfica ou material (tecnoesfera) e por um conjunto de referências simbólicas e culturais (psicoesfera). Nas grandes cidades, o fluxo demográfico intenso que decorreu na urbanização vertiginosa fez com que cada sujeito trouxesse um prático-inerte distinto, criando um hiato entre a temporalidade dos recém-chegados e a da grande cidade, gerando um choque.

Não se trata apenas de um conflito ou de uma relação tensa entre os pobres urbanos e a temporalidade hegemônica da cidade, mas de reforçar a positividade atribuída nisso. De acordo com Milton Santos, esse desajuste de temporalidades entre as referências individuais anteriores e as metrópoles permite aos homens lentos interpretar a realidade de modo não corrompido pela racionalidade hegemônica, apontando para a construção de um novo futuro.

A estrutura dessa população de “homens comuns” favorece o processo. A chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade dos sujeitos... dos sujeitos comuns e das interpretações mais próximas do “real”. O conteúdo prático-inerte trazido por cada qual é diverso do ambiente prático-inerte local. A temporalidade introjetada que acompanha o migrante contrapõe-se à temporalidade que, no lugar novo, quer abrigar-se no sujeito. Instala-se assim um choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações.

Segundo Lowenthal, o passado é um outro país⁸⁶. Digamos que o passado é um outro lugar ou, ainda melhor, o passado é num outro lugar. No lugar novo, o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro, mas, em seguida, necessidade de orientação. Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço “inorgânico” é um aliado da ação, a começar pela ação de pensar; enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racionalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação para o futuro. Por isso os “espaços luminosos” da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos. (SANTOS, 2008d [1994], p.81)

Desse modo, não existe ambiguidade em Milton Santos na positividade atribuída aos homens lentos, que são propriamente os pobres urbanos. O nosso entendimento é de que a importância dessa discussão sobre as formas de sociabilidade e as referências culturais dos pobres urbanos está no fato de que essa é uma esfera que permite um enfrentamento entre a estrutura e as ações. Isso porque, ao falarmos da periferia sob o prisma da escala de referência ou da importância da distância como um elemento definidor, nosso argumento está transversalizado pela ideia da funcionalidade da periferia, que está na reprodução social. Já na discussão sobre as ações, não se nega a reprodução, mas, em alguma medida, abre-se a possibilidade de questionar se as esferas de subjetividade estão em consonância ou em oposição à estrutura, ao hegemônico.

Sob o ponto de vista da ação política, como já dito, Júlia Bernardes (1983) não julga que os movimentos reivindicatórios de Nova Iguaçu possam tensionar a estrutura, já que eles estão restritos às esferas de reprodução social, não atingindo o cerne do capitalismo, que está na produção. Já os trabalhos de Antônio da Silva (1987) e de Mônica Machado (1992) tratam propriamente de um descompasso entre as referências simbólicas originais e as preponderantes na metrópole. Com referência nessas duas pesquisas, é possível indagarmos se a positividade ou a negatividade na avaliação dos pobres urbanos não seria limitada, *a priori*, pela natureza de seus objetos de estudo, considerando o caráter político envolvido na avaliação positiva feita por Milton Santos.

Isso porque, para o geógrafo, a positividade nos homens lentos está no fato de que eles compartilham de uma experiência na metrópole que lhes abre a possibilidade de

86 LOWENTHAL, David. Past Time, Present Place: Landscape and Memory. In: The Geographical Review, 65, (1): 1-36, 1975.

compreender o mundo de forma qualitativamente superior às classes média e alta, graças a tensão entre o prático original dos pobres urbanos e a realidade na qual estão imersos. Esse entendimento superior do mundo que os cerca atribuiria aos homens condições de forjar em seus cotidianos novas formas de vida, confrontando os valores hegemônicos. Assim, a positividade concedida por Milton Santos está na potencialidade que os pobres urbanos teriam de subverter a ordem vigente.

Nesse sentido, os objetos das pesquisas empíricas acabam modulando a forma como cada um dos pesquisadores compreende a capacidade dos pobres urbanos de questionar a organização social em curso.

No caso da pesquisa de Antônio da Silva (1987), a ideia da Folia de Reis enquanto um instrumento de resistência cultural frente aos efeitos desagregadores da cidade foi abandonada pelo próprio autor ao longo da pesquisa. Contudo, ele concorda com o caráter criador das periferias urbanas, na medida em que elas concentram pessoas com diferentes estoques simbólicos, permitindo algo de único na sociabilidade ali fomentada. Assim, seu próprio objeto de estudo abre a possibilidade de pensar a periferia enquanto uma potencialidade favorável no que diz respeito ao engendramento de novas formas de sociabilidade. Ainda que Silva não trate de forma específica de um tensionamento da ordem vigente, há alguma convergência com a positividade apontada por Milton Santos no sentido de atribuir à periferia e aos seus moradores uma referência cultural própria, o que poderia indicar o caminho para compreender essa realidade como fecunda para a criatividade.

Já em Mônica Machado (1992), seu próprio objeto tem um caráter conservador, como apontado pela pesquisadora em sua dissertação. Assim, o estudo da expansão das igrejas pentecostais nas periferias metropolitanas implica em desenvolver seu argumento no sentido de que o descompasso entre as referências simbólicas originais e as hegemônicas não confere necessariamente aos pobres urbanos um perfil transformador e ousado, mas ao contrário, desestabiliza esse grupo social, tornando-o vulnerável à ação das igrejas pentecostais. De fato, nessa perspectiva, a periferia urbana também cria algo novo, mas que é definido pelo conservadorismo, não confrontando as esferas de maior poder social na política e na economia. Assim, Machado (1992) chega a uma conclusão bastante distante da de Milton Santos no que diz respeito às potencialidades subversivas do distanciamento entre o prático-inerte dos homens migrantes e o das grandes metrópoles.

Contudo, independente da valoração que os pesquisadores fazem dos pobres urbanos no que tange a capacidade de suversão da ordem atual, o que nos importa salientar é que a abertura para temas que abrangem as esferas da ação ocorre nas pesquisas empíricas que pensam a periferia como decorrência da modernização nacional, que implica em um avanço do urbano no Brasil, que é mais abrangente do que a expansão das cidades. Isso não irá acontecer na segunda abordagem que compreende a periferia sob a ótica da reprodução, onde predomina a valorização dos objetos e das localizações urbanas. No capítulo a seguir, veremos que o que está em jogo não é unicamente a reprodução da força de trabalho, eixo central no que foi desenvolvido nessas últimas páginas, mas especialmente a reprodução da metrópole. Para isso, passamos de um conjunto de pesquisadores que valorizam a produção como esfera de engendramento da periferia, em direção a pesquisadores que compreendem a formação da periferia especialmente através da esfera do consumo de objetos espaciais. A reprodução do espaço metropolitano será entendida como uma decorrência das demandas industriais por espaço urbano, considerando seus recursos e suas localizações, cujo consumo será *pari passu* à reprodução da metrópole e à formação das periferias urbanas.

Capítulo 6. A periferia e a esfera do consumo: a reprodução do espaço urbano

A abordagem que discutiremos nesse capítulo é orientada para compreender o espraiamento do tecido urbano ocorrido após a década de 1970, cuja chave interpretativa está na reprodução do espaço metropolitano, que se dá através da valorização da terra urbana e de um movimento de incorporação do solo rural ao tecido da cidade. Para dar conta dessa expansão da cidade, identificamos duas formas principais de abordá-la e que apresentaremos a seguir.

A primeira delas é que se trata de um processo urbano imerso em uma mudança na relação social com a cidade, tanto sob o ponto de vista do empresariado, quanto do trabalhador. Até a década de 1930, ainda havia a construção de vilas operárias próximas às fábricas, o que garantia a seus trabalhadores alguma segurança habitacional⁸⁷. Contudo, a diminuição na oferta de terrenos disponíveis fez com que aumentasse o preço da terra no mercado imobiliário. Para os donos dos meios de produção, isso significou uma possibilidade de auferir lucro com a terra, estimulando processos especulativos. Já os trabalhadores tiveram que arcar com sua residência através de seus próprios meios, contando com o Estado para a construção das infraestruturas urbanas.

Sob o ponto de vista urbano, a consequência desse processo foi o estabelecimento de um *padrão periférico de crescimento das cidades brasileiras*, onde há a expansão vigorosa do tecido urbano e sua ocupação ocorre de modo fragmentado, deixando bolsões fundiários vazios, a espera de valorização futura. Isso ocorreria através de projetos estatais de planejamento urbano, que melhorariam as áreas centrais e abririam vias de fluxo rápido para as áreas distantes da cidade, valorizando diferentes porções do território.

No que diz respeito à atividade produtiva, a existência de terras mais baratas em locais distantes do núcleo urbano, mas servidas de vias de acesso, estimulou a expansão da atividade industrial nessa direção. Do ponto de vista social, o encarecimento da terra urbana central empurrou os mais pobres para locais mais baratos, que possuem menos infraestruturas e, em geral, são distantes do núcleo urbano. De acordo com Gabriel Bolaffi

87 “As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Estado. Deste momento em diante, as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário.” (CAMARGO, 1975, p.25)

(1982 [1979], p.57), esse padrão descontínuo da expansão da mancha urbana é o principal responsável pela deterioração física, econômica e social das cidades brasileiras, cuja base do funcionamento é a retirada de porções de terra do mercado fundiário e a especulação sobre seu valor de troca, e que tem como resultado o espraiamento do tecido urbano e a expulsão da demanda real para áreas distantes.

Aparentemente, o principal fator responsável pela deterioração física, social e econômica das cidades brasileiras é o processo periférico de crescimento, ou seja, o padrão descontínuo de expansão da mancha urbana, típico e facilmente perceptível nas grandes capitais do país, mas verificável em todas as suas cidades. Em São Paulo a expressão *periferia* acabou por adquirir uma nova semântica, diferente daquela emprestada da geometria. Quando políticos e administradores falam em *periferia*, não se referem necessariamente às áreas exteriores mais distantes do centro urbano. Referem-se aos setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda. (BOLAFFI, 1982 [1979], p.57, *grifo original*)

Nesse sentido, o padrão periférico de crescimento é um fenômeno metropolitano de reprodução do espaço, definido pela expansão da mancha urbana, pela multiplicação de terrenos vazios no interior da cidade e o estabelecimento de locais onde não existem objetos espaciais valorizadores, que são as periferias urbanas.

No entanto, essa perspectiva centrada no consumo dos objetos e das localizações espaciais permite também que pensemos a realidade periférica de forma menos restrita à sua precariedade, circunscrevendo-a nos processos territoriais de reprodução urbana localizados nas zonas de contato entre o campo e a cidade. Isso nos leva à segunda forma de pensar a expansão do tecido urbano ocorrida especialmente a partir da década de 1970. Em linhas bastante gerais, quando a indústria é atraída para terrenos baratos e afastados, há um tensionamento para expandir o tecido urbano, o que não implica na condição de pobreza comumente associada à periferia e que a define na abordagem vista do capítulo anterior.

É a partir desse referencial, bastante centrado na localização, que Roberto Lobato Corrêa (1986) compreende o fenômeno periférico, classificando essas áreas situadas nos arredores do espaço urbano de acordo com o uso do solo. A partir disso, o geógrafo define uma gradação do urbano ao rural, estabelecendo três categorias: (1) subúrbio ou periferia

suburbana, na parte mais próxima do tecido urbano; (2) periferia rural-urbana, onde há um afastamento do subúrbio em direção ao campo; e (3) a área propriamente rural. Não se tratam de classificações estanques, mas de momentos do processo de expansão urbana, onde os usos do solo mudam com o passar do tempo, alterando com isso sua categorização. O sentido processual de que uma área tende gradativamente a passar de uma classificação à outra fica expressa na citação abaixo:

O processo de transformação do campo na periferia urbana assume uma dimensão histórica que dificilmente Von Thünen poderia captar, mas que Lenin pode fazê-lo. No século XX com a expansão urbana, sobretudo com o processo de metropolização, a transformação do campo periurbano, originando primeiramente uma periferia rural-urbana e, após, subúrbios integrados ao espaço urbano, adquiriu enorme magnitude. (CORRÊA, 1986, p.71)

Ainda de acordo com Roberto Lobato Corrêa (1986), a urbanização dessas áreas rurais próximas às grandes cidades é acompanhada do declínio da atividade agrícola, estabelecendo-se áreas à espera de loteamentos urbanos nas adjacências do espaço urbano contíguo. Trata-se de uma consequência da elevação dos preços das terras, causado pela expectativas dos proprietários de urbanização. Nesse sentido, as práticas territoriais de periferização, que incluem a incorporação fundiária e a produção imobiliária, têm sido comandadas pelas classes dominantes, que podem auferir a renda da terra e beneficiar-se das economias da localização periférica para a atividade industrial.

Ainda que o modelo usado por Corrêa possa lembrar aqueles desenvolvidos no interior dos estudos urbanos ecológicos, o próprio autor assinala que não é disso que se trata (CORRÊA, 1986, p.73 e segs.). Ele afirma que essa área de contato entre o rural e o urbano não é uma faixa circular homogênea, tanto em termos naturais, mas principalmente nos sociais. Desse modo, há uma contradição de classe entre os “setores periféricos” ou a periferia de amenidades, compreendidos como os lugares distantes habitados por grupos hegemônicos atraídos por vantagens locacionais, e a “periferia dos pobres”, que são também distantes, mas não contam com estruturas urbanas adequadas.

De acordo com Roberto Lobato Corrêa, a periferia dos pobres tem uma localização que não é estratégica, o que faz com que ela não seja interessante nem para moradia de classes altas e médias, nem aos usos industriais. Assim, resta ao proprietário vendê-la em lotes à população pobre e extrair a renda fundiária possível. Num primeiro momento, tais

lotes não contarão com o rol de infraestruturas urbanas que podem ser construídas unicamente pelo Estado, o que poderá ser conseguido apenas *a posteriori*, através da reivindicação popular. A moradia em si será construída pelo novo proprietário em mutirões realizados nas horas de folga, contando com os recursos que tiver. Já a periferia de amenidades é construída para a ampliação do espaço residencial das elites e das classes médias e a produção do seu espaço conta com uma atuação efetiva do Estado para o fornecimento da infraestrutura pública, como o arruamento, a iluminação pública, a rede de esgoto e o sistema viário.

Devido seus diferentes conteúdos sociais, Corrêa (1986, p.76) assinala que ambas as periferias participam da reprodução da estrutura social, de modo que cada uma delas reproduz uma das classes sociais antagônicas que existem na cidade.

Assim, periferia popular e periferia da elite são áreas espacialmente opostas mas inseridas ambas as duas na organização de uma sociedade de classes: são os locais de reprodução do exército de reserva e dos dirigentes. (CORRÊA, 1986, p.76).

Ainda que Corrêa (1986) reconheça as diferenças de classe social vinculada à periferia popular e à da elite, avaliamos que o central em sua definição de periferia é o processo de expansão urbana, relacionando-a com as fronteiras da cidade, o que acaba por valorizar a questão da distância do centro urbano como um elemento que caracteriza a condição periférica. Nesse sentido, o conceito de periferia abarca um rol de realidades profundamente heterogêneas entre si, tanto no que diz respeito aos usos, quanto aos grupos sociais vinculados.

Dentre elas, temos o de periferia de amenidades, compreendida como o local de reprodução dos grupos sociais hegemônicos que buscam construir um espaço residencial homogêneo e auto segregado, como coloca Mônica O'Neill (1983) ao estudar um condomínio de alto padrão em Jacarepaguá. Em sua dissertação, O'Neill coloca que a configuração da periferia de amenidades depende da proximidade de objetos socialmente valorizados, como praias ou montanhas, e da preservação dessa amenidade ao longo do tempo. Isso ocorre devido a um processo de produção do espaço, considerado em escala metropolitana, em que aquela porção do espaço é relativamente desvalorizada, fazendo com que ela fique alheia às transformações espaciais. Dessa forma, a dificuldade de acesso a Jacarepaguá perdurou até a década de 1960, criando dificuldades à urbanização. Isso

conservou características espaciais que vieram a ser valorizadas e apropriadas privativamente pelos grupos hegemônicos através de condomínios fechados após a abertura de vias de circulação (O'NEILL, 1983, p.16 e segs.).

Desse modo, de forma sintética, tanto a periferia compreendida através do padrão periférico de crescimento, quanto aquela definida como uma área limítrofe e transitória entre o rural e o urbano, são transversalizadas pelo argumento do espraiamento do tecido metropolitano. Assim, ambas as concepções de periferia centram suas análises na produção ou na reprodução do espaço, compreendidas como os processos de transformação do espaço urbano ou de seus fragmentos, que alteram as relações estabelecidas entre suas partes e o todo.

Contudo, elas apresentam possíveis diferenças quanto ao conteúdo social e à localização intraurbana da periferia a qual fazem menção. Ou seja, no primeiro caso, não há ambiguidade em pensá-la como um lugar carente de infraestruturas urbanas forjado através do processo mais amplo de reprodução da metrópole. Já no segundo, o crivo principal de definição de periferia é o fato dela ser uma frente pioneira de urbanização, podendo fazer referência a diferentes realidades. Por essa razão, a importância da localização na definição de periferia pode ser problematizada, questionando-se que seja necessariamente um fenômeno ligado a esse movimento de expansão da cidade, trazendo contribuições que buscam pensar como a concretude dos objetos geográficos configura realidades sócioespaciais igualmente consideradas como periféricas.

Quando o conceito de periferia é entendido sob a ótica do consumo de objetos e de localizações espaciais, o que está associado à produção do espaço, ele expressa uma tensão entre seus dois elementos comumente definidores, que são a distância e seu conteúdo social. Por essa razão, no que diz respeito às análises das pesquisas empíricas, nossa proposta é estabelecer um diálogo entre as diferentes perspectivas existentes, buscando jogar luz sobre suas diferenças internas, com o objetivo de identificar a heterogeneidade nos discursos acerca da periferia. A fim de circunscrever melhor cada um dos assuntos que definem essa abordagem da periferia urbana, organizamos esse capítulo em partes, cada uma delas referente a um tópico.

O primeiro deles terá como norte identificar de que modo a periferia é pensada através do consumo de objetos espaciais nas pesquisas empíricas. Como veremos, tal concepção apontará para uma dualidade acerca do espaço periférico. Em alguns momentos,

ele irá expressar uma reterritorialização da indústria, ávida por objetos e localizações espaciais para que possa se expandir. Nesse sentido, a periferia está vinculada à reprodução espacial da metrópole, expressando as áreas recém-incorporadas pelo processo de espraiamento do tecido urbano. Em outros momentos, a periferia será compreendida como as frações do espaço que não contam com objetos urbanos que conferem qualidade de vida aos seus usuários, e dessa maneira, ela é definida de forma negativa a um centro. Pela sua condição desfavorável na dinâmica metropolitana como um todo, os pobres urbanos terão como única alternativa habitacional os espaços periféricos. Desse modo, a periferia é associada à reprodução da totalidade social, de modo similar ao que desenvolvemos no capítulo anterior. Ainda que, em cada uma dessas acepções, a periferia faça referência a uma dada realidade social, não se tratam de definições incompatíveis entre si. Isso porque é possível compreender a periferia urbana como os lugares residenciais definidos pela precariedade infraestrutural das bordas metropolitanas, onde o aumento da demanda habitacional tensiona a uma expansão do tecido urbano.

Isso nos leva ao segundo ponto, com o qual concluiremos nossa reflexão. Dentro dessa acepção de periferia como os locais residenciais precarizados, em algumas das pesquisas empíricas, a periferia urbana aparece como algo que ocorre estritamente nas franjas da metrópole, com base em um modelo de estrutura urbana onde a configuração dos objetos valorizadores estabelece uma separação entre o conteúdo social e a proximidade em relação ao centro, estabelecendo um modelo de centro-rico e de periferia-pobre. Em outras pesquisas empíricas, a questão da distância não será estrutural na definição de periferia urbana, cujo fundamento é a compreensão de que a territorialização dos objetos valorizadores não obedece a um modelo pré-definido, de modo que a pobreza urbana ocorre de forma intersticial no tecido metropolitano.

6.1 Os diferentes conteúdos sociais abarcados pelo conceito de periferia urbana

De acordo com a proposição acima apresentada, nesse primeiro momento, nossa reflexão terá o objetivo de apresentar as diferentes perspectivas sob as quais a periferia urbana é pensada nessas pesquisas empíricas através do consumo de objetos espaciais, que a definem tanto a partir da produção de novos espaços destinados às funcionalidades periféricas, centrados sobretudo na moradia popular e no uso industrial, como a área de expansão da fronteira urbana, que por definir uma área, e não uma funcionalidade, abriga usos da terra mais heterogêneos.

Desse modo, tratam-se de concepções de periferia que podem fazer referência a lugares distintos na malha urbana, posto que, no primeiro caso, engloba apenas questões urbanas vinculadas à modernização produtiva brasileira, que são a indústria e a expansão de moradias populares precarizadas, como posto no capítulo anterior. Já no segundo caso, atinge todos os usos que ocorrem nas fronteiras do tecido metropolitano, que abarca os anteriores, mas atinge a moradia de alto padrão e os usos para lazer. Contudo, ainda que tais usos da palavra periferia não façam menção aos mesmos lugares, em ambas as perspectivas a periferia é compreendida enquanto uma fração da totalidade espacial submetida aos interesses hegemônicos do modo de produção. A compreensão de que o espaço é uma das esferas da totalidade social, a produção do espaço periférico está em consonância com a reprodução da totalidade social, como se fosse um momento de um processo mais amplo.

É através dessa compreensão que Amália Lemos (1980), em seu doutorado, analisa o município de Itaquaquecetuba enquanto um subespaço periférico da metrópole paulistana, a ela submetido. Em linhas gerais, seu argumento vai no sentido de que definir a periferia como a área onde houve uma expansão da metrópole por contar com os objetos necessários para a indústria. Como veremos, para Lemos, essa borda do tecido urbano só se torna uma periferia metropolitana ao ser usada produtivamente pela indústria. Isso porque a pesquisadora tem a compreensão de que a metrópole dos países subdesenvolvidos se comportam como uma “bacia de drenagem” entre a riqueza produzida dentro de suas fronteiras e as metrópoles internacionais (LEMOS, 1980,

p.168)⁸⁸. Nesse sentido, a metrópole, considerada como uma totalidade espacial, media o capitalismo internacional e seus diferentes lugares. Para que isso ocorra, Lemos assinala que é necessário que o território metropolitano abarque todos os processos do modo de produção, ou seja, produção, circulação, distribuição e consumo. No entanto, sob o ponto de vista espacial, tais processos ocupam uma determinada fração do solo e não podem ser sobrepostos entre si, o que faz com que a metrópole necessite de uma expansão contínua. Conforme novos espaços são incluídos metrópole, ou seja, nas diferentes etapas do processo de produção, há uma valorização fundiária e também uma alteração nos usos do solo que existia no momento anterior. Os novos usos do espaço serão condicionados às demandas metropolitanas e, portanto, são exógenas ao lugar, sendo esse o fundamento da compreensão de que a periferia é subordinada aos interesses da metrópole.

Por essa razão, a incorporação de uma determinada área enquanto uma periferia metropolitana implica numa redução desse lugar a uma parcela de um sistema mais amplo comandado pela capital metropolitana. O espaço metropolitano está em constante transformação, e passa a ter um distanciamento entre o espaço produzido e as demandas espaciais das indústrias, que precisam ser realocadas para poderem continuar seu processo de expansão. Isso porque, pelo lado da produção do espaço, o que se tem é um adensamento de objetos e de recursos que encarecem sobremaneira o valor da terra; e pelo lado das necessidades industriais, o aumento da escala de produção e da automação nesse processo, exige plantas cada vez maiores.

Em decorrência, então, a organização do espaço da área metropolitana se faz levando em consideração todos os processos do modo de produção dominante: a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo.

O processo de metropolização de São Paulo, implica numa série de episódios que justamente ressaltam esses diversos momentos do modo de produção, valorizando áreas que lhe interessam em diferentes etapas desse processo.

“A metropolização – escreve Lysia Bernardes⁸⁹ – implica em retração nos usos e nas formas de produção tradicionais e a expansão de outros usos – residenciais, industriais e de lazer – que geram nas áreas periféricas das grandes aglomerações novas estruturas de produção e novos fluxos, de capitais, bens e pessoas,

88 Sua referência para essa definição de metrópole é Milton Santos, Espaço e Dominação. In: Seleção de Textos, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, nº 4, junho, 1978.

89 BERNARDES, Lysia. Sobre o processo de Metropolização do Brasil. In: Revista Geográfica, nº71, dezembro de 1969, p.115 e segs.

traduzindo a integração econômica com o núcleo central”.

O processo de valorização dessas áreas periféricas da Grande São Paulo se dá como consequência da localização de uma série de “usos do solo” que o núcleo central da cidade não é mais capaz de comportar. Nessa “expulsão” de atividades, o centro metropolitano concentra um feixe complexo de serviços – tanto de controle, como religiosos, financeiros, sindicais, de informação, de necessidades da população, etc., – deixando para a periferia a localização do processo industrial e outras formas de uso que a acompanham. (LEMOS, 1980, p.168-169)

Desse modo, em sua perspectiva, a periferia é um fragmento recém-incorporado à metrópole e cujos usos participam de uma das etapas do processo de produção total da metrópole. É através dessa compreensão que Lemos busca demonstrar como Itaquaquetuba saiu de um modo de produção pré-capitalista e se transformou em uma periferia metropolitana ao passar a integrar o modo de produção dominante. Para demonstrar essa transição, é feita uma reconstituição histórica dos usos do atual território de Itaquaquetuba, remontando desde os primórdios da ocupação, no século XVI, quando os grupos humanos se dispersaram em direção às pequenas várzeas de córregos tributários do rio Tietê, até o século XX, quando colonos portugueses, italianos e japoneses chegam ao município de Itaquaquetuba, comprando ou arrendando terras para a prática de agricultura especializada em hortifrutigranjeiros destinados ao abastecimento da metrópole, momento em que Itaquaquetuba integra o cinturão verde de São Paulo (LEMOS, 1980, p.20 e segs.). Até a década de 1940, a integração de Itaquaquetuba com a metrópole era unicamente através da venda de alimentos, o que é alterado com a abertura de loteamentos residenciais populares para trabalhadores da capital, quando o município se transforma em “subúrbio-dormitório”.

Esse momento representa uma dupla forma de expansão da metrópole sobre Itaquaquetuba. Primeiro, submetendo seu território às demandas alimentícias da metrópole, configurando o cinturão verde. Segundo, abrigando tais loteamentos residenciais altamente lucrativos. Se num primeiro momento há um compartilhamento de usos, a expansão contínua da metrópole na segunda metade do século XX estabelece uma tensão entre o rural do cinturão verde e o urbano dos loteamentos residenciais, o que ocorre por meio de uma pressão especulativa sobre o preço dos terrenos e do próprio processo de urbanização que avança sobre as terras rurais, a partir das décadas de 1960 e 1970. Isso faz

com que a atividade agrícola comece a ser expulsa de Itaquaquetuba, alterando sua estrutura demográfica, sua economia e sua relação com a metrópole (LEMOS, 1980, p.63).

Embora esse problema [do crescimento urbano e da especulação imobiliária] tenha começado a se acelerar na década de 70, a partir de 1960 já se fazia sentir com certo ímpeto, o processo de urbanização em Itaquaquetuba. No censo de 1970 Itaquaquetuba aparece com uma população urbana de 22.094 habitantes e apenas 7.059 pessoas na área rural. Há um decréscimo muito acentuado das atividades agrícolas frente ao avanço das atividades industriais e urbanas, de um modo geral. [...]

Na medida que o processo de urbanização avança, as terras são valorizadas e as atividades agrícolas expulsas para municípios mais distantes de São Paulo. (LEMOS, 1980, p.66)

Esse processo atinge o ponto máximo na década de 1970, imediatamente anterior à defesa da tese de Lemos. De acordo com a pesquisadora (LEMOS, 1980, p.28), tal momento foi marcado por uma “verdadeira febre da especulação imobiliária”, quando enormes glebas de terra são loteadas tanto para moradia operária, quanto para fins industriais. De acordo com sua descrição, essa transformação do cinturão verde em periferia tem início com a instalação de moradias populares dos trabalhadores locados na capital. A indústria segue *a posteriori*, atraída pela presença de grandes glebas a preços baratos e pelo fato de já haver moradores que podem lhe servir como força de trabalho. Nesse sentido, para que a indústria pudesse se expandir, havia a necessidade de terrenos grandes e baratos, o que era possível devido à incorporação urbana recente; vias de acesso à capital e ao interior, que existiam desde o período colonial e foram reforçados pelas demandas de transporte de hortifrutigranjeiros e de pessoas; infraestrutura urbana, como sistema elétrico e hídrico, o que foi construído pelo poder público; e mão de obra barata e abundante, que residiam em Itaquaquetuba antes da chegada das indústrias ao município. Desse modo, no argumento de Amália Lemos, a quantidade expressiva de pobres urbanos residentes em Itaquaquetuba é um dos objetos que atraem as indústrias para o município.

Isso é reforçado pelos seus dados de campo, que apontam que as indústrias localizadas no município naquele momento são integralmente originárias da capital, instalando-se em Itaquaquetuba para reduzir seus custos com a localização, com as sanções ambientais e com mão de obra, posto que a presença de população abundante é anterior à indústria, sendo um dos indutores da atração (LEMOS, 1980, p. 38) . Dessa forma, a periferização da atividade industrial é um imperativo para que a acumulação de

capital continue a ocorrer.

Se considerarmos os usos que antecederam a indústria em Itaquaquecetuba, já havia sua submissão à metrópole quando seu território era usado para a produção de alimentos e também quando abrigava loteamentos residenciais destinados aos trabalhadores locados na capital paulista. No entanto, para Amália Lemos (1980, p.35), a condição de periferia da metrópole não está propriamente na submissão de um dado território às demandas metropolitanas, mas fundamentalmente na sua participação efetiva no processo de produção dominante, o que ocorre somente com a incorporação do uso industrial ao território de Itaquaquecetuba. Dessa maneira, a produção do espaço periférico do qual fala Lemos (1980) passa pela expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais, e nesse sentido valoriza-se a distância como um elemento definidor da periferia, mas é caracterizado sobretudo pela incorporação subordinada da esfera produtiva desse novo espaço à dinâmica metropolitana.

Na perspectiva adotada pela pesquisadora, a relação entre o centro e a periferia está no uso do espaço periférico numa dinâmica metropolitana global de abrigar todos os processos do modo de produção, de tal forma que as transformações morfológicas e funcionais do espaço urbano de Itaquaquecetuba interessam porque o município está relacionado com a produção de mercadorias e com a reprodução do capital na escala da metrópole. Retomando o que foi colocado acerca da pesquisa desenvolvida por Amália Lemos (1980), a produção da periferia está inserida em um contexto de reprodução do tecido metropolitano, em que a incorporação de um subespaço à metrópole ocorre através de sua submissão funcional à totalidade espacial, concretizada através da participação efetiva em uma das etapas do processo de produção global. Ao analisar as funcionalidades metropolitanas encontradas em Itaquaquecetuba, a pesquisadora (LEMOS, 1980, p.35 e segs.) aponta que o município abarca as funções industrial e residencial, essa última sendo moradia de população marcadamente pobre, trabalhadora e em condições habitacionais caracterizadas pela precariedade das construções e das infraestruturas e serviços de consumo coletivo.

Dito isso, temos que a produção da periferia na compreensão de Amália Lemos está articulada com a reprodução da totalidade social na medida em que está submetida à metrópole, que drena a riqueza produzida em suas fronteiras para as metrópoles internacionais. Para que possa integrar esse sistema metropolitano global, a metrópole

precisa abarcar todas as etapas produtivas em suas frações, expandindo seu tecido urbano e formando uma periferia submetida às suas determinações. No que diz respeito especificamente à organização do espaço periférico, a demanda pelo espaço periférico e o modo como ele é integrado à metrópole ocorre de duas formas.

A primeira delas é a necessidade das indústrias de terem acesso a lotes grandes e baratos, a fim de que suas unidades produtivas possam ser expandidas. Nesse sentido, a produção do espaço periférico é uma consequência obrigatória para que a atividade industrial não entre em uma estagnação produtiva, sendo *sine qua non* da acumulação industrial progressiva. A segunda maneira pela qual a produção da periferia atende aos interesses da esfera produtiva está na disponibilidade maior de terras, que a faz capaz de abrigar trabalhadores em grande quantidade, de modo que o espaço periférico aparece como o local privilegiado de reprodução da força de trabalho. Dessa maneira, o espaço produzido em Itaquaquecetuba está sujeitado às exigências produtivas da metrópole de São Paulo, que por sua localização ocorre via o abrigo da indústria e da residência popular. Assim sendo, Amália Lemos (1980) conclui sua tese com os seguintes parágrafos:

A análise dos fluxos de relações sócio-econômicas que tentamos fazer dentro das condições em que realizada nossa pesquisa e nossa formação científica, nos parece ter atingido os objetivos de mostrar a integração de Itaquaquecetuba à Metrópole, como parte do processo geral que estruturou a Grande São Paulo.

Fechando o nosso raciocínio poderíamos concluir dizendo que: O processo de metropolização está capturando e organizando o espaço do município de Itaquaquecetuba na medida que o processo de produção, e o processo de consumo que aí se instala não é mais que uma parcela de um sistema maior dirigido pelo centro de decisões que é a Capital Paulista. (LEMOS, 1980, p.184)

Essa localização da indústria e das residências populares ocorre porque a organização dos objetos urbanos no tecido metropolitano faz com que essa parcela do espaço ofereça um preço mais baixo pela terra, possibilitando o consumo industrial e residencial do espaço, e também um uso produtivo desse espaço. Como a submissão de Itaquaquecetuba à metrópole, na perspectiva de Lemos, só ocorre com a incorporação do uso industrial ao município, e há a demanda estrutural pela consolidação das diferentes etapas do processo produtivo global, o espaço consumido pelas indústrias tem uma qualidade distinta do destinado às moradias. Tanto, que no caso das terras industriais, o loteamento e a venda foram controlados diretamente pela prefeitura municipal de

Itaquaquetuba, o que não ocorreu com os lotes residenciais, cuja abertura fica a cargo dos loteadores (LEMOS, 1980, p.29). Desse modo, a precariedade é um atributo apenas das porções residenciais da periferia.

Trata-se de uma perspectiva distinta da de Susana Pacheco (1984), que em sua dissertação de mestrado estuda a reprodução dos loteamentos residenciais em Nova Iguaçu. Em sua concepção, a precariedade infraestrutural é uma clivagem central na sua definição de periferia. Isso porque, em sua compreensão, o que define o espaço periférico é a ausência de objetos que garantam qualidade de vida urbana, como as infraestruturas de iluminação e saneamento, por exemplo, e de serviços de consumo coletivo, como escolas e um sistema de transportes. É justamente a escassez relativa desses objetos, posto que eles existem em outras porções da malha urbana, que faz com que o preço da terra na periferia seja mais barato, possibilitando o avanço de moradias populares.

Assim, a definição de periferia urbana tendo como referência o consumo de objetos espaciais, na pesquisa de Susana Pacheco (1984), é baseada numa interpretação fundada na renda diferencial da terra. Em poucas palavras, cada porção do tecido metropolitano apresenta uma configuração e um adensamento próprios de objetos urbanos, de modo que aqueles locais que concentram uma quantidade maior de estruturas possuem uma renda da terra superior àqueles que não o fazem. A periferia urbana, a partir dessa compreensão, são as bordas da metrópole, onde não há a concentração expressiva desses objetos, sendo definida de modo negativo em relação àqueles que os concentram. Considerado por esse ponto de vista, o uso do solo é desencadeado pela presença ou não desses objetos que atribuem maior renda diferencial a determinadas porções da terra.

No entanto, para que uma dada localidade possa ser incorporada como periferia metropolitana, ela também precisa conter objetos que possibilitem isso, o que no caso de Nova Iguaçu foi a presença de vias de acesso para o centro do Rio de Janeiro, que possibilitava meios de transporte do trabalhador para seu emprego. Dessa forma, para Pacheco, a própria produção do espaço periférico já contém sua subordinação aos interesses metropolitanos hegemônicos ao abrigar os locais de moradia da mão de obra necessária à produção, que abarca tanto os recém-chegados à metrópole e que se dirigem diretamente à periferia, quanto aqueles que moravam em áreas centrais e que foram expulsos por conta da tensão com o capital imobiliário (PACHECO, 1984, p.19). Assim, a relação do núcleo com a periferia expressa a contradição fundamental do capitalismo entre

o capital e o trabalho, numa compreensão de que a riqueza produzida pelo trabalho é sugada pelo capital, aumentando as disparidades sociais e econômicas na metrópole.

Os loteamentos constituíram, assim, a forma mais expressiva de incorporação de Nova Iguaçu à metrópole, principalmente a partir da década de 50, quando 874 plantas de loteamentos foram aprovadas e registradas na Prefeitura. Nesta década, os distritos de Nova Iguaçu, Belford Roxo e Mesquita, mais próximos da metrópole, já eram os mais populosos e já completavam o seu processo de suburbanização; Queimados, na mesma época, porém, ainda não passava de núcleo pioneiro urbano na região de colinas. Na década de 60, entretanto, novo surto de loteamentos ocorreu em Nova Iguaçu, reforçando o processo de loteamento e o papel do município enquanto periferia e local de residência de população de baixa renda. Este é o período em que a questão habitacional acentua o contraste entre núcleo metropolitano e periferia, à medida em que as ações do poder público e do capital privado se conjugam para excluir os pobres do núcleo, forçando-os a deslocamentos residenciais. Em Nova Iguaçu, 430 loteamentos datam deste período, fato que contribuiu para que o município continuasse a crescer em condições sempre mais precárias, já que o processo de loteamento desde os seus primórdios esteve calcado na especulação sobre o solo urbano, que gerava vazios espaciais, e na ineficácia do poder público no tocante a investimentos alocados em melhorias de condições de vida urbana. O processo continuou nos anos 70, quando 204 loteamentos foram registrados na Prefeitura, e ainda não deu sinais de fracasso. (PACHECO, 1984, p.34-35)

Por essa compreensão do espaço metropolitano através da ótica da configuração de objetos espaciais, Pacheco tem uma análise que valoriza os processos de produção do espaço, que são articulados com a reprodução da força de trabalho. A unicidade entre a produção do espaço e a reprodução da força de trabalho é fundamentada no raciocínio de que a reprodução do espaço periférico está associado à industrialização metropolitana e o consequente aumento da atividade terciária, que estimula o êxodo rural e produz como resultado a concentração demográfica de trabalhadores na metrópole. Analisada sob o ponto de vista fundiário, o crescimento demográfico e a expansão industrial gerou uma escassez de terras disponíveis e o seu decorrente encarecimento. Se pensada através da ótica da reprodução social, essa grande quantidade de trabalhadores concentrados diminuiu o poder de barganha dos assalariados junto aos representantes do capital, o que acabou rebaixando seus salários e desobrigando o empregador a assumir alguma responsabilidade sobre a moradia da sua força de trabalho, como ocorria o caso das antigas vilas operárias

(PACHECO, 1984, p.15 e segs.).

No caso do Rio de Janeiro, se retrocedermos no tempo até a virada do século [XX], podemos observar que a expansão industrial da cidade e o concomitante incremento das atividades terciárias desempenharam importante papel no quadro metropolitano que derivou na periferia. De fato, com o avanço da indústria, cresceu o número de trabalhadores concentrados na metrópole, onde os investimentos na atividade produtiva tornaram-se cada vez maiores, assim como as oportunidades de emprego, sobretudo no setor terciário. Por sua vez, este crescimento demográfico, ao provocar uma demanda por moradias populares maior que a oferta, contribuiu enormemente para a produção do espaço periférico. Com efeito, fortemente impulsionado pelas migrações internas, o crescimento demográfico da cidade no início do século acabou produzindo uma grande concentração de força de trabalho que, precariamente absorvida e muitas vezes rejeitada pelo sistema produtivo principal, procurou se inserir na economia tradicional como pôde, ou se organizar em uma economia paralela baseada no subemprego. Independente da solução encontrada, o fato é que a renda apropriada pelo trabalhador era certamente insuficiente, incapacitando-o a penetrar no mercado de consumo da habitação pronta, mercadoria que começa a escassear. (PACHECO, 1984, p.15-16, grifo original)

Desse modo, essa população inserida nos piores postos do mundo do trabalho, e num contexto em que o acesso à terra foi encarecido, é impelida a morar em lugares mais baratos, sendo essa a funcionalidade estrutural da periferia. Por essa razão, os processos de produção do espaço periférico e reprodução da força de trabalho são encadeados, na medida em que as bordas metropolitanas são tensionadas e expandidas pela pressão habitacional que não é satisfeita em outros locais do tecido urbano.

A partir da compreensão de que a produção dos subespaços da metrópole está relacionada com a metrópole como um todo, e de que a organização da sociedade ocorre através da contradição de classes, Susana Pacheco também assinala que há uma drenagem dos recursos da periferia, que não está unicamente na mais-valia extraída na produção, mas também na produção do espaço do núcleo da metrópole e de como isso degrada ainda mais os espaços periféricos. A pesquisadora parte da premissa de que a incorporação de bens e serviços urbanos no centro metropolitano faz com que sua renda diferencial aumente, o que necessariamente causa o rebaixamento relativo da renda diferencial da periferia e o decorrente agravamento das condições de vida de seus moradores. Trata-se de um processo

que cristaliza a posição hierarquicamente superior em termos sociais, econômicos e políticos do núcleo em relação à periferia, cuja tendência é de aprofundamento das disparidades através da reprodução dessas contradições espaciais.

Neste sentido, pode-se identificar, em qualquer metrópole capitalista dependente, uma relação estrutural entre núcleo e periferia na qual aquele, concentrador de riquezas, requer a existência de periferias precárias que, por sua vez, o pressupõem. Em outras palavras, privilegiado com obras e benefícios públicos, já que o efeito multiplicador se reflete sobre o mercado de terras, o núcleo assume o papel de sugador da periferia, que cresce abandonada e se caracteriza por ser local de moradia de população com fraca ou nenhuma possibilidade de acesso aos benefícios urbanísticos, concentrados no núcleo.

Desta contraposição estabelecida entre núcleo e periferia podemos inferir que as relações de dependência entre espaços diferenciados, do ponto de vista econômico e social, também estão presentes no interior dos sistemas metropolitanos. De fato, a segregação cristaliza o contraste entre o local onde está o poder (núcleo) e o espaço periférico dependente, solidificando um modelo metropolitano tipo núcleo-periferia que ainda é reforçado pela ação conjunta de políticas governamentais de “renovação urbana” e pela atuação da iniciativa privada sobre os mercados de terra urbana e construção civil. (PACHECO, 1984, p.14-15)

Trata-se de um raciocínio teórico que articula a riqueza do centro e a precariedade da periferia, em que o avanço da produção do espaço faz com que ambas sejam reforçadas. O que é subjacente a essa perspectiva é a compreensão articulada das diferentes esferas da vida social, em que o desenvolvimento de cada uma delas, acaba por reforçar as demais. Nesse sentido, os interesses hegemônicos envolvidos na produção industrial de mercadorias orientam a produção do espaço. Esta, por sua vez, reforça as contradições de classe que movem a produção industrial, fazendo com que os grupos menos favorecidos sejam ainda mais subjulgados, tanto pela drenagem fiscal que financia os melhoramentos no centro, quanto pelos locais destinados para sua moradia, marcados pelo não investimento por parte do Estado e pelo agravamento da precariedade de suas vidas. Já os grupos hegemônicos, vêm suas infraestruturas serem construídas com investimentos públicos, para os quais eles pouco contribuíram e se apropriam do grande retorno que eles ocasionam. Nesse processo, a sociedade é reproduzida de forma ampliada, com o acirramento das contradições de classe e, no caso da população periférica, com a piora de suas condições de vida.

A fim de verticalizar sua reflexão sobre a expansão periférica, Pacheco aponta que a reprodução dos loteamentos ocorre em cinco fases, que são a (1) aquisição e (2) a ocupação do lote, (3) o consumo da habitação e (4) sua mercantilização e (5) a reprodução de loteamentos. No que diz respeito à quinta fase, trata-se efetivamente da ampliação do tecido metropolitano através de novos loteamentos produzidos sob a mesma lógica que os anteriores, cujo motor é o processo de valorização da periferia, o que ocorre pela reprodução metropolitana. De acordo com a bibliografia consultada por Pacheco⁹⁰ (1984, p.139), quando ocorre uma alta nos preços dos imóveis de um determinado lugar, é porque houve um avanço da franja metropolitana, onde uma nova periferia está em formação. Como esse lugar é mais distante e contém menos amenidades, seu preço no mercado de terras será menor do que o da antiga periferia. Dessa maneira, seus moradores mais pobres são expulso para periferias ainda mais distantes e precarizadas, o que implicaria na perda de acesso a serviços e infraestruturas, causando uma degradação constante das condições de vida dessas pessoas.

No entanto, seus dados de campo apontam que, de fato, as novas periferias são formadas pela migração intraperiférica, sem que isso signifique uma diminuição no acesso a bens de consumo coletivo. Além disso, de acordo com Pacheco, essa migração interna às periferias não ocorre por uma valorização fundiária, mas pela busca da casa própria, saindo de uma condição de inquilino para proprietário (PACHECO, 1984, p.143 e segs.).

Em suma, fica patente que enquanto a propriedade de um lote não se concretiza, o trabalhador tende a se deslocar espacialmente de um loteamento para outro, de uma moradia para outra, quer seja ela alugada, cedida ou até mesmo invadida. Porém, quando o objetivo da casa própria é atingido, o trabalhador de baixa renda vê na habitação conseguida a duras penas a segurança que não encontra no trabalho. E por isso mesmo dela não se desfaz com facilidade, a não ser que sua condição financeira melhore, o que dificilmente ocorre.

Podemos dizer, por fim, que os deslocamentos intraperiféricos não implicam em modificações no modo de vida, mesmo no caso daqueles que se tornam proprietários. Afinal, a precariedade é a

90 A fim de apresentar as referências usadas por Susana Pacheco (1984) sobre a expansão da periferia, transcrevemos uma de suas notas: “Alguns autores enfatizam esta hipótese [de que a expansão da periferia gera uma piora nas condições de vida da população] para explicar o avanço horizontal da ocupação do solo periférico. Dentre eles estão C.N.F. SANTOS, M.H.B. LIMA, N. BONDUKI e R. ROLNIK e E. MARICATO. Na verdade trata-se de uma “expulsão velada”, segundo M.H.B. LIMA, e a população que se desloca está buscando alternativas de reprodução de sua força de trabalho.” (PACHECO, 1984, p.171)

tônica dos loteamentos periféricos, e é entre estes espaços “urbanos-desurbanizados” que essa parcela da classe trabalhadora transita. A sua trajetória residencial, portanto, está longe de refletir mobilidade social, ainda que o objetivo da casa própria seja conquistado. (PACHECO, 1984, p.157)

No segundo ponto desse capítulo, trataremos propriamente sobre a importância da distância em cada uma das concepções de periferia mobilizadas. Contudo, já é possível adiantar que para Susana Pacheco (1984) trata-se de algo transversal ao conceito de periferia urbana. Além disso, para essa pesquisadora, há uma contradição entre centro e periferia que expressa as contradições de classe da sociedade capitalista. Essas perspectivas não estão presentes na tese de doutorado de Ana Fani Carlos (1987), cujo objetivo é pensar a produção do espaço no município de Cotia na RMSP (Região Metropolitana de São Paulo).

A pesquisa de Carlos (1987) nos permitira pensar em aproximações com as de Amália Lemos (1980) dado ao fato de ambas estudarem municípios da metrópole paulista e também atribuírem um relevo à atividade industrial como elemento de expansão do tecido urbano e de produção da periferia. Contudo, as duas pesquisadoras se afastam na medida em que Carlos (1987) não define o município de Cotia como sendo totalmente periférico, enfatizando a heterogeneidade nos usos do solo e, no que diz respeito ao uso residencial, ressaltando a contiguidade de moradias de grupos sociais estruturalmente antagônicos na sociedade de classes. Esse segundo ponto acerca da função residencial, também distancia a proposta de Carlos daquela desenvolvida por Pacheco (1984), que compreende a periferia estritamente como o local distante do centro metropolitano onde estão concentradas as moradias pobres.

Ainda comparando as perspectivas das três pesquisadoras, Ana Fani Carlos (1987) atribui ao conceito de periferia uma complexidade entre localização e função que não está presente nas reflexões feitas por Amália Lemos (1980) ou por Susana Pacheco (1984), cujo fundamento está na duplicidade verificada no espaço geográfico, que é ao mesmo tempo capital fixo para a produção de mercadorias e meio de consumo para a reprodução do trabalhador.

Por essa razão, Carlos assinala que a periferia urbana está vinculada a dois processos relativos à reprodução social.

De um lado, ao pensar o espaço como uma dada configuração de objetos que

servem de capital fixo para a produção de mercadorias, Carlos entende a periferia enquanto uma área fronteira da expansão urbana, que contém objetos necessários e desejados para localizações industrial e cuja inserção no mercado fundiário metropolitano lhe confere um preço menor da terra. Além disso, a configuração espacial que ocorre nas bordas da metrópole atraem também as moradias populares e as de alto padrão. Sobre esse último uso do solo, a periferia da metrópole contém objetos que possibilitam um dado modo de vida atraente para as elites, como a possibilidade de ter moradias amplas e de se distanciar da confusão dos centros urbanos, ao mesmo tempo em que podem ter um acesso rápido a tais lugares através do automóvel. Desse modo, os limites metropolitanos, onde ocorrem a reprodução do espaço urbano, são definidos pela articulação de diferentes funções e pela co-presença de classes sociais distintas.

De outro lado, Carlos também pensa o espaço periférico como meio de consumo para a reprodução do trabalhador, sendo compreendida como mais um dos territórios da pobreza urbana, onde a periferia urbana é somada aos centros degradados, aos bairros operários, às favelas e aos conjuntos habitacionais populares, de tal maneira que a localização intraurbana é menos importante do que seus usos, cuja funcionalidade para a estrutura social está na reprodução da força de trabalho (CARLOS, 1987, p.131). Isso acontece porque tais lugares não contam com objetos urbanos e/ou com localizações valorizadores, o que faz com que seu preço de comercialização seja inferior ao praticado em outros locais da metrópole.

Desse modo, para Ana Fani Carlos (1987), o conceito de periferia urbana tem um caráter duplo. Em uma de suas notas, reproduzida abaixo, a pesquisadora explicita essa compreensão do fenômeno.

Estamos usando o termo periferia num duplo sentido: 1º como áreas nas bordas da mancha urbana que podem ser caracterizadas como áreas de expansão da cidade e que englobam tanto uma população de alta renda quanto de baixa. O segundo sentido se refere à ideia de periferia tratada por Sandra Lencioni [1985], como uma particular manifestação especial da problemática da reprodução da força de trabalho em contexto urbano. (CARLOS, 1987, p.119)

Dessa forma, ao pensar a periferia como a área fronteira da metrópole, seus diferentes usos espaciais são segregados e hierarquizados, dentre os quais a função industrial prevalece sobre a residencial. Nessa sentido, essa periferia metropolitana

representa a frente de expansão da metrópole em seu processo de reprodução espacial, marcado pela complexidade de usos e de grupos sociais em disputa pelo espaço urbano, incorporando novas áreas ao urbano e reconstruindo áreas já urbanas (CARLOS, 1987, p.247-249).

Analizando a contradição entre capital e trabalho sob o ponto de vista urbano, a pesquisadora classifica os tipos de uso da cidade em *usos da produção*, como as fábricas, os serviços e as demais atividades econômicas, e *os usos da reprodução*, onde predominam as residências. Os vários agentes da sociedade disputam o espaço urbano a fim de satisfazerem suas demandas espaciais, como por exemplo a necessidade de infraestrutura produtiva ou a presença de bens de consumo coletivo, cuja realização depende da propriedade da terra que abrigue a localização e os objetos espaciais necessários.

Também por essa razão, a produção do espaço irá ocorrer de acordo com os interesses de seus proprietários, que ocupam um lugar elevado na estrutura social e subordinam a criação das formas espaciais às suas necessidades para a reprodução do capital. É nesse sentido que a produção e a reprodução do espaço são compreendidas enquanto processos subordinados à reprodução do capital, contribuindo também para a reprodução das relações sociais de produção como um todo, já que acaba por reforçar o lugar hegemônico daqueles que comandam a estrutura social (CARLOS, 1987, p.111 e segs.).

Por essa razão, o espraimento do tecido metropolitano tem seu motor na indústria, cujo crescimento depende da proximidade dos meios de circulação, da força de trabalho, das demais indústrias às quais estão vinculadas e dos consumidores, estabelecendo um espaço em que a aglomeração desses elementos indica o desenvolvimento máximo das condições de produção (CARLOS, 1987, p.138). É dentro dessa concepção de reprodução da metrópole que é compreendida a produção do espaço de Cotia, que é como que engolida pela metrópole.

Assim, o espaço vai se produzindo para atender as necessidades da produção e reprodução de relações determinadas pela atividade produtiva (que dependerá do estágio de desenvolvimento das forças produtivas). A interrelação entre parcelas diferenciadas do espaço serão determinadas pela divisão do trabalho no seio do processo produtivo global. Essas duas fases do processo cíclico que se estabelecem como momentos da circulação terão um peso grande na determinação da localização industrial. Essa preocupação foi

constatada em Cotia, onde as indústrias se instalam devido as condições de infra estrutura, fundamentalmente a partir da duplicação e mão de obra barata e abundante. Os anos da década de 70 marcam um processo de instalação industrial bastante acelerado no município. É um crescimento que se faz sem planejamento global contribuindo para a concentração da atividade em locais privilegiados à margem da Raposo Tavares, e o uso predatório do meio físico, como ocorre, por exemplo, na região do Rio Cotia (com poluição do ar e da água). (CARLOS, 1987, p.155-156)

E como consequência da concentração industrial, o município de Cotia passa a abrigar moradores atraídos por esses empregos e também pela possibilidade de comprar lotes e construir sua residência. Segundo Carlos (1987, p.247 e segs.), a precariedade das condições de moradia dos pobres urbanos em Cotia evidencia o contraste com que o Estado lida com os trabalhadores e com a indústria, relegando a questão da residência unicamente ao trabalhador e sua família, e oferecendo benefícios às indústrias.

Pensando a periferia como a área fronteira entre o rural e o urbano, e focando especificamente na questão da moradia nesse momento, tanto Carlos (1984) quanto Pacheco (1984) apontam para as heterogeneidades nos conteúdos sociais presentes em seus objetos de estudo. No entanto, a pesquisa da geógrafa paulistana indica para uma diferença de classe social na ocupação residencial de Cotia, apontando para um espaço segregado de acordo com o lugar que cada grupo ocupa na estrutura de produção da sociedade.

Já Susana Pacheco trata das diferenças internas à pobreza da classe trabalhadora. A fim de captá-las, Pacheco adota como referência dois loteamentos de Nova Iguaçu estruturados em momentos distintos. O primeiro deles, Vila Norma, teve início na década de 1950 e está localizado numa área aplainada na divisa dos municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis e São João do Meriti, fronteira da expansão metropolitana na década em questão. O segundo loteamento, Jardim Vista Alegre, data da década de 1970 e está localizado em um relevo de colinas numa área de ocupação recente (PACHECO, 1984, p.37 e segs.).

Susana Pacheco (1984) reconhece a variação do preço da terra entre os loteamentos, como também dentro de um mesmo loteamento, de acordo com a localização em relação aos meios de transporte ou a maior proximidade de infraestruturas urbanas. Além disso, no loteamento mais antigo, as residências encontram-se em diferentes estágios da construção, havendo desde casas provisórias, construídas no momento de ocupação do lote enquanto a construção definitiva é levantada, até a casa pronta, passando pelos

estágios intermediários da construção (PACHECO, 1984, p.103). No entanto, seu argumento caminha no sentido de minimizar essas discrepâncias espaciais, o que a pesquisadora justifica pelo fato de seu nível de consumo ser baixo se comparado com o da totalidade metropolitana.

Nesse sentido, apesar da paisagem heterogênea dos dois loteamentos, Pacheco (1984, p.109) os aproxima ao defini-los pela precariedade, tanto no que diz respeito à casa em si, que nas palavras da autora são “casas mal construídas, sem acabamento, e às vezes sem os equipamentos necessários ao fornecimento de luz, água e esgoto, ainda que esses serviços já atendam ao loteamento”, quanto aos bens de consumo coletivo externos à moradia, onde a situação é muitas vezes amenizada pela ação dos próprios moradores na troca de lâmpadas de iluminação pública ou na retirada do mato (PACHECO, 1984, p.114). Para além, ainda que existam heterogeneidades, o conceito de periferia mobilizado por Pacheco visa dar conta da reprodução da força de trabalho em quanto um momento da reprodução sociedade como um todo; ao passo que a dupla compreensão da periferia de Carlos expressa, por um lado, a reprodução espacial da metrópole através da reterritorialização da indústria, e por outro, a reprodução da classe trabalhadora. Assim, a primeira acepção da periferia urbana na compreensão de Carlos não expressa unicamente diferenças internas à classe social, mas sim a proximidade física de grupos estruturalmente antagônicos, estabelecendo um espaço internamente hierarquizado.

A segunda acepção da periferia urbana de Carlos está mais próxima da desenvolvida por Pacheco, no sentido de ter a funcionalidade de reprodução da classe trabalhadora, e também da manejada por Amélia Damiani (1984), em sua dissertação de mestrado acerca da ampliação das favelas em Cubatão, município localizado entre o litoral paulista e a metrópole de São Paulo. De acordo com a perspectiva de Damiani, a produção do espaço de Cubatão está submetido aos interesses do grande capital industrial nacional, que acaba por criar áreas valorizadas no tecido urbano para o desenvolvimento da indústria, relegando à moradia popular os demais espaços desvalorizados. Nesse sentido, essa periferia criada é mais intersticial, não tendo uma localização pré-definida na morfologia urbana, mas igualmente vinculada à reprodução da força de trabalho e à produção do espaço urbano submetida à produção industrial.

Dessa forma, em Damiani (1984), a indústria também será o carro-chefe de um tipo de produção do espaço onde seus subespaços são subordinados aos interesses produtivos

industriais. Diferentemente das três pesquisas anteriores, Damiani não tem um objeto de estudo localizado numa região metropolitana, contudo, a localização estratégica de Cubatão faz com que seu desenvolvimento industrial esteja em consonância com o processo em curso na metrópole e no país como um todo. Assim, pela importância do centro petroquímico de Cubatão para a indústria do Sudeste e, portanto, na industrialização do Brasil, Damiani (1984, p.13) aponta como o município participa da divisão territorial do trabalho em escala nacional, filtrando as determinações multiescalares que lhe atingem. Apesar da pesquisadora não aceitar uma perspectiva de plasticidade máxima do espaço de Cubatão a essas determinações externas, reconhecendo a importância das formas precedentes na constituição de sua realidade, há uma aceitação do discurso ouvido em suas atividades de campo que o município é uma síntese das formas e das contradições do capitalismo brasileiro⁹¹.

Em termos econômicos, tal qual o Brasil, Cubatão reproduz o tripé da propriedade do capital, centrado na ação do Estado para privilegiar o capital privado nacional e estrangeiro, na concentração do capital produtivo e na recriação de pequenas, médias e grandes empresas. Em termos políticos, Cubatão também tem um governo marcado pelo autoritarismo herdado do período militar e pela hipertrofia do executivo frente aos demais poderes. E em termos sociais, o município é caracterizado pela concentração e pela ampliação da pobreza criada e alimentada pela acumulação industrial.

Em síntese, Cubatão faz parte da divisão territorial do trabalho industrial brasileiro, como centro industrial petroquímico-siderúrgico, de importância nacional; e a sua constituição, enquanto tal, relaciona-se a determinações internas e externas, aqui esboçadas, e não apenas a decisões externas independentes. Levando-se em conta somente esta última interpretação, esvaziaria-se Cubatão como realidade histórica, comprometendo o entendimento da formação e reprodução deste centro produtivo. Mas, como grande centro industrial, que é hoje, reunindo esferas produtivas estratégicas para a reprodução do capital no Brasil, Cubatão está sujeito, direta e especialmente, a determinações da política econômica nacional. É comum ouvir-se, em Cubatão, que a cidade é o Brasil em menor escala, isto é, resume as formas e as contradições principais do capitalismo brasileiro. Na verdade, Cubatão reflete as bases produtivas do capitalismo brasileiro e, considerando-se a dimensão da cidade, chega a ser

91 A ideia de que o específico é uma síntese da totalidade está presente em outras pesquisas do mesmo momento, como na de Francisco Scarlato (1988), que será abordada mais a frente, que compreende a urbanização do Bexiga como um microcosmo da urbanização capitalista.

didática:

- do ponto de vista econômico temos o tripé da propriedade do capital, que caracteriza a economia nacional e o lugar garantido a cada um desses agentes; o Estado potenciando o capital privado estrangeiro e nacional, via empresas estatais, capital social básico desenvolvido, interferência na propriedade da terra, mecanismos financeiros e outros; e, os níveis elevados de concentração do capital produtivo, aparentes através das grandes unidades produtivas, associados à recriação de pequenas, médias e grandes empresas, de que a indústria da construção é testemunha.
- do ponto de vista político temos as opções políticas pós-64, marcadas pelo “centralismo autoritário”, acelerando, ainda mais, a hipertrofia do executivo, como condições extra-econômicas da eficácia da política econômica, desembocando, entre outros procedimentos, na formulação das áreas de segurança nacional, entre as quais Cubatão, em 1968. A partir deste momento, o prefeito de Cubatão é nomeado pelo governador, mediante aprovação prévia do presidente da República. Portanto, esta nomeação está sujeita à coerência buscada entre o econômico e o político, determinada pelo poder central, com a possibilidade de surgirem impasses como o que levou à rejeição, pelo presidente, da lista tríplice de peemedebistas, apresentada em 1984, por Cubatão; substituída, então, no mesmo ano, por uma lista sétupla, agora incluindo representantes vinculados diretamente aos interesses das indústrias aí instaladas: o diretor regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e um dos diretores da Cosipa. A 6 de fevereiro de 1985 foi nomeado como prefeito de Cubatão o já citado diretor da CIESP.
- do ponto de vista social temos o quadro de pobreza criado e alimentado pela acumulação de capital industrial, refletido no número elevado de favelados e de favelas. (DAMIANI, 1984, p.13-14)

Nesse sentido, de forma convergente com Lemos (1980), Pacheco (1984) e Carlos (1987), também Damiani (1984) relaciona de forma direta a produção do espaço e o estabelecimento de territórios da pobreza com o processo de industrialização. E de modo próximo ao que é feito por Susana Pacheco (1984), Amélia Damiani (1984) terá uma concepção de periferia urbana baseada na ausência relativa de objetos urbanos socialmente desejados, contudo, sem compartilhar com a valorização da distância como um elemento definidor da periferia urbana.

Segundo Damiani (1984, p.129), após a década de 1950, as indústrias se apropriam dos locais mais vantajosos do município, considerando sua localização intraurbana, como a proximidade das vias de transporte, e as características do terreno, como a suscetibilidade a

alagamentos ou sua declividade. Já os trabalhadores mais precarizados, cujas relações de trabalho são instáveis, marcadas pelas longas jornadas e pelos salários reduzidos, restava arcar com aluguéis caros em imóveis mal conservados, ou buscar a moradia em favelas, cuja localização próxima às indústrias diminuía os custos e o tempo do transporte. Contudo, o aumento da área ocupada por favelas ou residências populares, em alguma medida, diminuiu a quantidade de terras disponíveis para a expansão industrial, encarecendo-a. A fim de disponibilizar essas terras à produção, o Estado vai, de acordo com Damiani, deixar intencionalmente de investir em infraestruturas e serviços urbanos para essa população, gerando com isso “um processo de favelização tático”. A proposta, segundo a pesquisadora, é deteriorar as condições de vida nos bairros periféricos e nas favelas, fragilizando seus moradores nas disputas por terra com as indústrias.

Além disso, a história de expropriação, em Cubatão, não se esgota nos aluguéis caros e na decorrente expulsão de parte da população para as favelas, como o morar possível, e também transcende, embora não exclua, os conflitos particulares entre proprietários das terras invadidas e a população que as conquistou; abrange, também, a tentativa de extinção de espaços periféricos e pobres, procurando esterilizar a propriedade da terra legalmente constituída, nos núcleos onde esta existia. Especialmente em meados dos anos 70 e nos anos 80, essa história de expropriação passou a se confundir, de uma forma mais genérica – embora sempre a tivesse em seu bojo –, com a tentativa de açambarcamento pelas indústrias dos espaços necessários à expansão industrial. Portanto, seria redutor examinar as favelas a partir de um conceito de áreas pobres invadidas. De certa forma, há um processo de favelização tático atingindo outros núcleos – reduzindo-se inclusive os investimentos em serviços urbanos, desvalorizando-se os preços da terra, etc. – tendo em vista, nos conflitos de terra entre as indústrias, e seus representantes, e os moradores dos mesmos, tornar frágil a esses últimos. (DAMIANI, 1984, p.129, grifo original)

Desse modo, é estabelecida uma tensão entre a função residencial e a industrial, que aponta para a contradição entre trabalho e capital e também entre a pobreza e a riqueza. Para isso, a definição de pobreza usada por Amélia Damiani (1984, p. 92 e segs.) é de que ela não é estabelecida pela ausência de uma dada possibilidade de consumo ou de recursos, mas é intrínseca à própria condição do trabalhador no capitalismo, expropriado dos meios de produção e recebendo um valor inferior ao que cria através do trabalho.

A importância da função industrial para a produção do espaço periférico é

transversal aos argumentos apresentados em todas as pesquisas empíricas. No entanto, em Carlos (1987) e em Damiani (1984), existe a perspectiva de que essa produção do espaço é engendrada através da disputa entre o uso industrial e o residencial, de modo que a exploração do trabalhador não ocorre somente pela extração da mais-valia, mas também pela disputa no modo como será estabelecida a produção do espaço, o que implica em um risco iminente de retirada das moradias, que significa a perda de espaço propriamente dito, atribuindo uma certa instabilidade para a reprodução social do trabalhador. Desse modo, a degradação das condições habitacionais dos trabalhadores não se deve unicamente ao achatamento salarial, mas deriva de uma forma específica de produção do espaço que privilegia as demandas industriais a despeito das residenciais. No que diz respeito à infraestrutura, isso é feito pelo direcionamento dos locais onde ela será instalada, favorecendo aqueles em que há atividade industrial. Sob o ponto de vista dos serviços de consumo coletivo, isso acontece com o desinvestimento do governo, que negligencia os serviços públicos elementares e precariza as condições de vida dos trabalhadores.

Ainda em sua dissertação de mestrado, Damiani (1984, p.8) reconhece que privilegia o aspecto econômico para compreender a formação das favelas em Cubatão, o que ela justifica através de sua concepção de que o processo produtivo guarda as determinações fundamentais do capitalismo e que precisam ser desveladas. Nesse sentido, ela aponta que a paisagem camufla o motor da sociedade, o que em Cubatão se manifesta sob a forma de um discurso ambientalista em torno da degradação ambiental representada pelas favelas. Dessa forma, sua proposta é denunciar a falsidade presente nessa afirmação e apontar os interesses hegemônicos envolvidos na reprodução desse discurso. Assim, segundo Damiani (1984), o acirramento da disputa de terras entre a indústria e a moradia popular alimenta a produção de um discurso ambientalista em que a presença de favelas é prejudicial ao meio ambiente, estimulando, dessa forma, sua remoção. Anos mais tarde, em sua tese de doutorado, Damiani (1993, p.6) retoma sua autocrítica ao mestrado, completando que, naquele momento, deu mais atenção ao morador das favelas do que propriamente às formas espaciais da favela, que nas suas palavras, “foi marginalmente avaliada” (DAMIANI, 1993, p.6).

A fim de não repetir e negligência com as formas espaciais, e de ultrapassar uma possível análise economicista, seu foco no doutorado está em relacionar o espaço e a reprodução do capitalismo em um sentido amplo. Para isso, a pesquisadora coloca que o

desenvolvimento capitalista não pode ser definido unicamente pela produção extensiva de mercadorias, ou seja, pela produção industrial, ainda que passe por isso. Trata-se de uma perspectiva que considera o capitalismo como uma realidade global, que afeta ideologias e valores, de maneira que “o esforço da reprodução da sociedade atinge outros níveis da prática social e os atinge de forma mais sutil” (DAMIANI, 1993, p.11), o que altera a relação social com o espaço e com o tempo. Dessa forma, sua proposta é pensar um conjunto habitacional no bairro de Itaquera, em São Paulo, valorizando a materialidade de suas formas e o cotidiano de seus moradores, considerado enquanto uma totalidade, uma vez que considera “o homem inteiro em seus diferentes momentos” (DAMIANI, 1993, p.16).

O *espaço produzido* é pensado por Damiani (1993) de forma a articular o cotidiano existente no conjunto habitacional com os interesses econômicos e políticos envolvidos na elaboração do seu projeto, o *espaço concebido*, que abrange as dinâmicas de financiamento do BHN e a construção em si realizada pelas empreiteiras. Para a empreiteira, a lucratividade do projeto está na quantidade e na velocidade da construção, e não no preço final do m², que era baixo. Por isso, a construção desses conjuntos funcionava como um laboratório de novas técnicas de construção, ora investindo mais nas máquinas, ora mais no trabalho humano. A importância da rapidez da construção é reforçada pelo fato do BHN direcionar mais recursos para quem construir mais rápido (DAMIANI, 1993, p.71). Sob o ponto de vista político, o governo militar enfrentava um aumento crescente do descompasso entre a industrialização e o crescimento demográfico, causado tanto pelas migrações, quanto pelo crescimento vegetativo. Como a questão da moradia popular tornava-se cada vez mais grave, a construção desses conjuntos era vista como uma possibilidade de garantir uma estabilidade política nas cidades. Além disso, os conjuntos habitacionais representavam a possibilidade de aumentar o controle do espaço pelo Estado (DAMIANI, 1993, p.80).

Dessa forma, a construção dessa nova realidade geográfica periférica – os conjuntos residenciais – não é compreendida unicamente como um meio para a produção de capital ou para a reprodução da força de trabalho. Ainda que passe por esses elementos, a proposta é pensar como a própria produção desse espaço contém interesses econômicos que ultrapassam a comercialização desses imóveis, com as empreiteiras buscando avançar em seus conhecimentos sobre técnicas produtivas e seus custos a fim de maximizarem seus

lucros nas suas próximas obras, não necessariamente vinculadas ao BNH. Somam-se a eles os interesses políticos de um regime autoritário que busca alternativas para controlar o excedente demográfico não absorvido pela indústria, cuja magnitude poderia desestabilizar politicamente as grandes cidades brasileiras.

Nesse sentido, assim como na pesquisa de 1984, a produção da periferia está relacionada com interesses mais amplos, sobretudo em escala nacional, mas há uma perda de importância no que diz respeito a pensar o espaço periférico como submetido a uma totalidade e que cumpre uma funcionalidade em sua reprodução. A discussão é encaminhada propriamente para os objetos espaciais e a experiência humana vinculada a esse modo de habitar.

Segundo o argumento desenvolvido, as ações humanas são conformadas por suas experiências espaciais, e dessa maneira, os objetos espaciais antecipam tendências e possibilidades contidas nas intenções de sua construção (DAMIANI, 1993, p.190-191). Ao tratar propriamente das formas dos conjuntos habitacionais, Amélia Damiani (1993, 191) aponta que eles seriam a mistificação da forma urbana, submetendo o urbano à racionalidade empresarial e à divisão técnica do trabalho. Ainda que a arquitetura moderna que influenciou a construção desses conjuntos tivesse a ambição de igualdade e de ausência de hierarquias, para Damiani (1993, p.199), as próprias divisões da modernidade acabam fazendo com que essa arquitetura retire o elemento humano de suas considerações, negligenciando seu modo de vida e sua experiência.

Os arquitetos envolvidos [na construção dos conjuntos habitacionais] suaram a camisa, lutaram contra os limites dos financiamentos, as imposições, imersos no sonho de sua geração de arquitetos e no vislumbre de Brasília. A crítica, portanto, não é arquitetônica ou urbanística, propriamente, mas social, no amplo sentido, que luto por persegue com esse termo. O social tem outro tempo, outra abrangência, outros compromissos. É com a humanidade do homem, com situar histórica e estrategicamente essa experiência, e com o rebatimento dessa forma na vida vivida, com sofrimentos e possibilidades, do homem da vida, não da sobrevivência. (DAMIANI, 1993, p.199, grifo original)

Por terem garantido o mínimo de infraestrutura no que diz respeito à moradia em si através dos conjuntos residenciais, a preocupação de Damiani (1993) vai no sentido de garantir a agradabilidade da residência e o direito à cidade. No primeiro ponto, há uma crítica às reduções de custo e à necessidade de rapidez na construção, que faz com o uso do

terreno seja máximo e a qualidade das construções, questionável. Por essa razão, os moradores reclamam da falta de privacidade no conjunto habitacional, seja pela proximidade entre os prédios que faz com que as janelas de vizinhos fiquem muito próximas uma das outras, seja pela falta de conforto acústico, fazendo com que ruídos cotidianos sejam ouvidos nos outros apartamentos. Além disso, essa racionalidade industrial na produção da moradia na qual as empreiteiras são postas faz com que os conjuntos residenciais sejam marcados pela monotonia paisagística, desencadeando reclamações entre os moradores no que diz respeito à falta de referências espaciais.

Também essa redução de custo imposta pela Cohab-SP implica na perda do direito à cidade, no sentido de que os terrenos ociosos estão localizados em lugares que não contam com a presença de serviços urbanos e de que a construção dos conjuntos residenciais será norteadada unicamente pela produção da moradia. Por essa razão, são construídas imensas cidades habitacionais carentes de serviços, comércios e lazeres, cuja única função é a habitação (DAMIANI, 1993, p.146). Dessa forma, ainda que as *necessidades* básicas do morador sejam atendidas pelos conjuntos residenciais, eles não satisfazem os *desejos* espaciais desses moradores, que são excluídos da vida urbana compreendida em seu sentido amplo, como será discutido no último ponto a ser analisado relativo ao consumo. Damiani (1993, p.167) diz que “a alternativa de não pagar o aluguel afastou seus moradores da cidade”, e faz uso de algumas frases colhidas entre os moradores dos conjuntos habitacionais que enfatizam a distância e o abandono, como “fim do mundo” e “lugar esquecido por Deus”. Assim, a pesquisadora opõe a periferia à cidade, compreendendo a condição periférica enquanto um lugar destinado unicamente ao mínimo necessário para a habitação, cujas condições reforçam a sobrevivência e não a vida.

Trata-se de uma perspectiva distinta das apresentadas nas demais pesquisas empíricas, cuja preocupação está sobretudo nas *necessidades* dos moradores da periferia, dando ênfase à falta de estrutura de suas habitações e dos entornos nos quais elas estão inseridas, cuja precariedade chega a significar um risco à saúde coletiva e à vida social. Vale ressaltar que nesse momento, começo da década de 1990, a periferia “artesanal”, construída em mutirões pelo próprio morador com os recursos disponíveis, já está consolidada, e a proposta estatal de construção dos conjuntos residenciais é contrapô-los às periferias já construídas, no sentido de que a ilegalidade e a falta de regulamentação daria lugar à legalidade, à regulamentação e à ordem (DAMIANI, 1993, p.89).

A casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes, a maioria, irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, sem ganhar, exatamente, o direito à cidade. Mas seria a figura de uma periferia alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. De meados dos anos 70 ao início dos anos 80, consolida-se essa ideologia-utopia (o aporte de recursos a tornava possível): dar forma à periferia. Incluí-la de alguma forma, à cidade. [...]

É uma situação, portanto, em que o Estado avança sobre a periferia. Organiza-a. E do ponto de vista do morador, trata-se de conseguir a casa própria, solução que desde os anos 40, deste século, persiste como utopia para as camadas populares. (DAMIANI, 1993, p.89-90)

Desse modo, as demais pesquisas mobilizadas nesse capítulo, incluindo o mestrado de Amélia Damiani (1987), compreendem a produção do espaço periférico enquanto lócus de reprodução da força de trabalho, transpassada pelo consumo, em especial o consumo da cidade. Isso é considerado tanto no que diz respeito ao consumo individual ou familiar, que é o local de moradia propriamente dito, quanto ao consumo de bens coletivos, como as infraestruturas urbanas e os serviços públicos em geral. Nesse sentido, o acesso a serviços e bens elementares da vida urbana, como o saneamento básico e o transporte, são mediados pelo poder de compra, o que converte o direito à cidade em uma mercadoria.

No entanto, a perspectiva adotada de modo hegemônico nessas pesquisas sobre o direito à cidade não corresponde plenamente àquele sobre o qual Henri Lefebvre faz suas reflexões, posto que o que era reivindicado nos estudos sobre periferia urbana na Geografia Urbana brasileira estava na esfera da habitação como uma necessidade básica, ao passo que as reflexões de Henri Lefebvre iam no sentido de um modo de vida que desse conta de demandas que estão além do mínimo vital.

Segundo esse autor (LEFEBVRE, 2001 [1969]), a cidade é marcada pela alteridade, pelo encontro e pela coexistência com o diferente, pelo confronto e pelo reconhecimento com outros modos de vida. Essa urbanidade é saqueada pela indústria ao mesmo tempo em que a urbanização é ampliada e a sociedade urbana, generalizada. A indústria impõe transformações produtivas que urbanizam a sociedade como um todo, cuja consequência é o esvaziamento do campo e o crescimento das cidades. Contudo, o desdobramento urbano da industrialização é um processo de implosão-explosão da cidade, com seu espraimento

que rompe antigas fronteiras e a deterioração dos núcleos urbanos. De acordo com Lefebvre (2001 [1969], p.25-27), esse modelo de urbanização é baseado na desurbanização e na perda de consciência do que é a cidade.

Nesse processo de industrialização, o proletariado é orientado unicamente pela necessidade de habitar, cuja definição é limitada a um lugar para morar, sem que haja preocupações urbanísticas. No trecho abaixo, Henri Lefebvre assinala como o processo de industrialização dos países em desenvolvimento é articulado com a urbanização de suas sociedades como um todo – que passa pela mecanização do campo e pelo êxodo rural –, cuja consequência é a perda da “cidade”.

Nos países ditos “em vias de desenvolvimento”, a dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria; frequentemente a favela consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e no entanto intensa, àqueles que abriga. [...] Em resumo, uma crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional acompanha, subentende, agrava uma crise mundial da cidade tradicional. Produz-se uma mutação em escala planetária. O velho “animal rural” e o animal urbano (Marx), simultaneamente, desaparecem. Cedem eles lugar ao “homem”? Este é o problema essencial. A dificuldade maior, teórica e prática, vem de que a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de “cidade”. Com a sociedade urbana se constituindo sobre as ruínas da cidade, como apreender os fenômenos em toda sua extensão, em suas múltiplas contradições? É aí que está o *ponto crítico*. (LEFEBVRE, 2001 [1969], p.80-81, *grifo original*)

Nesse mesmo contexto do livro, Henri Lefebvre assinala que até mesmo a esquerda contribuiu para a desurbanização da cidade, já que suas mobilizações foram centradas na construção de mais casas pelo menos custo possível, o que implica em reivindicar somente a moradia, talvez no máximo os serviços e bens urbanos fundamentais, mas não a experiência que define a cidade.

É justamente nessa perspectiva que a periferia é pensada nas pesquisas empíricas que tomamos como referência, as quais acreditamos que representam um modo de pensar a periferia em um dado contexto mais amplo dos estudos urbanos e da Geografia urbana brasileira. Trata-se de uma perspectiva que está focada nos processos multiescalares de

produção – e de submissão – da periferia ao longo do tempo e numa denúncia da precariedade de serviços e bens de uso coletivos ofertados nesses lugares, buscando explicitar quais são os interesses hegemônicos para que um espaço ausente de infraestruturas e de amenidades urbanas seja continuamente produzido.

Em convergência com Henri Lefebvre (2001 [1969]) e suas acusações de que a esquerda estava lutando unicamente pela moradia e não pela cidade, Amélia Damiani (1993) analisa a construção dos conjuntos residenciais como um espaço concebido sob uma lógica que preza pela utilização máxima do terreno, onde mais casas devem ser construídas em menos tempo e com menos recurso possível. A relação entre custos e concepções de urbanismo envolvidos na produção desses conjuntos habitacionais deu origem ao que a pesquisadora chama de “racionalidade condenada” (DAMIANI, 1993, p.146), que implicam na construção de imensas cidades habitacionais carentes de serviços, comércio, lazeres, cuja única função é a habitação. A própria pesquisadora aponta que isso caminha na contramão do que ocorria em outros países, como França e EUA, nos quais alguns dos grandes conjuntos habitacionais inspirados em Le Corbusier estavam sendo condenados e demolidos.

No entanto, apesar das críticas às concepções urbanísticas mobilizadas, existe um empenho da pesquisadora em compreender os usos desse espaço produzido, cuja análise se dá através da tensão entre o espaço concebido e o vivido. Para isso, busca compreender de que modo os moradores desses conjuntos residenciais tomam posse de seu espaço, criando referências espaciais que não haviam nos conjuntos planejados e monótonos. É por essa razão que o conjunto habitacional está sempre em obras, com a pintura ou o revestimento dos edifícios ou a troca das janelas, de acordo com as possibilidades financeiras dos moradores. Essas obras também geram tensão interna ao condomínio, como a ampliação das garagens, que retira o espaço de socialização, fazendo com que as ruas fiquem cheias de crianças brincando e de jovens conversando.

Sem negar as questões próprias da reprodução social vinculada à realidade periférica, Amélia Damiani (1993) altera seu ângulo de análise, buscando compreender de que maneira um dado espaço é produzido, em termos teóricos e concretos, e como o cotidiano se desenrola nesse lugar. Isso aponta para a tensão entre a estrutura social e seus mecanismos de reprodução, e o sujeito, que busca condições de existência em seu lugar de moradia. Se de fato as conclusões de Damiani (1993) não apontam para uma subversão da

estrutura, é ao menos possível pensar que a ação humana dos moradores do conjunto habitacional conseguem pressionar seus limites.

Acreditamos que essas reflexões nos mostram que, ainda que exista uma ideia geral de periferia vinculada à reprodução do espaço e da força de trabalho, em uma condição de submissão dessa realidade à totalidade espacial, existem diferentes abordagens possíveis para definir a realidade periférica. Desse modo, ela pode expressar um modo da produção total da metrópole, como faz Amália Lemos (1980), ou pode também ser a manifestação espacial da contradição de classes na sociedade capitalista, abrigando a moradia de trabalhadores mal remunerados, tal qual ocorre em Susana Pacheco (1984). Já Ana Fani Carlos (1987) assume a dicotomia da palavra e concebe a periferia como sendo as fronteiras da expansão urbana ou como sendo os territórios de moradia dos pobres urbanos. Em Damiani, num primeiro momento (DAMIANI, 1984), a periferia são os lugares não desejados pelos setores hegemônicos da sociedade, passando para a compreensão de periferia como o lugar contraposto à cidade, definido pela exclusividade residencial, pelo isolamento e pela monotonia (DAMIANI, 1993).

De forma semelhante ao que ocorre quanto a subordinação da periferia à metrópole, existe também uma concepção comumente difundida sobre a questão da distância nos estudos sobre a periferia, caracterizando essa realidade através da distância. No entanto, dentre as pesquisas empíricas, esse assunto é tratado por meio de diferentes perspectivas, sendo que o afastamento em relação ao centro ou a condição fronteiriça é mais importante para algumas pesquisadoras do que para outras. Desse modo, vamos nos debruçar nas próximas páginas sobre o critério usado para definir a periferia sob o ponto de vista de seu conteúdo espacial, buscando responder quais são os debates teóricos e as concepções espaciais que justificam a maior ou a menor importância da distância enquanto um elemento definidor da periferia.

6.2 Os diferentes territórios abarcados pelo conceito de periferia urbana

Tendo como ponto de partida as definições de periferia feitas nas pesquisas empíricas analisadas e apresentadas no ponto anterior, discutiremos a seguir como a questão da distância é relacionada com o conceito de periferia urbana dentro das diferentes abordagens.

De um modo geral, esse assunto pode ser abordado de duas maneiras, a depender da perspectiva apresentada pelo pesquisador. Para aqueles que compreendem a periferia fundamentalmente como uma área fronteira da reprodução metropolitana, com a incorporação à metrópole de terras antes rurais, a distância é um elemento de destaque na definição da periferia, já que se trata de uma manifestação do limite metropolitano. Já dentre os pesquisadores que compreendem que a periferia expressa a territorialização na cidade dos lugares menos valorizados pelos agentes hegemônicos, sendo por isso destinados aos grupos mais pobres, a distância em relação ao centro pode ter importâncias distintas dentre as pesquisas de acordo com os modelos urbanos mobilizados.

Como já apresentado anteriormente, para Amália Lemos (1980) a periferia é determinada pela subordinação funcional de seus usos às determinações metropolitanas, realidade que é engendrada no processo de reprodução espacial, em que novas áreas são incorporadas à metrópole e passam a assumir a função industrial. Para que a indústria possa se expandir, há a necessidade de terras amplas e baratas, o que só é possível nos terrenos afastados e recém-incorporados à metrópole, de modo que a localização nas bordas da metrópole e a “recência” do processo são elementos definidores da realidade periférica.

Ainda que Amália Lemos tenha colocado a incorporação do uso industrial como decisivo para a configuração de um espaço periférico, há a compreensão de que as funções industrial e residencial estão sempre acompanhando uma a outra. Isso porque a presença de população abundante é um elemento de atração industrial para um dado local, dada sua necessidade de ter mão de obra em grande quantidade, que é importante para a produção em si e para o rebaixamento salarial de seus trabalhadores. Num segundo momento, a presença de indústrias serve como estímulo para atrair ainda mais moradores. A correlação entre a industrialização e a presença de moradias de grupos pobres da população pode ser

vista na citação de Johnson⁹², feita por Lemos (1980, p.42), e corroborada ao analisar seu caso específico de estudo.

“Os novos estabelecimentos industriais poderiam localizar-se nas áreas suburbanas de uma grande cidade e continuar atraindo pessoas residindo num raio muito amplo, sempre que estivessem situados perto de uma estrada de primeira ordem. Ao mesmo tempo, se desenvolve a construção de moradias em ditas áreas suburbanas, com a peculiaridade de que os bairros mais humildes se acham estreitamente associados aos novos polígonos industriais.” (JOHNSON, 1974, p.221 *apud* LEMOS, 1980, p.42) [...]

Um processo é indutor do outro e vice-versa. Nas indústrias que se localizam às margens da Estrada Velha São Paulo-Rio, foi mencionado o fato da facilidade de obtenção de mão-de-obra não especializada e, logicamente barata, necessária para a sua produção. (LEMOS, 1980, p.42-43)

Considerando o caso específico de Itaquaquecetuba, Amália Lemos (1980, p.36/157) assinala que tanto a função industrial, quanto a residencial de caráter popular, foram atraídas ao município pelo baixo preço da terra em comparação com os praticados no conjunto da metrópole. Por essa razão, ainda que isso não seja dito de forma explícita na tese, tem-se um processo em que a incorporação de terras à metrópole avança como uma mancha de óleo, tendo seus preços mais baratos nas terras recentemente integradas do que naquelas onde a incorporação metropolitana já está consolidada, reforçando o modelo que antagoniza o centro e a periferia considerados enquanto localizações num tecido urbano.

Isso faz com que os diferentes lugares definidos como periféricos sejam compreendidos de forma una, enquanto um lugar distante do núcleo central, definindo-se pelos preços mais baixos do que os praticados no conjunto da metrópole, pela disponibilidade de terras que contam com externalidades desejadas pela indústria e pela precariedade no que diz respeito à habitação popular. Tendo como pressuposto que a distância da periferia diminui os custos da terra, Amália Lemos (1980) encaminha seu argumento para apontar que os trabalhadores pobres, especialmente os migrantes, serão empurrados para essas áreas, consideradas de forma indistintas entre si.

Como a primeira e maior preocupação do migrante é onde morar e sua receita mensal não lhe permite pensar muito em pensões nem

92 JOHNSON, James H. Geografia Urbana, Oikos, Tau, Barcelona, 1974.

aluguéis, ele é expulso para a periferia. Assim, ele chega à Itaquaquecetuba como chegou antes a São Bernardo ou à Diadema ou à Cotia ou a qualquer município da Grande São Paulo. “... distante dos locais de trabalho, avolumam-se conjuntos de barracos e casas precárias, verdadeiros acampamentos desprovidos do mínimo de infra-estrutura”⁹³. Essas “casas próprias” da periferia, mal acabadas e apenas com as mínimas condições de habitabilidade constituem a forma que conseguiu a “lógica especulativa dos loteamentos” para fixar a grande parte da população trabalhadora. (LE MOS, 1980, p.157-158)

Dito isso, compreendemos que dentro da perspectiva acerca da periferia apresentada por Amália Lemos (1980), a distância é transversal ao conceito, de forma que ainda que não seja o seu critério de definição, trata-se de uma característica a qual não se pode negar.

Também em Susana Pacheco (1984) a questão da distância aparece como elemento importante na sua concepção de periferia. Para isso, a pesquisadora justifica seu argumento estabelecendo uma conexão direta entre o aumento da distância em relação a um centro e o agravamento da pobreza, cuja articulação teórica é estabelecida através do conceito de renda diferencial da terra. Segundo Pacheco (1984, p.9), o mercado de preços da terra urbana é determinado pela renda diferencial, que expressa as externalidades que uma dada localização atribui a um terreno, e que, dentro da lógica vigente, permite aos seus proprietários cobrar por isso. Nesse sentido, é a presença de objetos urbanos, como infraestruturas e serviços em geral, que faz com que determinadas porções do espaço tenham uma renda diferencial superior àquelas que não contam com esses objetos. Dado que o espaço urbano é heterogêneo, a distribuição desses objetos varia pela cidade, ocorrendo o mesmo com a renda diferencial urbana. De acordo com a perspectiva adotada por Susana Pacheco (1984, 12), o centro das cidades concentram a maior quantidade de serviços e estruturas, que decaem gradativamente conforme nos distanciamentos em direção às bordas da cidade, articulando de forma direta o conceito de periferia da distância em relação ao centro.

Nesse sentido, em termos de modelo urbano, a territorialização das classes sociais nos espaços urbanos terá como consequência a semelhança inversa entre a estrutura das cidades dos países subdesenvolvidos na segunda metade do século XX e aquele

93 CAMARGO, C.P.F e outros. São Paulo, 1975, Crescimento e Pobreza, Edições Loyola, 1975, p.39

apresentado no início do século pela Sociologia Urbana de Chicago.

Essa concepção do fenômeno periférico revela a existência de um continuum de periferias que avança horizontalmente e obedece a um gradiente que declina em função da renda diferencial. Estas diversas periferias aparecem no espaço físico da metrópole compondo um desenho que se aproxima a círculos concêntricos. Isto nos faz lembrar, de imediato, o projeto de investigação proposto por Ernest W. Burgess no âmbito da ecologia humana clássica dos anos 20. Acontece que quando se trata de crescimento das metrópoles modernas em países subdesenvolvidos ocorre precisamente o contrário. Cabe às periferias externas ao núcleo abrigar o contingente da forma de trabalho que, pela incapacidade de consumo, fica fora dos privilégios do núcleo. O que não quer dizer que as periferias sejam espaços totalmente homogêneos. (PACHECO, 1984, p.12-13)

Ainda que Lemos e Pacheco compartilhem de um ponto de vista no qual a distância é elemento central ao conceito de periferia, ambas não têm a mesma perspectiva, na medida em que a primeira trata sobretudo das áreas onde se desenrola a reprodução da metrópole, cuja condições fronteira impõe uma distância em relação ao centro, ao passo que a segunda compreende que a topologia dos objetos que atribuem maior renda diferencial às porções da cidade onde estão localizadas obedece a uma lógica concentracionista ao longo do tempo, ou seja, existe uma propensão que esses objetos sejam acumulados no centro metropolitano, de maneira que eles tendem a se tornar cada vez mais escassos conforme aumenta-se a distância.

Como referência teórica para justificar seu conceito de renda diferencial da terra para definir a periferia urbana, Susana Pacheco (1984, p.9) recorre às reflexões feitas por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982 [1979]), segundo as quais a periferia é definida como as parcelas do território que têm baixa renda diferencial, de onde reproduzimos o trecho citado por Pacheco:

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos aplicados sobre eles ou no seu entorno. Este componente se soma à renda absoluta que é propriamente a remuneração paga pela existência da propriedade privada. (BONDUKI; ROLNIK, 1982 [1979], p.147 *apud* PACHECO, 1984, p.9)

O uso do conceito de renda da terra na definição da periferia urbana é recorrente em

diferentes pesquisas empíricas. No entanto, consideramos que existem dois modelos de estrutura urbana distintos que articulam a periferia e a renda da terra e que precisam ser acareados.

Em um deles, apontado no referido artigo de Bonduki e Rolnik (1982 [1979]), a periferia é definida como os locais com baixa renda diferencial dentro de uma cidade, cujo fundamento objetivo é a incorporação de valores de uso a determinadas parcelas do solo, o que eleva sua renda diferencial. Os próprios autores no artigo citado apontam que, como a periferia distante tem uma produção mais recente, é justificável que ela contenha menos objetos urbanos acumulados e, portanto, uma renda diferencial inferior. No entanto, os autores também reconhecem que as periferias de amenidade são igualmente recentes, como visto na pesquisa de Mônica O'Neill (1983), o que não as impede de ter objetos urbanos valorizadores e conseqüentemente uma renda diferencial elevada.

Nesse sentido, Bonduki e Rolnik (1982 [1979]) apontam as fragilidades de se definir a periferia pela sua localização ou pelo momento de sua incorporação urbana. No que diz respeito à “recência” do espaço urbano, os arquitetos também assinalam que existem porções antigas e, sob o ponto de vista cartográfico, centralmente localizadas do espaço urbano que apresentam renda diferencial baixa, o que segundo esses autores faz com que elas seja igualmente periféricas. Assim, as periferias urbanas não poderiam ser definidas por zonas ou estritamente pela distância, mas fundamentalmente pela incorporação de amenidades a determinadas porções do espaço, que por ser uma totalidade, com seus objetos articulados de forma relacional, implica em desamenidades em outras porções.

A fim de ter uma ideia mais precisa da definição de periferia urbana feita por Bonduki e Rolnik (1982 [1979]), achamos válido retomar a citação que Pacheco (1984) faz desse artigo específico e ampliá-la em alguns parágrafos, a fim de que a proposta de definir a periferia seja apresentada integralmente por seus autores.

Em geral, a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbana e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação. Aparentemente, é consenso que as duas definições estão falando da mesma coisa; no entanto, este uso indiscriminado do termo leva a uma série de imprecisões na sua utilização.

Preferimos definir periferia como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social.

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados. Este componente se soma à renda absoluta, que é, propriamente, a remuneração paga pela existência da propriedade privada.

Desta forma, apresentar baixa renda diferencial significa uma série de características conjugadas, das quais o fator distância é apenas uma. É claro que, por serem áreas de urbanização mais recente, os novos espaços incorporados à cidade são geralmente pior servidos de equipamentos urbanos, apresentando uma baixa renda diferencial em relação a outras parcelas do território urbano, já mais urbanizadas.

Isso, no entanto, não ocorre em todos os casos e assim não se pode usar unicamente o critério distância ou “recência” para definir a periferia. Existem parcelas da cidade que, mesmo não sendo recentes nem estando distantes do centro, propiciam baixa renda diferencial. E temos ainda, na faixa exterior da área urbanizada, tão distante do centro como as “loteamentos periféricos”, parcelas do território que apresentam alta renda diferencial, como, por exemplo, os loteamentos de “alto padrão”, empreendidos para a burguesia e, portanto, apresentando todos os melhoramentos urbanos. Certamente não podemos denominar loteamentos deste tipo como periferia, se quisermos atar essa definição ao conceito de segregação espacial.

Apresentar baixa renda diferencial é o que define periferia, estando o terreno onde estiver no espaço urbano. Consequentemente este será, por excelência, o local de habitação dos trabalhadores. Neste sentido, não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações.

Estas “várias periferias” não se configuram, necessariamente, como círculos concêntricos, embora seja possível identificar algo parecido com esta configuração em alguns setores ou vetores da expansão de metrópole.

E será entre essas periferias que a população de baixa renda se deslocará, vendendo sua casa e mudando seu local de moradia; provavelmente, se deslocará no sentido do gradiente declinante da renda diferencial, ou seja, de uma periferia para outra mais carente, reproduzindo seu espaço para reproduzir sua força de trabalho. (BONDUKI; ROLNIK, 1982 [1979], p.147-148)

Trata-se de um conceito de periferia ancorado na renda da terra e que estabelece uma territorialização da pobreza pulverizada sobre a cidade.

Em artigo publicado no mesmo livro por Paul Singer (1982 [1979]), intitulado “O uso do solo urbano na economia capitalista”, o autor também constrói uma definição de periferia com base na renda da terra, mas ela implica num modelo espacial bastante distinto do decorrente das propostas de Nabil Bonduki e Raquel Rolnik. Segundo o argumento do autor, a terra da cidade é condição necessária para o desenvolvimento de qualquer atividade urbana, fazendo com que haja uma disputa entre os atores sociais sobre seus fins. De forma análoga a Bonduki e Rolnik, também Singer (1982 [1979], p.22) aponta que o valor do imóvel está na sua localização, que lhe permite ter acesso a amenidades urbanas e, dessa maneira, atribui a esse imóvel uma determinada renda que será capitalizada a uma certa taxa de juros. Especialmente no que diz respeito ao uso residencial do espaço urbano, o que determina o valor de um terreno não é a construção ou as benfeitorias ali colocadas, mas o entorno, ou seja, as possibilidades de ter acesso a serviços urbanos, como transporte público, saneamento básico, comércio, escolas, etc. Dessa forma, a população mais pobre tem seu local de moradia restrito às porções do espaço que não contam com tais externalidades.

A diferença central entre Singer e Bonduki e Rolnik está nas considerações acerca da estruturação do espaço urbano, pois enquanto os arquitetos territorializam a periferia nos interstícios da cidade, que aparece como um mosaico no que diz respeito à organização topológica da pobreza, o economista aponta que o uso do solo urbano é estruturado de acordo com um gradiente de valores cujo pico está no centro principal e que diminui conforme aumenta-se a distância, atingindo o valor mínimo nas bordas da cidade. Nessa perspectiva, o valor máximo ocorre no centro porque é onde estão concentrados os serviços urbanos, as atividades financeiras, o comércio varejista de luxo, as opções de lazer, etc., que são irradiados do centro para a periferia, tornando-se mais escassos com o aumento da distância.

Cada cidade brasileira tem, geralmente, um centro principal no qual se localizam órgãos da administração pública, a igreja matriz, os tribunais, o distrito financeiro, o comércio atacadista, o comércio varejista de luxo, cinemas, teatros, etc. O centro principal possui em alto grau todos serviços urbanos e ao seu redor se localizam as zonas residenciais da população mais rica. Os serviços urbanos se irradiam do centro à periferia, tornando-se cada vez mais escassos à

medida que a distância do centro aumenta. Além disso, o conjunto da população e das empresas utilizam, em alguma medida, os serviços disponíveis apenas no centro principal, de modo que a distância em que se encontram do referido centro determina seus gastos de transporte (em dinheiro e em tempo) cada vez que se deslocam até ele. De tudo isto resultaria um “gradiente” de valores do solo urbano, que a partir do máximo no centro principal iria diminuindo até atingir um mínimo nos limites do perímetro da cidade. (SINGER, 1982 [1979], p.29)

Por conta de definir a periferia urbana com base na baixa renda diferencial da terra, o que estaria organizado em um modelo urbano onde a renda diminui conforme aumenta-se a distância, acreditamos que a compreensão de Pacheco (1984) estabelece um diálogo mais estreito com a proposta de Paul Singer, do que com a de Bonduki e Rolnik (1982 [1979]), que não estabelece um modelo rígido de estruturação da pobreza urbana no interior da cidade.

Já essa segunda abordagem está próxima da segunda compreensão de periferia mobilizada por Ana Fani Carlos (1987), que compreende a periferia como a territorialização da pobreza no tecido urbano. Ainda que a pesquisadora não use diretamente o conceito de renda da terra, é possível estabelecer o diálogo, na medida em que Carlos (1987, p.117 e segs.) coloca que o acesso à terra é mediado pelo seu valor, que é determinado pela combinação entre a localização no espaço urbano global, a acessibilidade, a infraestrutura, a privacidade, e de modo secundário, demais aspectos como o relevo, por exemplo. O que Carlos coloca é que a evolução dos preços dos terrenos está relacionada com a reprodução do espaço urbano, com a reprodução das condições gerais de reprodução do sistema, com os custos gerados pela aglomeração, com o uso do solo ou com as políticas de zoneamento, por exemplo. Desse modo, a produção do espaço urbano estabelece valores de uso e de troca ao solo, de onde deriva a noção de espaço-mercadoria.

Seu argumento é que existe um conflito pelo espaço entre o uso da produção (indústrias e serviços) e o da reprodução (moradia), que expressa a contradição existente entre o capital e o trabalho. Assim, as indústrias anseiam pela infraestrutura produtiva que uma dada localização pode oferecer, e o consumidor apresenta suas necessidades, como a habitação, o sistema de transporte, o lazer, etc. Essa tensão aparece na sociedade sob a forma da propriedade privada do solo, que garante a satisfação das demandas espaciais do

seu proprietário e é determinada pela posição ocupada no processo de produção geral da sociedade (CARLOS, 1987, p.135).

Ainda segundo Carlos (1987, p.119), é por ocuparem o pólo mais frágil da contradição fundamental do capitalismo que os pobres irão habitar as áreas com menos infraestruturas, como os terrenos alagadiços e os morros, onde a propriedade privada da terra, ao menos em princípio, não exerce seu poder. Tem-se, assim, uma perspectiva de que a produção do espaço obedece ao processo geral de produção da sociedade capitalista, sendo a ele subordinado. De acordo com a proposição apresentada, não se trata exatamente de pensar o espaço urbano como uma esfera que passivamente reflete a produção, mas como um produto da sociedade, feito à sua imagem e semelhança, a partir do qual a sociedade irá se reproduzir de forma ampliada, mantendo seus contornos estruturais fundamentais.

Assim enquanto as classes de maior renda habitam as melhores áreas, seja as mais centrais ou no abandono destas (no caso das grandes cidades onde afloram os aspectos negativos da cidade tais como poluição, barulho, congestionamento) em busca de lugares mais distantes do centro, em busca de um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. A parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela onde os terrenos são mais baratos, devido a ausência de infra-estrutura, a distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há a possibilidade da auto-construção, da casa realizada em mutirão. Para aqueles em que não existe nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, cujos terrenos, em sua maioria, são lugares onde os direitos de propriedade não vigoram. (CARLOS, 1987, p.119)

Partindo da dupla conceituação de periferia urbana adotada por Carlos (1987), ao pensá-la como os lugares que expressam a territorialização da pobreza urbana, a autora não considera a distância o fator central em sua conceituação. Segundo a pesquisadora, essa territorialização ocorre nos lugares onde não vigoram os direitos de propriedade, que são os terrenos que não interessam aos setores produtivos da sociedade capitalista. Tais locais podem ser deixados ociosos por inúmeros fatores, como a falta de acessibilidade, a legislação ambiental, a declividade, etc. Já ao abordar a periferia urbana como uma área fronteira, em que a distância tem um relevo maior na sua conceituação, Ana Fani Carlos

a define como uma localização limítrofe no processo de expansão metropolitana, a partir de onde a malha da metrópole é tensionada. A partir dessa concepção, a pesquisadora analisa as ocupações que são feitas desse espaço, marcados sobretudo pela heterogeneidade funcional e de classe social.

Desse modo, Carlos não caminha na direção de um modelo de estrutura urbana como o apresentado por Paul Singer (1982 [1979]), onde o modo como se dá o crescimento urbano ao longo do tempo faz com que as bordas da metrópole apresentem renda diferencial menor e, portanto, abriguem moradias de pobres urbanos. Isso porque, para Carlos, as franjas metropolitanas são lugares heterogêneos internamente e, por isso, atraem diferentes tipos de usos em cada uma das suas frações. Tampouco seu ponto de vista se aproxima do de Amália Lemos (1980), para quem a localização fronteiriça é articulada com uma posição inferior no processo global de produção. Para Carlos, a reprodução do espaço total da metrópole é subordinada à reprodução do capital e das relações sociais de produção, não havendo uma hierarquização das frações da metrópole no comando desse processo. Em sua perspectiva, a lógica que preside a produção do espaço metropolitano está fora da esfera espacial, cujas frações são mobilizadas de acordo com seus interesses particulares.

Nesse sentido os terrenos mais bem situados em relação às vias de comunicação, sistema de transporte, infra-estrutura teriam maior valor, declinando à medida em que nos distanciássemos do centro em direção à periferia. Esta é comumente entendida como área densamente populosa, carente em relação a todo tipo de infra-estrutura e com preços mais baixos. Tal comportamento, a nosso ver, deve ser entendido com ressalvas.

No caso específico da região metropolitana [de São Paulo], a mancha urbana que tem seu nó na capital, apresenta na periferia dois fenômenos, se por um lado encontramos áreas destinadas a residências de uma classe de baixo poder aquisitivo, o contrário também é verdadeiro. Por motivos diversos, como vimos anteriormente, no caso da zona oeste [da RMSP] ocorre os dois fenômenos simultaneamente, ambos decorrentes do crescimento da metrópole paulista como produto da concentração do capital, implicando, não somente, na transferência da população para os municípios vizinhos, mas da própria indústria.

Os incentivos fiscais e as políticas municipais de atração da indústria, juntamente com o desenvolvimento dos transportes, tendem a criar as condições para o deslocamento da atividade industrial, embora em boa parte dos casos, seus escritórios e/ou representantes, continuem na capital. Como consequência esta

transferência traz consigo à da classe trabalhadora que, ao contrário da indústria, não encontrará as condições infra-estruturais mínimas para sua existência. São moradias precárias, sem água e esgoto, construídas em ruas sem asfaltos (como ocorre em muitos loteamentos cotianos) surgidos concomitantemente à instalação da indústria.

Há também outro tipo de transferência de classe trabalhadora, aquela do afastamento puro e simples da metrópole em busca de terrenos mais baratos. O desenvolvimento dos transportes permite que este afastamento ultrapasse os limites da capital integrando áreas até então externas à mancha urbana. Tal processo, explica o fato de que, na década de 70, muitos bairros operários surgem em Cotia, inicialmente nas fronteiras com Osasco (km 21 da Raposo Tavares) – onde o trabalhador ainda pode comprar um lote, que exclui quaisquer infra-estruturas, mas cria a possibilidade da auto-construção que tem sido encarada como “solução viável” ao problema da moradia; ou ainda, que no final da década, levou o operário que trabalha na capital para áreas mais distantes, como jardins Panorama e Arco Íris, com padrões de construção semelhantes aos primeiros, só que o aumento da distância implica em maiores problemas de transporte.

O outro tipo de moradia é aquele destinado às classes de renda média e alta que “fogem” da metrópole em busca da natureza e do ar puro, longe dos inconvenientes que o “progresso” trouxe – é o caso da Granja Viana. (CARLOS, 1987, p.247-249)

A perspectiva dupla de Carlos (1987) para pensar Cotia enquanto uma periferia de São Paulo é viabilizada pela própria natureza do objeto de suas reflexões, um município vizinho à capital paulista e com sua malha urbana integrada à metrópole. O mesmo não ocorre com Cubatão, município sobre o qual se debruça Amélia Damiani (1984). Antes, trata-se de uma cidade pequena, que não integra uma região metropolitana⁹⁴ e cuja urbanização data sobretudo da década de 1950, motivada pela industrialização nacional e pela localização estratégica do município. Esse conjunto de elementos faz com que a periferia urbana de Cubatão não possa ser definida pela “recência” ou pela extensão do seu tecido urbano. Para além das especificidades de seu objeto, Damiani (1984, p.138) coloca que a periferia é produzida pela apropriação desigual das forças produtivas que são incorporadas ao solo, de maneira que centro e periferia têm composições orgânicas diferentes entre si. Isso gera processos de valorização de determinados lugares e de desvalorização relativa de outros.

94 A partir de 1996, o município passará a integrar a Região Metropolitana da Baixada Santista.

No caso específico de Cubatão, localizado num terreno com a presença de grandes declividades, além de rios e de mangues, o que impõe dificuldades para a construção civil, a indústria realiza uma série de investimentos de capital fixo ao solo, a fim de instalar suas grandes unidades produtivas. Isso implica em uma desvalorização de outras partes do espaço municipal, causada não apenas pelo aspecto relacional envolvido, como também pelos impactos diretos desses investimentos. Isso porque essa série de investimentos em infraestrutura, que visa sanar as dificuldades do sítio, acarreta em problemas ainda mais graves do que os já existentes nas terras do entorno, que irão se tornar mais sujeitas às enchentes, por exemplo. É nessas terras prejudicadas pela ação industrial onde as favelas irão se localizar.

Os aterros das indústrias ao redor de Vila Parisi, tornaram-na sujeita a enchentes, dado o desnível produzido entre sua cota e as cotas criadas ao redor. De alguma forma transforma-se num lago à época das chuvas; lago determinado pela apropriação desigual das forças produtivas sociais.

Quanto às vilas sobre o mangue, esta condição do solo carrega parte da poluição das águas, da qual, outras áreas criadas, tornaram-se mais impermeáveis; áreas mais valorizadas por essas inversões artificiais.

Estamos diante da apropriação desigual das forças produtivas, incorporadas ao solo, que leva Henri Lefebvre em *Espacio y Política*⁹⁵, livro citado em bibliografia, a falar em composição orgânica diferenciada entre as periferias e as áreas centrais. (DAMIANI, 1984, p.138)

Essa definição de periferia como ausência relativa de capital fixo leva a uma aproximação conceitual do que foi apresentado por Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1982 [1979]), em que as diferentes territorializações da pobreza são compreendidas enquanto periféricas devido sua baixa renda diferencial, fundamentada na incorporação de valores de uso ao solo. Ainda que Damiani também não mobilize o conceito de renda da terra, a concepção de centro e de periferia apresentada pela pesquisadora é também centrada nos investimentos feitos sobre o solo, cuja decorrência é a valorização dessa porção de terra para os atores hegemônicos. É possível também vincular essa concepção de periferia com a afirmação de Ana Fani Carlos (1987) de que os pobres irão habitar as porções da cidade onde a propriedade privada da terra não exerce seu poder, no sentido de que as favelas em Cubatão estão relegadas aos terrenos não incorporados à produção industrial, e que por

95 LEFEBVRE, Henri. *Espacio y Política, el derecho a la ciudad II*. Barcelona, Edições Península, 1976

essa razão, estão sujeitos às intempéries decorrentes das ações de melhoramento dos terrenos das fábricas.

A perspectiva de periferia e de centro assinalada acima define essas diferentes frações do espaço pela presença ou pela ausência de objetos urbanos. Sob o ponto de vista industrial, o espaço é concebido como um meio de produção, onde tais inversões representariam melhorias nas condições produtivas. Para os moradores, o espaço é entendido como meio de reprodução social, e a carência de objetos urbanos implica em uma relação com a cidade definida unicamente pela esfera da sobrevivência, pelo mínimo necessário. Essa compreensão de centro e de periferia antecipa o que a pesquisadora viria a construir com mais vigor em seu doutorado (DAMIANI, 1993) de que a periferia é definida pela ausência da cidade, compreendida como o lugar do encontro e das trocas, e portanto, é caracterizada pela segregação e pela desurbanização.

Um número expressivo ou mesmo a maioria delas [das casas] é de madeira, seja nas favelas, como na Cota 95/100, que, em 1982, tinha 92,4% das casas de madeira e mais 1,9% mistas, de madeira e alvenaria e madeira e bloco; seja em outros núcleos pobres, como Vila Parisi, onde, em 1978, equivalia a 64,8% das mesmas. Construídas às pressas e com material rudimentar, isto é, nem sempre placas de madeirit, mas restos de madeira reaproveitados, conseguidos junto às empreiteiras; madeira resultante do corte de árvores ao redor, como no caso de algumas casas do Pica-Pau Amarelo; fruto de doação da Prefeitura Municipal, etc. Muitas dessas casas chegam a ser, de tal forma, frágeis que, em Vila Natal, entrevistados mencionaram a necessidade de saírem de suas casas quando o vento era forte e, prostrados junto à estrada, esperarem-no passar. A natureza se manifesta poderosa diante dessa pobreza. E as casas mais assentadas, de alvenaria, de blocos, em geral, são ingualmente pobres, pequenas e pouco arejadas; passíveis de combinações contraditórias como a do Morro do Piche-chapadão preto, visível ao final da serra, junto a pista ascendente da via Anchieta – em que tais casas de material mais resistente estão instaladas em terrenos de risco iminente de deslizamento. Ainda, é possível viver em terreno firme, em casas de zinco pequenas e quentes. São residências ou pedaços de residências, alugadas na cidade e nos núcleos citados, que muitos favelados rejeitam quando comparadas a seus barracos. [...]

Das formas de perda abordadas, desembocamos na perda da cidade, enquanto concentração de serviços e equipamentos urbanos, já que estamos diante de núcleos pobres e desurbanizados, que, por definição, na qualidade de espaços segregados e periféricos, consubstanciam essa perda. De fato, as carências dos serviços não

lhes são exclusivas, nem absolutas; contudo, neles aparecem concentradas, especialmente nas favelas. (DAMIANI, 1984, p.139)

Se a natureza de seu objeto de pesquisa no mestrado fez com que Amélia Damiani relativizasse a questão da distância na definição da periferia, seu objeto no doutorado trata de uma periferia no sentido mais comumente abordado, enquanto uma área distante dos centros urbanos e marcado pela moradia segregada de pobres urbanos. Além da mudança no objeto, o contexto de realização da pesquisa é outro, já que no começo da década de 1990, os loteamentos populares na zona leste de São Paulo encontram-se consolidados e com uma extensão considerável.

Nas demais pesquisas consideradas em nossas reflexões até o momento, a definição de periferia é um elemento importante na construção do trabalho, o que talvez possa ser compreendido pelo fato desse fenômeno estar ainda em andamento. Já no doutorado de Amélia Damiani (1993), a preocupação está em compreender uma periferia consolidada e ilegal, com ações do Estado no sentido de legalizá-la e de controlá-la através da construção dos conjuntos residenciais. Isso é feito sob a ótica de relacionar a produção desses conjuntos – abarcando suas concepções urbanísticas e os diversos interesses econômicos e políticos envolvidos em sua construção – com as formas de precarização da vida de seus moradores, não passando por uma definição de periferia que abarque a questão da distância. Dessa maneira, a localização distante de Itaquera na RMSP é justificada pela presença de grandes glebas a preços baixos, o que possibilitou que o empreendimento atingisse a escala e os custos exigidos pelas companhias estatais de habitação popular e de financiamento habitacional e pelas empreiteiras envolvidas.

De fato, é também o preço da terra mais barato que faz com que Pacheco (1984) e Lemos (1980) justifiquem a distância da periferia. No entanto, há um empenho dessas pesquisadoras em tecer e justificar essa correlação, seja por uma hierarquia entre as frações da metrópole, seja por um modelo de estrutura urbana fundado na renda diferencial da terra. Isso não acontece nesse trabalho de Damiani (1993), que parece compreender que há uma casualidade entre a distância de Itaquera e sua condição periférica. Antes, conforme colocado na discussão feita no ponto anterior e já começa a ser delineado na dissertação de mestrado, a concepção de periferia está vinculada ao acesso à cidade e à vida urbana, que a periferia legal ou ilegal, próxima (como no caso das favelas de Cubatão) ou distante (como em Itaquera) não oferece. Assim, o avanço da periferia legalizada sobre a extensa periferia

consolidada e à margem da lei não alterou o *status* periférico, no sentido em que essa população continuou alheia dos serviços e das infraestrutura urbanas.

Desse modo, temos diferentes perspectivas dentre as pesquisas empíricas no que diz respeito à distância como crivo definidor da periferia. Isso aparece como um desdobramento das diferentes formas de compreensão da metrópole e de sua relação com a estrutura social, como também da própria compreensão de periferia urbana. É interessante notarmos que esse modo de estudar a periferia centrado no consumo de objetos urbanos apresenta maior pluralidade de significados de periferia urbana que o visto no capítulo anterior, onde a periferia definia sem ambiguidade os lugares de territorialização da pobreza, havendo apenas divergências sobre a importância que a distância teria nesse fenômeno. Ainda assim, em linhas gerais, o afastamento do centro parecia mais uma especificidade das cidades brasileiras, do que algo intrínseco ao conceito de periferia urbana.

Entendemos que a razão para isso está no fato de que, ao pensarmos em periferia urbana, são levantadas um conjunto de realidades sociais centradas principalmente na expansão metropolitana, na reterritorialização industrial e na moradia de pobres urbanos. Tratam-se de fenômenos que podem ser sobrepostos entre si, mas que não são necessariamente coincidentes, de modo que a palavra periferia pode expressar, tácita ou diretamente, realidades distintas. Por conta disso, a conceituação da periferia valoriza de modo diferenciado cada um desses aspectos.

Assim, é possível pensar na periferia como sendo uma área distante, na medida em que estamos fazendo referência aos limites da metrópole. E como cada realidade específica apresenta uma configuração própria entre o avanço industrial e o uso residencial, os modelos teóricos parecem privilegiar ou um, ou outro dos aspectos encontrados em campo, ora valorizando a indústria como motor da periferização, ora o grande contingente demográfico cujos rendimentos não permitem uma moradia no mercado formal. Assim, se a indústria é uma chave fundamental para Amália Lemos compreender Itaquaquecetuba, o mesmo não é verdade para a análise de Nova Iguaçu feita por Susana Pacheco, que valoriza a presença em larga escala de moradias precárias e destinadas à residência de trabalhadores mal remunerados. Nessa perspectiva, a periferia urbana aparece vinculada sobretudo com a reprodução do espaço metropolitano, ou seja, com as funções que tensionam o espraiamento de seu tecido.

Além disso, essa abordagem centrada no consumo de objetos espaciais também nos permite compreender a periferia sob um ponto de vista próximo ao do capítulo anterior, ou seja, como os locais de residência dos pobres na cidade. Nesse caso, os modelos visam dar conta dos processos que configuram territorialmente os objetos urbanos que conferem amenidades aos diferentes lugares e, conseqüentemente, cuja ausência implica em uma precariedade no modo de vida de seus moradores. Assim, a importância da distância como crivo definidor da periferia depende de como o modelo organiza essa topologia. Para Singer (1982 [1979]), por exemplo, há uma acumulação progressiva desses objetos ao longo do tempo, de modo que os locais cuja urbanidade é mais recente possuem uma quantidade menor deles, sendo, portanto, periféricos e distantes. Contudo, com o passar do tempo, tais objetos podem se tornar degradados, obsoletos ou simplesmente inadequados ao estilo de vida hegemônico que emerge num novo momento. Além disso, terrenos vazios podem ser ocupados por moradias precárias e ilegais, independente da sua localização no tecido urbano. Isso aponta para uma distribuição intraurbana da moradia pobre mais intersticial, num modelo mais próximo do apresentado por Bonduki e Rolnik (1982 [1979]). Nessa interpretação, a periferia faz referência especialmente aos locais de reprodução social da força de trabalho.

Isso aponta para a complexidade na natureza do espaço, como colocado por David Harvey (1980 [1973]) em *A Justiça Social e a Cidade* e que apresentamos brevemente no segundo capítulo desse trabalho. Segundo o autor, existe uma concepção tripartite de espaço, onde tem-se o espaço absoluto, definido de forma apartada do tempo e a partir de suas dimensões; o espaço relativo, definido em articulação com o tempo, de onde falamos em espaço-tempo ou espaço-temporalidade, e cujo quadro espacial depende do que está sendo relativizado e por quem; e o espaço relacional, que também tem o tempo como referência obrigatória e que define a relação interna de objetos e de processo. Para Harvey, ainda que seja possível hierarquizar os três conceitos de espaço, é preferível manter uma tensão dialética entre eles e pensar nas interações que são travadas. Dessa maneira, o espaço pode se transformar em absoluto, relativo ou relacional, de acordo com as circunstâncias, e para David Harvey, a prática humana em relação ao espaço é o meio para conceituá-lo corretamente. Citando textualmente, o autor diz que “não há respostas filosóficas para questões filosóficas que surgem sobre a natureza do espaço – as respostas estão na prática humana” (HARVEY, 1980 [1973], p.5).

Desse modo, a periferia pode ser concebida sob a perspectiva de espaço absoluto, expressando propriamente uma dada localização na metrópole, cujos usos podem ser bastante heterogêneos. No entanto, isso não necessariamente implica em uma análise com menos densidade, posto que essa análise da ocupação do espaço implica em modelos que deem conta da valorização fundiária relacional dos subespaços metropolitanos; das diferentes formas de incorporação do espaço ao urbano, que pode contar ou não contar com a implantação de infraestruturas por parte do Estado; e de como os diferentes atores sociais estabelecem relações espaciais e políticas no ato de se localizar.

Assim, a indústria, por exemplo, encontra nos espaços recém-incorporados ao tecido metropolitano locus privilegiado para sua instalação, posto que eles contam com grandes glebas, acesso a vias de transporte e possibilidade de aglomeração industrial. Situação semelhante é encontrada na periferia de amenidades, ocupadas por residências de alto padrão, em que seus moradores decidem por um estilo de vida, ao menos em tese, mais pacato, distante da confusão dos grandes centros, o que é combinado por uma relação com a cidade marcada pelo automóvel. Já os moradores pobres não têm esse poder pleno de decisão, de modo que a localização nas franjas do urbano faz parte de um jogo de escolhas em que é necessário optar entre a propriedade do imóvel, algum conforto residencial ou a proximidade dos núcleos urbanos.

Uma segunda forma de compreender a periferia é através do espaço relativo, colocando-se que ela não se dá propriamente por uma localização fronteiriça. Antes, essa definição de periferia trata de locais de difícil acessibilidade à cidade, considerada como um conjunto de recursos espaciais desigualmente distribuídos. Tais análises podem considerar lugares de fato distantes dos núcleos urbanos, mas avaliam também os meios de transporte, que alteram a relação com a cidade. Além disso, elas levam em conta as possibilidades financeiras, os modos de vida e os estoques culturais de seus moradores, que também modificam o tipo de relação que se tem com a cidade. Desse modo, ainda que algumas favelas sejam contíguas a bairros elitizados, seus moradores não contam com os meios de pagamento, com a disponibilidade de tempo e com os mesmos interesses que seus vizinhos.

Além disso, é possível pensar a periferia através do espaço relacional, onde ela é estabelecida através de uma dada configuração de objetos espaciais, que atribuem precariedade ao modo de vida de seus moradores. Nesse sentido, não interessa a

localização da periferia, mas sim a sua morfologia. Ainda que tal concepção possa unificar conceitualmente lugares bastantes distintos entre si, tanto no que diz respeito às formas, quanto sobre as referências simbólicas, como ocorre entre os loteamentos periféricos, os cortiços ou as favelas, o que os articula é propriamente uma inadequação de seus objetos ao modo de vida hegemônico da sociedade em questão. E dentro de uma análise fundada em conceitos marxistas, tais lugares compartilham a moradia de uma mesma classe social.

Nesses dois últimos casos, existe uma homogeneidade maior que no primeiro acerca das funcionalidades da periferia urbana e de seu grupo social vinculado. Isso ocorre justamente porque seu critério definidor está nos usos das frações do espaço, e não em uma localização. Assim, a importância da indústria, considerando a unidade produtiva em si, e não a modernização produtiva enquanto um processo amplo, por exemplo, aparece como relevante unicamente ao pensarmos a periferia a partir do espaço absoluto. Já a questão da moradia popular é transversal aos três modos de se pensar a periferia urbana, sendo também o mais recorrente nas pesquisas empíricas.

Reflexões finais

No que diz respeito aos estudos urbanos, a década de 1970 foi marcada pela introdução de uma abordagem marxista, que no caso específico da Geografia urbana, ocorreu por meio de um profundo processo de renovação interna à disciplina. Nesse mesmo cenário, houve uma complexificação da realidade das cidades brasileiras, que passaram por um processo de crescimento demográfico vertiginoso e que foi acompanhado de uma expansão territorial do tecido urbano até então inédito. Áreas que, até o momento, eram rurais foram incorporadas à cidade, em um processo comandado por uma lógica especulativa sobre a terra urbana. Desse modo, a articulação entre as transformações urbanas em curso e as inovações teóricas para compreendê-las fez com que o conceito de periferia urbana fosse atualizado, deixando de significar qualquer local distante, para estar vinculado a um conteúdo social específico, definido pela precariedade infraestrutural e por uma dada funcionalidade na reprodução social.

Contudo, a análise que realizamos ao longo dessa pesquisa não nos levou a uma compreensão convergente sobre a periferia urbana. Ao contrário, reforça-se o caráter polissêmico da palavra (e do conceito de) *periferia*, que ainda que possamos apresentar suas linhas gerais, parece não ter uma definição sólida e clara. É possível que a urgência da realidade urbana brasileira em curso ao longo das décadas de 1970 e 1980, somado a um certo atraso da Geografia em relação às demais disciplinas no que diz respeito ao estudo dessa realidade, justifique a ânsia de dar conta do que estava ocorrendo. Contudo, não encontramos uma epistemologia sobre a periferia urbana na Geografia brasileira durante o período considerado nessa dissertação, de modo que os estudos sobre realidades específicas não são acompanhados da elaboração de uma teoria geográfica sobre as periferias urbanas. Por conta disso, foram tão decisivas as contribuições de outras ciências sociais, que estavam adiantadas nesse tema e puderam ter debates teóricos mais aprofundados. Os geógrafos brasileiros do período considerado também tiveram um grande empenho em iluminar a funcionalidade estrutural da periferia na totalidade social, como também os processos genéticos dos espaços periféricos, ou seja, em mostrar como tais lugares foram socialmente produzidos. Contudo, a definição do que é ou não “periférico” parecia já ter sido definida em outro lugar ou ser de conhecimento comum, de tal modo

que parecia ser possível partir para o estudo dos casos concretos.

Feita essa advertência sobre os diferentes sentidos expressos ao falarmos de periferia urbana, vamos apontar o que identificamos como *pontos* de convergência em torno dessa ideia. O primeiro desses pontos foi tangenciado no parágrafo acima e é a preocupação com a origem da periferia urbana, de modo que ela é compreendida fundamentalmente como o *resultado* espacial da dinâmica capitalista brasileira, no qual são determinantes a forma como o Brasil está inserido no capitalismo mundial – subdesenvolvido, Terceiro Mundo, etc. – e como a industrialização brasileira acarretou em urbanização, metropolização e periferização.

Sob o ponto de vista social, esse processo mobilizou um grande contingente demográfico para as cidades, sem que houvesse empregos suficientes para atender a demanda ascendente e patamares salariais adequados àqueles que conseguiram uma inserção no mercado de trabalho. Sob o ponto de vista da produção do espaço urbano, o incremento industrial brasileiro exigia lotes novos e baratos, para que a expansão e a integração das fábricas fossem viáveis. Além disso, havia também a necessidade habitacional dessa ampla parcela da população com relações de trabalho precárias.

Dessa maneira, mais do que uma localização ou do que uma determinada conformação de objetos espaciais, a periferia é compreendida sob o prisma da reprodução social, seja se pensarmos nos locais de moradia da força de trabalho, seja se pensarmos na produção do espaço e a reprodução do capital imobiliário.

Isso pode ser compreendido através da valorização que o conceito de espaço tem no período, cuja definição é coerente com a busca desses geógrafos de compreender as transformações espaciais à luz da totalidade social e da reprodução do capital. Ao analisarem as realidades periféricas, aqueles pesquisadores encontraram lugares que tiveram seu uso do solo e o modo de vida de seus moradores profundamente alterados durante sua transformação em periferia urbana. Em seus estudos, não é possível assinalar resistências dos objetos espaciais anteriores ou modos que eles pudessem ter influenciado na nova conformação espacial daquele lugar. Isso é compreendido na Geografia brasileira de então através da força dos processos estruturais, cuja determinação está fora do lugar, lhe impondo uma extrema plasticidade espacial, que na prática acaba por submetê-los à estrutura.

Tais pesquisas também enfatizam a denúncia das condições de vida degradantes dos

moradores das periferias urbanas. Para isso, alguns pesquisadores têm seu foco na questão da produção, na contradição entre capital e trabalho e na luta de classes como a gênese dessa precariedade. Concluem, desse modo, que a baixa remuneração dos trabalhadores faz com que eles sejam impossibilitados de consumir moradias e serviços urbanos de boa qualidade. Outros pesquisadores, que focam a produção do espaço periférico, apontam a distinção entre a periferia para a qual se dirigem as indústrias que buscam terrenos maiores e baratos, onde o Estado implanta as condições para que a produção ocorra, e a periferia para a qual os pobres urbanos são impelidos a fazerem suas moradias.

Eles salientam como a produção de um lugar voltado quase que exclusivamente para a moradia e que não conta com infraestruturas de consumo coletivo, como saneamento básico, e com serviços públicos essenciais, como saúde e transporte, gera economias para os setores hegemônicos da sociedade brasileira. Isso porque, no que tange ao empresariado, a precariedade estrutural e jurídica das condições de moradia dos pobres urbanos diminui os custos de vida de seus trabalhadores, o que permitiu um achatamento salarial amplo. Além disso, por mais que as periferias urbanas residenciais fossem definidas pela deficiência infraestrutural, o processo de incorporação de terras à cidade através da especulação de seus lotes era um negócio bastante lucrativo para os empreendedores imobiliários.

Assim, ainda que a periferia urbana faça referência a uma pluralidade de realidades espaciais, acreditamos que a territorialização da pobreza seja um eixo norteador importante em sua conceituação. Desse modo, mesmo que pesquisadores como Amália Lemos (1980) coloque como crivo definidor da condição periférica o avanço da função industrial em um dado lugar recém-incorporado na metrópole, há o reconhecimento de que tal uso do solo é sempre acompanhado da residência de pobres urbanos, que são elementos de atração das unidades fabris, posto que podem servir como mão de obra, e também são atraídos após a implantação de tais fábricas. Similarmente, uma das compreensões de periferia adotada por Ana Fani Carlos (1987) diz respeito aos locais de expansão do espaço metropolitano, o que também ocorre através do uso industrial, que novamente é acompanhado do avanço de residências, que no caso de Cotia, são tanto populares, quanto elitizadas. Desse modo, há uma grande proximidade entre os pesquisadores em pensar a periferia urbana como um local que concentra moradias de pobres urbanos, compreendida sobretudo através da chave interpretativa das classes sociais enquanto um local de residência da força de trabalho

pauperizada.

Se há uma forte convergência sobre o recorte classista do conceito de periferia urbana, o mesmo não acontece quando pensamos na questão da distância como um atributo fundamental da realidade periférica. Como apontamos nos capítulos anteriores, tanto as pesquisas empíricas, quanto suas referências teóricas, apresentam um distanciamento maior no que tange à localização intraurbana da periferia urbana. Desse modo, para alguns, a periferia é abertamente compreendida como todos os locais que concentram moradias de pobres urbanos, ou seja, favelas, loteamentos periféricos e cortiços, ainda que eles possuam diferentes localizações no tecido urbano, processos históricos de constituições singulares, conferindo a esses lugares densidades e concentrações demográficas variáveis, e também condições de vida e estoques simbólicos próprios. Para outros, a distância e a “recência” são predicados indissociáveis da condição periférica, estabelecida num processo de expansão urbana específico através da incorporação ao tecido metropolitano de terrenos baratos e com meios de transporte para seu núcleo urbano. Uma terceira perspectiva possível é a valorização da distância dada sua magnitude no que diz respeito à moradia pobre em comparação com os outros territórios da pobreza, mas cuja origem dessa realidade está no processo de reprodução da sociedade nacional, de tal forma que a localização fronteiriça da periferia urbana é uma contingência do modo como se deu a urbanização das cidades brasileiras.

Dentro de suas diferenças, tais perspectivas de pensar a periferia urbana buscam expressar a espacialização de um momento da estrutura social na realidade urbana, cuja concretização ocorre através de uma determinada configuração espacial de objetos urbanos. Dessa forma, ainda que o conceito de periferia urbana possa fazer referência a realidades distintas, já que em alguns casos abarca todos os territórios da pobreza, e em outros engloba apenas os usos limítrofes do tecido metropolitano, ele designa necessariamente uma fração territorial específica da cidade. Para além disso, se considerarmos a acepção de periferia urbana enquanto os locais de moradia dos pobres urbanos, temos um conceito que simboliza de modo indissociável um dado lugar e uma realidade social específica, o que instaura uma categoria social nova para pensar a realidade urbana, cria-se o “periférico”.

De fato, a literatura nos mostra que a pobreza urbana sempre existiu, mas ela não era categorizada através de um conceito que expressasse simultaneamente uma

espacialidade e uma forma específica de inserção na vida social. Até esse período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, tínhamos os estudos ecológicos, que compreendiam a pobreza urbana sobretudo através de critérios baseados na adequação dos costumes e dos estoques simbólicos ao modo de vida hegemônico. Se considerarmos as análises sobre a pobreza dentro de um viés marxista-estruturalista, seu argumento estava fundamentado em decifrar a posição ocupada pelas classes sociais dentro da estrutura produtiva. Em ambas as formas de pensar essa realidade social, não havia a valorização do espaço envolvido nesse processo, que aparecia de modo marginal na compreensão desse fenômeno.

Ainda que o conceito de periferia urbana articule uma dada realidade social a uma fração do espaço urbano, como posto até esse momento, existe uma certa ambiguidade em sua definição, em especial no que diz respeito à importância da distância como um elemento definidor. Tendo como base a realidade das cidades brasileiras, é compreensível a imprecisão nos modos de definir tal conceito, posto que a periferia de nossas cidades geralmente é definida pela convergência entre o abrigo de residência pobre e a localização nas áreas fronteiriças do tecido urbano. Contudo, conceituar algo é encontrar um modo de comunicar o que define uma dada realidade no que ela tem de fundamental, despidendo-a de seus fatores circunstanciais. Desse modo, ao valorizar a compreensão da periferia urbana sob o prisma de sua localização fronteiriça, a pobreza tornaria-se contingente ou, dito de outra forma, a pobreza acabaria por definir um tipo ou uma das funções possíveis da realidade periférica. Nesse caso, o que estaria em foco seria a aparência de seus objetos espaciais e suas localizações, que são passíveis de transformações ao longo do tempo. Assim, trataria-se de uma definição da periferia urbana fundada no processo de expansão do tecido urbano, de modo que há um movimento da periferia que acompanha as transformações morfológicas da cidade.

Já ao valorizar a compreensão da periferia urbana através do filtro da pobreza de seus atores sociais, é o fator distância que se torna circunstancial ou uma de suas territorializações possíveis. Nesse caso, o foco da análise está em compreender a estrutura que engendra as transformações espaciais. Nessa segunda situação, a análise se torna mais complexa à medida em que, ao pensar a periferia através do prisma da pobreza urbana, sua realidade urbana continua sendo estabelecida por meio de uma dada configuração topológica de objetos urbanos, que faz com que os lugares periféricos sejam indesejáveis

para os grupos hegemônicos e relegados àqueles que são socialmente mais vulneráveis. Temos, com isso, um modo de investigação que associa uma compreensão fundada nos antagonismos de classe, mas que não submete o espaço às determinações estruturais, valorizando a morfologia espacial como um elemento que estabelece a realidade periférica. Nesse caso, a localização nas áreas limítrofes do tecido urbano é uma das configurações possíveis da periferia urbana, sendo possível ampliarmos tal conceito para os demais territórios da pobreza, de modo que os lugares periféricos sejam pensados dentro de uma distribuição interurbana intersticial.

Nossa avaliação é que tal perspectiva avança ao valorizar a compreensão de que a estrutura social ganha concretude por meio de realidades diferentes, abarcando, portanto modos de vida e estoques simbólicos igualmente distintos. Sob o ponto de vista político, considerando não apenas o aspecto estatal das políticas públicas, mas sobretudo as formas de mobilização popular, avaliamos que essa forma de compreensão da periferia urbana enquanto uma realidade que abarca os múltiplos territórios da pobreza permite uma articulação ampla, voltada para a subversão da ordem vigente no que diz respeito à lógica excludente da produção do espaço urbano e ao acesso à cidadania dos moradores periféricos, desde que sejam levadas em conta as heterogeneidades das realidades consideradas através dessa perspectiva.

Dessa forma, talvez seja válido questionar o conceito de periferia urbana estabelecido naquele momento para pensar a atual realidade periférica, tendo como base dois elementos. O primeiro deles é que houve um processo contínuo, fortalecido na década de 1990, de redefinição da realidade dos locais afastados dos centros urbanos no que diz respeito aos seus conteúdos sociais, econômicos e culturais, que foi acompanhado de transformações importantes nos centros urbanos, que alteraram significativamente seus conteúdos sociais. Em linhas gerais, podemos dizer que houve uma dissociação entre conteúdos sociais avaliados como “centrais” ou “periféricos” dos locais intraurbanos definidos por esses mesmos termos, “centrais” e “periféricos”, de acordo com suas localizações do tecido urbano.

Destacamos, então, dinâmicas que reorientam a estruturação urbana, podendo-se por meio delas reconhecer sua redefinição, ou seja, a instauração de uma reestruturação urbana.

a) complexificação da estrutura urbana, gerando o aparecimento de “periferias” no centro e “centralidades” na periferia;

b) fragmentação socioespacial das cidades, já que a segregação se acentua e, conseqüentemente, a possibilidade de convivência entre as diferenças se atenua. (SPÓSITO, 2004, p.136).

Além disso, considerando a periferia urbana como os locais de moradia da população pobre, ao longo dessas décadas, houve uma significativa mudança de sua estrutura, de onde destacamos a cristalização de muitos de seus loteamentos, o que permitiu alguma acumulação de equipamentos sociais e de objetos urbanos, conferindo uma melhora nas condições de vida de seus moradores, ainda que essa realidade continue precária. Isso significa que, por mais que a condição periférica não tenha sido revertida ou superada, as periferias passaram por um processo de acumulação econômica e de algumas conquistas urbanas. Desse modo, se o conceito de periferia urbana foi construído com base na homogeneidade interna e na ideia da necessidade, vinculada ao mínimo vital dentro da sociedade em questão, trata-se de referências no mínimo questionáveis nos dias de hoje.

Como colocado na introdução desse trabalho, onde comentamos sobre nossa pesquisa anterior realizada no Grajaú, o que temos na paisagem e nos dados acerca da periferia urbana aponta para o aumento de sua heterogeneidade socioeconômica. Isso está em consonância com as transformações vividas no país, decorrentes da ascensão da chamada classe C ou nova classe média, cujas causas e processos merecem pesquisas particulares, mas que, de qualquer forma, confrontam a homogeneidade antes presente no conceito de periferia urbana.

Além disso, a necessidade do mínimo vital foi em alguma medida amenizada, ainda que de modo tortuoso e não oficial, sem que isso implicasse em uma superação da condição periférica. Dessa forma, é possível pensarmos que a precariedade de vida dos moradores da periferia atual seja definida mais nas esferas dos direitos sociais e da cidadania, emergindo movimentos sociais e disputas políticas acerca do direito à cidade, à cultura e ao lazer; questionando a truculência policial que ameaça seus jovens ou a organização de milícias que vendem segurança e serviços urbanos, mas aterrorizam seus moradores.

Em alguma medida, isso significa a passagem de uma esfera das necessidades vitais aos desejos, onde emergem as expectativas de circulação social fora dos caminhos e dos lugares pré-determinados aos grupos sociais periféricos. Entendemos que tal movimento

está presente nos “rolezinhos”⁹⁶, mas também na demanda cada vez mais forte por cotas sociais e raciais nas universidades públicas ou na expansão de projetos culturais da periferia, que ainda que muitas vezes possamos questionar sua eficiência ou sua real potencialidade, indicam ao menos uma insatisfação com a restrição de direitos que parece ter sido imposta junto com a formação das periferias urbanas.

Assim, se a periferia urbana ao longo das décadas de 1970 e de 1980 aparece como lugar de reprodução social da força de trabalho, hoje ela se fortalece como um motor do consumo. De fato, trata-se de um momento ainda ligado à reprodução social, posto que o consumo é uma das etapas do processo produtivo, mas que é distinto da produção propriamente dita e da produção do espaço urbano. No que diz respeito às representações culturais, a periferia era retratada como um lugar de inadaptação entre os conteúdos simbólicos de seus moradores e a hegemônica na cidade, de modo que seus moradores buscavam formas de representação, fossem através da religião ou através das manifestações populares.

Hoje a periferia tem um peso demográfico no consumo, passando a ter poder de pressão sobre o comércio, produtos e áreas de circulação antes restritos ao centro. Isso cria uma tensão entre periferia e centro que extrapola a questão da contradição de classes, muito centrada na expropriação da mais-valia do trabalhador, e caminha no sentido de questionar os territórios exclusivos, como foi o caso dos *shoppings centers* e das universidades, e também as normas que regem os comportamentos dos grupos hegemônicos, que funcionam como instrumento de seleção social de quem pode adentrar àquelas esferas. Nesse sentido, afloram novas representações da periferia urbana enquanto uma realidade que ameaça a exclusividade do *status* do consumo hegemônico, ou que, ao menos, criam incômodos ao problematizarem a naturalidade das disparidades no acesso ao mundo urbano via consumo, ainda que esse caminho não aponte para uma subversão profunda da lógica vigente.

Desse modo, concluímos essa pesquisa reconhecendo os avanços e as contribuições oferecidas pelo conceito de periferia urbana formulado ao longo da década de 1980, cujo

96 Eventos em que multidões de jovens combinam de se encontrar em *shoppings centers* para passear, paquerar, olhar vitrines, etc. Tais episódios ocorreram sobretudo nos municípios da RMSP e causaram uma série de discussões, que variavam desde aquelas centradas em questionar a segregação social existente nas cidades brasileiras, até as tentativas dos centros de consumo de proibir os rolezinhos, fundamentadas nos argumentos de que alguns jovens aproveitavam a situação para cometer furtos e de que eles afugentavam os outros frequentadores desses locais.

objetivo era dar conta de uma realidade social dramática e em um processo de formação vertiginosa. Passadas três décadas daquele momento, assinalamos para as transformações sociais, espaciais e simbólicas da realidade periférica e da topologia urbana das cidades brasileiras, que nos indicam a necessidade de problematizar alguns dos elementos que balizaram o conceito de periferia urbana naquele contexto. Assim, a distância parece tornar-se menos importante na conceituação da periferia enquanto a territorialização da pobreza urbana. A homogeneidade atribuída à realidade periférica naquele momento igualmente não contribui para compreender as diferentes periferias existentes no período contemporâneo e a atual importância do grupo “periférico” na dinâmica da sociedade brasileira.

Referências bibliográficas⁹⁷

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz.** Teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas. Estudo de caso de São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1978.
- ABREU, Maurício de Almeida [1986].** Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. In: Revista Rio de Janeiro, nº 10, maio-ago. 2003, p.210-234.
- ACÁCIO, Wilson Guilherme.** A Absorção de Mão-de-obra nos Bairros Periféricos de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- ALMEIDA, Maria Geralda de.** França e a Escola Brasileira de Geografia. In: Confins [Online], 17 | 2013, posto online em 16 Março 2013, Consultado o 16 Abril 2014. URL: <http://confins.revues.org/8297>
- ALMEIDA, Roberto Schmidt de.** A atuação recente da incorporação imobiliária no município d Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências – UFRJ, 155p., 1982.
- ARANTES, Pedro Fiori.** Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. In: Novos estud. - CEBRAP [online]. 2009, n.83, pp. 103-127. ISSN 0101-3300.
- ASSUNÇÃO, Maria Luíza Portes Rizzo.** A espacialidade das relações entre os circuitos superior e inferior da economia urbana: a reciclagem do papel na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.
- BERMAN, Marshall [1982].** Tudo Que É Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade. Tradução: Carlos F. Moisés e Ana M. L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERNARDES, Júlia Adão.** Espaço e Movimentos Reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu [Rio de Janeiro]. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- BRANCO, Maria Luísa Gomes Castello.** Urbanização e Industrialização no Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1978.
- BURGESS, Ernest W.** Urban Areas. In: SMITH, T.V & WHITE, L.D. (org.). Chicago – An Experiment in Social Science Research. University of Chicago Press, 1929,

97 Após o nome de alguns autores, conta uma dada entre conchetes que corresponde ao ano de publicação da primeira edição da referência em questão. No caso de trabalhos internacionais, essa informação faz referência à publicação da primeira edição da obra no seu idioma original.

p.113-138. Tradução: Mário Antônio Eufrásio.

CAMARGO, Cândido P.F. *et.alli*. São Paulo 1975. Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola, 1976.

CAPEL, Horácio. Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea. Una introducción a la Geografía. Barcelona: Editorial Barcanova, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Geografia Crítica” e a Crítica da Geografia. In: IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Los Problemas del Mundo Actual. Soluciones y Alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/anafani.htm> Último acesso em 07/11/2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Reprodução do Espaço Urbano. O caso de Cotia. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1987.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Reflexões Sobre o Espaço Geográfico. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1979.

CASTELLS, Manuel [1972]. A Questão Urbana. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CASTRO, I.E. de, GOMES, P.C. da C., CORRÊA, R.L. (org.) [1995]. Geografia: Conceito e Temas. 15ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

CORDEIRO, Helena Kohn [1979]. O Centro da Metrópole Paulista: expansão recente. Tese de doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1980.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periferia Urbana. In: Geosul, nº2, 2º semestre de 1986, p.70-78.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano: Notas Teórico-Metodológicas. In: Geosul, nº 15, ano VIII, 1º semestre de 1993, p.13-18.

CORRÊA, Roberto Lobato [1989]. O Espaço Urbano. Série Princípios. 2ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1993.

COSTA, Célia Diogo Alves da. Contribuição ao Estudo da Mobilidade do Trabalho em Miguel Pereira: o caso dos trabalhadores de múltiplas ocupações. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

DAVIDOVICH, Fany R. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. In: Revista brasileira de geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ano 49, n.4, p. 1 - 54out./dez. 1987 ISSN 0034-723X

- DAMIANI, Amélia L.** A Cidade (Des) ordenada – Concepção e Cotidiano do Conjunto Habitacional Itaquera I, Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1993.
- DAMIANI, Amélia L.** Na Busca das Favelas o Encontro do “Peão” que Permanece. As Favelas de Cubatão num Quadro de Desenvolvimento do Centro Petroquímico-Siderúrgico. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1984.
- DOMINGUES, Álvaro.** (Sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I série. Vol. X/XI, Porto, 1994/5, pp.5-18.
- DOSSE, François [1991].** História do Estruturalismo. Volume 2: O Canto do Cisne, de 1967 a Nossos Dias. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1994.
- DOSSE, François [1991].** History of Structuralism. The sign sets, 1967 – present. Vol.2. Traslated by Deborah Glassman. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- DURHAM, Eunice Ribeiro.** A Sociedade Vista da Periferia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 1. Nº 1. São Paulo, junho de 1986.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor.** Consumidores do Século XXI, Cidadãos do XVIII. In: *Consumidores e Cidadãos. Conflitos Multiculturais da Globalização*. 4ª edição. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2001, p. 37-71.
- GEORGE, Pierre [1961].** Geografia Urbana. Tradução: Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.
- HARVEY, David [1973].** A Justiça Social e a Cidade. Prefácio e Tradução de Armando Corrêa da Silva. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.
- HARVEY, David [2006].** O Espaço Como Palavra-Chave. Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. In: *GEOgraphia*. Vol. 14, nº 28, Rio de Janeiro, 2012, p.8-39.
- HOYT, Homer [1964].** Distorções Recentes dos Modelos Clássicos de Estrutura Urbana. Tradução Mário Antônio Eufrásio. In: *Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da USP, São Paulo*, v. 15, 2008, p.129-147.
- JACOBS, Jane [1961].** Morte e Vida de Grandes Cidades. Tradução: Carlos S. Mendes Rosa. Revisão da tradução: Maria Estela Heider Cavalheiro. Revisão técnica: Cheila Aparecida Gomes Bailão. Martins Fontes: São Paulo, 2000.
- JAMENSON, Fredric [1984].** Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. Tradução: Maria Elisa Cevalco. Revisão da Tradução: Iná Camargo Costa. Editora Ática: São Paulo, 1996.

- KAECKE, Janaína de Moraes.** Identidade e Institucionalização do Samba nas Periferias Paulistanas. Estudo de Caso Sobre o Pagode da 27 (Grajaú – São Paulo – SP). Trabalho de Graduação Individual. Universidade de São Paulo, 2011.
- KOWARICK, Lúcio [1979].** A Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LACOSTE, Yves [1976].** A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Tradução: Maria Cecília França. Campinas, SP: Papirus, 2005.
- LATOUR, Bruno [1991].** Jamais Fomos Modernos. Ensaio de Antropologia Simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- LEFEBVRE, Henri [1970].** A Revolução Urbana. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri [1970].** De Lo Rural a Lo Urbano. Antología Preparada Por Mario Gaviria. Traducción de Javier González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1973.
- LEFEBVRE, Henri [1972].** Espacio y Política: el derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEFEBVRE, Henri [1969].** O Direito à Cidade. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- LE GOFF, Jacques [1997].** Por amor às cidades. Conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1998.
- LE MOS, Amália Inês Geraiges de.** Um Exemplo de Processo de Metropolização Recente na Periferia da Grande São Paulo: o Município de Itaquaquecetuba. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1980.
- LENCIONI, Sandra.** Agricultura e Urbanização. A capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1985.
- MACHADO, Mônica Sampaio.** A Territorialidade Pentecostal: Um estudo de Caso em Niterói. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- MACHADO, Mônica Sampaio.** A Construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.
- MACKENZIE, Roderick D [1926].** A Matéria-Objeto da Ecologia Humana. In: PIERSON, Donald (org.). Estudos de Ecologia Humana. 2ª edição. Martins, São Paulo, 1970, p.38-52.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor.** Festa no pedaço. Cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- MAGNANI, José Guilherme Cantor.** Os Circuitos dos Jovens Urbanos. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.17, nº 2, novembro de 2005, 173-205.
- MARICATO, Ermínia (org.) [1979].** A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial. 2ª edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1982.
- MARTINS, Élvio Rodrigues.** A geografia Urbana na Dissolução das Identidades Originárias. In: Scripta Nova, Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788] Nº 94 (1), 1 de ago. de 2001.
- MARTINS, Élvio Rodrigues.** Geografia e Ontologia: o fundamento geográfico do ser. In: GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, No. 21, 2007, p. 33-51.
- MELLO, Nilo David Coelho.** Mobilidade Residencial na Cidade do Rio de Janeiro. Um Estudo de Estratificação Sócio-Espacial. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.
- MOCELLIN, Rachel Silvia Jardim.** Percepção do Meio Urbano: o caso do Grande Rio. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1977.
- MONBEIG, Pierre [1953].** Paisagens e Problemas da Metrópole [de São Paulo]. In: SZMRECSÁNI, Tamás (org.). História Econômica da Cidade de São Paulo. São Paulo: Ed. Globo, 2004, pp. 82-105.
- MORAES, Antônio Carlos Robert [1981].** Geografia: pequena história crítica. 20ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, Ruy [1992].** A Renovação da Geografia Brasileira no Período 1978-1988. In: Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2013, p. 23-40.
- MOREIRA, Ruy.** Contradições Fabris, Espaço e Ordenação de Classe. A Questão Cidade-Campo no Brasil. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.
- RODRIGUES, Arlete Moysés.** Processo Migratório e Situação de trabalho da População Favelada de São Paulo. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1981.
- OGATA, Maria Gravina.** Resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na Cidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1978.
- O'NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano.** Segregação Residencial: Um Estudo de Caso (Rio de Janeiro). Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- PACHECO, Susana Mara Miranda.** Produção e Reprodução dos Loteamentos na

Periferia do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

RACINE, J.B., RAFFESTIN, C., RUFFY, V [1980]. Escala e Ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. Tradução: Silvia Heller. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, 45 (1): 123-135, jan./mar. 1983.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Processo Migratório e Situação de trabalho da População Favelada de São Paulo. Dissertação de mestrado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1981,.

SANTOS, Milton [1981]. Alguns Problemas Atuais da Contribuição Marxista à Geografia. In: SANTOS, Milton (org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 3ª edição. Editora Hucitec: São Paulo, 1993, pp.131-140.

SANTOS, Milton [1978]. A Pobreza Urbana. 3ª edição. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. Entrevista com o Prof. Milton Santos. 1989. Florianópolis: Geosul, vol.4, nº7. Entrevista concedida a Armen Mamigonian, Ewerton Vieira Machado, Maria Dolores Buss e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira.

SANTOS, Milton [1988]. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia Milton Santos; em colaboração com Denise Elias. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

SANTOS, Milton [1978]. O Espaço Dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo, Edusp, 2008b.

SANTOS, Milton [1973]. Os Dois Circuitos da Economia Urbana e Suas Implicações Espaciais. In: Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2008c, pp. 93-116.

SANTOS, Milton [1978]. O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. Tradução de Sandra Lencioni. 5ª ed. São Paulo, Edusp, 2013.

SANTOS, Milton [1978]. Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo, Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 54, junho de 1977, p.81-99.

SANTOS, Milton [1994]. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008d.

SCARLATO, Francisco Capuano. O Real e o Imaginário no Bexiga: Autofagia e

Renovação Urbana. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 1988.

SINGER, Paul [1973]. Economia Política da Urbanização. Ed. Brasiliense, São Paulo: 1983.

SILVA, Antônio Rodrigues da. Folia de Reis na Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

SILVA, Armando Corrêa da [1981]. Contribuição à Crítica da Crise da Geografia. SANTOS, Milton (org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 3ª edição. Hucitec: São Paulo, 1993, pp. 13-24.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. Notas Introdutórias de um itinerário interpretativo sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1996.

SIMMEL, Georg [1903]. As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Maná* 11(22), 2005, p. 577-591.

SMITH, Neil [1992]. Geografia, Diferencia y Políticas de Escala. Tradução: María Franco García. Revisão: Jorge Montenegro e Raul Guimarães. In: Revista Terra Livre – Geografia, Movimentos Sociais e Teoria. Ano 18, nº 19, Vol. 2, São Paulo, jul/dez 2002, p. 127-146.

SOJA, Edward W [1989]. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social. Tradução [da 2a. Edição inglesa]: Vera Ribeiro. Revisão técnica: Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O Que Pode o Ativismo de Bairro? Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos Conteúdos nas Periferias Urbanas das Cidades Médias no Estado de São Paulo, Brasil. In: Investigaciones Geográficas, agosto, nº 054. Universidad Nacional Autónoma de México, Distrito Federal, México: 2004. pp. 114-139.

STROHAECKER, Tânia Marques. A Zona Periférica ao Centro: Uma Revisão Bibliográfica. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 50, nº 4, out/dez de 1988, p. 171-183.

STROHAECKER, Tânia Marques. O Bairro de São Cristóvão: De Arrebalde Aristocrático à Periferia do Centro. Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989.

VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o homem marginal e a Bahia como laboratório. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, Jan./Abr. 2010.

WEBER, Max. Conceito e categorias de Cidades. Tradução de Antônio Carlos Pinto Peixoto. In: VELHO, Otávio Guilherme. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 68-89.

WERLEN, Benno [1999]. Regionalismo e Sociedade Política. Tradução: Rogério Haesbaert. Revisão: Wolf-Dietrich Sahr. In: GEOgraphia. Vol. 2, nº 4, Rio de Janeiro, 2000, p.7-25.